

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**MEIOS DE VIDA**

as experiências de sobrevivência e luta  
dos trabalhadores ambulantes e feirantes em Fortaleza  
entre o final da década de 1960 e início de 1970.

Vânia Lúcia Silva Lopes

FORTALEZA  
Outubro 2004

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**MEIOS DE VIDA**

as experiências de sobrevivência e luta  
dos trabalhadores ambulantes e feirantes em Fortaleza  
entre o final da década de 1960 e início de 1970.

Vânia Lúcia Silva Lopes

Dissertação apresentada à  
Universidade Federal do  
Ceará, para obtenção do título  
de Mestre em História Social.

Orientadora:  
Dra. Edilene Teresinha Toledo.

FORTALEZA  
Outubro 2004

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ  
CENTRO DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**MEIOS DE VIDA**

as experiências de sobrevivência e luta  
dos trabalhadores ambulantes e feirantes em Fortaleza  
entre o final da década de 1960 e início de 1970.

Vânia Lúcia Silva Lopes

Dissertação apresentada à Universidade Federal do Ceará, para obtenção do  
título de Mestre em História Social.

Aprovada em

**BANCA EXAMINADORA**

---

Dra. Kênia Sousa Rios

---

Dr. Antônio Pádua de Santiago Freitas

---

Dra. Edilene Teresinha Toledo

Dedico este trabalho:  
Aos feirantes da Gentilândia, pela coragem e perseverança  
A minha mãe Inês e ao meu pai José

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo privilégio de compartilhar minha existência com pessoas tão especiais.

A feitura deste trabalho foi possibilitada por uma rede de solidariedades múltiplas. Nesse espaço quero agradecer carinhosamente aos amigos, irmãos, e a todos que de algum modo contribuíram.

Aos trabalhadores feirantes, em especial, Aloísio por ter me recebido tão carinhosamente em sua casa e pela troca de conversas e sorrisos. Carmelita pela doçura e atenção e pelos agradáveis momentos de conversa. Farias por compartilhar de suas lembranças e me fornecer informações preciosas sobre o seu universo de trabalho. Vicente pela simpatia e a auto-confiança tão contagiante. A acolhida foi maravilhosa.

A minha orientadora Edilene Toledo que de forma sempre prestativa e profissional fez parte da caminhada e dos percursos deste trabalho, meu muito obrigada.

A minha família. Minha mãe, pelo amor e dedicação e suas insistências na nossa educação. A meu pai, por ter me possibilitado trilhar espaços que foram decisivos na opção pela história. As minhas irmãs Cleide, Nilda e Ivone pela compreensão e atenção. Que Deus abra portas e janelas para vocês. A meus sobrinhos Thaís, Thamires, Thiago e Wendel pelos abraços e brincadeira nos pequenos espaços de tempo. Minhas desculpas por eu ser tia ausente. A minha querida vó Rita por ter me mostrado um pedacinho do seu mundo através das conversas e de nossas viagens ao Sertão. Pelos banhos de açude e conversa a luz de lamparina na sua cidade querida.

A minha família Medina. Por terem me aberto portas e portões quando muito precisei. Algediva por sua generosidade e atenção, vovó Medina pelas engraçadas e esperançosas conversas. Seu Rodrigues in *memorian* pelas meninices que não esqueço. A Tetê pelas presepadas e as incontáveis vezes que nos desmanchamos em gargalhadas pelas coisas mais bobas! E pela amizade claro. A Diana pelo carinho, acolhida, solidariedade e festas! Sua amizade me é preciosa. Aos pequenos e grandes amigos que tanto amo: Antônio, Simon e Lara. Danizinha irmã minha, pelas infinitas vezes que veio ao meu socorro. Não sabes o quanto estou feliz por lhe ver fechando este ciclo. (nós sabemos como foi difícil) Obrigado pela presença carinhosa na minha vida e no meu coração.

A Franck Ribard, pela atenção e receptividade. Obrigado pelas preciosas contribuições nos diálogos sobre a pesquisa.

Ao Eduardo, meu amigo Zedh, pela amizade e ajuda intensa nos últimos momentos da dissertação. Obrigado por disponibilizar noites e madrugadas em momentos tão conturbados. Sua amizade é um privilégio.

Ao amigo e irmão Fran, pela sua generosidade e atenção. Por dividirmos grandes e pequenos momentos. Estou pendurada de dívidas com você! É maravilhoso tê-lo em minha vida.

Ao amigo de todas as horas Ed, não há palavra que expresse a gratidão, o carinho e o gostar. ..

As minhas amigas, irmãs negras do meu coração. Alice, pelos desafios compartilhados. Obrigado pelo amor e o cuidado em todos esses anos. De perto ou de longe sempre presente. Não preciso dizer o quanto é especial na minha vida.

Olgui, pela amizade, ombro, ouvidos nos bons e maus momentos. Que felicidade tê-la na minha vida! Muita luz no seu caminhar

. Régia Augusta por ter me cedido um espaço na casa, na vida e no coração. Obrigado muito! Pelas tantas coisas compartilhadas. Vou chorar e rir com a sua ida para Maranhão. Eu te gosto muito!

Ao meu magrelo Renê, pelas pequenas e grandes coisas que foram e serão compartilhadas. Sua presença alegrou meu coração.

A Nilma, pelo carinho e atenção. Perseverança sempre!

A Geane, tão presente nos momentos difíceis. Obrigado pela força, os conselhos nas horas de angústia. Que você preserve a bondade de seu coração. Não sabes o quanto foi importante neste meu caminhar.

A Manu e Áurea, pelo carinho e solidariedade. Obrigado por me ceder o carinho de Roberta sempre tão meiga e atenciosa.

As amigas do Instituto dos surdos: Adriana pela força e solidariedade e por ter me possibilitado uma experiência de trabalho tão gratificante com os surdos, Aninha pelas inquietações e desventuras compartilhadas, Neivinha sou grata pela atenção e a disposição para ajudar, valeu. Margarida pela doçura dos abraços e das palavras.

Adriana e Alexandra mesmo distante a presença acontece. Obrigado pelo estímulo o carinho e cuidado. Que o esforço de vocês seja convertido em ganhos múltiplos.

A minha turma de mestrado, em especial Nuninho lorito que tanto gosto, Ivoney pelo carinho e amizade. Fabiano pela sensibilidade e atenção, Assis pela descontração.

A Ana Carla, pela preciosidade das conversas e pelo acolhimento nas horas difíceis. Meu muito obrigado...

“E não há melhor resposta  
Que o espetáculo da vida:  
Vê-la desfiar seu fio  
Que também se chama vida  
Ver a fábrica que ela mesma  
Teimosamente, se fabrica  
Vê-la brotar, como há pouco  
Em nova vida explodida.”

João Cabral de Melo Neto

## RESUMO

Trata das experiências de sobrevivência dos trabalhadores ambulantes e feirantes na Fortaleza do final dos anos 60 e começo dos 70 do século XX, quando das intervenções urbanas designadas "Humanização da Cidade". Inicia analisando as contendas envolvendo a reforma da Praça do Ferreira, os conflitos em torno do novo formato tanto do ponto de vista da elaboração dos projetos propostos pela Escola de Arquitetura como das práticas de sociabilidades ocorridas naquele logradouro. Analisa as formas de apropriação do espaço público pelos trabalhadores ambulante e as tensões ocasionada pelas práticas de repressão dos poderes público no sentido de eliminar a presença física destes trabalhadores do centro da cidade. Em se tratando dos feirantes, procura perceber suas formas de atuação diante das constantes interferências dos poderes públicos em suas atividades de trabalho particularizando suas práticas no contexto socioeconômico do período quando a feira se constituía um suporte significativo de abastecimento para a população local. A partir dos conflitos engendrados no período os trabalhadores feirantes e ambulantes elaboraram formas de sobreviver e permanecer na cidade que se constituíram em modalidades específicas de luta em torno da sobrevivência.

Palavras-chave: cidade, trabalhadores, ambulantes, feirantes.

## RÉSUMÉ

S'agir des expériences de survivance des marchands ambulants et forains à Fortaleza au début des années 60 et début des années 70 du siècle XX, au moment des interventions urbaines désignées «Humanization de la Ville». S'initie en train de faire une analyse des conflits autour de la réforme de la Place du Ferreira, des questions qui sont nées avec le nouvel format proposé par l'École d'Architecture et les pratiques des sociabilités dans ce lieu public. Analyse les formes chez les marchands ambulants d'appropriation de l'espace public et les tensions occasionnées pour les pratiques de répression du pouvoir public dans le sens d'éliminer la présence physique des camelots au centre ville. Chez les forains, cherche à comprendre ses façons d'action en face des interférences sans arrêt du pouvoir public dans ses activités de travail en train de particulariser ses pratiques dans le contexte socioéconomique quand la foire était un support important dans l'approvisionnement de la population locale. À partir de ces conflits qui ont été engendrés dans cette période les marchands ambulants et camelots ont élaboré des formes de survivre et de rester dans la ville qui sont constituées de modalités spécifiques des luttes autour de la survivance.

Mot-clé: ville, traillleur, ambulant, foirans.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	11
1 HUMANIZAÇÃO E REMODELAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR .....	17
1.1 A reforma da Praça do Ferreira .....	20
1.2 Arquitetos, projetos e contendas .....	35
1.3 Canteiros e concretos .....	42
2 ESPAÇO, TRABALHO E TRABALHADORES : VENDEDORES AMBULANTES EM QUESTÃO .....	53
2.1 O território da permanência .....	53
2.2 Usos e « abusos » dos espaços .....	69
2.3 Vendas, improvisos e consumo .....	83
3 FEIRA-LIVRE : VIVÊNCIAS, PERMANÊNCIAS .....	95
3.1 Feira e feirantes .....	95
3.2 Tempos de feira.....	108
3.3 Trilhas e atalhos .....	119
3.3.1 Da cachaça ao caldo de cana .....	120
3.3.2 Agricultura, comércio de bodega e a tesoura .....	126
3.3.3 Do comércio de calçada à venda de ervas .....	130
3.3.4 A gente matava lá o porco, o boi... agente era dono de si .....	134
3.4 Cotidiano, trabalho e sobrevivência .....	136
4 PESOS... MEDIDAS.....	146
4.1 Desafiando trajetórias : os impostos em questão .....	146
4.2 Infração e inflação .....	160
4.3 A Associação .....	171
4.4 Dias bonitos, festa na associação .....	184
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	189
FONTES .....	193
REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS .....	202

## INTRODUÇÃO

Este estudo analisa as experiências de sobrevivência e a luta dos trabalhadores feirantes e ambulantes em locais específicos da cidade de Fortaleza. O tempo é o compreendido entre o final dos anos 60 e início do 70 do século XX que está intrinsecamente ligado a uma forma peculiar de transitar pela cidade e vivenciar seus espaços.

Mas dizer isso, é dizer pouco, pois para conseguirmos falar objetivamente do que versa o nosso trabalho tivemos que percorrer caminhos próprios da pesquisa histórica, como: envolver máscaras no rosto e passar horas e horas recolhendo e lendo papéis, postando-se diante de uma máquina que se transforma em lente para ler jornal ou quem sabe conversar com alguém mediado por um aparelho eletrônico de luzinha vermelha que indica o tempo e o ritmo da conversa. Alguns chamam isso de "ócio do ofício", não duvidamos, porém acreditamos que estas práticas são aprendidas e de algum modo elas entram em nossas vidas.

No nosso caso, ela se inseriu no curso de graduação por intermédio do Programa Especial de Treinamento (PET) a partir da realização de pesquisas coletivas. Transitar pelos acervos da cidade foi uma prática adquirida a partir da vivência acadêmica no Programa.

A convivência nesse espaço nos aproximou de temas como a violência no sertão, trabalhadores domésticos etc. O que contribuiu decisivamente para ingressarmos no universo da pesquisa. A partir daí, fomos aprendendo as formas de lidar com os espaços e acervos, estabelecer diálogo, procurar indícios percorrer, em busca das experiências dos sujeitos.

O objeto de estudo desse trabalho se constituiu como parte integrante dessa trajetória. A opção pelos trabalhadores informais veio de algumas incursões realizadas à hemeroteca da Biblioteca Pública Menezes Pimentel.

Folheando páginas dos jornais, de 1968, fomos tomados de surpresa com uma matéria que fazia referência a uma série de intervenções no espaço urbano. Segundo o vespertino, as reformas tinham como objetivo a "humanização da

cidade".Por se tratar de um período de ditadura militar, achamos no mínimo, curioso esse discurso.

Na contramão das intervenções urbana, um universo de pessoas comuns ganhava "espaço" na imprensa local: os trabalhadores ambulantes e feirantes. A motivação dessa visibilidade eram as contendas envolvendo usos do espaço urbano e condutas dos trabalhadores. Delimitar os horizontes da pesquisa em torno das vivências dos sujeitos pareceu uma possibilidade interessante de se olhar sob outros prismas, o contexto de ditadura militar.

Em meio a contestações políticas e questionamentos das esquerdas encontramos outras formas de lidar com os desafios impostos pelo acentuado autoritarismo e a chamada modernização conservadora do período. Como as pessoas comuns se inscreviam nessas tramas? A indagação passou a compor a paisagem das reflexões, na medida em que um percurso de investigação ia se constituindo.

Eleger grupos específicos de trabalhadores permitiu apreender a dimensão do universo das camadas pobres da cidade. Por este caminho, subtraímos as possibilidades de generalização das múltiplas vivências, no espaço urbano, em se tratando das camadas populares. Para tanto, foi necessário considerar o lugar social em que as práticas concretamente ocorriam e, nesse sentido, inclinamos o olhar em direção as ruas e praças da cidade em seu ambiente denso e heterogêneo.

A leitura dos jornais do período levou à busca constante de outros indícios. Neste sentido, a experiência de construção deste trabalho foi entrecortada de movimentação intensa, em relação à leitura e interpretação das fontes e ao mapeamento das mesmas.

A discussão de Maria Odília<sup>1</sup>, sobre a hermenêutica do cotidiano, estimulou o prosseguimento da leitura dos jornais para rastreamento das experiências dos trabalhadores informais, principalmente em relação aos vendedores ambulantes. Na medida em que historicizar estereótipos e desmistificá-los é um percurso sugerido pela autora quando se trata de desvendar o cotidiano dos sujeitos.

Sob essa perspectiva é necessário pôr em evidência as experiências vividas em contraponto ao que Maria Odila chama de “papeis normativos”, ou seja, perceber as pessoas vivendo e subvertendo as normas, o controle e os padrões socialmente impostos. Nesta medida, o fazer historiográfico é confrontado com o desafio da interpretação.

Outro ponto importante, nessa discussão, é o que ela chama de "os pormenores significativos" quando se trata de desvendar práticas sociais. No caso dos trabalhadores ambulantes, a questão ajudou a fazer a “leitura a contrapelo” dos jornais quando a preocupação incisiva de desqualificá-los era acompanhada de descrições detalhadas da sua presença física nos espaços públicos. As atividades do trabalho informal, historicamente, têm sido consideradas como transgressão. Do ponto de vista das experiências de sobrevivência, entendemos que essas atividades inscrevem modos de viver que transcendem esta noção. Nessa direção, fomos ao encontro das "invenções do cotidiano" a fim de apreender o universo das apropriações e os significados das experiências de quem exerce, no fazer de cada dia, todo o empreendimento imaginativo e criativo para assegurar a sobrevivência. A inventividade, no entanto, revela entre outras coisas, a crueldade do cotidiano mergulhado em expropriações diversas. De uma forma ou de outra, essas questões estão postas para os trabalhadores ambulantes e feirantes.

É importante ressaltar a influência das reflexões de Michel de Certeau em todos os momentos deste trabalho. A profundidade dos conceitos e expressões de suas obras são de uma riqueza extraordinária, e ajudaram a desfazer silêncio e perceber, nas entrelinhas as teias que envolvem os bastidores da sobrevivência.

Uma rede de diálogos foi se constituindo com a aproximação dos autores que ajudaram a compreender as experiências dos trabalhadores, na dimensão de inserção dos valores: E. P. Thompson, Raymond Williams, Carlo Guinzburg.

As fontes deste trabalho variam de natureza: fontes escritas (jornais, diário oficial, atas), imagens fotográficas e fontes orais. Os jornais utilizados foram: Correio do Ceará, O Povo, Tribuna do Ceará e Unitário. As fontes são bastante

---

<sup>1</sup> DIAS, Maria Odila Silva. Hermenêutica do Cotidiano na historiografia contemporânea, Proj.

comprometidas com o regime autoritário da ditadura, aspecto que não pode ser perdido de vista. A “leitura a contrapelo” e o diálogo com a bibliografia permitiu desocultar silêncios. A forma como algumas matérias ganhavam espaço nos jornais indicava interesses e conflitos. Neste sentido, tivemos o cuidado de acompanhar um jornal em particular onde os trabalhadores ambulantes eram regularmente citados. Trata-se do Tribuna do Ceará em que através das colunas "O povo reclama" e "Dom Camilo" as questões inerentes ao convívio urbano são constantemente postas em pauta. Em dimensões variadas, a cidade aparece na imprensa com expectativas de modernização e embelezamento, ao passo que os discursos de desqualificação das práticas sociais tidas como "provincianas" e contrárias ao progresso da cidade revelam as formas de apropriação dos espaços. O diálogo com essas fontes nos aproximou das práticas de sobrevivência dos vendedores ambulantes que ocupavam as vias públicas das áreas adjacentes da Praça do Ferreira e tornou compreensível o redesenho do espaço por uma cartografia da violência.

As Atas da Câmara Municipal de Fortaleza permitiu acompanhar o movimento dos trabalhadores, em virtude dos conflitos com os poderes públicos. Em período de fechamento político, os trabalhadores se valiam dos artifícios de sensibilização dos políticos quanto aos problemas vivenciados no cotidiano de trabalho quando entravam em cena as interferências dos poderes públicos.

As Atas da Associação dos Feirantes possibilitou-nos um acompanhamento das redes de articulações estabelecidas com os poderes públicos, modalidades de ação, bem como as aspirações do grupo de trabalhadores.

O uso das fontes orais, no primeiro momento, foi pensado como possibilidade de diálogo com o universo das duas categorias de trabalhadores, mas os esforços empreendidos, neste sentido, não trouxeram resultados efetivos, pelo menos, em relação aos vendedores ambulantes. A dificuldade para identificar os possíveis depoentes e conseguir entrevistá-los interferiu decisivamente. Os problemas de vigilância e controle das práticas no centro da cidade nos dias de hoje, imprimem um clima de constante desconfiança daí a recusa a entrevistas. A

dispersão foi outro problema para identificar, entre os trabalhadores, os que sobreviviam da venda informal no período deste estudo. Em face de desencontros, optamos por deixar de lado esta possibilidade.

Quanto aos feirantes a realidade foi bem outra. As idas à feira da Gentilândia permitiu estabelecer proximidades e, assim, eleger o grupo de depoentes que, por sinal contribuíram significativamente na feitura desta dissertação. O critério foi o trabalho na feira, no período dos nossos estudos. A narrativa dos feirantes revelou os significados que a cronologia deste estudo exerceu em suas experiências. Coincidências à parte, a questão constituiu território fértil para exploração dos significados das atividades e da própria feira no período. Trilhar fontes orais permitiu esclarecer as trajetórias individuais de sujeitos, que sob condições diversas, se transformaram em "trabalhador por conta própria".<sup>2</sup>

O resultado destas interconexões é o trabalho que ora apresentamos ao leitor:

No capítulo I, analisamos as ações dos poderes públicos do período e os significados da chamada "humanização da cidade". Por esse caminho, tentamos compreender as reformas urbanas, do período tendo em vista o centralismo da ditadura militar no que se refere ao controle de verbas, criação de Plano Integrado de intervenções urbanas para as capitais do país e a perda de autonomia dos municípios. Ao tentar perceber a configuração da política local deparamos com a modificação da paisagem urbana de forma bastante pontual. A questão levou a problemática da reforma da Praça do Ferreira e à interferência nas práticas sociais, à elaboração dos projetos para novo formato da praça, em torno do que se deu a polêmica dos professores e alunos da Faculdade de Arquitetura, interesses econômicos enredados pela indústria da construção civil quando entrava em cena o uso exacerbado do cimento nas estruturas de concreto.

---

<sup>2</sup> Este termo é utilizado por Nascimento num estudo sobre os trabalhadores ambulantes em Salvador num período que compreende os nossos estudos. Acharmos muito rica esta construção pelos sentidos que ela pode evocar principalmente em relação às experiências que possibilitam a constituição dos sujeitos enquanto partícipes de uma categoria específica de trabalho. Em alguns momentos do nosso trabalho nos apropriamos deste termo. Ver: NASCIMENTO, Vilma Maria do. **Trabalho árduo e liberdade:** o cotidiano dos vendedores ambulantes em Salvador (1968-1990). Dissertação (mestrado) PUC/SP-UCSAL, 1999.

No capítulo II, observa-se o cotidiano dos trabalhadores ambulantes, na lida diária pela sobrevivência. As intervenções urbanas repercutiram incisivamente nas atividades na medida em que ocupavam as vias públicas do centro. A presença dos mesmos era apontada, pela imprensa local, como obstáculo ao embelezamento da cidade e à circulação de pedestres. Os conflitos colocavam, em foco, as constantes agressões da polícia e a tomada de mercadorias. Em contato com essas questões nos defrontamos com outros significados do que é tido como "subversão" quando se trata das apropriações dos espaços públicos.

Nos capítulos III e IV estabelecemos um diálogo com as experiências dos trabalhadores feirantes. A feira livre se inseria na cidade como um importante espaço de abastecimento. Esse aspecto levou ao encontro das questões relativas ao abastecimento, as medidas dos poderes públicos para instituir a feira. Também foi possível apreender as condições de trabalho entrecortadas do ritmo intenso de movimentação pela cidade, no espaço da feira ou em locais de venda de produtos para abastecimento. O trabalho de cada dia era perpassado por tensões decorrentes das medidas de disciplinamento dos poderes públicos como: deslocamento de pontos de venda, em relação à feira da Gentilândia, tentativa de cobrança de impostos, inspeções etc.

No esforço de compreensão das formas de atuação diante das constantes interferências dos poderes públicos, fizemos um percurso para desvendar os valores culturalmente inscritos no universo dos trabalhadores. Neste sentido, percebemos as formas de organização da Associação e nas mediações várias com os políticos locais. São traços que fazem refletir sobre as práticas de reelaboração no espaço urbano. Decifrar suas tramas nos fez perceber outras formas de "viver a cidade".

# CAPÍTULO I

## "HUMANIZAÇÃO" E REMODELAÇÃO DO ESPAÇO URBANO NO CONTEXTO DA DITADURA MILITAR

A ditadura militar, implantada no Brasil com o golpe de 1964, encontrou alicerces no apoio dos grupos que se aglutinaram em torno de expectativas em comum: a repressão aos movimentos sociais, o fim do "comunismo" e novas diretrizes para a economia. Neste sentido, a burguesia multinacional, a burguesia nacional e os militares entravam em cena como os principais protagonistas do "novo Estado"<sup>3</sup>.

A conjugação de interesses entre os militares e a burguesia se acentuou em 1967, quando o chamado "milagre brasileiro"<sup>4</sup> entrava em cena. A partir daí, delineava-se na economia brasileira, um ritmo acelerado de desenvolvimento econômico, sendo que os índices apresentados revelavam expectativas animadoras<sup>5</sup> que se consolidaram no ano seguinte. De acordo com Paes, isto foi

---

<sup>3</sup> Segundo Maria Helena Simões, as diretrizes do estado autoritário foram baseadas nos princípios da DSN (Doutrina de Segurança Nacional) que incluíam a defesa do capitalismo com altas taxas de acumulação, a predominância do grande capital, e a contenção dos movimentos dos trabalhadores, o que significava disciplinar o trabalho às necessidades do capital. Neste sentido os militares assumiriam os objetivos da burguesia. PAES, Maria Helena Simões. **A década de 60: rebeldia, contestação e repressão política**. São Paulo: Ática, 1993. p.46.

<sup>4</sup> Segundo Paes, o chamado milagre brasileiro "baseava-se numa política fiscal de incentivos e isenções, que beneficiava especialmente o grande capital nacional e multinacional, sendo que a receita fiscal foi centralizada na União, que a repassava aos estados e municípios, o que contrariava os princípios federativos e servia como arma política; numa política cambial que favorecia as exportações; numa política que facilitava a entrada de capital estrangeiro sob a forma de capital de investimento, mas sobretudo, de capital de empréstimo, o que teria repercussões futuras na dívida externa; numa política de 'afrouxar as rédeas', isto é, relaxar os controles monetários e de créditos instituídos no governo anterior, criando-se um sistema de crédito subsidiado para as empresas e crédito fácil para o consumo de bens duráveis produzidos pelas multinacionais. E, logicamente, na manutenção do arrocho salarial." Idem, p.50-51.

<sup>5</sup> Daniel Aarão nos apresenta, a partir de alguns dados, o perfil econômico do período: "Em 1967, o país já registrou um razoável crescimento de 4,8%. No ano seguinte, quase o dobro: 9,3%, tendo o conjunto da atividade industrial alcançado o patamar de 15,5%, puxado pela construção civil, com 17% de crescimento. A decolagem era produto da combinação das medidas do governo com uma série de condições favoráveis, internas (ociosidade do parque industrial, demanda reprimida,

possível devido à ampliação de poder do executivo consagrado pelo AI-5, uma vez que o Estado ficou livre do controle da sociedade civil e pôde agir sem empecilho no sentido de "atender às demandas dos que tinham 'intimidade' com o poder"<sup>6</sup>

Somente alguns setores da sociedade foram beneficiados com esta política, dentre eles, a classe média urbana que via ampliarem-se a oportunidade de emprego e de altos salários nas estatais ou grandes empresas privadas, sem falar nas possibilidades de obtenção dos bens de consumo, como carros recém lançados, proporcionados pelos financiamentos incluindo-se os consórcios. Segundo Paes, este é um indicativo de que "Algumas das características da sociedade de consumo atingiam, portanto, apenas determinados setores sociais, mas não toda a sociedade." <sup>7</sup>

Esse período foi acentuado por inúmeras manifestações indicando que os índices de crescimento econômico não foram suficientes para conter as insatisfações. Os descontentamentos eclodiam de vários setores: grande imprensa (Jornal do Brasil e Estado de São Paulo), setores da Igreja Católica que se contrapunham à política econômica dos militares, oferecendo apoio às organizações que empreendiam ações mais radicais advindas, sobretudo das fileiras estudantis. Na música ecoavam os protestos de Geraldo Vandré e Chico Buarque, entre outros. Ainda na esfera artística e cultural temos, a cinematografia engajada materializada nos filmes de Rui Guerra (Os fuzis) e Glauber Rocha (Deus e o Diabo na Terra do Sol).

Em contrapartida a essas formas de protesto, o governo de Costa e Silva procedia com intensa repressão, delineando-se assim os substratos do profundo autoritarismo que marcaria os anos quentes de 1968.

Em 1968, os estudantes respondiam à intolerância do regime autoritário com a passeata dos Cem Mil, no Rio de Janeiro. Era forte indicativo de que os estudantes universitários buscavam unificação por intermédio das entidades

---

saneamento financeiro executado pelo governo anterior) e externas (início de um *boom* espetacular no mercado internacional: entre 1967 e 1973, o comércio mundial cresceu a uma taxa de 18% ao ano). REIS, Daniel Aarão. **Ditadura militar, esquerda e sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000. p.46.

<sup>6</sup> Idem, p.51.

<sup>7</sup> Idem, .p.51.

representativas. A onda de descontentamentos se constituía em suporte de convergência de heterogeneidades, uma vez que os vários grupos buscavam a construção de laços: escritores, religiosos, professores, músicos, cantores, cineastas etc.

Em meio ao clima, irrompia a rebeldia e ousadia das organizações revolucionárias clandestinas que prometiam enfrentamentos diversos, sobretudo o enfrentamento armado. A ação de grupos se pautavam no que Daniel Aarão chama de "utopia do impasse" que consistia " na idéia de que o governo não tinha condições históricas de oferecer alternativas políticas ao país; e na de que as grandes massas populares, desiludidas com os programas reformistas, tenderiam a passar para expectativas e posições radicais de enfrentamento armado, revolucionário" <sup>8</sup>

Para a maioria dos que advinham das camadas populares, esse quadro foi experimentado de forma radicalmente diversa da perspectiva de esquerda. Mesmo diante das situações que inscrevia o comprometimento da sobrevivência, alguns setores das camadas pobres adotavam outros comportamentos que subvertiam os horizontes das expectativas de radicalização, o que se verificou no caso dos trabalhadores que estudamos aqui, e, mesmo quando o fizeram, foi por outras vias que não a das "posições radicais" de enfrentamento armado e revolucionário.

O fato é que, sob os ditames do AI-5, alardeava-se, pelos quatro cantos do país, o discurso da prosperidade econômica que se configuraria no desenvolvimentismo dos anos 70 e, de acordo com Daniel Aarão, o país era "comparado a um imenso canteiro de obras, foi tomado por incontida euforia desenvolvimentista"<sup>9</sup>. Este quadro pôs em tela a adoção de medidas centralizadoras a fim de "modernizar" as principais capitais do Brasil a partir dos Planos de Desenvolvimento Integrado. Sob essas medidas, residiam as perspectivas de que era possível gerir as cidades por meio de medidas técnicas de intervenções no espaço urbano.

A seguir, iremos analisar como esse contexto se configurou do ponto de vista das vivências urbanas na cidade de Fortaleza, principalmente em relação a

---

<sup>8</sup> REIS, Daniel Aarão. Op.cit. p.50.

dois segmentos específicos das camadas populares: vendedores ambulantes e feirantes.

### **1.1- A reforma da Praça do Ferreira**

A experiência de reencontro com a Praça do Ferreira, para Alberto Galeno, freqüentador assíduo do logradouro, foi entrecortada por estranhamento e perplexidade. Em tempo de prisões e torturas, instalou-se, para este protagonista, uma pausa no convívio urbano, na medida em que circular pela cidade se tornou uma prática cerceada em decorrência de sua prisão. O tempo de ausência foi acentuado por mudanças intensas subscritas, sobretudo no espaço urbano.

O seu "desprendimento" das redes de convívio foi intercalado pela experiência de confinamento sustentada pelas grades e paredes do Instituto Penal Paulo Sarasate. Galeno experimentou, na carne, as tramas políticas que moveram homens e instituições em ações desesperadas contra os opositores do regime autoritário.

De volta à vida "normal", após sair da prisão, Galeno apresenta, em sua narrativa, certo desapontamento quando percorrer a cidade em busca dos lugares onde, costumeiramente, se encontrava com os amigos e conhecidos e desfrutava de toda uma rede de sociabilidade em períodos que antecederam sua prisão:

A lembrança do presídio procurávamos afastar da memória. Ficava para trás o Paulo Sarasate com seus horrores como o castigo de nossa resistência contra a ditadura militar. Agora em liberdade condicional buscávamos os lugares por nós antes freqüentados. Reencontrar velhos amigos. Bater um papo. Tomar um cafezinho no Abrigo Central. Ou, para variar, um pega-pinto no Mundico. A Praça? Sim, buscávamos a Praça do Ferreira! Qual o habitante desta cidade do Forte que não se encontra por este ou aquele motivo ligado ao logradouro que nasceu sob o carisma do boticário Ferreira? Mas, onde encontrá-la? Pelos nossos cálculos deveríamos estar no espaço ocupado pela Praça do Ferreira. Mas, onde a Coluna da Hora? E o Abrigo Central? Por mais que nos esforçássemos não conseguíamos encontrá-los. O que víamos em seus lugares eram aqueles estirões de cimento armado, de cinquenta metros ou mais, como

---

<sup>9</sup> Idem, Ibidem. p.56.

se fossem jazigos destinados a sepultar gigantes. Um cemitério surrealista com certeza. Fortaleza possuía destas extravagâncias.<sup>10</sup>

A reforma da Praça do Ferreira, segundo o cronista, resultou em significativa alteração do espaço e, para contrariedade, o mesmo havia se dado com outros lugares. Segundo ele, as mudanças foram exercidas com a expectativa de evitar os "ajuntamentos populares":

Estávamos em meio das elucubrações quando sentimos um pousar de mãos sobre os ombros. Viramo-nos rapidamente. Era o João Alencar, um companheiro de bate-papo no Banco dos Comunistas. **\_\_\_ Veja, companheiro, o dismantelo que o Zé Walter andou fazendo \_\_\_ disse ele de sopetão. Um desastre. Tudo para que o povo não tivesse acesso à Praça.** Concordamos com o amigo. Na verdade estávamos nos esforçando por descobrir se estávamos na Praça ou se noutro local, tamanha descaracterização. Aquilo acolá podia se parecer com tudo, com cemitério, com anfiteatro romano, menos com obra de arquitetura com a qual estivéssemos acostumados. Lembramos Mário Rosal, o velho do facão. Coisa de doido! Mas, não era só. Alencar tinha razão. O que haviam pretendido com a malsinada reforma fora afastar o povo do local. Contudo, esta não era a primeira vez que tal acontecia. Lembramos o sucedido por ocasião da chamada Revolução Constitucionalista de São Paulo, quando o chefe de polícia do interventor Carneiro de Mendonça, um certo coronel Falconière, chegara a proibir os bate-papos da Praça. Tudo para impedir que o povo tomasse conhecimento dos fatos, viesse a se esclarecer. **Entretanto, nenhum governante até então havia chegado ao extremo de destruir o logradouro com o fim de evitar os ajuntamentos populares, de impedir que os cidadãos se comunicassem, que houvesse a troca de idéias.** As ditaduras - hoje como ontem- temiam o povo esclarecido, temiam o julgamento popular.<sup>11</sup> (grifo nosso)

O fato é que a fisionomia do novo formato da Praça do Ferreira foi experimentada com contrariedade não somente pelo cronista. A questão também se evidencia em outros olhares sobre a reforma do logradouro em 1968. Em uma obra publicada recentemente sobre a Praça do Ferreira, Juarez Leitão também se remete à reforma da Praça do Ferreira, do período, acentuando impressões bastante próximas das de Galeno. Neste sentido, ao se referir à reforma da Praça, Leitão utiliza-se de expressões como "coisa esquisita", "paliçadas de cimento"

---

<sup>10</sup> GALENO, Alberto S. **A praça e o povo**: homens e acontecimentos que fizeram história na Praça do Ferreira. Fortaleza: Stylus Comunicações, 1991. p. 7.

<sup>11</sup> Idem, *Ibidem*. p. 8.

indicando assim que a experiência visual do espaço era entrecortada por certo desencanto:

Em 1968 o prefeito José Walter Cavalcante faz a demolição completa da praça e ergue uma **coisa esquisita com canteiros altos em forma de caixões, interceptando a vista horizontal de tal modo que, quem estivesse de um lado não enxergava o outro lado**. Como era no tempo da ditadura militar, muita gente achava que aquelas paliçadas de cimento armado eram para evitar a aglomeração no centro da praça e dificultar os comícios e mobilizações de protesto. O bate-papo vespertino, os bancos-parlamentares e o convescote dos aposentados... tudo isso finou. Os cronistas e historiadores consideram que o Dr. Zé Walter, querendo ou não, decretou a morte da praça.<sup>12</sup> (grifo nosso)

Como se percebe, as expressões dessa fala se aproximam bastante das utilizadas por Galeno para denominar o que ocorreu com o logradouro: "estirões de cimento armado", "jazigos destinados a sepultar gigantes". Ainda insistindo na questão, é significativo entrecruzar com essas falas, as impressões de um dos nossos depoentes, o Senhor. Farias, feirante. Quando o mesmo foi indagado sobre as alterações urbanas ocorridas em Fortaleza, naquele período, a questão estética se introduz de forma bastante incisiva:

Eu me lembro. Praça num tinha, num prestava as praças. A praça do Ferreira, houve uma reforma lá que **era uns cantero véi mais fêi do mundo**, que num valia nada.<sup>13</sup> (grifo nosso)

Os canteiros elevados do logradouro, introduzidos com a reforma, produziram marcos nas memórias desses narradores e se apresentam como traço em comum nas lembranças que, em dimensões variadas, acentuam estranheza e rejeição. As expressões utilizadas pelo Senhor Farias denotam que a estética figurada pelo concreto produziu efeitos negativos do ponto de vista da experiência visual proporcionada por aquele espaço, daí a evocação de termos como "cantero véi mais fêi do mundo". Nos traços destas lembranças, é possível identificar os componentes simbólicos que alimentam noções estéticas. Ao qualificar as praças

---

<sup>12</sup> LEITÃO, Juarez. **A Praça do Ferreira**: república do Ceará-Moleque. Fortaleza: Livro Técnico, 2002. p.21.

<sup>13</sup> Entrevista Realizada com o Sr. Francisco Farias em 17/03/2004 na Feira do Bairro de Fátima.

como espaços que "não prestam", remetendo-se ao período em que os logradouros assumiam um formato específico, é com os valores socialmente construídos ou incorporados que essas noções operam. O que podemos concluir a partir daí, é que essas noções também inscrevem sentidos aos espaços, na medida em que os qualificam como feios ou belos.

Analisando o formato da Praça, é possível decodificar as teias que compõem o imaginário de estranheza. As possibilidades de contatos e proximidades inevitavelmente foram sacudidas com o novo formato que subtraiu, decisivamente, os lugares de significações compartilhadas. Como podemos perceber, a partir da fotografia abaixo, toda a área física que compreendia a Praça do Ferreira foi compartimentada instaurando novas modalidades de comportamento, uma vez que os espaços destinados aos bate papos foram comprimidos pelas fronteiras estabelecidas pelos canteiros:



Figura 1: Praça do Ferreira em 1971. Foto do Anuário do Estado do Ceará.

Percorrendo as narrativas de Galeno, encontramos informações bastante significativas sobre as alterações dos espaços físicos. Em contato com os companheiros que freqüentavam a Praça do Ferreira, Galeno foi informado de que a prática de alteração não se restringira a um único local. Esta questão aparece logo em seguida quando, na experiência do reencontro, um de seus amigos o colocava a par das "novidades" ocorridas em sua ausência:

Alencar deu-nos mais algumas notícias. Disse-nos do sucedido com o Passeio Público e a General Tibúrcio, cercados de grades para que o povo não tivesse ingresso. E, o que era mais grave, com a Praça Clóvis Beviláqua, transformada pela companhia de Água e Esgotos numa imensa cisterna. Esse Zé Walter de quem o amigo falava com tanta familiaridade, não havia dúvida, inviabilizara o que Fortaleza possuía de mais atraente: a Praça do Ferreira, a General Tibúrcio, a Clóvis Beviláqua e o Passeio Público.<sup>14</sup>

Espaços e relações foram sacudidos com as intervenções nesses locais. Lugares sucumbidos e amigos que se foram para nunca mais voltar são os traços acentuados com o retorno, o que por sua vez, nos insere na trama em que se pode situar o confronto de olhares sobre antigos e novos espaços. O significado dessa experiência só pode ser compreendido na dimensão das vivências. É nesse território, onde os sujeitos tecem, com os lugares, relações múltiplas, e, por extensão, atribuem-lhes significados. Destes processos decorrem as práticas que convertem os lugares em espaços<sup>15</sup>, ou os espaços em lugares, pelo menos, no plano do imaginário, já que acreditamos que, no território das vivências os espaços não sucumbem e se mantêm vivos apesar de...

Nesse jogo duplo, a estranheza redesenhara, na paisagem das lembranças, o espanto e os fios que moviam as experiências compartilhadas foram embaraçados fazendo emergir, nas narrativas, expressões do tipo: "cemitério", para renomear a Praça indicando, assim, que a mesma havia morrido! Entende-se morte, no caso, como metáfora bastante elucidativa das tensões

---

<sup>14</sup> GALENO, Alberto S. Op. Cit., p.8

<sup>15</sup> Nosso percurso de reflexão, no decorrer deste trabalho, quanto à questão dos espaços, vai no sentido de compreendê-los a partir do que Certeau sugere em suas reflexões quando salienta que os espaços são lugares praticados. Ver: CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

desenhadas pelas formas como os espaços são concebidos e percebidos. De acordo com a narrativa do cronista, este quadro se deu sobretudo, em decorrência da ditadura militar:

A seguir perguntamos pelo Banco dos comunistas e pelos papeadores que nele tomavam assento para discutir assuntos de política. O que era feito do Papão? E do Batista Neto? Do Aluisio Gurgel? Do professor Josafá Linhares? Do alfaiate Mário Souto? Do Raimundo Vermelho? Do Galego? Do professor Gabriel Lopes Jardim? Do Pedro Jerônimo? Alencar entristeceu de repente. Fugiram-lhe as palavras. Só a muito custo não chegou as lágrimas. Sabíamos, na verdade, do sacrifício de Pedro Jerônimo de Souza, o ativista político assassinado pelos torturadores do Dói-Codi. A notícia havia-nos chegado no Paulo Sarasate (IPPS). Se perguntávamos era por desejarmos obter detalhes mais completos. Quanto aos demais componentes do Banco não sabíamos notícia. Nosso interlocutor acendeu um cigarro e só depois de algumas bafuradas (sic) foi que pôde iniciar seu relato. Papão morrerá, fazia algum tempo, acometido de males próprios da velhice. Findara-se com mais de oitenta anos. Galego que era chegado a macumba, morrerá em consequência de queimaduras, quando em meio de garrafas de cachaças, velas e charutos, trabalhava com seus orixás. Quanto ao professor Gabriel fora o coração que baqueara sobrecarregado com cento e cinquenta quilos de peso. Por último Pedro Jerônimo. Este morrerá como um bravo, torturado até a morte sem que apontasse os companheiros do partido.<sup>16</sup>

A partir destes relatos, é possível perceber os significados da Praça do Ferreira nas experiências destes freqüentadores, bem como as redes de sociabilidades alimentadas pelos bate-papos nos bancos do logradouro. Quanto à ação da ditadura militar, veremos a seguir que não se trata de exagero do cronista, uma vez que a reforma ocorreu em período de acentuado fechamento político, em que a caça às bruxas, aos subversivos, colocou em tela a perseguição às mobilizações estudantis e toda sorte de organização de grupos, inclusive as rodas de bate-papos nos espaços públicos. Esta questão, por sua vez, nos aproxima da reflexão de Arantes quanto às práticas sociais que conferem atributos qualitativos aos lugares numa dimensão em que "ruas, praças e monumentos transformam-se em suportes físicos de significações

---

<sup>16</sup> Idem, *Ibidem*, p.9.

compartilhadas."<sup>17</sup> Nesta medida, somos levados a indagar sobre a necessidade de modificar o logradouro justamente nesses período.

É certo que inúmeros grupos convergiam para a Praça do Ferreira, inscrevendo-lhe pluralidade. É relevante considerar que o espaço também se afirmara nos anos sessenta, como ponto de concentração de estudantes universitários, na realização de um evento tido como tradicional: a passeata dos bichos, como veremos mais adiante.

De acordo com Juarez Leitão, "os convescotes do anoitecer nos bancos" são referidos por boa parte dos cronistas, sendo que os mesmos "funcionavam como uma espécie de parlamento, talvez com importância maior do que a Câmara Municipal." Essas práticas, postas em relevo, na narrativa de Galeno, segundo Leitão, datam de períodos bastante anteriores. Lembra o autor que "o costume de se constituir grupos de amigos nos bancos da Praça data de 1918. Antes, os convescotes se davam no Passeio Público."<sup>18</sup>

Neste sentido, a reforma da Praça do Ferreira, no final dos anos sessenta, além de alterar a paisagem urbana, interferiu decisivamente nos usos do espaço, e, em proporções maiores, também sacudiu o cotidiano dos que transitavam no seu entorno para garantir a sobrevivência de cada dia: os vendedores ambulantes. A alteração do espaço, segundo Galeno, era mediada pela expectativa de novas condutas:

Alencar fez uma pausa enquanto puxava uma baforada do cigarro. \_\_\_ E os demais \_\_\_ voltamos a insistir. \_\_\_ Bem, os outros andam soltos por aí, escapando como podem. **Aqui é que eles não botam os pés, pois seria uma temeridade se o fizessem. Estariam se entregando a polícia.** \_\_\_ Como assim? \_\_\_ voltamos a insistir. \_\_\_ Ora, companheiro, só em estarmos aqui já estamos nos arriscando. Saiba você que tanto antes como depois da transformação da Praça isto aqui tornou-se um lugar perigoso. **Os papeadores passaram a ser considerados como subversivos, ora como vadios, presos e espancados pela polícia.** Á noite fica tudo escuro como o breu. Deixam de acender as luzes e a escuridão é de meter medo. Alencar despediu-se. Estávamos em um

---

<sup>17</sup> ARANTES, Antônio Augusto. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, IPHAN, n.23, 1994. p. 192.

<sup>18</sup> LEITÃO, Juarez. Op. Cit. p.50.

domingo de céu limpo e muito sol. Mesmo assim o local permanecia deserto.<sup>19</sup>(grifo nosso)

Novos formatos, novos usos? Quem sabe... A reforma da Praça do Ferreira não se deu de forma isolada, é que a mesma crônica também indica o que ocorreu com outros logradouros tradicionalmente freqüentados pelos habitantes da capital alencarina. Situá-la num contexto de intervenção urbana específico é o caminho que pretendemos percorrer a fim de compreendermos os seus significados no período em que estava em vigor o regime autoritário da ditadura militar, o que correntemente é ressaltado pelo cronista.

Nesse sentido, temos uma pista significativa para desvendarmos as perspectivas ocultadas com a mudança física dos logradouros públicos, no final dos anos sessenta, em especial, a Praça do Ferreira, que é a expectativa de desaparecimento dos espaços de relação. Ancorada nesse ponto, iremos dialogar sobre a seguinte questão: em que dimensões alguns espaços foram incluídos nos propósitos urbanísticos do período?

Além do desejo de alteração da fisionomia dos espaços específicos da cidade, existem outros, que por sua vez, alimentaram alguns conflitos quanto às atividades de trabalho desempenhadas nos espaços públicos, nas zonas mais movimentadas da cidade. No território das vivências com os espaços, antigos usos se inscreviam sob outras dimensões, além das práticas de sociabilidade ou movimentações políticas e estudantis: os espaços como suporte de trabalho e sobrevivência. Isso significa que extrair dos habitantes da cidade novas condutas, nos espaços públicos, não se constituiu tarefa simples, na medida em que entravam, em cena, espaços não pensados, ou seja, o território redesenhado pelas experiências de apropriação dos trabalhadores informais. Como esta questão foi vivenciada por estes sujeitos que retiravam seu sustento das atividades empreendidas nos espaços públicos? Esta é a questão que tem norteado todo o esforço de reflexão deste trabalho.

---

<sup>19</sup> GALENO, Alberto.S. Op. Cit. p.10.

Quanto à alteração da fisionomia dos espaços, é curioso como eram anunciados na imprensa local. Em uma matéria publicada no Jornal O Povo, em novembro de 1968, denominada "A transformação de Fortaleza", as reformas urbanas eram divulgadas como "um trabalho de grande vulto" cuja aspiração seria a "humanização da cidade":

Um trabalho de vulto está sendo executado pela prefeitura municipal de Fortaleza, sob a inspiração de um elevado objetivo: **a humanização da cidade**. Por isto entende-se um esforço para evitar a sufocação do espaço urbano pelo concreto e pela pedra, assim como pelos veículos motorizados, significa ampliar as áreas livres e verdes para dar ao povo espaço para esparecimento, respiração mais franca, recreação e contatos humanos.

Cumprindo fielmente o plano diretor da cidade, o prefeito José Walter Cavalcante ao mesmo tempo que asfalta dezenas de quilômetros de ruas, emprega substanciais recursos na construção e reformas de praças públicas, que são os pulmões de uma cidade. Quando se completou o primeiro ano de sua administração, o prefeito inaugurou cinco novas praças, enquanto outras tinham seus projetos elaborados pela SUMOV (...) <sup>20</sup> (grifo nosso)

Como podemos perceber, os objetivos divergem dos das narrativas de Galeno, no que diz respeito aos "contatos humanos". Na mesma matéria em que as reformas estão sendo anunciadas, a descrição dos novos equipamentos, introduzidos nas praças, dão indícios das interferências na maneira de ser e de estar nestes espaços:

Esses logradouros e mais a Praça Pio IX, ao lado da avenida Treze de maio, foram projetos dentro de um estilo novo com largas alamedas mosaicadas, espelhos d'água, **jardins por vezes construídos em planos elevados**, arborização com variadas espécies regionais, iluminação a vapor de mercúrio com postes e luminários em elegantes disposições. Em alguns casos, outros elementos importantes foram acrescentados: uma fonte luminosa, um parque infantil com balanços, deslizador, barras para exercícios (...) <sup>21</sup> (grifo nosso)

---

<sup>20</sup> Jornal O Povo, 30 nov. 1968.

<sup>21</sup> Idem, *Ibidem*.

A Praça do Ferreira, segundo o mesmo vespertino, não ficara excluída do processo, sendo que sua alteração constituiria-se em "um dos marcos da administração" do prefeito José Walter:

Quinhentos e cinquenta milhões de cruzeiros velhos- es o investimento que a prefeitura está fazendo para transformar a Praça do Ferreira num dos mais bonitos centros urbanos do Norte e Nordeste. **Trata-se de uma obra de grandes proporções que constituiria um dos marcos da administração José Walter**, além dos passeios que terão piso e cerâmicas São Caetano.<sup>22</sup> (grifo nosso)

Pelos significados do logradouro nas experiências dos habitantes de Fortaleza, pelas redes de sociabilidades do espaço, não fica difícil entender as motivações que levaram a incluir a reforma da Praça do Ferreira em destaque, no âmbito das reformas do período. Como desarticular essas relações? A indagação parece um caminho interessante para enveredarmos pelos significados das alterações que a reforma veio acrescentar ao lugar. A Praça do Ferreira também se inscreve nas tramas sociais e políticas da cidade e no período da ditadura, experiências articuladas a convergências de pessoas para o logradouro guardam algumas particularidades que precisam ser examinadas.

Nos anos sessenta, os estudantes universitários sacudiam o cotidiano da cidade, com um evento de grande envergadura que culminava com significativa concentração de pessoas na Praça do Ferreira: a passeata dos bichos. Em meio às festividades e "exibição" dos recém-ingressos na universidade, inúmeros adereços eram acrescentados a fim de multiplicar os efeitos da impressão junto ao público: blocos de estudantes organizados por curso com a presença das rainhas, carros enfeitados para dar um tom humorístico, cartazes de protestos indicando apropriação dos festejos como espaço de reivindicação e projeção de utopias. As sátiras, as músicas carnavalescas empregavam novas tonalidades às vias públicas atraindo milhares de pessoas que buscavam lugares entre uma calçada e outra, para apreciar o espetáculo proporcionado pelos estudantes:

---

<sup>22</sup> Id. ibidem



Fig. 2 a 7: Passeata dos Bichos. Acervo do NUDOC.

Trata-se de uma manifestação estudantil que ganhava as ruas do centro de Fortaleza, para apresentar à população os recém aprovados no vestibular. A criatividade dos estudantes, na maneira de conduzir a passeata, pelas ruas da cidade, contribuía com o que Edmilson Alves chama de "carnavalização do evento"<sup>23</sup>. Esse artifício ampliava o poder simbólico do rito de apresentação dos novos universitários à cidade, na medida em que a dimensão festiva exercia forte atrativo entre os habitantes que, em períodos específicos, iam ao encontro do evento. Entre os corpos em movimento, outras nuances se faziam observar: os cartazes, que faziam chegar ao grande público as utopias estudantis, as expectativas diante da universidade e da conjuntura política.

O último aspecto do evento assume grande relevância em nossos estudos, no sentido de compreendermos as múltiplas vivências na cidade no contexto de ditadura militar. Nesse sentido, temos a passeata como veículo de publicização de experiências construídas em ambiente diverso, mas não em separado da cidade: a universidade. As festividades culminadas com a concentração dos estudantes, na Praça do Ferreira, imprimiam seus traços no universo das significações compartilhadas. É possível que a reforma da Praça tenha constituído instrumento eficaz para pôr fim às mobilizações que faziam parte da experiência encarnada na força da tradição.<sup>24</sup> Lembramos que a última passeata ocorreu em junho de 1968, ou seja, no período de intensificação do autoritarismo, ao entrar em vigor o AI-5. Outro aspecto que deve ser considerado é o período em que o evento se deu, já que o mesmo realizava-se no início do ano.

Nos anos que antecederam o AI-5, as autoridades procuravam cercar a organização do evento, principalmente em sua dimensão de expressão política "com uma constante vigilância", a fim de impedir a infiltração da subversão no

---

<sup>23</sup> MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. **Memórias de luta**: ritos políticos do movimento estudantil universitário. 1962-1969. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002. p.170.

<sup>24</sup> Edmilson Alves observa que a passeata dos bichos tinha uma grande repercussão e durante a década de 60, era tida como "tradicional": "Era, pois, um evento de grande repercussão e movimentação cuja qualificação é de um evento 'tradicional' dos estudantes universitários. Uma definição constante durante todo o restante da década, que revela o caráter ritualístico que o

território da tradição. Nessa medida, os estudantes deveriam negociar com o exército a autorização para a realização do evento. A última passeata, realizada em 1968, se inscreveu numa atmosfera de muitas tensões não só a nível local, mas no Brasil como um todo:

Ela foi um espaço essencial no sentido do protesto, em um momento da vivência de possibilidades de oposição ao regime até então não vistas. Afinal, marcada para o dia 8 de junho (uma data já bem atrasada em relação às outras) ela acontece depois da repercussão da morte de Edson Luís, após a eclosão de inúmeras manifestações de protesto em todo o país, com uma série de experiências de politização nas ruas não só em Fortaleza como em outras cidades.<sup>25</sup>

Desencorajar os estudantes de realizá-la - quem sabe? - era a melhor fórmula de fazê-la desaparecer? A demolição do espaço para aonde os estudantes convergiam, no percurso da passeata, talvez fosse o melhor caminho para impedir a concentração de pessoas e remover os riscos dos indesejáveis "ajuntamentos populares". São curiosos os procedimentos utilizados para a efetivação da reforma, como a relação ambígua com a Escola de Arquitetura.

Traço marcante nas formas de concepção do evento é a oportunidade de expressão espacial das expectativas e conflitos da juventude universitária.<sup>26</sup> No contexto de resistência ao regime autoritário, a dimensão que envolve a realização do evento tem algumas implicações.

Durante a ditadura militar, a experiência de chegar às ruas constitui instrumento de comunicação com a cidade. A experiência visual do desfile, nas vias públicas, proporcionava, aos expectadores, o contato com as mensagens políticas. Fazer isso diante da população significava construir redes de proteção

---

evento possuía, no tocante à representação da juventude universitária e sua importância para a cidade". Idem, *Ibidem*. p.162.

<sup>25</sup> Idem. *Ibidem*. p.177.

<sup>26</sup> De acordo com Edmilson Alves, nos períodos que antecederam o golpe militar, a passeata dos bichos já mantinha o espaço reservado às críticas em que os estudantes poderiam eleger como alvo os políticos de um modo geral, autoridades ou professores da universidade, o que muitas vezes se dava num tom jocoso: "Em 1963, através dos jornais, vemos que foi marcante a 'gozação a Brizola, Lacerda, Jango e outros líderes nacionais. A crítica foi também a nomes de esquerda naquele instante, portanto, não estavam isentos da jocosidade estudantil na perspectiva do caráter de imprevisibilidade da crítica e da sátira do evento". MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. Op. Cit. p.170.

em que "diluir-se na multidão" exerce um significado, um artifício de "fazer aparecer", como observa Edmilson Alves:

Diluir-se na multidão' a partir do 'querer a parecer' são expressões que denotam a chance de sair às ruas para fazer o que em outros momentos não seria possível, dentro de uma ordem autoritária cujos espaços de manifestação são cercados cada vez mais. Em um momento em que a crítica é cada vez mais restringida, o melhor foi aproveitar a chance, mesmo que vigiado, de se perder na multidão, se deixar proteger.<sup>27</sup>

Tudo indica que essa dimensão do desfile, como suporte de comunicação com a cidade, contribuiu decisivamente para alimentar o desejo da sua eliminação.

A questão nos aproxima da reflexão de Sennet ao chamar a atenção para as expectativas dos planejamentos das cidades, no século XIX, que eram as de "desencorajar os movimentos de grupos organizados", uma vez que "corpos individuais que circulam pela cidade tornam-se individualizados",<sup>28</sup> daí os traçados incluírem formas de facilitar a livre circulação das multidões. Mesmo em se tratando de outra temporalidade, é pertinente a observação do autor, no sentido de também pensarmos nestas possibilidades em relação às intervenções na Praça do Ferreira e demais logradouros públicos do período. Como veremos mais adiante, é em nome da liberdade de circulação que muitas ações foram empreendidas, com o intuito de expulsar, do entorno da Praça do Ferreira, os trabalhadores ambulantes.

Em se tratando das individualizações dos sujeitos, nos espaços públicos, é significativo o que havia sido proposto, em plano arquitetônico, elaborado no ano anterior à reforma da Praça do Ferreira. De acordo com uma fonte citada por Moreira, um novo plano "arquitetônico" elaborado em 1967 "parecia fazer eco às determinações do regime" quando o mesmo proibia "formação de grupos de conversas na Rua do Ouvidor (Guilherme Rocha) e defronte ao São Luís" Em caso contrário, um guarda "educado" pediria que os grupos fossem desfeitos e os envolvidos se pusessem em movimento. A medida era justificada como uma forma

---

<sup>27</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>28</sup> SENNET, Richard. **Carne e Pedra**. Rio de Janeiro: Record, 1997. p.264.

de prevenir a "ocorrência de discussões acaloradas"<sup>29</sup>. A expectativa de ordem contida nestes escritos é entrecortada pelo desejo de obliteração de contatos físicos tidos como suporte de desordem. Essa concepção distancia-se, portanto, da que estimulava as idas e vindas da Praça a fim de compartilhar experiências.

Não só o formato da Praça do Ferreira, com os canteiros elevados, constantemente acentuado na fala de Galeno como forma de interferir na maneira de ser e de estar no local, mas a exigüidade das áreas adjacentes da Praça também indicam essa questão, ao passo que os freqüentadores iam sendo pensados como meros passantes subtraídos de qualquer laço afetivo com os mesmos.

Arbitrariedades de outra ordem também se aplicaram com a reforma da Praça. A questão pode ser observada em artigo do Jornal O Povo "Engraxates padronizados" que se referia às medidas que a prefeitura havia tomado com o intuito de uniformizar os engraxates que trabalhavam naquele logradouro:

(...)os engraxates aguardam com mais ansiedade a farda azul escuro, que a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos lhes vai vestir e os casquetes que lhes serão metidos na cabeça, (sem contar com os sapatos naturalmente bem lustrados) no que decerto ficarão um pouco inibidos pela vestimenta formal a que preferem a vontade (...) vai haver dentro de dois meses- quando a SMSU receber as novas cadeiras de alumínio padronizadas uma verdadeira revolução(...)<sup>30</sup>

O mesmo artigo se referia ainda ao remanejamento dos engraxates para outras praças, que, ameaçados "de perder" os "pontos bons", picharam os tapumes da Praça do Ferreira com a frase: "engraxates ficam aqui," reafirmando, desta forma, o desejo de permanecer no local. Em seguida, o vespertino compara a ação com os protestos estudantis utilizando-se da expressão "protestava do jeito dos estudantes". Tal comportamento é indicativo de tensão e fornece pistas para outra leitura do que vem sendo apontado como "humanização". Humanizar tinha o mesmo sentido de enquadrar, disciplinar?

---

<sup>29</sup> RIBEIRO, Francisco Moreira. De cidade a metrópole. In: SOUSA, Simone (org). **A gestão da cidade**: uma história política administrativa. Fortaleza: UFC / NUDOC, 1994. p.78.

## 1.2- Arquitetos, projetos e contendas

Para além dos conflitos em que estão inseridos os vários sujeitos que convergiam para aquele espaço, com finalidades múltiplas, existem outros significativos. Trata-se das divergências do corpo de especialistas, mais especificamente os arquitetos e o prefeito José Walter Cavalcante. Em artigo da revista do Instituto Histórico do Ceará, o arquiteto Liberal de Castro analisa a reforma da Praça do Ferreira, em 1968, procurando esclarecer em que medida a Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará esteve envolvida com a questão e, neste sentido, o autor traz informações preciosas.

De acordo com Liberal de Castro, no período em que José Walter Cavalcante assumiu a prefeitura de Fortaleza, os setores de planejamento físico da municipalidade não dispunham de "quadros técnicos, em condições de projetar as obras que tinha em vista" e, nesse sentido, "a Prefeitura ressentia de gente especializada, pelo menos à altura de atender às pretensões do administrador municipal"<sup>31</sup>. É nesse contexto que entra em cena a Escola de Arquitetura:

Pouco tempo depois, o prefeito solicitava ajuda da Escola de Arquitetura para a consecução dos seus planos. Em princípio, o pedido foi visto com bons olhos, pois permitia passar-se do ensino à prática, embora tendo de enfrentar uma escala ampliada e muito complexa como é aquela da cena urbana. Todavia, surpreendentemente em oposto ao que se supunha, **o gestor municipal não desejava um plano geral para a cidade, nem mesmo um projeto para intervenção na periferia do centro ou do centro como um todo. Decidira agir pontualmente, remodelando a Praça do Ferreira.**<sup>32</sup> (grifo nosso)

Em face das circunstâncias, os arquitetos apostaram na perspectiva otimista de que a colaboração com o projeto da Praça do Ferreira "poderia abrir

---

<sup>30</sup> **Jornal O Povo**. 10 jan. 1969.

<sup>31</sup> CASTRO, Liberal de. A Praça do Ferreira de 1968. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**. Fortaleza, v. 105, 1991. p.65.

<sup>32</sup> Idem, *Ibidem*, p.65.

caminhos para estudos mutuamente correlacionados com interesses gerais da cidade e do ensino de arquitetura"<sup>33</sup>

Tal perspectiva, no entanto, fora confrontada pelas medidas adotadas pelo prefeito que se antecipara providenciando a demolição da Coluna da Hora e do Abrigo Central,<sup>34</sup> sem que um cronograma para a execução do projeto e das obras fosse estipulado. De acordo com Liberal de Castro, "quando o engenheiro José Walter Cavalcante dirigiu sua solicitação de ajuda à Escola, já ofereceu a Praça desligada de qualquer relação com o passado."<sup>35</sup>

Nos relatos da experiência, é possível perceber que os olhares sobre a nova configuração da Praça do Ferreira divergiam entre os arquitetos e entre estes e o Prefeito José Walter, quando a preocupação de especialistas era garantir, no logradouro, os espaços para os pedestres, bastante exíguos no período:

Aceita a incumbência, a Escola programou as pesquisas pertinentes. **De imediato, ficou patente que, de uma área de dez mil metros quadrados, apenas dois mil serviam aos pedestres**, incluindo-se neste último número as calçadas das ruas lindeiras!... O logradouro não condizia com a lembrança amável que os seus antigos freqüentadores guardavam na memória. A rigor, tornava-se um verdadeiro pandemônio, com 150 "carros de praça" (não havia táxis na época) estacionados de qualquer modo, bastando dizer que o cruzamento da Rua Floriano Peixoto com Guilherme Rocha apresentava onze pontos de conflito!.<sup>36</sup>(grifo nosso)

---

<sup>33</sup> Idem, Ibidem, p. 66.

<sup>34</sup> Quanto à introdução da Coluna da hora, Juarez Leitão observa que a mesma fora construída, na década de 30, a partir de uma reforma implementada pelo prefeito Raimundo Girão, em 1933. Nesta ocasião, fora retirado o coreto e introduzida a Coluna da Hora "com um relógio de quatro faces. Novos bancos são colocados, de madeira, longos e bem apoiados em ferro fundido." Quanto ao Abrigo Central o autor observa que sua construção é datada em período posterior, mais especificamente em 1946, quando o prefeito Acrísio Moreira da Rocha mandou derrubar o prédio da Intendência para dar lugar a "um centro comercial e de lazer com lojinhas, bares e lanchonetes." Segundo este autor, "No Abrigo, a cidade debatia política, falava da vida alheia, lia jornal, tomava café expresso (de pé, no balcão), engolia a vitamina dupla no Pedão-da-Bananada, ingeria um caldo de mocotó na lanchonete O Tetéu e fazia planos para ganhar a próxima copa." Ver: LEITÃO, Juarez.. A Praça do Ferreira: república do Ceará-Moleque. Fortaleza: Edições Livro Técnico,2002. p20

<sup>35</sup> CASTRO, Liberal de. Op.Cit. p.66.

<sup>36</sup> Idem, Ibidem. p.66.

Quanto às pesquisas de que fala Castro, São significativas as informações sobre as entrevistas realizadas com os freqüentadores da Praça, dando indicativo das expectativas de sua alteração:

Na pesquisa efetuada entre os freqüentadores da Praça, a maioria dos entrevistados desejava a implantação de uma fonte luminosa, bem como solicitava a retirada dos automóveis, por inviabilizarem o uso franco dos espaços. De seu lado, os intelectuais pediam um monumento ao Ferreira. Curiosamente, ninguém clamava contra a demolição da Coluna da Hora, talvez por estarem todos anestesiados pela sua recente eliminação, ou porque, possuindo a cidade ainda tantos testemunhos físicos do seu passado, a destruição de um deles não causava tanta celeuma, como ocorre agora.<sup>37</sup>

Os freqüentadores se ressentiam dos transtornos causados pela presença desenfreada dos automóveis, no local, e o problema perdurou por bastante tempo, uma vez que a reforma, no período, não contemplou o uso do espaço pelos pedestres. Como os arquitetos se inseriam neste contexto de reformas?

Conforme Liberal, as opiniões dos arquitetos, na elaboração dos projetos de reforma da praça não coincidiam, o que contribuía para os trabalhos não serem rápidos, e mais: as atividades dos especialistas, ainda por cima, não eram remuneradas:

No fim de contas, o serviço era gratuito e executado nas horas de folga de professores e alunos, tantas vezes à noite, com visível prejuízo para ambas as categorias. Muitas idéias foram lançadas no papel, mas assuntos tais como a fonte luminosa e o monumento ao Ferreira jamais chegaram sequer a ser discutidos de forma conceitual. Quanto ao Ferreira, dando razão a João Brígido, muitos reduziam a sua influência a forma física da cidade antiga, admitindo débitos maiores para com Paulet, para com o cordeador Simões de Faria e, principalmente, para com Adolfo Herbster.<sup>38</sup>

Em meio às divergências, a cada idéia surgida, pequena maquete era elaborada como forma de registro, a fim de se "empregar o método da

---

<sup>37</sup> Idem, Ibidem. p.66.

<sup>38</sup> Idem, Ibidem. p.67.

superposição das várias propostas individuais, procurando-se extrair uma solução que representasse o pensamento da maioria."<sup>39</sup>

O fato é que, em meio aos estudos, com que os arquitetos tentavam encontrar as soluções viáveis para a execução da reforma da Praça, o prefeito José Walter novamente se antecipou e mandou destruir o que ainda restava do antigo formato do logradouro:

Nessa altura, fosse a fim de não mais poder recuar, fosse para dar idéia de que as obras iriam começar, mandou destruir o remanescente da praça, transformando-a num montão de restos de demolição. Essa decisão marcou o início de preocupações desagradáveis para a Escola, renunciando a deterioração dos entendimentos.<sup>40</sup>

Diante da questão, observa Castro, os arquitetos procuraram contornar o mal-estar criado adotando medida emergencial. Neste sentido, elegeram uma das maquetas, já elaboradas, para ser apresentação como projeto definitivo a fim de que pudessem ganhar tempo para "desfrutar de calma para elaborar um projeto definitivo"<sup>41</sup>

Em contrapartida, outro impasse se dera logo em seguida alimentando novos desentendimentos entre o prefeito e os arquitetos, quando, em meio à polêmica do sistema de circulação de veículos, professores e alunos da Escola de Arquitetura resolveram romper com o projeto, desvencilhando-se dos trabalhos até então realizados. O impasse se deu na medida em que os arquitetos questionavam a lógica do fluxo de pedestre na Praça do Ferreira. Considerando-se as proporções geométricas do logradouro, de tamanho relativamente pequeno, segundo Castro, os estudantes haviam sugerido a inclusão de um "vasto calçadão" e os veículos passariam a circular pelas vias norte e Sul da praça "eliminando-se o tráfego parasitário que tanto perturbava a população".<sup>42</sup>

---

<sup>39</sup> Idem, Ibidem. p.67.

<sup>40</sup> Idem, Ibidem. p.67.

<sup>41</sup> Idem, Ibidem. p.67.

<sup>42</sup> De acordo com Liberal de Castro, no âmbito das pesquisas realizadas foi verificado que as pessoas mais bastadas da cidade se divertiam com seus automóveis dando inúmeras voltas no entorno da praça "usada como carrossel, principalmente depois das quatro horas da tarde" Idem, Ibidem. p. 68.

Mesmo concordando, a princípio, com as sugestões dos especialistas, o prefeito optou pela adoção de outras medidas que se contrapunham à dos arquitetos:

Tendo concordado com a solução proposta para a circulação da Praça, infelizmente o prefeito não sustentou com clareza seu apoio à decisão quando o assunto se tornou público. Afastando-se inesperadamente de uma reunião na Associação Comercial, por força de uma viagem que teria de fazer a Manaus, o prefeito deixou o grupo entregue à opinião desencontrada de alguns comerciantes, incentivados pelos donos de uma farmácia já não existente na Praça. Não houve argumento lógico que demovesse aquele pequeno grupo de sua posição, expressa de modo arrogante, mesmo quando era demonstrado que, de modo geral, todos os estabelecimentos das duas faces da Praça tinham fundos correspondentes, portanto, com acesso direto a estacionamento de veículos junto do meio-fio das fachadas posteriores.<sup>43</sup>

A execução da reforma da Praça do Ferreira foi entrecortada de inúmeras polêmicas, tendo prevalecido, no final das contas, os interesses dos que representavam a elite econômica do período, ou seja, os comerciantes<sup>44</sup>. Em contrapartida, os arquitetos romperam decisivamente com o prefeito. A decisão foi publicada pelo jornal O Povo, em setembro de 1968, intitulada "Arquitetos discordam e abandonam o projeto":

A Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, que tão entusiasticamente, através de seus professores e alunos, havia tomado à frente do projeto de remodelação da Praça do Ferreira, decidiu solicitar ao prefeito rescisão dos entendimentos mantidos anteriormente. Fê-lo, porque não aceitou a solução encontrada pelo Prefeito para atender aos anseios de lojistas estabelecidos naquele logradouro. E não aceitou a solução, por não considerá-la certa.<sup>45</sup>

---

<sup>43</sup> Idem, Ibidem. p.68.

<sup>44</sup> Com o intuito de identificar os agentes urbanos frequentadores dos clubes sociais de Fortaleza entre os anos 50 e 70, Albertina Mirtes de Freitas chama a atenção para a relevância do comércio na constituição de uma camada tida como a elite local: "É relevante assinalar a histórica associação econômica da cidade com a atividade comercial. Aqui a acumulação não se deu em função de um excedente da atividade industrial, que só ocorreu tardiamente, ainda assim de maneira incipiente. Dessa forma, a elite econômica estaria vinculada mais ao comércio, às atividades liberais e ao desempenho de funções na máquina pública". PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. **A cidade dos clubes: modernidade e glamour na Fortaleza de 1950-1970**. Dissertação (Mestrado em História social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003. p.54.

<sup>45</sup> Jornal O Povo, 14 set. 1968. p.8.

A "solução encontrada pelo prefeito", por sua vez, alimentou conflitos de ordens diversas, pois sacudiu o universo das experiências que se davam no interior da Praça e nas adjacências. A experiência da reforma pôs em evidência as tensões, por vezes adormecidas, sustentadas a partir de práticas sociais que extraíam dos espaços a sobrevivência de cada dia. Dos conflitos emergidos ia ganhando visibilidade a obliteração de direitos e cidadania identificada no subemprego pautado na venda informal de produtos, no fim das rodas de bate-papos, no impedimento de manifestação públicas, na imposição de um padrão de comportamento aos engraxates e na sua expulsão. Por esses processos, o controle social "assume a forma ritualizada de policiamento ostensivo: retórica que, em princípio, criminaliza o habitante das ruas, classificando-o socialmente como 'coisa fora do lugar', portanto simbolicamente suja e perigosa", exercendo portanto um significado, como nos adverte Arantes.<sup>46</sup> Em dimensões variadas, os processos dos discursos de desqualificação social dos habitantes das ruas, de que fala Arantes, são observados em nossos estudos principalmente em relação aos trabalhadores de rua, os chamados vendedores ambulantes.

Dos novos traçados da Praça do Ferreira, emergiram normas silenciosas que impunham formas de comportamentos no logradouro, sacudindo as múltiplas formas de territorialização dos espaços públicos inscritos em seu contorno. A questão pôs em tela uma rede de conflitos com os trabalhadores ambulantes e, por extensão, envolvera trabalhadores feirantes, uma vez que a remodelação dos espaços não se restringiu à Praça do Ferreira.

Quanto à configuração assumida a partir da reforma, sublinhada anteriormente pelas expressões pejorativas como: "estirões de cimento armado", "jazigos destinados a sepultar gigantes", "coisa esquisita", "paliçada de cimento", "cantero véi mais fêi do mundo", Castro assinala que a mesma se dera a partir de alterações nos estudos preliminares da Escola de Arquitetura, o que, ao nosso ver, pode ser traduzido como ação arbitrária da prefeitura:

---

<sup>46</sup> ARANTES, Antônio Augusto. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, IPHAN, n.23, 1994. p 192.

A propósito, diga-se que alguns membros da equipe desejavam elevar os pisos de canteiros à altura dos assentos dos bancos, tal como, aliás, havia sido feito nos jardins do pátio da Escola, implantados em áreas reduzidíssimas e sem qualquer impedimento visual. Nas pesquisas, tinha sido notado que em certa hora da noite, ainda cedo, era comum pessoas galgarem o espaldar dos bancos e, agachados atrás deles, usarem os canteiros para satisfazer necessidades fisiológicas. Por tal razão, havia sido preconizado o levantamento dos pisos dos canteiros. Não entendendo o motivo da proposta e nem sabendo qual a altura preconizada, os técnicos da SUMOV estipularam-na por decisão própria(...)<sup>47</sup>

De acordo com o autor, quando a Escola de Arquitetura optou por finalizar sua participação nos trabalhos de reforma da Praça do Ferreira, o Prefeito não devolveu, à Escola, a maquete que a mesma havia elaborado, por intermédio de seus profissionais, e, muito menos, se preocupou em contratar profissional que apresentasse um projeto completo e novo. O fato é que o prefeito prosseguiu transferindo a maquete à SUMOV "onde, tomada como ponto de referência, foi interpretada por terceiros, que se permitiram alterações e adições desfiguradoras".<sup>48</sup>

Os canteiros elevados foram alvo de inúmeras críticas, introduzidos em perspectiva bastante diversa da pensada pelos profissionais da Escola de Arquitetura, como é possível perceber pelos relatos de Castro. As supostas intenções de pôr fim às práticas de satisfazer as necessidades fisiológicas, nos jardins da Praça, foram transfiguradas em medidas que deram forma a enormes blocos de concreto que interferiram decisivamente nos comportamentos, no espaço, como assinala Ribeiro:

(...) o novo traçado arquitetônico da praça, entrecortada por inúmeros e altos blocos de cimentos, além de ferir a memória de freqüentadores não permitia mais, como outrora, a convergência das massas nos seus momentos de festa e solidariedade.<sup>49</sup>

A incompatibilidade entre o pensado pelos arquitetos e o posto em prática pelo prefeito José Walter Cavalcante, acentuada por Castro, ao nosso ver, pode

---

<sup>47</sup> CASTRO, Liberal de.Op.Cit. p.70.

<sup>48</sup> Idem, Ibidem. p.69.

<sup>49</sup> RIBEIRO, Francisco Moreira. Op.Cit. p.78.

ser acrescida de outras questões, e uma delas, já indicada, é a interferência nas práticas de sociabilidades do espaço, com a proibição da "formação de grupos de conversa", é bastante expressiva neste sentido.

### 1.3 Canteiros e concreto

Outra questão é a configuração da Praça materializada no emprego do concreto, que dera forma aos canteiros elevados. Aparentemente a questão parece dizer muito pouco, mas situando-a no contexto específico de urbanização do período, na qual se insere a construção civil, que passava por nova fase, enredada pela política de habitação e construção de edifícios sedes de repartições públicas federais, é possível atravessar os silêncios que a entrecortam.

Neste sentido, é significativo analisar o contexto do estilo arquitetônico empregado para dar outra roupagem à Praça do Ferreira e demais logradouros reformados no período. É importante frisar que não só as Praças, mas a edificação de prédios e casas, situadas nas áreas mais movimentadas da cidade também contribuíram para modificar a paisagem urbana de Fortaleza, ao passo que novos espaços também eram organizados para os pobres e demais segmentos de baixo poder aquisitivo a partir dos chamados conjuntos habitacionais, nas áreas mais afastadas do perímetro central. Por esses processos, exclusões e hierarquias se revelam como nos adverte Margarida Neves:

O caráter excludente da sociedade é também exclusão de espaço e exclusão de agentes sociais de determinados espaços. O caráter hierarquizado e hierarquizador da sociedade traz também a hierarquização entre os bairros e distritos e no interior deles. Exclusão e hierarquias revelam-se no espaço da cidade. Neste sentido, a própria cidade é documento que, como todo documento, revela e oculta violência, as múltiplas exclusões e as sutis hierarquias da sociedade.<sup>50</sup>

---

<sup>50</sup> NEVES, Margarida de Souza. O povo na rua, um conto de duas cidades. In: PECHMAN, Robert Moses (org). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: EUFRJ, 1994. p.140.

Em um estudo sobre a arquitetura do período militar em Fortaleza, o arquiteto Araújo chama a atenção para as expectativas de modernização das edificações:

A questão da modernização, que o regime militar propunha em seu discurso, também teve reflexo nas obras de arquitetura produzidas naquele período sob os auspícios do poder federal. Essa modernização, que estaria sendo levada a cabo na economia como um todo, refletiu-se a nível de arquitetura naquilo que ela realmente representava: a abertura ao capital internacional, aqui sob a forma de materiais, equipamentos e tecnologias de proveniência estrangeira.<sup>51</sup>

Do ponto de vista dos materiais de que fala Araújo, vale ressaltar que o concreto passou a ser utilizado em larga escala, durante o regime militar, num processo em que também se deu o aperfeiçoamento de técnicas para melhor utilizá-lo, principalmente no sentido de redução de custos de obras. Numa descrição das casas construídas em uma das vias principais da Aldeota, o concreto aparece entre os materiais utilizados a fim de acentuar a modernidade, despontada por essas construções:

Na construção de 72 casas da Aldeota está sendo empregada alvenaria de tijolos tradicionais, **placa de concreto armado**, cobertos de madeira de lei com telha industrial de primeira, atualmente aplicada nas grandes construções do país(...)<sup>52</sup>(grifo nosso)

Do ponto de vista estético, as edificações estavam acrescentando à paisagem urbana a imagem de cartão postal, como assinala o vespertino: "A arquitetura moderna, o colorido do local, e um clima oceânico dão a impressão de um cartão postal àquelas casas bonitas da Santos Dumont"<sup>53</sup> Vale ressaltar que a Aldeota era tida como área nobre da cidade, espaço por excelência de habitação da elite local. O status social da área é resultado de algumas alterações nas feições urbanas da cidade, a partir dos anos trinta, em função dos deslocamentos

---

<sup>51</sup> NETO, Eneas de Araújo Arraes. **A arquitetura do poder e o poder da arquitetura**: uma análise ideológica de edificação. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1990. p.120.

<sup>52</sup> Jornal O Povo. 30 nov. 1968.

<sup>53</sup> Idem, Ibidem.

da elite local provocada pela expectativa de distanciamento de "uma vizinhança indesejada", no caso, o proletariado que começara a se estabelecer ao longo da via férrea, em zona próxima à área habitada pelos ricos desta cidade, que era a Jacarecanga. Nesse sentido, a constituição da Aldeota está relacionada às expectativas de "segregação e diferenciação social", como nos adverte Albertina Mirtes de Freitas. A materialização dessa porção da cidade como área nobre assumiu proporções que não correspondem ao que é denominado de Aldeota:

Para efeito da cartografia da Prefeitura, o bairro é delimitado ao norte pelas ruas Pereira Filgueiras e Av. Dom Luís, ao Sul pela Av. Antônio Sales, a leste pela rua Frei Mansueto e pela Via Ferréa Parangaba-Mucuripe e o oeste pela rua João Cordeiro. No entanto, a designação 'Aldeota' extrapola o sentido de nomeação de área geográfica delimitada dentro da urbe, para trazer implícita, acima de tudo, a idéia de um *modus vivendi* e de status social. A ocupação do bairro, que já se delineava desde o começo da década de trinta, como já foi dito, vai realmente ocorrer de forma contínua e acelerada nos anos 1940.<sup>54</sup>

A autora conclui que a construção de residências para a parcela rica da população contribuiu decisivamente para ocupação do solo urbano, na localidade que, até os anos trinta, possuía fisionomia bastante acanhada, enredada por uma infra-estrutura bastante precária.<sup>55</sup>

Em contrapartida à questão estética, em que o concreto se apresenta como um dos ingredientes, a cidade experimentava a chamada crise do cimento, material por excelência empregado na arquitetura do concreto:

Agravou-se, com o acidente sofrido pelo trem cargueiro que transportava cimento para Fortaleza, a crise do produto nesta cidade, informando a SUNAB e o Sindicato da Construção Civil que já não contam com uma

---

<sup>54</sup>PONTES, Albertina Mirtes de Freitas. **A cidade dos clubes: modernidade e glamour na Fortaleza de 1950-1970**. Dissertação de Mestrado Universidade Federal do Ceará curso de pós graduação em História social,2003.p.63

<sup>55</sup> Albertina Mirtes de Freitas nos apresenta esta área da cidade nos anos 30 da seguinte forma: "No entanto, em começos dos anos 1930, ainda era considerado um arrabalde, um lugar ermo, um areal inóspito e desabitado, onde se encontravam de maneira esparsa, casebres ou construções precárias, além das citadas chácaras, e sítios de proprietários que 'viviam na cidade' e os abandonavam na mão de moradores. Nessa época, o bairro era constituído basicamente pela Av. Santos Dumont, com ocupação rarefeita até as imediações da rua Carlos Vasconcelos. Naquela avenida já existia o atual Colégio Militar, antigo Asilo de Mendicidade construído em 1878, e um pouco mais adiante, a Igreja do Cristo Rei, abençoada em maio de 1930". Idem, *Ibidem*. p.64.

saca sequer do produto. Ao mesmo tempo, a firma que adquirira 196 mil sacas de cimento alemão que o 'poilux' traria ao nosso porto, perdeu contato com a empresa vendedora, nada mais sabendo sobre o assunto.<sup>56</sup>

Fica evidente nessa matéria o que o arquiteto Araújo chama de abertura ao capital internacional. Como podemos perceber, o cimento era importado em larga escala, e mesmo com a construção de uma fábrica em Sobral, a importação do material continuava sendo um imperativo:

Entendem os líderes da construção civil que devem ser feitas gestões junto aos importadores para que continuem a comprar cimento no exterior ou em outros Estados, pois a produção de **Sobral revelou-se insuficiente para a grande demanda.**<sup>57</sup> (grifo nosso)

A questão, por sua vez, não se traduz em especificidade local, vez que, no plano nacional, a construção civil ressentia-se da escassez do cimento e o governo federal optou pela liberação da importação do mesmo, o que favorecia as empresas estrangeiras.<sup>58</sup>

A inserção da técnica do concreto armado em Fortaleza se deu em períodos anteriores. De acordo com Diógenes, seu desenvolvimento iniciara-se nos anos cinquenta, do século XX, em virtude da criação da Escola de Engenharia, em 1956, e da presença de profissionais especializados de engenharia e arquitetura que, segundo ela, "proporcionaram notável impulso às construções da cidade"<sup>59</sup> Segundo a mesma autora, a arquitetura local passou por grande incremento entre meados dos anos 60 e início da década seguinte, com a chegada de profissionais qualificados:

---

<sup>56</sup> Jornal Correio do Ceará, 06 mar. 1968. p.13.

<sup>57</sup> Jornal Correio do Ceará, 13 dez. 1968.

<sup>58</sup> Em outubro de 1968, o jornal Unitário publicou esta questão numa matéria intitulada: "Governo liberou todas importações de cimento" que contava o seguinte: "O diretor da CACEX sr. Benedito Moreira, comunicou hoje a todas as agências do Banco do Brasil que estão liberadas as importações de cimento como medida destinada a cobrir a demanda que gozam de isenção de direitos. Com essa medida, os governos estaduais municipais e órgãos estatais poderão conseguir no exterior a cobertura do déficit de cimento nas suas necessidades de consumo, liberando para os particulares parte da produção nacional que consumiam." Jornal Unitário, 09 out. 1968.

<sup>59</sup> DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. **Arquitetura e Estrutura: o uso do concreto armado em Fortaleza.** Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001. p.112.

Entre meados dos anos 60 e início da década seguinte, chegou à cidade um grupo de jovens arquitetos diplomados no Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo. Juntando-se aos poucos profissionais que haviam retornado ao Ceará na década anterior, participaram do processo de consolidação da Escola de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, instalada a 26 de dezembro de 1964.<sup>60</sup>

Os arquitetos, segundo Diógenes, estavam sintonizados com as "propostas da arquitetura moderna brasileira" que se pautava nas diretrizes das grandes escolas de arquitetura situadas no eixo Rio São Paulo. Esses profissionais contavam ainda com o suporte da Escola de Arquitetura local:

Havia também como fecunda fonte de consulta a biblioteca da Escola de Arquitetura, repleta de periódicos estrangeiros, que forneciam aos arquitetos atualização profissional, pois passavam a ter ciência das últimas realizações internacionais.<sup>61</sup>

Sob o ponto de vista da autora, a "nova fase" experimentada pela arquitetura em Fortaleza, na qual se insere o uso do concreto, se deu por força da competência técnica desta geração de arquitetos:

Nessa ocasião, a cidade de Fortaleza conheceu grande incremento na produção de obras realizadas de acordo com projetos elaborados por arquitetos, iniciando-se uma nova fase da arquitetura cearense. Em muitas das obras tirava-se partido estético do concreto aparente, a estrutura apresentando-se como elemento fundamental.<sup>62</sup>

Sem dúvida, durante o regime militar, a paisagem urbana de Fortaleza foi significativamente alterada, na medida em que era acrescida de inúmeras edificações, principalmente, as que sediavam as repartições públicas federais, construídas, por sinal, nos locais mais movimentados da cidade.<sup>63</sup>

---

<sup>60</sup> DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. Op.Cit. p.117.

<sup>61</sup> Idem, Ibidem. p.117.

<sup>62</sup> Idem, Ibidem. p.118.

<sup>63</sup> Esta questão que remete à localização das edificações tidas como moderna para aquele período é analisada pelo arquiteto Enéas de Araújo: "É elucidativo, neste sentido, a análise da situação das edificações em questão na malha urbana de Fortaleza. Percebe-se facilmente através da análise da PLANTA da cidade a situação e locação privilegiada de todos esses prédios sedes de órgãos públicos federais. Situam-se prioritariamente em avenidas de alto fluxo de veículos e em pontos-chaves de acesso ao centro da cidade e das ligações de retorno da área central aos bairros

A nova fase da arquitetura cearense, no entanto, fora alimentada por outras questões, sendo a presença de profissionais especializados um dos seus ingredientes. Quanto ao uso do concreto, largamente empregado no período pela indústria da construção civil, é importante sublinhar que se deve a algumas particularidades experimentadas por este ramo da economia, em especial, à maneira como a questão urbana foi tratada pela ditadura.

Em estudo sobre o concreto no Brasil, o arquiteto Vasconcelos analisa a questão tomando, como ponto de partida, as condições apresentadas após o golpe militar de 64, quando a técnica do concreto experimentara o que ele chama de quarto estágio. Segundo o autor, a criação do Banco Nacional de Habitação (BNH) e o Sistema Financeiro de Habitação (SFH) proporcionaram excelentes possibilidades para a construção por empreitada:

Foi instituído a correção monetária. Apareceram os grandes conglomerados financeiros e as Cadernetas de Poupança. O clima era propício para a volta da construção por empreitada, já então com correção monetária.

Inicialmente as poupanças foram aplicadas para acabar os prédios cujas construções se arrastavam com os custos diretos dos adquirentes ou estavam paralisados.(...)<sup>64</sup>

As medidas de financiamento contribuíram, no entanto, segundo Vasconcelos, para resolver casos pendentes da classe média, no que se refere à habitação e, por extensão, atingiram alguns setores de menor poder aquisitivo, através da construção de pequenos apartamentos ou conjuntos habitacionais. No caso específico de Fortaleza, a questão pode ser observada a partir da criação da COHAB-Fortaleza, cujo objetivo era construir casas populares, situadas nos lugares mais afastados do perímetro central:

---

residências." Segundo este autor, "a presença compulsória destas edificações no cotidiano de milhares de pessoas" exerce uma carga simbólica ao aparecerem de forma marcante no cenário urbano independente de que tenha sido intencionada pelos governos militares. Ver: NETO, Eneas de Araújo Arraes. **A arquitetura do poder e o poder da arquitetura**: uma análise ideológica de edificação. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, , 1990. p.37.

<sup>64</sup> VASCONCELOS, Augusto. **O concreto no Brasil**: recordes, realizações, história. São Paulo: Pini, 1992. p.40.

Para diminuir a falta de casas eis que a Prefeitura vem criar a COHAB-Fortaleza, obra realmente necessária de importante tarefa social. Uma das primeiras tarefas da nova instituição será a construção de 4000 casas populares em Modubim, uma verdadeira cidade, realmente destinada a ser segundo as estatísticas, a sétima cidade cearense.<sup>65</sup>

A política habitacional posta em relevo, no período militar, segundo Lobato, é entrecortada pelo interesse da ditadura de dar mostras de sua competência através da resolução do problema da moradia<sup>66</sup>. O que, no entanto, foi pensado a partir de medidas financeiras que redesenhavam, na paisagem urbana, a cidade dos ricos e a cidade dos pobres. Basta atentar para a distância que separa as residências das camadas de baixo poder aquisitivo do perímetro central<sup>67</sup>. É importante ressaltar que a geografia da contenção dos pobres prevalece até nossos dias, sendo que a política habitacional deste período contribuiu decisivamente com a atual configuração urbana de Fortaleza.

O fato é que, nesse clima de financiamento para construção, com o dinheiro público, se insere a preocupação com o barateamento das obras, daí o desenvolvimento da técnica do concreto como assinala Vasconcelos:

O desenvolvimento da técnica orientou-se mais no sentido do barateamento do custo da construção com o fator repetitivo dos conjuntos habitacionais, compostos de até 50 prédios iguais com 3 ou no máximo 4 pavimentos, dispensando o uso de elevadores.<sup>68</sup>

Nos anos 70, com o alardeamento do chamado "milagre brasileiro", as perspectivas de expansão das construções eram ampliadas a partir do surgimento do que Vasconcelos denomina de "mercado do dinheiro emprestado", gerando, entre os brasileiros, o hábito de contrair empréstimos para construir, com

---

<sup>65</sup> Jornal Gazeta de Notícias, 10/01/1969

<sup>66</sup> Ver: CORREA, Lobato. Região e organização espacial, São Paulo: Ática, 1991. p.57

<sup>67</sup> Do ponto de vista de Geraldo Serra, a política habitacional do regime militar está relacionada às concepções em torno da urbanização "vista como carência manifesta de habitações nas cidades" daí a questão financeira sobressai enquanto antídoto para solucionar o problema: "o remédio proposto foi eminentemente financeiro, isto é, a concessão de financiamentos de prazo longo e juros baixos aos adquirentes da casa própria, que, de qualquer forma, supunha que os mesmos não fossem marginais ao mercado e possuíssem uma poupança mínima. Não sendo esse pressuposto verdadeiro, a expressão mais óbvia da marginalidade urbana - a favela - continuou a existir e a ampliar-se". Ver: SERRA, Geraldo. **Urbanização centralismo autoritário**. São Paulo: Nobel / Ed. USP, 1991. p.77.

pagamento a longo prazo. Nesse sentido, a construção tomou grande impulso gerando a necessidade do "aprimoramento da técnica da rapidez" que operava verdadeira metamorfose no setor da construção civil, o que Vasconcelos chama de "evolução da fase empírica para a fase planejada:

A evolução da fase 'empírica' para a fase 'planejada' foi violenta. A economia foi o fator dominante na necessidade de abreviação de prazos e portanto, no aprimoramento da técnica da rapidez. Tornou-se comum concretar lajes a cada 3 ou 4 dias, desformar com 3 dias de cura, manter escoradas apenas os fundos das vigas e diversas outras providências que permitiram reduzir bastante os prazos de execuções.<sup>69</sup>

Já indicamos anteriormente que o concreto foi empregado na reforma da Praça do Ferreira e demais logradouros públicos. A questão se revela a partir dos traçados que se materializam sob a forma de canteiros, planos elevados, o que, por sua vez, era tido como originalidade do período:

No trabalho que vem sendo executado pela a administração José Walter Cavalcante **ressalta a originalidade da concepção das novas praças** a qual se estende também aos projetos de reforma dos logradouros antigos. Em toda parte se nota um estilo novo, que se traduz na disposição incomum dos postes e das lâmpadas, na adoção de planos elevados, na escolha de novos espécimes de nossa flora, no desenho dos jardins e na utilização de uma série de elementos ornamentais antes desconhecidos(...) <sup>70</sup> (grifo nosso)

A originalidade sublinhada, neste discurso, indicam as expectativas de transformação dos espaços, no sentido de proporcionar novas experiências visuais a partir dos traçados físicos da cidade. A arquitetura do concreto tinha, assim que, acima de tudo, impressionar. Essas expectativas são mediadas, sobretudo, pelas perspectivas de urbanização das cidades projetadas pelo governo federal. No período em que ocorrem as alterações, nos logradouros públicos de Fortaleza, tidas então como introdução de um "estilo novo", o governo

---

<sup>68</sup> VASCONCELOS, Augusto. Op.Cit. p.40.

<sup>69</sup> Idem, Ibidem. p.41.

<sup>70</sup> Esta matéria foi publicada numa edição especial do Correio do Ceará intitulada "Avenidas e parques estão fazendo de Fortaleza uma cidade jardim" Ver: Jornal Correio do Ceará, 08 dez. 1968.

federal anunciava o Plano Integrado que envolveria as capitais do país num processo de desenvolvimento urbano:

A capital cearense será a primeira cidade com mais de 500 mil habitantes a se beneficiar com um Plano Integrado no país, cuja primeira experiência, segundo declarou o entrevistado, foi Feira de Santana, na Bahia, com a obtenção dos melhores resultados, tanto no campo urbanístico, que representa a meta principal, como desenvolvimentista e, particularmente, social, sanitário, educacional(...)<sup>71</sup>

Nesse clima de desenvolvimentismo, as intervenções urbanas assumem significados específicos e, de acordo com a mesma matéria do jornal, o "plandif" (Plano de Desenvolvimento Integrado de Fortaleza) constituía "planejamento novo, mais dinâmico do que estático, possibilitando um diagnóstico para uma programação de trabalhos de desenvolvimento da cidade entre 20 a 30 anos"<sup>72</sup>

A partir dos discursos da imprensa local, é possível perceber que, no contexto de planejamento urbano centralizado, as expectativas de modernização alimentaram não só o desejo de alteração da fisionomia urbana, mas a adoção de novos comportamentos pelos habitantes da cidade.

Por outro lado, a urbanização do período, ancorada na perspectiva desenvolvimentista, colocou em tela outro ingrediente: o centralismo das decisões. De acordo com Geraldo Serra, a questão é entrecortada pelo princípio da racionalidade:

A ideologia fundamental era a do desenvolvimento, da mesma forma com que vinha sendo apresentada desde o final da Segunda Guerra. É importante notar a apropriação da racionalidade pelo centralismo autoritário. O direito de impor sua própria visão de mundo e sua linha de ação provém não apenas da vitória do golpe, mas também da 'racionalidade' das suas proposições. A situação do país, em 1964, é apresentada como irracional e passível de 'solução' pelo emprego de meios técnicos adequados.<sup>73</sup>

---

<sup>71</sup> Jornal O povo, 13 nov. 1968.

<sup>72</sup> Idem, Ibidem.

<sup>73</sup> SERRA, Geraldo. **Urbanização centralismo autoritário**. São Paulo: Nobel / Ed. USP, 1991. p.146.

Neste sentido, a elaboração dos Planos Integrados se constituía numa forma de interferir decisivamente nos municípios, cuja autonomia era tida como problema, no que diz respeito ao manuseio de verbas:

O proselitismo do planejamento inicia-se por negar racionalidade à autoridade local: é necessário limitar a sua autonomia; caso contrário, o dinheiro será mal aplicado e as reais necessidades da população postas em segundo plano. Nega-se, assim racionalidade à ação das administrações locais.<sup>74</sup>

É por intermédio da eliminação da autonomia econômico-financeira dos municípios que se exerce a limitação das autoridades locais. A questão nos ajuda a compreender o caráter pontual das reformas, sublinhado anteriormente pelo arquiteto Liberal de Castro. É importante destacar que, no ano posterior à reforma da Praça do Ferreira, ou seja, em 1969, a imprensa local divulgava que o governo federal criara algumas medidas para proibir a utilização do Fundo de Participação dos Municípios no embelezamento das cidades.

Isso, nos faz indagar sobre "o novo estilo" empregado na construção e remodelação das Praças, no que diz respeito ao uso do concreto. Teria sido o concreto utilizado para reduzir o custo das obras além de acrescentar novidades, do ponto de vista arquitetônico, à paisagem urbana? Considerando as condições em que as obras da Praça do Ferreira foram executadas: a não remuneração dos profissionais da escola de arquitetura, bem como a não contratação de profissionais, quando os mesmos abriram mão de continuar trabalhando no projeto da reforma, e, ainda por cima, a forma como as verbas públicas eram administradas, uma vez que o centralismo autoritário do regime militar operava no sentido de obliterar a autonomia dos municípios<sup>75</sup>, tendo na distribuição de verbas

---

<sup>74</sup> Idem, .Ibidem. p.148.

<sup>75</sup> Em outubro de 1969, o Jornal Gazeta de Notícias divulgava uma matéria sobre a contenção de gastos a ser realizada pela prefeitura sendo que os propósitos urbanísticos eram mantidos como prioridade: "A contenção de despesas, no âmbito do Município, será de ordem de 25% atingindo aos setores de pessoal, material e encargos diversos. 'até mesmo o automóvel do prefeito sofrerá os efeitos da contenção' -disse a mesma fonte. A partir de março, a edilidade dará início ao seu plano de investimentos, dando prioridade as obras de asfalto, habitação popular, e ao projeto da nova Av. Beira Mar, o que vai ligar o Mucuripe ao clube Caça e Pesca, com uma ampla avenida." Gazeta de Notícias 10/01/1969. é importante frisar que alguns meses antes, havia sido anunciada

o seu expoente<sup>76</sup>. Temos fortes indícios de que o fator financeiro tenha operado na opção pelo "novo estilo". Um forma - quem sabe - de garantir a alteração dos espaços de convívio urbano.

A seguir, iremos analisar como estas intervenções repercutiram no cotidiano dos trabalhadores de rua cuja sobrevivência era extraída na lida diária com os espaços que compreendiam o entorno da Praça do Ferreira e as áreas mais movimentadas do centro da cidade. A partir daí, iremos compreender como essa área da cidade foi se transformando em zona de conflito, pondo em relevo uma cartografia da violência.

---

a proibição da utilização das verbas do Fundo de Participação dos Municípios para o embelezamento da cidade.

<sup>76</sup> Esta questão ganha relevância se atentarmos para a problemática do repasse do Fundo de Participação Dos Municípios. Geraldo Serra faz considerações relevantes sobre os reduzidos percentuais a serem enviados aos municípios. Segundo este autor, o FPM foi criado pela Emenda Constitucional nº 18 de 1/12/65 estipulando um percentual de 10% sendo reduzido para 7% em 1967 e 5% em 1968. Deste processo resultara a interferência decisiva na autonomia dos municípios como observa o autor: "De forma geral, foi comum durante o período em estudo, considerar a reforma tributária de 1967 como responsável pela centralização de decisões e de receitas, assim como pela perda de autonomia dos municípios e Estados." .p.53.

## CAPÍTULO II

### ESPAÇO, TRABALHO E TRABALHADORES: VENDEDORES AMBULANTES EM QUESTÃO

#### 2.1- O território da permanência...

Em agosto de 1969, o “conhecido Ozório”, alegando ser possuidor de uma banca de revista situada numa calçada onde funcionou o antigo “Magestic”, queixava-se, na redação de um dos jornais da cidade, sobre uma injustiça cometida contra ele pelo diretor do Departamento de Vigilância, “que achou por bem fazer a apreensão da banca alegando que havia ordem do Prefeito para não deixar nenhuma banca na Praça do Ferreira”<sup>77</sup>. Tomado por um sentimento de revolta, Ozório recorreu à redação do Jornal argumentando que no referido local, mais precisamente entre a Floriano Peixoto e Major Facundo, havia três bancas na calçada e, assim, esperava uma explicação por parte dos responsáveis.

O que poderia haver de extraordinário na situação relatada acima? Aparentemente nada! Mas uma complicada rede de estranheza e familiaridade talvez justifique a notoriedade atribuída a esse episódio. A familiaridade a que nos referimos está relacionada à angustiante contemporaneidade de situações que se aproximam da experiência de Ozório, ou seja, as intervenções contínuas, no espaço urbano, e suas múltiplas interferências, no cotidiano dos habitantes de uma cidade, inclusive o universo dos trabalhadores ambulantes.

Insistindo no caráter familiar do episódio, ocorrido no final da década de sessenta do século XX, gostaríamos de chamar a atenção para a trajetória que transforma determinadas práticas em familiares, em lugar comum. Como nos adverte Sidney Chalhoub ao se referir à destruição de um cortiço no Rio de Janeiro, no final do século XIX:

---

<sup>77</sup> Tribuna do Ceará 22/08/1969

(...) Intervenções violentas das autoridades constituídas no cotidiano dos habitantes da cidade, sob todas as alegações possíveis e imagináveis, são hoje um lugar-comum nos centros urbanos brasileiros. Mas absolutamente não foi sempre assim, e essa tradição foi algum dia inventada, ela também tem a sua história<sup>78</sup>

Ao último aspecto, apontado por Chalhoub, gostaríamos de acrescentar que as tradições também são reforçadas e constituem, assim, forte argumento nas relações de poder. O trabalho empreendido por Ozório, o chamado comércio ambulante, tem sido alvo de perseguições contínuas e permanentes que se reforçam sob justificativas diversas. É nessa direção que estranhamento e familiaridade entrecruzam-se numa complicada rede e nos colocam algumas questões: mas afinal, existe alguma particularidade no episódio vivenciado por Ozório, já que a perseguição ao comércio ambulante se estende até nossos dias? Sob que condições essa atividade de trabalho veio se constituindo em alvo de arbitrariedades e perseguições e que relações estabelecem com o período em questão?

No período em que estava em pauta a alteração da fisionomia urbana que pôs em tela a reforma da Praça do Ferreira, analisada no capítulo anterior, uma série de conflitos ganharam evidência. Percorrendo os espaços públicos do centro da cidade no final da década de sessenta e começo da década de setenta do século XX, através dos atalhos escorregadios da imprensa local e documentos oficiais, percebemos uma série de arbitrariedades envolvendo o comércio ambulante em Fortaleza. Os episódios não iniciam e nem encerram em Ozório: estenderam-se a todos os que sobreviviam do comércio informal. O fato é que, em circunstâncias diversas, essas "pessoas comuns" ganhavam visibilidade na imprensa local, ao passo que suas atividades de sobrevivência eram transformadas em desvio e transgressão. A partir de agora, iremos acompanhar as trajetórias de resistência às tentativas de eliminação dos trabalhadores ambulantes do centro da cidade.

---

<sup>78</sup> CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril**: cortiços e epidemias na corte imperial São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.19.

Atentando para o comportamento desses trabalhadores, nos defrontamos com um jogo de forças que se constituía na esteira das perspectivas de "humanização" anunciadas no período.

Entre as intervenções urbanas, já ocorridas em Fortaleza, o discurso de "humanização" se apresenta como particularidade do período estudado. Mas não é o suficiente para o entendimento de arbitrariedades diversas praticadas contra indivíduos que, como Ozório, lidavam com o espaço público para garantir a sobrevivência de cada dia. Nesse sentido, é importante considerar os significados que se exercem a partir da noção de "humanização" da cidade anunciada no período.

É necessário reinserir a noção de estranhamento<sup>79</sup> para adentrarmos nesse universo da chamada "humanização" já que estamos diante de um período de ditadura militar. A noção de humanização empregada para denominar o conjunto de reformas urbanas ocorridas em nossa cidade, no período de ditadura militar, parece evocar sentidos diversos e sinaliza em duas direções: uma se refere a uma ação benévola e afável e a outra é de fazer adquirir hábitos sociais polidos, ou seja, ato de fazer civilizar.<sup>80</sup>

Embora a imprensa procure enfatizar o aspecto benévolo das mudanças introduzidas nos espaços públicos, quando se refere aos "contatos humanos", "espairecimento", o aspecto civilizatório é bastante destacado:

Fortaleza tem tudo para ser uma cidade limpa, tem uma administração zelosa, tem um Serviço de Limpeza Pública eficiente, que não faz mais porque o povo não ajuda, antes dificulta o seu trabalho. Com efeito, os que ajudam a conservar a cidade limpa são bem poucos; a maioria parece que ama a sujeira. **A falta de educação urbana de civilidade, é quase geral.**<sup>81</sup>(grifo nosso)

---

<sup>79</sup> Carlo Ginzburg, ao fazer uma reflexão sobre a distância nos adverte sobre o risco de transformarmos situações complexas e problemáticas em algo comum e familiar. Segundo ele, o estranhamento é o "antídoto para a não banalização da realidade e de nós mesmos". Nossa compreensão de estranhamento vai nessa direção. GINZBURG, Carlo. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>80</sup> Os dois sentidos evocados pelo termo estão contidos no dicionário e achamos curioso o fato de a expressão designar também o ato de civilizar. O diálogo com a documentação tem revelado que as expectativas de civilização é o elemento central na designação do termo "humanizar". Ver: FERREIRA, Aurélio Buarque. **Dicionário Aurélio básico**. São Paulo: J.E.M.M Ed., 1988.

<sup>81</sup> Jornal Tribuna do Ceará, 05 set. 1969

Dando prosseguimento às lamúrias em torno dos hábitos incivilizados do povo desta cidade, o mesmo artigo contabiliza os gestos insólitos que incluem “pessoas até bem parecidas” que ficavam a jogar água suja pela janela, cascas de frutas, lixo e garrafas vazias que haviam sobrado de “bacanais”. Essas pessoas lidavam, assim, com a rua como se fosse “o depósito natural”, a “lixeira do edifício”. Nas casas residenciais, situadas em bairros luxuosos, “as criadas derramavam lixo ao pé da calçada ou num canto de muro para não terem o trabalho de recolherem o vasilhame mais tarde”. Nessa fala está o centro da cidade e o universo de Ozório onde as práticas de comércio acontecem a céu aberto:

E o pior é no centro comercial, onde cada ponto de mercador ambulante é uma lixeira em miniatura. As turmas de garis podem varrer a cidade de manhã à noite, que nunca darão fim à imundície que tanto depõe contra os foros de cidade limpa que Fortaleza tanto se esforça por conservar.<sup>82</sup>

Esse olhar recriminatório de práticas sociais, revela “as fendas”<sup>83</sup> produzidas nos espaços da cidade pelos usos que se incidem em seu interior. É curioso como, nesse universo, a força do discurso recriminatório se redobra em relação ao comércio ambulante, mesmo quando se admite que o ato de produzir sujeira não se constitui numa prática restrita aos trabalhadores ambulantes mas, de certa forma, é “compartilhado” por alguns habitantes da cidade. Pelo clima de expectativa de modernização observado no discurso dos jornais locais, não descartamos a possibilidade de exagero em relação à questão higiênica enfatizada nesse artigo quando está em jogo a expectativa de moldar os comportamentos, no espaço urbano, e a eliminação do comércio ambulante do centro de Fortaleza.

É nesse terreno arenoso e escorregadio que se insere a polêmica da retirada do comércio ambulante do centro de Fortaleza. Aliada à noção de progresso encarnado numa experiência visual de grandes edificações,

---

<sup>82</sup> Jornal Tribuna do Ceará, 05 set. 1969.

<sup>83</sup> CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano 1**: artes de fazer. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

alargamento de ruas, remoções de favelas, reformas e reconstrução de praças, as intervenções urbanas, anunciadas no período, também revelam expectativas sobre os efeitos visuais que os traços físicos da cidade pudessem produzir<sup>84</sup> principalmente, em se tratando de turistas e pessoas ligadas ao ramo das construções civis:

(...) As novas construções de Fortaleza contrastam de forma fascinante com os velhos casarões do século passado, dando uma beleza nova e diferente aos olhos do turista ou do cearense mais minucioso do ramo dando reais condições às grandes empresas no Nordeste edificar prédios que até bem pouco tempo eram privilégio dos olhos admirados de paulistas, cariocas e mineiros.<sup>85</sup>

O artigo se constitui num suporte para refletirmos sobre os argumentos em defesa da retirada dos trabalhadores ambulantes do centro da cidade em se tratando mais especificamente da questão do "enfeimento" produzido pela presença física desses trabalhadores:

A decisão do Prefeito Milton Pinheiro de retirar os ambulantes que infeiam (sic) o centro da cidade está perfeitamente amparada na lei. Não representando portanto arbitrariedade.<sup>86</sup>

A preocupação com o olhar de fora para dentro da cidade, ou seja, os possíveis visitantes, também dava ênfase a expressões do tipo "má impressão"<sup>87</sup> referindo-se, portanto, à presença dos trabalhadores ambulantes na cidade, daí a também necessidade de extirpar o comércio ambulante da cidade colocando em tela o confronto entre duas cidades: a cidade que impressiona e a cidade que pressiona. Os esforços do poder público de retirar do centro os trabalhadores

---

<sup>84</sup> O regime militar investiu em obras de diversos setores da economia em especial no setor da construção civil onde eram empregados materiais e equipamentos mais variados através da importação de novas tecnologias. As edificações do período, segundo o arquiteto Eneas de Araújo, representariam no espaço urbano a presença do estado onipotente e onipresente na sociedade brasileira constituindo "a prova material da modernização imposta à sociedade e alardeada pelos demais meios de comunicação social" Ver: NETO, Eneas de Araújo Arrais. **A arquitetura do Poder e o Poder da Arquitetura**: uma análise ideológica de edificações. 1999. Dissertação (Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento) - UFC, Fortaleza, 1999. p.3.

<sup>85</sup> Jornal Tribuna do Ceará, 10 nov. 1969.

<sup>86</sup> Jornal Correio do Ceará, 06 set. 1969.

<sup>87</sup> Jornal Tribuna do Ceará, 04/09/1969

ambulantes, por sua vez revela a forma de gerir a diversidade urbana. Esta modalidade de ação, é entrecortada por noções que incluem a preocupação com as formas e aparências tanto em relação ao espaço físico da cidade quanto aos habitantes.<sup>88</sup>

Esses discursos se situam no contexto das intervenções urbanas, cuja obra exponencial era a Praça do Ferreira, prestes a se tornar um dos mais bonitos centros urbanos do Norte e Nordeste, segundo os jornais do período.

No capítulo anterior, a preocupação com o efeito visual despontado pelo emprego de formatos espaciais estilizados é evidente. A questão é reforçada pela intenção de que os mesmos causem boa impressão principalmente a turistas e visitantes. No entanto, não podemos esquecer o caráter das intervenções urbanas do período, uma vez que se deram pontualmente, sem envolver a cidade como um todo.

O caráter pontual das intervenções nos ajuda a estabelecer ponte de aproximação com o fim de causar boa impressão aos visitantes e receio de que a presença incômoda do comércio ambulante viesse contrariar tal expectativa, é que as atividades desse comércio se davam em locais onde a circulação de pessoas era mais intensa.

Tais elementos são significativos para adentrarmos no universo dos conflitos que remetem aos usos dos espaços. Estamos diante de um substrato da questão, uma vez que, em meio aos argumentos utilizados para justificar a retirada dos trabalhadores ambulantes do centro da cidade nos defrontamos com outros ingredientes que, acrescentados à noção de "enfeimento", procuravam desqualificar socialmente os trabalhadores, por conseguinte seu trabalho.

---

<sup>88</sup> De acordo com Raymond Williams, estas preocupações com "as formas e aparências" constituem uma forma específica de percepção sobre a cidade onde "os habitantes mais visíveis são os prédios e que há ao mesmo tempo uma conexão e uma confusão entre as formas e aparências dos prédios e as formas e aparências das pessoas que neles vivem". De um modo geral, acreditamos que estas noções entrecortam as concepções sobre as espacialidades físicas e o convívio dos habitantes nas esferas públicas inscrevendo desta forma a preocupação com as "aparências" de que fala Williams. WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.218.

Assim, "balbúrdia", "sujeira", "obstáculo ao tráfego"<sup>89</sup>, "fora-da-lei" são expressões utilizadas com o intuito de que as práticas dos trabalhadores ambulantes fossem vistas de forma negativa. É curioso como a expressão "fora-da-lei" é evocada, por um dos jornais da cidade, para colocar o trabalho ambulante no plano da subversão:

(...) Mas o trabalho pode ser exercido dentro da ordem, do respeito as posturas municipais. A anarquia, na maneira de exercer uma atividade, não deixa de ser uma modalidade de subversão da ordem.<sup>90</sup>

Subversão da ordem tem significado específico no período que se insere os nossos estudos, em se tratando dos receios quanto a intranquilidade política enredada pelas ações dos opositores do regime autoritário "que voltados para ações terroristas, teimavam - e ainda teimam - em semear a intranquilidade e embaraçar o trabalho construtivo que nos levará a paz social"<sup>91</sup>

Em sessão ordinária da Câmara Municipal de Fortaleza era discutido um requerimento que nos dá indício da atmosfera de desconfiança do período:

(...) dirigindo apelos ao Sr. Governador do Estado, Prefeito Municipal e Comandante da 10<sup>a</sup> Região Militar e demais autoridades, a fim de constituírem uma comissão de elementos capacitados intelectualmente, a fim de visitarem todas as faculdades do Estado, Colégios e Ginásios e as fábricas para entendimentos com estudantes e operários para proferirem palestra a respeito do perigo à Democracia com infiltração de elementos deturpadores da ordem(...)<sup>92</sup>

Esse quadro sugere que, dentro do clima de receio em relação às práticas subversivas, o comportamento dos trabalhadores ambulantes, em outra dimensão, sacudia o terreno da tranquilidade e da paz social tão almejada no período, na medida em que instaurava outra modalidade de "desordem".

Estamos nos referindo a ação diversa da praticada pelos sujeitos tidos como subversivos no regime autoritário. Trata-se de outra modalidade de

---

<sup>89</sup> Gazeta de Notícias, 02 set. 1969.

<sup>90</sup> Jornal Tribuna do Ceará, 03 set. 1969.

<sup>91</sup> Jornal Tribuna do Ceará, 07 nov. 1969

<sup>92</sup> FORTALEZA, Câmara Municipal. **Ata da Sessão Ordinária de 26 jun. 1968.**

"desordem" que invertia a ordem dos espaços e também levava, ao confronto direto, a polícia e os poderes públicos.

Estamos aqui esticando uma reflexão sobre o que poderia ser concebido como "subversão", quando se tinha, em mente, a necessidade de uma sociedade ordeira, dentro de um regime político desenvolvimentista,<sup>93</sup> sobretudo, autoritário:

A fé que o novo Presidente deposita no povo, no homem do povo, como nossa potencialidade maior, por sentir que o desenvolvimento é uma atitude coletiva, que requer a mobilização total da opinião pública, essa mesma fé a Nação deposita no dirigente que lhe acena com um futuro de paz, num clima de concórdia onde haja **ordem** para que o trabalho de cada um reverta em benefício da comunidade e seja a pedra angular sobre a qual crescerá o Novo Brasil.<sup>94</sup> (grifo nosso)

Num ambiente político, em que o desenvolvimento da nação e o progresso espiritual dos indivíduos se apresentam como imperativo do regime autoritário, a observância do micro universo dos trabalhadores ambulantes nos ajuda a pensar sobre a fragilidade do regime, em sua instância desenvolvimentista e em seu distanciamento das questões relativas às camadas pobres da sociedade e nos coloca diante do território fértil das resistências que fazem parte de uma trajetória de lutas e enfrentamentos.

Fizemos todo esse percurso para retornamos novamente a Ozório e explorar o que há de significativo nesse "pormenor"<sup>95</sup>. Tomaremos como ponto de partida o sentimento de injustiça que impulsionou seus passos em direção à

---

<sup>93</sup> Numa discussão sobre a política dos diferentes governos da ditadura militar no Brasil, Williams da Silva e Shiguenoli. Miyamoto chamam a atenção para a preocupação com a segurança interna e que esta passou a ser vista como um produto do desenvolvimento a partir do governo Costa e Silva. GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Estudos históricos**, v.6, n.12, Rio de Janeiro, 1993. p.221.

<sup>94</sup> Tribuna do Ceará, 07 nov. 1969.

<sup>95</sup> A percepção dos significados que contornam ou podem contornar os pormenores é um atalho interessante, apontado por Maria Odila S. L. Dias, em relação ao esforço interpretativo do desvendamento das práticas sociais. É nessa esfera que habitam as experiências de homens e mulheres que vivenciaram suas experiências "num espaço intermediário entre a norma e a ação" Essa reflexão tem sido interessante no nosso percurso, uma vez que é através de fontes oficiais, esses filtros deformadores de que falava o historiador Carlo Ginzburg, que procuramos nos aproximar do universo social dos trabalhadores ambulantes. Ver: DIAS, Maria Odila Silva. *Hermenêutica do Cotidiano na historiografia contemporânea* Projeto História, São Paulo, vol. 17, 1998. GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

redação do jornal no esforço de compreender os comportamentos dentro da cidade, em especial, o dos vendedores ambulantes. Estamos diante de um desejo bem diverso do que procurava cavar nos espaços públicos os territórios da obediência.

Sobreviver nos espaços públicos do centro da cidade exigia deslocamentos constantes. Estar e permanecer nesses espaços é para nós a chave do entendimento dos conflitos que envolveram os trabalhadores ambulantes, num vai-e-vem diverso da prática habitual de venda de produtos, mas num corre-corre para fugir da polícia ou para encontrar amparo em locais específicos para se protegerem do famoso "rapa", em direção às redações de jornais ou órgãos públicos como a Câmara Municipal, Assembléia legislativas, ou mesmo, ao gabinete do Prefeito.

A expectativa de exercer fascínio nos habitantes da cidade, com a nova morfologia espacial, se deparou com ações furtivas. Estamos nos remetendo complexo mundo do comércio ambulante. É outro universo de espaço não desejado para a cidade que se "humaniza" através do concreto, da reforma e reconstrução de praças, de lugares que se erguem com o intuito de fazer brotar novas formas de relações sociais chamadas de "espairecimentos".

O comércio ambulante de Ozório e de muitos outros se fazia a partir da apropriação do espaço, de aspecto diverso do pensado para os locais públicos da cidade:

Os camelôs continuam tomando conta do perímetro central da cidade, dando-lhe um aspecto de província das mais desorganizadas. No percurso da Ouvidor há até a venda de panelada, enquanto as autoridades cruzam os braços e relegam o problema a plano secundário.<sup>96</sup>

Posteriormente, o mesmo Jornal se referia a reclame dos lojistas sobre "o império do comércio ambulante nas ruas centrais da cidade" afirmando, ainda, que o perímetro central se transformara em "verdadeira feira livre"<sup>97</sup>

---

<sup>96</sup> Correio do Ceará 18 nov. 1968.

<sup>97</sup> Correio do Ceará 25 nov. 1968.

O protesto dos lojistas, indica que a expectativa de retirada do comércio ambulante do centro da cidade é entrecortada de pressões de comerciantes que têm na imprensa o seu expoente. A forma como o vespertino se remete a prática do comércio ambulante, nas vias públicas, evidencia a questão, sendo que uma forte dose de contrariedade pode ser percebida a partir daí. Quanto a isso, é interessante atentar para o caráter provinciano atribuído ao comércio ambulante, e, nesse sentido, retornamos à questão inicial no que se refere às tradições inventadas, ou seja, o discurso de desqualificação do trabalho ambulante que tem colocado, no plano da rejeição, práticas sociais tidas como sinônimo do atraso social por incompatibilizar-se com os anseios de progresso e civilidade.

Nesse sentido, somos levados de volta ao movimento de inspiração das práticas sociais desses trabalhadores tidos como ambulantes que contribuiu para que a constituição de uma cultura de rua, a partir do comércio a céu aberto, nos espaços urbanos de nossa sociedade. O percurso ganha contornos interessantes quando somos levados ao encontro das experiências dos trabalhadores escravos para depois retornarmos ao caráter provinciano que a imprensa atribui às práticas de comércio ambulante empreendida no final da década de sessenta e começo da década de setenta do século XX.

É curioso tomar, como referência, uma experiência social aparentemente tão dispersa, tão alheia ao universo de nossos estudos, mas é a curiosidade que nos ajuda a fazer o trajeto ao entendimento do jogo de forças que historicamente veio operando no universo de enfrentamentos contínuos, de percalços múltiplos, constituído a partir de uma cadeia de práticas de recriminação e desqualificação de uma categoria específica de trabalho.

Trata-se, portanto, de um movimento que não para e se arrasta até nossos dias. É a angustiante contemporaneidade de que fala Sidney Chalhoub. É a tradição rasgando as fronteiras do tempo e do espaço, produzindo práticas não estanques que mantêm o caráter violento e repressor .

Dialogando com a historiografia, que aborda a questão do comércio ambulante, nos deparamos com alguns estudos que ressaltam a relação de

---

proximidade do trabalho escravo com o comércio informal. Ancorada na reflexão das práticas sociais dos trabalhadores ambulantes, nas ruas de Salvador, Nascimento chama a atenção para o entrelaçamento do comércio informal com o mundo da escravidão:

Na segunda metade do século XIX, as atividades que chamaríamos hoje de informais, eram desempenhadas basicamente por escravos e libertos, crioulos ou africanos, sem esquecermos também os brancos pobres(...) <sup>98</sup>

Ela acrescenta ainda que as revoltas em Salvador, na primeira metade do século XIX, colocavam a elite local em constante apreensão, “no sentido de controle desses grupos e obtenção de seus serviços” <sup>99</sup>, uma vez que era justamente a liberdade de circulação elemento importante para a manutenção desse comércio.

Tal situação introduzia a problemática que se dava justamente pelo dilema do que se queria ou se devia permitir e o que as condições de existência das atividades do comércio informal necessitava, e era esta a esfera do confronto com a liberdade de circulação. Era no interior desse dilema que a disciplina e o controle, em torno do comércio informal, empreendido contra os escravos, ia sofrendo golpes como assinala Nascimento:

Mesmo com o fim da escravidão, a necessidade de cont (...) a liberdade de circulação para o desempenho de suas atividades impunham limites às imposições de disciplina e controle. Dessa cultura de rua dependia sua sobrevivência e a de seus senhores <sup>100</sup>

Mesmo com o fim da escravidão, a necessidade de controle dessa liberdade de circulação tinha uma presença marcante no imaginário da elite que passou a lançar mão de outros instrumentos para conseguir tal intento, já que, do ponto de vista jurídico, a introdução de relações de trabalho livre eliminava a interpessoalidade que habitava a relação senhor-escravo. É nessa direção que

---

<sup>98</sup> NASCIMENTO, Vilma Maria do. Op.Cit. p.85.

<sup>99</sup> Idem, Ibidem. p.86.

<sup>100</sup> Idem, Idem. .p.86.

Nascimento alimenta a hipótese de que “não houve de fato uma ruptura entre essas práticas urbanas de ontem e as que notamos hoje”.<sup>101</sup>

O fim das relações de trabalho escravista não tinha portanto, eliminado o sentimento de medo e desconfiança, alimentado no seio das elites, em relação a atividades de trabalho desempenhadas, a princípio, por escravos e segmentos da população pobre. E, por extensão, ele foi alimentando as práticas de perseguição ao comércio ambulante e reforçando a desconfiança em torno dos trabalhadores que atuam nesse comércio, exercido, a princípio, por sujeitos de uma classe tida como perigosa.

Percebemos assim, que, no interior dessas representações, se entrelaçam a permanência de discursos e imagens do urbano que permanecem até nossos dias, quando se criam mecanismos vários, com o intuito de direcionar os passos de quem circula pelas ruas e logradouros públicos da cidade, ao intentar transpor das pranchetas dos especialistas, as jaulas invisíveis e sutis da circularidade espacial, quando se propõe, dentro de sutileza assustadora, a maneira como os sujeitos devem se distribuir nos espaços, quando o caráter das atividades empreendidas nos espaços públicos vão ganhando estatuto de aceitação ou rejeição e este último provoca ecos de expressão que vibra em nome da obliteração de espaços e modos de vida tidos como atrasados e arcaicos: a então chamada provincianidade ou provincianismo, como queiram.

Ligadas à preocupação com os usos dos espaços, essas questões, de um modo ou de outro, têm perpassado o universo do comércio ambulante na angustiante onda de perseguição que vem acompanhando-o ao longo dos anos.

É possível que o movimento vivo dessas idéias tenha contribuído para acentuar e reforçar o caráter insólito atribuído ao comércio ambulante no período em que se insere os nossos estudos, e o ponto de partida dessa incursão temporal e espacial são as condições de existência dos trabalhadores negros e pobres livres da sociedade escravista.

Pesavento nos traz uma observação interessante para pensarmos essa questão, quando se refere às possibilidades de estabelecer articulações “entre

---

<sup>101</sup> Idem, *Ibidem*, .p.86.

práticas e representações do urbano entre épocas e locais variados”. Segundo a autora, é possível que problemas idênticos se revelem “em tempos e locais variados”<sup>102</sup>. A persistência do incômodo causado pela presença física do trabalhador ambulante, no espaço urbano, é a grande questão no jogo de temporalidades.

Mais uma vez somos levados a insistir sobre as operações que alimentam, reforçam e inventam tradições e sobre os aspectos que envolvem a relação espaço/tempo dessas operações. Nesse sentido, retomamos as reflexões de Pesavento em no esforço de compreensão da questão:

Assim, é possível que as imagens e os discursos urbanos possam não só ser lidos e entendidos como ser matrizes de práticas sociais em contextos distintos daqueles que lhes deram nascimento. Por um lado, isso se deve a um componente de universalidade de um mesmo processo\_\_ o da urbanização ou da constituição da sociedade burguesa \_\_ , que tende a tornar reconhecível, em situações concretas diferenciadas, problemas e desafios semelhantes que geram respostas e formas discursivas muito próximas. Por outro lado, há que ter em conta o processo de integração de áreas distantes a uma mesma cultura ocidental, envolvendo os fenômenos referentes a circulação e recepção das idéias. Por último, não há que duvidar da capacidade de informação de nossas elites, perfeitamente conhecedoras do que se chamariam “os progressos científicos, culturais e artísticos” de seu século.<sup>103</sup>

Considerando que as práticas de recriminação, violência, controle e disciplinarização têm circulado a esfera do comércio ambulante, extrapolando as fronteiras de tempo e espaço, gostaríamos de enveredar agora pelo universo de “problemas e desafios semelhantes” de que fala Pesavento.

A princípio, estava em jogo o caráter da atividade de trabalho informal e o praticante dela. Na sociedade colonial, a desvalorização do comércio local era forte ingrediente para também a desvalorização de quem o praticava, como observa Maria Odila:

---

<sup>102</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. A pedra e o sonho: os caminhos do imaginário urbano in \_\_\_\_\_. **O imaginário das cidades: visões literárias do urbano**. Paris; Rio de Janeiro; Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999. p.22.

<sup>103</sup> Idem, *Ibidem*. .p.22.

No sistema colonial brasileiro, muitos papéis informais estão ligados ao consumo e à distribuição dos gêneros alimentícios. Esta era uma esfera de atividades de pouca importância do ponto de vista do funcionamento do sistema colonial e, normalmente, relegados para escravos, como cargos aviltantes. Roceiros, quitandeiros, vendilhões eram atribuições com conotações pejorativas de menosprezo social. Socialmente prestigiados na colônia eram os senhores de engenho, lavradores de produtos de exportação, capitalistas, banqueiros, mercadores, burocratas e funcionários administrativos ou eclesiásticos.<sup>104</sup>

O desprestígio social colocou, no plano da desqualificação, o trabalho e o trabalhador e acrescentou aí fortes doses de suspeita:

Aos poucos, pequenos taverneiros e comerciantes estabelecidos foram aderindo às autoridades numa perseguição mais tenaz contra vendedoras do comércio ambulante; por meio de posturas e providências procuravam limitar a livre circulação de quitadeiras e vendedoras clandestinas, escravas e forras; fixá-las em locais demarcados da cidade, estabelecer um sistema de feiras. Foi uma luta secular que envolveu num só processo o destino de mulheres livres e da própria escravidão urbana.<sup>105</sup>

Estabelecendo proximidade da questão com a cidade de Fortaleza, temos situação semelhante, no que diz respeito ao comércio ambulante e à sociedade escravista. Em seu trabalho sobre a urbanização de Fortaleza, nas décadas de 40 a 60 do século XX, Gisafran Jucá se refere à questão:

A preocupação com eliminar a presença dos “desocupados” no comércio era bem antiga. Em Fortaleza, em 1844, havia ‘...diversas queixas pelo abuso que cometem os lojistas e taberneiros por consentirem ajuntamento de escravos em suas cazas (sic) e até conservando-os que muito tempo sentados em frente de sua morada em prejuizo...pela perda de tempo...’<sup>106</sup>

O fato é que a subsistência dessa atividade baseava-se em relações tensas que constituíram práticas seculares, como é sublinhado por Maria Odila. É interessante como essa “luta secular” foi migrando no tempo e no espaço e

---

<sup>104</sup> DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**, 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.p.53

<sup>105</sup> Idem, *Ibidem*. p.75.

<sup>106</sup> JUCÀ, Gizafran Nazareno. **Verso e Reverso do Perfil Urbano de Fortaleza 1945/1960**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000. p.63.

mantendo presente, no interior, forte inquietação em relação ao que é fundamental para a existência do trabalho informal, no espaço urbano: a liberdade de circulação e a presença física nas vias públicas da cidade.

É curioso como o espectro veio contornando a percepção em relação ao comércio informal e traduzindo-se em modalidades várias de violência e perseguição em torno dessa atividade. O comércio ambulante, na sociedade escravista, era marcado pela atmosfera de estranheza, preconceito, desqualificação social que colocava os indivíduos dessa atividade em verdadeiro jogo de perseguição e suspeita. Mesmo com o fim da escravidão o clima tem prevalecido colocando em tela a preocupação com a existência da atividade de trabalho que se constituiu com atos de subversão, de enfrentamentos, quer dizer, esta é a chave para o entendimento da reelaboração do discurso que se refere, de maneira diferente, à mesma coisa: a presença física na espacialidade urbana.

Esse mesmo espectro parece ter feito incursão nas fronteiras espaciais e temporais norteando práticas discursivas e intervencionistas no e sobre o espaço urbano:

Dentro de 10 dias “o rapa” da Prefeitura Municipal vai entrar novamente em ação para afastar todos os vendedores ambulantes que comerciam, nas ruas Liberato Barroso e Guilherme Rocha, no trecho compreendido entre as praças do Ferreira e José de Alencar. O prefeito Milton Pinheiro, hoje pela manhã, autorizou ao secretário de Urbanismo a adotar as providências cabíveis no sentido de desobstruir aquelas ruas dos vendedores ambulantes que nelas se instalam, impedindo o tráfego de pedestres.<sup>107</sup>

A liberdade de circular era comprometida, entre outras coisas, pela exigüidade dos espaços destinados aos pedestres, e o caso da reforma da Praça do Ferreira, é bastante emblemático. Isto significa que a ocupação das vias públicas pelos trabalhadores ambulantes contribuía para ampliar os conflitos de natureza espacial. É importante sublinhar que os espaços tensões maiores se localizam estão situados nas ruas próximas ao logradouro, o que contribuiu para

---

<sup>107</sup> Correio do Ceará, 01 set. 1968.

redesenhar, na paisagem urbana, uma geografia da violência em que nomes de ruas eram suspeitos.

Outro elemento a compor a paisagem dos conflitos é a natureza estética dos propósitos urbanísticos daquele período. Em setembro de 1969, a imprensa anunciava a decisão do prefeito de “retirar os ambulantes que enfeiam o centro da cidade”. Prosseguindo a argumentação, o vespertino referia-se ao desrespeito dos trabalhadores, na medida em que permaneciam nos espaços centrais da cidade e transgrediam o código urbano, que estabelecia que o trabalhador ambulante não podia estacionar em logradouros públicos, o que fazia com que muitos “abusos” fossem cometidos “contra os interesses da cidade”.<sup>108</sup>

O desejo de limpar, desobstruir os espaços públicos, se defrontava com os artifícios vários dos trabalhadores que, entre a norma e o desvio, promoviam as chamadas “fendas nos espaços” de que nos fala Certeau<sup>109</sup>. E aí observa-se o outro lado de uma tradição inventada, trajetória de elaboração, de enfrentamentos que envolveu uma categoria específica de trabalho. Ao migrar pelas fronteiras do tempo, o comércio ambulante foi operando, golpe a golpe, na tentativa de fazer permanecer práticas de sobrevivência, nos espaços urbanos, de nossa sociedade. Por esses processos, compreende-se o caráter “subversivo” atribuído a uma prática social que se constituiu em torno de artifícios de sobrevivência, e apesar das medidas tomadas para reprimi-lo ou para escondê-lo, ele sobrevive até nossos dias.

Num período em que estava em jogo um projeto político que se validava na concepção de que seria possível administrar a sociedade por meio de reformas urbanas, em que o regime autoritário objetivava “o caminho da ordem, do desenvolvimento, da organização, da moralização, da coerência visando tão somente o engrandecimento do nosso Brasil”<sup>110</sup>, os trabalhadores ambulantes eram mais uma vez tidos como retrógrados e resistentes ao progresso, subestimados assim em sua inteligência. Não podemos desconsiderar o substrato

---

<sup>108</sup> Correio do Ceará, 06 set. 1969.

<sup>109</sup> Ver: CERTEAU, Michel. Caminhadas pela cidade. in: \_\_\_\_\_. **Invenção do cotidiano 1: artes de fazer**. 4 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

<sup>110</sup> Tribuna do Ceará 01 abr. 1971.

político que permeava as ações e articulações várias que se intercalavam na constituição de espaços não pensados.

## 2.2 Usos e "abusos" dos espaços

Dando prosseguimento à nossa incursão pela cidade, mais especificamente nos espaços públicos, gostaríamos de adentrar no território em que habitam os "abusos cometidos contra os interesses da cidade"<sup>111</sup>, e construir, a partir daí, uma ponte de ligação com os espaços não pensados.

Em março de 1968, um vespertino de nossa cidade fazia alusão ao mundo do "rapa", ou seja, os funcionários da prefeitura encarregados da vigilância em torno do comércio no centro da cidade, referindo-se à retirada dos trabalhadores ambulantes como verdadeira limpeza:

Isso tem determinado uma "limpeza" no setor, enquanto as calçadas ficam livres para o trânsito de pessoas, principalmente nos momentos de "rush", e as aglomerações são evitadas, não havendo os problemas tão comuns de uma capital que ganha dimensões maiores.<sup>112</sup>

A preocupação "com o trânsito das pessoas" e as possíveis aglomerações, nas vias públicas, é novidade do período, mas é interessante aproximarmos o nosso olhar em direção a essas justificativas para percebermos os ocultamentos que aí residem.

Em um trabalho historiográfico recente, Antônio Luís Macedo nos fala dos propósitos modernizadores dos anos 30 e 40, na cidade, e dos respectivos problemas ocasionados pelos descompassos entre o aumento populacional e os equipamentos urbanos disponíveis. Segundo o autor, em torno desse último, fora se instalando a problemática das calçadas e de seus usos, na medida que iam sendo encaradas como locus de mera circulação. Daí a concepção de que as calçadas eram apenas suportes de passagem:

---

<sup>111</sup> Correio do Ceará, 06 set. 1969.

<sup>112</sup> Correio do Ceará, 08 dez. 1968.

A dimensão unifuncional das calçadas, ou seja, sua utilização exclusiva como espaço de circulação ininterrupta, como pura e simples via de passagem, é salientada pela asserção de que foram feitas para os transeuntes, e não para servir de suporte ao repouso e à fixidez. O corpo estático não tem mais lugar nesse equipamento urbano, tacitamente reservado à fluidez do movimento.<sup>113</sup>

O fato é que as práticas de sociabilidade entremeadas de conversas e cadeiras nas calçadas se tornaram objeto de repúdio, ao passo que a rua ia sendo reservada aos veículos, e a calçada aos pedestres. Em face desses propósitos destinara-se aos transeuntes o "confinamento privado".

Em meio à tendência de expropriação dos indivíduos dos lugares onde estava em jogo o caráter de "circulação ininterrupta", acrescentava-se a perseguição aos que representavam "coágulos na vital circulação de pedestres"<sup>114</sup>: os vendedores ambulantes. A problemática da circulação dos pedestres e da presença física de vendedores ambulantes, nas vias públicas, vinha de períodos anteriores. De acordo com as observações de Macedo, nas décadas de 30 e 40, tais perspectivas já se colocavam, tanto é que a reforma da Praça do Ferreira, iniciada em 1941, não incluía o aumento da largura das calçadas.

No período que se insere nossos estudos, a questão é posta em relevo para assinalar os "abusos contra os interesses da cidade", inseridos nos arranjos espaciais que colocam em tela a compressão dos espaços destinados aos pedestres.

Essa problemática é reinserida nos finais da década de sessenta quando a Praça do Ferreira é mais uma vez reformada. Lembramos que a questão alimentou tensões entre os profissionais da Escola de Arquitetura e o Prefeito José Walter. Este quadro é lembrado pelo arquiteto Liberal de Castro como um pandemônio, uma vez que os automóveis tiveram prioridade em detrimento dos

---

<sup>113</sup> MACEDO, Antônio Luís. Um espaço em disputa: norma e desvio nas calçadas de Fortaleza. In: **Fortaleza**: história e cotidiano. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002, p.72.

<sup>114</sup> Idem, *Ibidem*. p.79.

pedestres<sup>115</sup>.O fato é que, no âmbito da reforma, uma área reduzida foi reservada aos mesmos.

É no interior desse "pandemônio", ou seja, a exigüidade dos espaços destinados aos pedestres, que se inserem as tensões envolvendo as apropriações dos espaços pelo comércio ambulante que, constantemente, é apontado como obstáculo à circulação dos pedestres. Se a preocupação central é com a circulação de pedestre, como se explica a não ampliação das vias públicas para garantir a mobilidade dos mesmos? Ampliação dos espaços também podia significar mais possibilidades de concentração e, por extensão, a ampliação das redes de sociabilidade nas esferas públicas. Considerando o que ocorreu com a Praça do Ferreira, onde os bate-papos e encontros sofreram interferência incisiva, é de se supor que as intervenções urbanas do período visavam justamente ao contrário.Tudo indica que outra questão esteja ligada às intervenções urbanas do período: a tentativa de evitar as possíveis aglomerações no centro da cidade, ao passo que o local ia se convertendo em lugar de passagem, destinado às relações desprovidas de sociabilidade:

Qualquer casa de diversão \_\_ teatro, bares, cabarés, boite e restaurante\_\_ só poderão funcionar em locais distantes 200 metros no mínimo de quartéis, bancos e templos religiosos.(...) A adoção dessa providência a ser regulamentada em decreto, afastará, sem dúvida alguma, todas as boites, cabarés e restaurantes situados no perímetro central da cidade. A retirada como problema tem conotações sociais, será feita por etapa, acreditando as autoridades que poderão localizar, principalmente as boites e cabarés, no bairro do farol que já se converteu em ponto de aglomeração de prostitutas e casas dessa natureza"<sup>116</sup>

A tentativa de controle da vida noturna indica os limites da "humanização da cidade" e as fronteiras que separam os "contatos humanos" que devem se estabelecer nos espaços urbanos. Os lugares onde circulam e interagem os indivíduos não são meras porosidades em que coisas, simplesmente, devem se encaixar, os lugares são prenes de significados construídos a partir das redes

---

<sup>115</sup> CASTRO, Liberal de. A Praça do Ferreira de 1968. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, Fortaleza, v. 105, 1991.

<sup>116</sup> Jornal Correio do Ceará, 19 set. 1969.

invisíveis que movem os laços de afetividade, os sonhos, e os desejos, no caso, dos vendedores ambulantes as possibilidades de trabalho. É a partir desse olhar que podemos problematizar as relações que se estabelecem na cidade e é com essa compreensão que podemos situar as condições de permanência dos trabalhadores que atuavam nos espaços públicos, ou seja, os vendedores ambulantes e feirantes.

Os espaços de sociabilidade iam se tornando cada vez mais suprimidos e os trabalhadores ambulantes, ao se apropriarem dos espaços destinados aos pedestres, iam tecendo com os lugares outras formas de relações que se contrapunham ao caráter funcional estipulado para as vias públicas, ou seja, os locais de passagem eram convertidos em espaços de vendas e exposição de mercadorias, com instauração de outras formas de sociabilidade.

Na rua Guilherme Rocha, conhecida como Ouvidor, no trecho entre a Major Facundo e a General Sampaio, havia tradicional venda e troca de revistas, livros e discos efetuadas por garotos, rapazolas e adultos. À noite, os batentes das casas comerciais eram apropriados como mostruários por esses indivíduos, cuja prática de comércio alimentava uma verdadeira rede de articulação entre os consumidores dos artigos:

(...) Profissionais liberais, intelectuais, estudantes, enfim quase todos os fortalezenses trocam ou compram naquele local, livros revistas e discos (...)Ninguém se acanha em permanecer de cócoras 5,10 ou mais minutos desfolhando alguma obra de Eça de Queiroz. Também os amantes da música perdem seu tempo ouvindo velhas gravações, as quais são adquiridas a preços dos mais baixos, sendo que às vezes são realizadas permutas entre os interessados. Tudo é encontrado com preço a menos de cinquenta por cento, sobre o valor, quer dos discos, revistas ou livros.<sup>117</sup>

Esse espaço forjado pelo comércio informal, atraía um conjunto de pessoas que a ele dirigiam a fim de suprir as necessidades que a modalidade desse comércio possibilitava satisfazer:

---

<sup>117</sup> Jornal Tribuna do Ceará, 04 nov. 1969.

(...)Os discófilos, quando não compram, trocam, pois entre o interessado e o vendedor, qualquer negócio é realizado. Carlos Augusto um dos vendedores de discos, revelou-nos que prefere trocar discos a vender, pois 'na troca eu ganho e ainda fico com a gravação'.<sup>118</sup>

Assim, as atividades do comércio informal se inscrevem na trajetória que envolve espaço e relação. Esse quadro ajuda a entender as dificuldades que o poder local enfrentava em se tratando da retirada do comércio ambulante do centro de Fortaleza:

Já o Sr. Gervásio Pegado afirmou que há muito os comerciantes vinham combatendo o comércio de calçada. Lutamos da maneira mais humana, porque eles alegam que vivem daquilo, mas agora vamos encarar o assunto com maior rigorosidade.(...) Na oportunidade alegou que na campanha o Prefeito encontrou dificuldades em dar prosseguimento à mencionada campanha, mas que **desta vez a luta contra os camelôs será vitoriosa**(...)<sup>119</sup>(grifo nosso)

A "necessidade de vitória" deixa transparecer as fragilidades dos mecanismos até então empreendidos, no sentido de eliminar o comércio ambulante. Nesses mecanismos, estão os discursos de desqualificação social que veio perseguindo essa categoria de trabalho ao longo do tempo, estabelecendo pontes estreitas com a noção de que "tal tipo de comércio significa atraso social e causa má impressão no visitante".<sup>120</sup>

A fala sobre o comportamento dos trabalhadores ambulantes provavelmente se insere no que é chamado aqui de "lutar de maneira mais humana" quando, está em jogo, construir junto, à população, imagem negativa atribuindo-lhes as causas dos entraves ao progresso. Talvez estejamos diante de uma espécie de "fraqueza secreta" que habita o "gosto pela violência", como bem lembra Certeau<sup>121</sup>, ou seja, em meio às práticas discursivas, que procuram desqualificar o trabalho informal, as astúcias dos trabalhadores parecem ter falado mais forte!

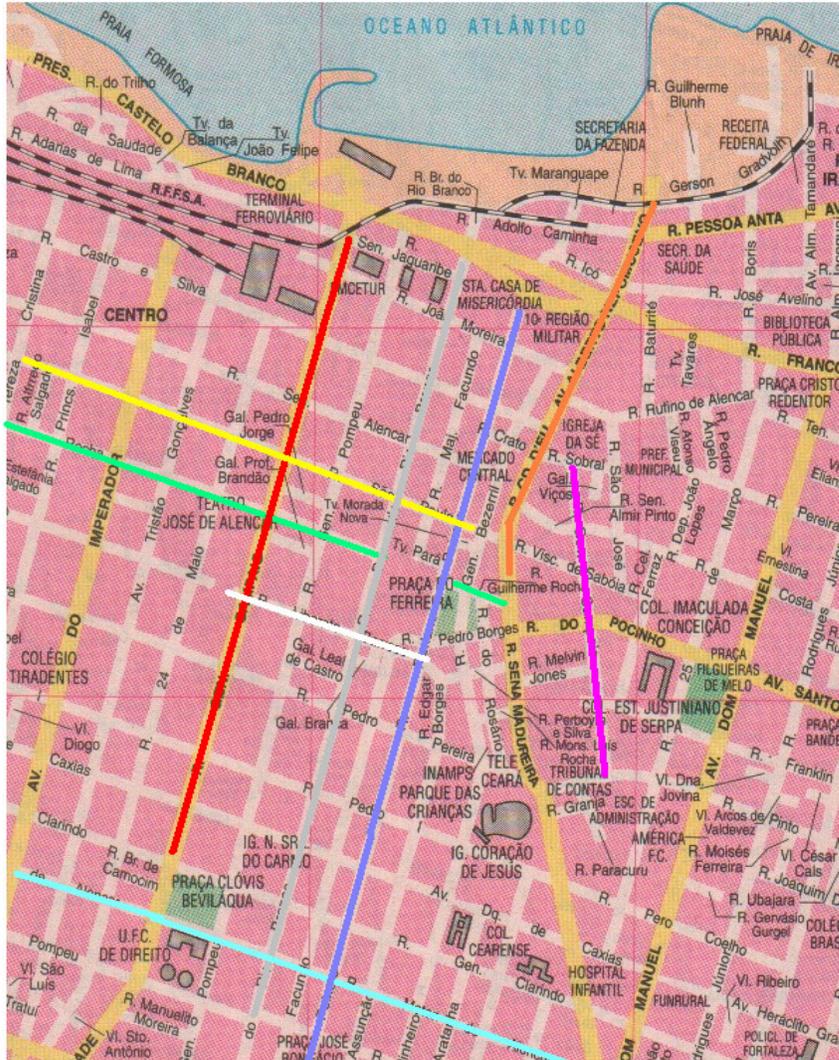
---

<sup>118</sup> Jornal Tribuna do Ceará, 04 nov. 1969.

<sup>119</sup> Jornal Tribuna do Ceará, 04 set 1969.

<sup>120</sup> Jornal Tribuna do Ceará, 04 set. 1969.

<sup>121</sup> CERTEAU, Michel. **A Cultura no plural**. São Paulo: Papyrus, 1995. p.96.



**Fig. 8: Mapa do Centro de Fortaleza com destaque para as ruas onde se concentram os trabalhadores ambulantes.**

- Rua General Sampaio
- Rua Senador Pompeu
- Rua São Paulo
- Rua Guilherme Rocha
- Rua Governador Sampaio
- Rua Liberato Barroso
- Rua Barão do Rio Branco
- Rua Floriano Peixoto
- Rua Conde D'Eu/ Alberto Nepomuceno
- Rua Meton de Alencar

Nessa direção, a "rigoriedade" de que fala o vespertino constitui outra modalidade de ação que se projetava no espaço urbano, em forma de perseguição violenta. A partir daí, uma verdadeira operação de caça sacudia o cotidiano do centro da cidade para desespero dos trabalhadores ambulantes.

Em face desse quadro, é possível sugerir que a necessidade de vigilância articulava os locais específicos em que o controle e, por conseguinte, a violência podia se intensificar, uma vez que, nas ruas centrais, onde a conjugação de indivíduos era mais intensa, se acentuava a concentração de trabalhadores ambulantes, introduzindo a problemática da ocupação dos espaços. Perseguir essa trajetória nos ajuda a situar os trajetos que, social e espacialmente, foram atribuindo qualidades outras aos lugares, ao mesmo tempo em que acrescentava outros contornos à paisagem urbana na qual emergia uma geografia da violência.

A violência territorializava-se em contrapartida a outra territorialização de práticas sociais do comércio ambulante. A experiência é entrecortada por múltiplas formas de lidar com os espaços. Tal situação sugere a pontuação de lugares que iam se constituindo em zonas de conflito, onde nomes de ruas sinalizavam expectativas de vigilância. A historiadora Marta Emília Barbosa, ao sugerir, como possibilidade de análise, uma geografia da coação, nos ajuda a entender melhor a questão:

É possível sugerir uma história que aponte uma certa geografia da coação ligada aos nomes: nomes de rua e indivíduos cercados por acontecimentos que os uniram. As ruas não são apenas vias públicas para a circulação urbana e nem os indivíduos são simples passantes. A espacialidade tecida por essa relação entre indivíduos e ruas se faz pelas ações desviantes e por uma contrapartida, os artifícios de coação.<sup>122</sup>

Nesse sentido, é significativo considerar que, no entorno da praça do Ferreira, nos locais de intensa conjugação de indivíduos, foi se configurando verdadeira zona de controle e vigilância:

---

<sup>122</sup> BARBOSA, Marta Emília Jacinto. Entre casas de palha e jardins: Fortaleza nas primeiras décadas do século XIX. In: FENELON, Déa Ribeiro (org.). **Pesquisa em História**. São Paulo: Olho d'Água, 1999. p.160.

O Prefeito Milton Pinheiro concedeu mais 10 (dez) dias de prazo aos ambulantes que infestam o centro da cidade, especialmente as ruas **G. Rocha e Liberato Barroso**, para que saiam de seus pontos antes que medidas drásticas sejam tomadas pela Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.<sup>123</sup>(grifo nosso)

Anteriormente, outro vespertino dava mostra de outros locais suscetíveis de intervenções de órgãos ligados à Prefeitura. Tratava-se da divulgação da decisão da Secretaria de Saúde e Assistência, de retirar do centro da cidade os vendedores de carne, vísceras, peixes e gêneros alimentícios. A operação envolvia fiscais da Secretaria Municipal de Saúde e praças da Polícia Militar. Em seguida, eram anunciavam-se os locais das respectivas intervenções:

Os locais, inicialmente visitados, serão:

- a) Praça dos Voluntários
- b) Praça da Sé
- c) Av. Alberto Nepomuceno
- d) Praça José de Alencar
- e) Rua General Sampaio
- f) Rua Gov. Sampaio até a Travessa Crato  
Visc. Do Rio Branco- Meton de Alencar"<sup>124</sup>

O curioso é que, posteriormente, o mesmo jornal se refere às arbitrariedades dos guardas do rapa contra os peixeiros ou os suspeitos de comerciarem peixes nas localidades situadas exatamente nas zonas citadas anteriormente:

Quem adquirir uma corda de peixe, no Mucuripe, e se morar num dos bairros, cujos ônibus estacionem na praça José de Alencar, está sujeito a ficar sem o jantar, pois os guardas julgando que o cidadão possa ser um pobre peixeiro tomam-lhe a corda de peixe. Quem duvidar do que afirmamos, dê uma voltinha pelas ruas **São Paulo e General Sampaio** e com certeza haverá de constatar a afirmação.<sup>125</sup> (grifo nosso)

---

<sup>123</sup> Gazeta de Notícias, 02 set. 1969.

<sup>124</sup> Tribuna do Ceará, 26 fev. 1969.

<sup>125</sup> Tribuna do Ceará, 21 dez. 1970.

Temos aqui uma questão interessante que se refere às práticas de resistência desses trabalhadores, pois a decisão de retirar do centro da cidade os "vendedores de carne, vísceras, peixes e gêneros alimentícios" havia sido anunciada no ano anterior. Tal situação sugere que a "subversão" dos trabalhadores se manteve, o que pode ser traduzido para nós como trajetória de luta que envolvia artifícios vários para permanecer nas áreas onde a violência se intensificava, o que punha, sob suspeita, as pessoas que nelas transitavam. Mas afinal quais seriam esses artifícios? Considerando que as ruas "não são apenas vias públicas", como indica Marta Emísia, é importante considerar a tessitura dos significados espaciais que se constituem a partir da relação que os indivíduos estabelecem com a rua. É dessa experiência que surgem os espaços entrecortados pelos desvios.

Para a mesma autora, o alheamento dos lugares é o que caracteriza a condição de passante e não é o que ocorre com os vendedores ambulantes. É justamente no território fértil da familiaridade com os espaços que esses trabalhadores vão forjando escudos de proteção e onde as ações desviantes de que fala Marta Emísia vão se entrecruzando.

O mesmo artigo que se refere à arbitrariedade contra os peixeiros, nos dá indicativos dessa questão e nos ajuda a adentrar no território dos artifícios de sobrevivência:

Por outro lado, os guardas do rapa" se postam na rua São Paulo, entre General Sampaio e Senador Pompeu, à espera dos vendedores de peixe. Quando estes aparecem, eles tentam se apoderar do produto surgindo daí confusão. Os peixeiros correm rua abaixo, a fim de salvar suas cordas de peixe, entram em alguns prédios daquela artéria, com os guardas invadindo os recintos, onde fazem apreensão.<sup>126</sup>

Sobreviver à violência, eis a questão. Estabelecer com a rua relação de familiaridade colocava em jogo, o reconhecimento dos possíveis que habitam os lugares. Nessa dimensão, configuravam-se os pontos de refúgio, quando os deslocamentos dos passos seguiam trajetória diversa da das vendas de produtos.

---

<sup>126</sup> Tribuna do Ceará, 21 dez. 1970.

Estamos aqui diante das maneiras de "escapar", ou seja, outro elemento que acrescenta novos contornos ao cotidiano de trabalho dos vendedores ambulantes no centro da cidade. Ir por aqui ou por ali é um artifício de deslocamento que se traduz em desdobramentos vários para esses trabalhadores, e todos eles se entrecruzam numa direção: a necessidade de sobrevivência, sobreviver das vendas de produtos ou/e sobreviver à violência da polícia.

A intensificação da violência é justificada como medida para assegurar melhor circulação dos pedestres:

A polícia e a prefeitura declaram **guerra** ao comércio ambulante que abusava nas nossas principais artérias e logradouros. A fiscalização contra os camelôs vem sendo feita sem tréguas. Merece realmente elogios a decisão das autoridades em não permitir o comércio ambulante nas calçadas, pois, ninguém podia mais andar pelas ruas devido aos vendedores que colocavam suas mercadorias\_\_\_ prejudicando o tráfego de pedestres.<sup>127</sup> (grifo nosso)

A mesma matéria prossegue relatando os episódios que se deram na Praça José de Alencar, no momento em que a polícia fazia apreensão de mercadorias expostas sobre a calçada dos prédios da Rua General Sampaio:

Os policiais se faziam acompanhar por civis e acumulavam os produtos aprisionados, num jipe da Secretaria Municipal de saúde. Notamos a revolta por parte dos vendedores ambulantes, que por um lado eles têm razão em condenar a represália. Desta página fizemos várias denúncias contra o referido comércio. Entretanto, somos contra a ação policial praticada para proibir o comércio ambulante, pois, a proibição é correta, é elogiável, é uma necessidade, porém somos contra à apreensão de mercadorias, principalmente de crianças que vendem bombons, cigarros, etc. Que a polícia proíba, concordamos, mas fazendo apreensões, discordamos.<sup>128</sup>

A ambigüidade do vespertino quanto à apreensão de mercadorias e a repressão policial trazem elemento significativo para percebermos a complexidade da questão. Tal ambigüidade nos ajuda a tecer os fios das astúcias desses trabalhadores que, movidos pela necessidade de sobreviver, se apropriam de

---

<sup>127</sup> Tribuna do Ceará, 07 mar. 1969.

<sup>128</sup> Tribuna do Ceará, 07 mar 1969.

situação desfavorável, que é a própria violência. Nesse intuito, percorriam em busca dos "outros possíveis que habitam os lugares", deslocando-se em direção a um espaço diverso do das atividades de trabalho, ou seja, a Câmara Municipal de Fortaleza:

O vereador José Flávio solicita inscrição para falar no expediente da sessão de amanhã, a respeito do problema dos vendedores ambulantes, bem como a respeito de como vêm se conduzindo alguns elementos da Guarda Municipal de Fortaleza.<sup>129</sup>

Na sessão do dia seguinte, esse vereador se referia ao comportamento de alguns elementos da Guarda Municipal de Fortaleza e à tomada de mercadorias dos vendedores ambulantes. Em seguida, dirigia apelo "ao chefe da edilidade, no sentido de que o mesmo receba em seu gabinete, as comissões que ali comparecem para tratar do assunto acima referido."<sup>130</sup>

Nota-se um movimento inverso à violência praticada contra os vendedores ambulantes, na medida em que a visibilidade desta se revestia de tons negativos e instaurava polêmica nas esferas do poder institucionalizado.

Em outubro de 1968, um vereador narrava, em sessão da Câmara Municipal, o episódio que ocorrera com outro vereador, na Praça do Ferreira. O atrito se deu quando o vereador "procurava libertar da violência dos guardas, um menor vendedor ambulante". O autor da denúncia prosseguiu solicitando "providências da Mesa Diretora, tendo em vista,(sic) um dos guardas pediu o seu nome para levar certamente ao conhecimento do Comando da Guarda Municipal."<sup>131</sup>

É possível ouvir os ecos de socorro dos trabalhadores ambulantes na via institucional. Essa situação desenrolava-se num contexto de fechamento político em que os canais de participação haviam sido subtraídos da população. Estamos diante de um terreno fértil de reflexão sobre as experiências desses sujeitos e do

---

<sup>129</sup> FORTALEZA, Câmara Municipal de. Ata da Sessão Ordinária de 26 set. 1968.

<sup>130</sup> FORTALEZA, Câmara Municipal de. Ata da Sessão Ordinária de 27 set. 1968.

<sup>131</sup> FORTALEZA, Câmara Municipal de. Ata da Sessão Ordinária de 14 out. 1968.

substrato político que habita esse universo. Sob quais condições a violência praticada contra os trabalhadores ambulantes produzia efeitos contrários ao que se pretendia? Em que medida a percepção da violência acrescentou, ao universo desses trabalhadores, mais um instrumento de luta quando se pretendia intimidá-los, constrangê-los?

As respostas às indagações se insinuaram antecipadamente quando nos referimos à polêmica da violência, na Câmara Municipal de Fortaleza. No entanto, esta é só uma dimensão da problemática da violência. Atentando para a movimentação desses trabalhadores, fomos nos defrontando com outras peculiaridades que adentraram no território onde as experiências cotidianas de trabalho se desenrolavam concomitantes à violência.

Na Rua Guilherme Rocha, no trecho entre a Senador Pompeu e General Sampaio, grande confusão fora provocada quando dois guardas municipais armados de cacetete investiram contra camelôs:

José Sampaio, residente no bairro de Bela Vista, foi uma das vítimas que sofreu ferimentos no crânio, ao ser espancado pelos "guardas do rapa". Também uma senhora ao solicitar que os guardas do município não agissem daquela maneira, foi empurrada, caindo na porta de uma barbearia, ali localizada. Um dos guardas dizia ser valente, durante várias horas permaneceu naquela artéria a desacatar até os transeuntes que regressavam do trabalho.(...) O caso vem merecendo as vistas das autoridades a quem de direito, para que anormalidades desta natureza não se registrem nas ruas centrais de nossa cidade.<sup>132</sup>

A situação criada para gerar constrangimentos se convertia em jogo de forças, na medida que, ao se tornar visível e gerar transtornos no centro da cidade, colocava em aproximação as vítimas e os que, ao presenciarem a situação, tomavam partido em seu favor. As tentativas de inibição acabaram sacudindo o território da violência e imprimindo outros tons, mesmo sem ter a intenção de fazê-lo.

Uma atmosfera de solidariedade parecia se insinuar a partir daí, envolvendo os trabalhadores na teia de códigos que mediavam os espaços e as relações:

Quase diariamente o alarme é feito por estranho ao meio ou por um dos seus próprios integrantes. E o pânico generaliza, pois ninguém quer passar pela incômoda situação de perder o seu pequeno negócio.<sup>133</sup>

O impacto das agressividades contra os trabalhadores ambulantes, além de atrair para junto deles alguns transeuntes que tinham contato direto com tais situações, produzia uma atmosfera de sensibilidade na Câmara Municipal de Fortaleza.

Nesse clima de tensão, é possível observar que a "tática discursiva" também constituía desdobramento das tensões, a céu aberto:

Defendemo-nos como podemos procurando ganhar qualquer coisa por aí, percorrendo as ruas. Melhor sermos camelôs do que ladrões, não acham?

\_\_\_ dizem eles quando procuram as redações reclamando que o 'rapa' se 'apoderou' de seus pertences(...)<sup>134</sup>

É perceptível que, nessa fala, há o reconhecimento de que ocupam o espaço como trabalhadores e, nesse plano, é legítimo usar a rua porque ela é espaço de sobrevivência, ou seja, o que está em jogo é o direito ao trabalho. Parece que estamos diante de uma tentativa de legitimação de inversão da ordem no uso dos espaços.

É interessante como a publicização da violência parece ter produzido efeitos inesperados e, ao invés de intimidar as vítimas, acabou contribuindo para que novas tramas se elaborassem ligando os indivíduos à intensa rede de aproximação:

E o corre-corre vez por outra acontece, com homens, mulheres e crianças, as pressas arrumando as suas coisas e procurando se refugiar em casas comerciais, residenciais e repartições, na tentativa de fugir à perseguição dos guardas municipais, que em sua maior parte não são contemplativos(...)<sup>135</sup>

---

<sup>132</sup> Tribuna do Ceará, 03 mar. 1971.

<sup>133</sup> Correio do Ceará, 08 mar. 1968.

<sup>134</sup> Correio do Ceará, 08 mar 1968.

<sup>135</sup> Correio do Ceará, 08 mar 1968.

A necessidade de sobrevivência ia tecendo experiências comuns que giravam em torno dos enfrentamentos da violência e das arbitrariedades praticadas. Lidar cotidianamente com essas questões se tornara um desafio que contribuía para tornar mais árdua a rotina de trabalho. Nesse sentido, parece que o clima de tensão colocava os trabalhadores ambulantes em atmosfera de apreensão constante.

A atmosfera de aflições parece ter invertido o rumo das coisas e colocado, no plano da visibilidade, um universo de pessoas comuns, ao passo que o clima de constrangimentos ia se deslocando em direção a quem praticava a violência, o que recaía sobre os órgãos públicos envolvidos. Nas imediações da Praça José de Alencar, os guardas municipais ficavam à espera dos peixeiros, com o intuito de apreender a mercadoria que seria posta a venda naquele lugar. O curioso é que a violência, praticada pela guarda municipal, era mencionada pelo Jornal Tribuna do Ceará como irregularidade:

O negócio está um caso, pois quem comprar uma corda de peixe na praia e for passar pela rua São Paulo, ou praça José de Alencar, perderá o jantar, pois os elementos que integram a GM investem contra o passante, aprisionando a corda de peixe.

Como temos certeza de que o capitão não está a par dessa irregularidade, levamos ao seu conhecimento a denúncia, esperando uma solução para o problema.<sup>136</sup>

No período em que estava em cena o AI5 (Ato institucional nº 5 ) e acentuado fechamento político, é sabido que a violência era uma prática corriqueira contra os suspeitos de subversão da ordem. No entanto, trata-se de outro tipo de subversão e de violência praticada a céu aberto e não em porões fechados.

Arriscamos aqui a hipótese de que os trabalhadores tenham tirado partido dessa situação, na medida da propagação do clima de tensão pelos efeitos visuais da agressão física que, presenciada pelos habitantes da cidade, ia se traduzindo em constrangimentos. Constituíam-se, a partir daí, um ambiente favorável ao adentramento dos trabalhadores nas redações de jornais, na Câmara Municipal de

---

<sup>136</sup> Tribuna do Ceará, 15 abr. 1971.

Fortaleza, no Gabinete da Prefeitura, ou seja, nos circuitos fechados do poder local. No terreno da visibilidade iam, portanto, se inscrevendo os mecanismos de pressão junto aos órgãos públicos que tentavam eliminar, do espaço urbano, o comércio informal. Esta modalidade de ação é bastante diversa em relação aos feirantes, como veremos nos capítulos seguintes.

### **2.3 Vendas, improvisos e consumo**

Com os “abusos cometidos contra os interesses da cidade”, há a multiplicidade de práticas sociais que atribuem significados aos lugares e uma infinidade de gestos aproximativos com os espaços. Nesses contornos, verdadeira rede de artifícios desafiava o poder local:

O Prefeito interino, Dr. Milton Pinheiro, está disposto a tentar a limpeza da cidade, acabando, de uma vez por todas, com a presença dos mercadores ambulantes que teimam em fazer ponto pelas esquinas, pelas calçadas, no vão de um edifício que esteja fechado. Aqui bem perto ali na esquina com a Liberato Barroso, existe uma "sapataria ambulante" com o mostruário subindo de parede acima.<sup>137</sup>

Não podemos esquecer, no entanto, de que outro elemento significativo acrescenta-se a este universo e possibilita a continuidade da sua existência: os sujeitos consumidores, outro suporte para a persistência do comércio informal, se não como explicar a permanência da prática de venda em meio à intensa perseguição?

Através dos jornais, nos deparamos com indícios de que as modalidades várias de vendas mobilizavam os habitantes da cidade em direção aos cantos específicos da cidade para satisfazer as necessidades de consumo e das possibilidades que se enredavam pelo poder aquisitivo. Estamos diante de outra particularidade do comércio informal: a sua aproximação com as camadas menos abastadas da sociedade :

---

<sup>137</sup> Tribuna do Ceará, 03 set. 1969.

Quando do início do ano letivo, o povo, propriamente dito, classificado como os operários, funcionários públicos, comerciários, pequenos comerciantes que não podem adquirir livros didáticos nas principais livrarias, porque estas vendem seguindo preço de tabela, recorrem então ao "sebo".(...) Aqueles que desejam encontrar obras literárias têm facilidade de encontrá-las nesse tipo de comércio. Além disso, obras\_\_\_\_<sup>138</sup> cujas edições foram esgotadas\_\_\_\_ no sebo elas podem ser adquiridas.

Parece que esse aspecto do poder aquisitivo dos consumidores veio acompanhando a trajetória de permanência dessa atividade ao longo dos tempos. Se fizermos uma incursão temporal, mais especificamente, na primeira metade do século XIX, em São Paulo, nos defrontaremos com experiências que se aproximam da questão:

O comércio clandestino não era atividade que permitisse muito lucro. A concorrência era muita, proliferavam as pequenas intermediárias nas fímbrias e margens das operações de vulto: a partir das pequenas proprietárias de escravos, desdobravam-se numa cadeia de operações cada vez menores; sintoma de pobreza generalizada, retratavam de modo simbólico a urdidura de dominação social: estocar em pequenas porções gêneros mais baratos, revendê-los a miúdo, ou sob forma de quitanda caseiras, mal permitia a sobrevivência; entretanto, **como alternativa para os preços exorbitantes de gêneros de primeira necessidade**, sobrecarregados de especulação e impostos excessivos, esse pequeno comércio de contrabando cumpria função social importante, pois redistribuía os gêneros alimentícios, a preços mais baratos do que o permitiam os armazéns e vendas estabelecidos.<sup>139</sup>(grifo nosso)

Entre ação e percepção, os trabalhadores ambulantes prosseguiram inscrevendo, no espaço urbano, uma multiplicidade de atividades de vendas que veio possibilitando assim a construção de pontes de aproximação com os hábitos, costumes e necessidades dos habitantes. Talvez seja o que Dias chama de "função social" quando a diversidade de artigos é disponibilizada aos consumidores de baixa renda. É o que ocorria nas Ruas Liberato Barroso e Guilherme Rocha:

---

<sup>138</sup> Tribuna do Ceará, 04 nov. 1969.

<sup>139</sup> DIAS, Maria Odila leite da Silva. Op. Cit. p.75-76.

O comércio ambulante naquele trecho é exercido por dezenas de pessoas, que vendem desde o pente a roupas feitas, artigos de perfumarias, drogas, medicamentos e até mesmo bombom.<sup>140</sup>

Na diversidade, estão incluídos os artigos domésticos "a roupa feita", as "drogas" que fazem supor que sejam ervas medicinais, o que leva a pensar sobre práticas culturais acenadas pela presença física desses artigos, no espaço urbano. Em outro momento, um jornal da cidade fazia menção à venda de panelada e ao caráter provinciano da prática:

Os camelôs continuam tomando conta do perímetro central da cidade, dando-lhe um aspecto de província das mais desorganizadas. No percurso da Ouvidor há até a venda de panelada, enquanto as autoridades cruzam os braços e relegam o problema a plano secundário.<sup>141</sup>

A venda de panelada é emblemática pois indica a presença de hábitos do sertão, no espaço urbano, por conseguinte, a percepção da questão por parte dos trabalhadores ambulantes que, com a venda, atendiam à uma demanda específica de consumidores, instaurando prática de consumo. Nesse sentido, não fica difícil entender o caráter provinciano que lhe é atribuído! A questão aproxima o nosso olhar da trajetória desse comércio. Ao remeter ao comércio informal, em São Paulo, no século XIX, Maria Odila Dias traz novamente elementos significativos para a reflexão sobre as peculiaridades desse universo:

Nas ruas da cidade, a troca em espécie alternava com a troca em vinténs, tomando feições que transcendiam o nível puramente econômico para se revestir do sentido cerimonial de um ritual comunitário: a troca implicava reciprocidade, principalmente a troca de bens de prestígio (aguardente, fumo) ou mágico religiosos (ervas, frangos), de modo que inaugurava, entre vendedores e compradores, estranhos, desenraizados, laços sociais novos, que o próprio comércio selava e perpetuava.<sup>142</sup>

A transcendência econômica parece ser uma característica que se manteve mesmo com a complexidade que o comércio informal veio adquirindo ao

---

<sup>140</sup> Correio do Ceará, 01 set. 1968.

<sup>141</sup> Correio do Ceará, 18 nov. 1968.

<sup>142</sup> Idem, *Ibidem*, p.159.

longo do tempo. Em períodos anteriores, mais especificamente na década de 50, na cidade, observa-se, no espaço urbano, a venda de gêneros alimentícios que sinalizam costumes diversos:

Na Praça do Ferreira vendia-se de tudo nas calçadas: frutas, camarão seco, pente fino, calças de mescla, espelinhos, toalhas de rosto, retoques de algodão, e nylon, pó de arroz e revistas velhas. Nas ruas ficavam os pipoqueiros, os assadores de castanhas, os boleiros, e até vendedores de bacorinhos.<sup>143</sup>

A alternância de produtos industrializados e domésticos é significativa, ao informar hábitos que remetem a uma prática cultural mais próxima do campo, ou seja, "os traços de ruralidade não foram apagados da realidade urbana de maneira homogênea e completa".<sup>144</sup> Se atentarmos para a composição demográfica de Fortaleza e a trajetória de migração de acompanhamento do acentuado crescimento populacional<sup>145</sup>, é possível estreitar a reflexão com o que Maria Odila Silva chama de "laços sociais novos". Por outro lado, o quadro leva a supor que o comércio informa, ao colocar o consumidor em contato com determinados produtos, que provavelmente não eram disponibilizados pelo grande comércio local, de certa forma contribuía para que práticas culturais subsistissem no espaço urbano modernizado. É peculiaridade desse universo que remonta à uma tradição de lutas, como lembra Vilma Maria do Nascimento:

---

<sup>143</sup> JUCÁ, Nazareno Gisafran. Op. Cit. p.65.

<sup>144</sup> Essa questão aparece nas reflexões de Denize Bernuzzi de Sant'Anna quando se refere às disparidades entre textos e imagens num período em que as perspectivas de modernização se colocavam com o intuito de fazer remover os antigos hábitos da sociedade decorrendo daí "uma hesitação ou uma dificuldade social em aderir não apenas às metáforas da modernidade, mas também aos comportamentos citadinos em rápido desenvolvimento". SANT'ANNA, Denize Bernuzzi. Propaganda e história: antigos problemas, novas questões. **Projeto História**, São Paulo, n.14, 1997. p.96.

<sup>145</sup> O Geógrafo José Borzacchiello da Silva, ao analisar o crescimento populacional de Fortaleza, entre as décadas de 40 e 80, observa que o saldo migratório se manteve superior a 60% no decorrer desses períodos. Nesse sentido, "A escolha da cidade pelo migrante está vinculada à proximidade de Fortaleza, mas também à ausência de garantia de emprego no Centro-Sul, principal foco de migração nas últimas décadas" sendo que nesse percurso os fatores de ordem climática como a seca ou a cheia ou os de ordem social mais especificamente a estrutura fundiária ao dificultar a fixação da população no interior contribuem para que os deslocamentos em direção à capital se coloque como "uma das poucas alternativas de sobrevivência para essa população

Os ambulantes, ao darem a esses mesmos espaços novos usos, antigos sentidos e significados, tornando-os frutos de toda uma tradição de lutas e enfrentamentos, mostram por seu lado, a incapacidade dos órgãos públicos e seus respectivos códigos e leis. Também há as instituições privadas com suas ações e as pressões da imprensa, porta-voz dos interesses das elites locais, de fazer modificar modos de vida e de trabalho considerados "atrasados" e permeados de negatividade quanto à imagem de cidade que se pretende construir em substituição à cidade do "atraso" e da 'incivilidade'.<sup>146</sup>

A incapacidade dos órgãos públicos também tem uma trajetória que veio transcorrendo as fronteiras do tempo, o que abriga as práticas de resistência dos trabalhadores ambulantes. Na década de 50, havia sido elaborado um plano de emergência para o comércio das ruas, idéia da Secretaria de Polícia e envolveu diversos órgão do Estado e da Prefeitura, o que culminou com a ocupação dos locais de comércio de calçadas por duplas de guardas chamadas de Cosme e Damião, seguida de fiscais da prefeitura para impedir a prática de comércio então proibido. Mesmo com essas medidas, o comércio ambulante multiplicava-se:

Multiplicavam-se os locais de vendas de bugigangas, mesmo ao lado de luxuosos magazines. Na rua Floriano Peixoto, no trecho entre Castro e Silva e rua Pará, os locais de venda de miudezas multiplicavam-se, dificultando o tráfego na Guilherme Rocha. Até as ruas São Paulo e General Sampaio eram ocupadas.<sup>147</sup>

Em 1959, tomava-se outra decisão com o intuito de dar conta do problema. Dessa vez, optou-se pela construção de mercado com cinco galpões que "daria para abrigar todos os vendedores de rua e também pequenos comerciantes". Não obstante, o êxito da medida, não persistiu "o referido mercado só funcionou temporariamente, sendo desativado alguns anos depois, pois não teve força de absorver todo o comércio ambulante."<sup>148</sup> É possível que a trajetória tenha acentuado o desejo de eliminar as forças obscuras que vieram assegurando a permanência da prática de comércio que tem subsistido apesar das inúmeras medidas adotadas para reprimi-lo. A situação parece ter arrastado consigo

---

desposuída e sem rumo". SILVA, José Borzacchiello. **Movimentos sociais em Fortaleza**: uma abordagem geográfica. 1996. Tese (Doutorado em Geografia) - USP, São Paulo, 1996. p.41.

<sup>146</sup> NASCIMENTO, Vilma Maria do. Op.Cit. p.97.

<sup>147</sup> JUCÁ, Gisafran Nazareno. Op. cit. p.66-67.

<sup>148</sup> Idem, Ibidem, p.67.

crescente desejo de extirpar, a todo custo, a presença incômoda dos trabalhadores do espaço urbano. Não por acaso, a guerra era anunciada pela imprensa local dando ênfase a expressões do tipo "desta vez a luta contra os camelôs será vitoriosa". O que havia de especial no momento em que é assegurada a vitória contra os camelôs?

Em abril de 1969, no aniversário de cinco anos do golpe militar, o Jornal Tribuna do Ceará dava vivas à gestão do prefeito Municipal destacando o aspecto revolucionário de sua gestão:

COINCIDENTEMENTE, quando se comemoram cinco anos de vigência da Revolução que imprimiu ao Brasil um novo sistema de vida\_\_ na política, na administração, no trabalho e no comportamento dos homens públicos\_\_ completa o Prefeito José Walter Cavalcante o seu segundo ano de administração. E ninguém discorda de que, na área municipal, esses dois anos foram os mais revolucionários de quantos já experimentou esta Fortaleza de Nossa Senhora da Assunção. Dois anos revolucionários dizemos bem, porque, sob a gestão do engenheiro e administrador experimentado que está a frente do governo municipal, a capital do Estado passou por transformações radicais em sua fisionomia de metrópole, porque revolucionários também foram os métodos adotados na administração que se libertou de praxes antigas e passou a encarar de frente, corajosamente, resolutamente, os mais difíceis problemas do município.<sup>149</sup>

Essa fala parece insinuar que a atmosfera de regime "revolucionário" criara um ambiente propício às mudanças, principalmente no que se refere à "fisionomia de metrópole" que se queria imprimir à cidade. O momento se tornava propício a realização de mudanças que as administrações passadas não conseguiram, incluem-se aqui as inúmeras tentativas de acabar com o comércio ambulante. É importante sublinhar que as mudanças de que fala o jornal se deram de forma pontual e a repressão contra o comércio ambulante indica que a violência fora concebida como forma de lidar com a diversidade urbana. É nesse terreno arenoso que a guerra contra o comércio ambulante é inserida, com uma forte dose de subestimação, a dimensão criativa e astuciosa que envolvia esse universo e sua inserção nos espaços públicos da cidade. Nesse sentido, é importante não perder de vista os instrumentos que lançam mão os trabalhadores

ambulantes para que a vender se torne possível mesmo quando as mercadorias lhes são apreendidas:

Há casos de vendedores que perderam suas mercadorias por mais de uma vez. Mas insistem, arranjam dinheiro emprestado, compram objetos para "pagar com o apurado" e reiniciam a atividade.

Torna-se, assim difícil, quase impossível, a prefeitura obstacular a ação porque os que atuam no mercado local são em grande número, e se acostumaram nesse comércio, que lhes rende certos frutos.<sup>150</sup>

Há outra questão que é o caráter de relativa autonomia desse comércio em que os sujeitos, em trajetórias diversas, vão se constituindo em "trabalhadores por conta própria" como lembra Nascimento.<sup>151</sup>

Trabalhar por conta própria constituía experiência entrecortada, entre outras coisas, pela improvisação da sobrevivência. Voltando à Rua Guilherme Rocha (Ouvidor) onde a venda de livros, revista e discos era constante nos deparamos com João Batista que encontrou, na venda de discos usados, um meio de sobrevivência quando trabalhar como tipógrafo não lhe era mais possível:

Antes de entrar nesse ramo de negócio, era tipógrafo, mas por infelicidade foi acidentado há 6 anos, ficando impossibilitado de continuar na profissão, porque perdera vários dedos. Entretanto, ele afirma que negociar com discos usados é um dos melhores meios de se ganhar a vida.' **Sem poder trabalhar, comprei uma radiola portátil e muitos discos já rodados e os revendi aqui, na Ouvidor**'.<sup>152</sup> (grifo nosso)

Nas proximidades da rua do Ouvidor, mais especificamente na rua Senador Pompeu, o Sr. José Alcides Rocha vindo do interior, sem profissão definida, adquiriu algumas revistas usadas e iniciou as atividades de revenda. Indagado sobre o capital que possuía, respondera que "para esse ramo de negócio não é preciso muito dinheiro. Há dois anos ele está na compra e venda de livros". O interessante é que as expectativas de sobrevivência o levaram a outros artifícios que lhe possibilitaram redimensionar a atividade inicial:

---

<sup>149</sup> Tribuna do Ceará, 01 abr. 1969.

<sup>150</sup> Correio do Ceará, 08 mar. 1968.

<sup>151</sup> NASCIMENTO, Vilma Maria do. Op. Cit.

<sup>152</sup> Tribuna do Ceará, 04 nov. 1969.

Após conseguir juntar NCR\$ 130,00 alugou uma sala, onde hoje é sua livraria, pelo aluguel de NCR\$ 210,00. No princípio, mal pôde pagar a primeira mensalidade, porque não havia movimento em sua casa. Durante o dia, ele trocava e vendia livros, em sua livraria, e à noite, dava continuidade ao seu comércio, na Guilherme Rocha.<sup>153</sup>

Isso significa que sobreviver na cidade, com o comércio informal, colocava como imperativo lançar mão de inúmeros recursos que extrapolavam o ato de venda em si e no jogo das elaborações a criatividade parecia constituir mais um artifício a desafiar os propósitos de eliminação dos trabalhadores ambulantes do centro da cidade:

Estão chegando a esta seção reclamações contra os desocupados que se postam na Rua Conde D'Eu, proximidades da Praça de General Tibúrcio. É que marginais ficam naquela rua, esquina com a Rua São Paulo, uns vendendo 'umas bolas premiadas, enquanto outros bancando o jogo da pretinha'. Por ser uma artéria das mais movimentadas e ainda porque estão construindo um edifício na esquina, os pedestres são obrigados a andar pelo meio da rua, pondo em risco suas vidas. A polícia, através de sua delegacia especializada deve adotar as providências que se fazem necessárias, não permitindo que desocupados fiquem na rua Conde D'Eu dificultando o trânsito dos pedestres.<sup>154</sup>

A necessidade de sobrevivência constitui, para esses trabalhadores, desafio, a busca de possibilidades de forjar situações atrativas de consumo. No comportamento desses trabalhadores, é possível verificar o que Nascimento chama de a "incapacidade dos órgãos públicos e seus respectivos códigos e leis" encetada pelos usos e significados que se exercem nos espaços através do comércio ambulante:

Pelo não cumprimento do código urbano, diz o prefeito, é que tantos abusos têm sido cometidos contra os interesses da cidade, afeiada e contrariada em seu desejo de limpeza.

Embora reconhecendo o princípio de que ninguém pode alegar desconhecimento da lei, o Sr. Milton Pinheiro está pensando seriamente em promover um trabalho de divulgação das posturas municipais.<sup>155</sup>

---

<sup>153</sup> Tribuna do Ceará, 04 nov. 1969.

<sup>154</sup> Tribuna do Ceará, 22 jul. 1970.

<sup>155</sup> Correio do Ceará, 06 set. 1969.

As posturas municipais a que se refere o jornal estipulavam que os vendedores ambulantes só podiam permanecer nos espaços o tempo necessário para efetuação da venda.<sup>156</sup> A violação das posturas colocava os trabalhadores ambulantes como "foras-da-lei" , portanto "subversivos da ordem":

Então, a Prefeitura terá que agir com rigor, para ser respeitada, nem que apareçam os demagogos defensores dos fora-da-lei. Dom Camilo também defende os que precisam ganhar o pão-de-cada dia e o fazem através do trabalho. Mas o trabalho pode ser exercido dentro da ordem do respeito às posturas municipais. A anarquia, na maneira de exercer uma atividade, não deixa de ser uma modalidade de **subversão da ordem**.<sup>157</sup> (grifo nosso)

A anarquia de que fala o jornal se traduz para nós nas maneiras de ser e estar nos espaços públicos da cidade. A infinidade de gestos colocava os trabalhadores em vai- e- vem constante, para colocar à venda a "provinciana" panelada, para expor sapatos nas paredes dos edifícios ou livros e revistas usadas, na Rua Guilherme Rocha. Enfim são idas e vindas que tecem com os espaços uma rede de relações que não cabem dentro de "um tempo necessário para que a venda se efetue". Apesar das medidas tomadas para repreendê-lo e intimidá-lo, o comércio ambulante se expandia:

Considere-se ainda, que novos mascates estão surgindo se bem que as autoridades permaneçam colocando homens em vigilância, prontos a agir na primeira oportunidade favorável.<sup>158</sup>

Esse quadro, por outro lado, revela as fragilidades do chamado "milagre econômico" pautado no "desenvolvimento total" anunciado no período:

---

<sup>83</sup> FORTALEZA. Diário Oficial do Município, 20 mar. 1964.

<sup>156</sup> FORTALEZA. Diário Oficial do Município, 20 mar. 1964.

<sup>157</sup> Tribuna do Ceará, 03 set. 1969. A coluna Dom Camilo é um espaço do Jornal Tribuna do Ceará, que diariamente traz opiniões sobre fatos específicos que envolvem a política local e os problemas cotidianos da cidade. A problemática do comércio ambulante aparece constantemente nesta coluna e os comentários muitas vezes são acompanhados de detalhes que são significativos sobre a prática desse comércio no centro da cidade.

<sup>158</sup> Correio do Ceará, 08 mar. 1968.

Dom Camilo diz que a revolução continua, porque ela está aí atuante, balançando o Brasil para o desenvolvimento total, para o aproveitamento de todas as suas energias.<sup>159</sup>

No contexto em que o "desenvolvimento total estava em jogo", como explicar o aumento de vendedores ambulantes no centro da cidade? Quando estava em jogo a também possibilidade de sobrevivência, no espaço urbano, e as restritas oportunidades de trabalho, o que se revela é a inoperância da política desenvolvimentista em relação às camadas populares que adentravam a cidade para fugir das condições de precariedade do campo.

Segundo estudos realizados, no período em questão, a região metropolitana de Fortaleza recebeu 190.465 pessoas, com 90,6% para a capital. Segundo o mesmo:

Independentemente de se considerar a atração exercida pela 'Grande cidade', este fato evidencia tanto a inexistência de funções e serviços diversificados nos municípios periféricos como a falta de condições de fixar população, das pequenas cidades interioranas.<sup>160</sup>

Se faltaram condições para todo o contingente de migrantes permanecer nos seus locais de origem, na espacialidade urbana, tais condições vão ser forjadas a ferro e fogo. Não por acaso, nas idas e vindas ao centro da cidade, nos deparamos com o Sr. José Alcides Rocha, na Rua Senador Pompeu que "vindo do interior sem profissão definida, conseguiu algumas revistas já lidas para revendê-las ao lado do edifício do clube do advogado"<sup>161</sup> Desta forma, o Sr. José se tornara um trabalhador por conta própria. Quantos "sem profissão" não tinham procurado ganhar a vida como o Sr. José "inventando" meios de pôr à venda uma infinidade de artigos?

Observando o trajeto de "inventividade" e os artifícios do ganhar a vida, é possível sugerir que, em alguns casos, as atividades do comércio ambulante parecem ter se constituído em espécie de chamativo ao "encontro de referências

---

<sup>159</sup> Tribuna do Ceará, 31 mar. 1971.

<sup>160</sup> CEARÁ. Secretaria do Planejamento e coordenação. Diretrizes para a consolidação da região metropolitana de Fortaleza. Versão preliminar.

<sup>161</sup> Tribuna do Ceará, 04 nov. 1969.

peçoais",<sup>162</sup> pondo em relação práticas culturais distintas do espaço urbano. Esses traços se insinuam através de artigos específicos que são postos à venda.

Parece que se tem uma ponte de aproximação, espécie de zona de contato em que os hábitos culturais encontram espaços para se enunciarem e acrescentar à espacialidade física "os suportes de significações compartilhadas". É nesse território que alguns produtos têm vez junto aos consumidores. É significativo considerar esse aspecto, diante de espaço habitado por um contingente significativo de migrantes que, em seus deslocamentos pela territorialidade urbana, estabelecem contatos com os elementos identitários de cultura diversa do mundo urbano.

Para além do "enfeimento", repetidas vezes enfatizado pelos jornais, o comércio ambulante parece oferecer outros ingredientes aos transeuntes, parece inscrever outros marcos no vai-e-vem dos moradores e, nesse sentido, somos levados à aproximação com os significados dos deslocamentos elencados por Arantes:

O deslocamento excita a imaginação. Indaga, perscruta, libera lembranças e emoções. Faz reviver narrativas e flagrantes de experiências passadas. Leva ao encontro de referências pessoais e dos lugares de memória social. Um marco remete a outro logo em seguida, na cidade onde se viveu por longo tempo. A lembrança constitui o trajeto, obscurece as distâncias, põe em relação(...)<sup>163</sup>

Os percursos em direção ao trabalho ou para atividades outras, propiciavam, aos habitantes da cidade, experiência visual de outra ordem além da anunciada pelos propósitos modernizantes. É possível que os deslocamentos cotidianos, pelo centro, tenham colocado os habitantes da capital alencarina em proximidade com outros suportes que entre um tabuleiro ou outro enunciavam "os flagrantes das experiências passadas".

---

<sup>162</sup> Pensando sobre os significados que se exercem em torno dos deslocamentos Antônio A. Arantes traz elementos significativos para nossa reflexão quando se refere ao encontro de referências pessoais nos fazendo pensar sobre os elementos que atuam no cotidiano dos habitantes da cidade a partir das experiências de deslocamentos pela espacialidade urbana. Para nós é interessante esticarmos nossa reflexão em direção ao comércio informal e nos debruçarmos sobre os significados que imprimem nos trajetos empreendidos pelos habitantes da cidade. ARANTES ARANTES, Antônio Augusto. Op. Cit. p.198.

Referimo-nos mais uma vez às experiências sociais, no espaço urbano na trajetória de migrações sucessivas dos trabalhadores ambulantes e do universo de consumidores, e a que, portanto, a venda de produtos específicos tenha constituído uma rede de aproximações que indicavam modos de vida desses indivíduos.

As reflexões sobre o universo do comércio informal e os artifícios de sobrevivência dos sujeitos que atuavam num contexto em que a "humanização da cidade", o "desenvolvimento total" eram anunciados, possibilitaram aproximação com outros "abusos praticados contra os interesses da cidade" quando em jogo o desejo de subtrair, do perímetro urbano, os espaços de relações. Os trabalhadores ambulantes constituem aspecto da diversidade urbana, e acompanhar as experiências vivenciadas nos espaços entrecortados de violência ajuda a perceber outras formas de ação, em contexto de ditadura. Essas reflexões merecem mais profundidade, o que, infelizmente, não nos foi possível neste momento.

---

<sup>163</sup> ARANTES, Antônio Augusto. Op. Cit. p.198

## CAPÍTULO III

### FEIRA-LIVRE: VIVÊNCIAS, PERMANÊNCIAS.

#### 3.1 Feira e feirantes

As expectativas de sobrevivência da venda de produtos, em locais públicos, movimentavam outra categoria de trabalhador: os feirantes. Percorrendo locais específicos, no decorrer da semana, os trabalhadores feirantes adentravam os espaços públicos colocando, à disposição dos habitantes, uma variedade de produtos.

Nesse sentido, outra cartografia era desenhada, na cidade, alimentada por percursos em direção a alguns espaços, como Mercado dos Pinhões, o Kilômetro 8, a Gentilândia, enfim uma variedade de lugares que, transitoriamente, tinha a fisionomia alterada.

Os propósitos urbanísticos do período, por sua vez, desencadearam uma série de reformas de praças a fim de que a cidade adquirisse "fórum de metrópole moderna" como já indicamos anteriormente. Estreitados a esse objetivo, os gestores públicos elegiam os espaços cuja fisionomia era alterada com a introdução dos modernos equipamentos urbanísticos, inclusive praça da Gentilândia. O curioso, é que no primeiro momento o que parecia estar em jogo era a retirada da feira mas ao excluí-la desse espaço, insurgia a necessidade de acrescentar-lhe nova roupagem através de uma reforma. Novo formato, novos usos? Quem sabe, mas não fiquemos apenas com a primeira impressão, pois veremos, mais adiante, que a reforma da praça da Gentilândia se constituiu em mais um elemento acrescentado a paisagem dos conflitos envolvendo os feirante e os poderes públicos.

A retirada da feira interferia nas práticas que nos finais de semana acrescentava novos usos ao local, remexendo a paisagem e estimulando os vai e vem dos que habitavam no seu entorno. Instalava-se, sobretudo, uma trajetória de desejo de assegurar espaço de trabalho. Como os trabalhadores feirantes vivenciaram essa experiência?

No período em que se insere os nossos estudos, a retirada das feiras livres, do perímetro central, era anunciada da seguinte forma:

Dentro de mais alguns dias todas as feiras livres de Fortaleza estarão funcionando na periferia da cidade, foi o que nos informou ontem o Secretário Municipal de Abastecimento, coronel Ednard Weyne. **Na oportunidade adiantou que no local onde funcionou a feira livre de Gentilândia, a Prefeitura Municipal deverá construir moderna praça.**<sup>164</sup>(grifo nosso)

A intenção era propiciar aos habitantes outra experiência visual ao transformar o local da feira da Gentilândia em "moderna praça". O fato é que esse quadro também contribuiria, para sacudir o cotidiano dos feirantes acrescentando outros elementos às suas atividades de trabalho quando estava em jogo a multiplicação das possibilidades de sua existência, nos locais considerados apropriados.

No momento em que estavam em jogo as expectativas de modernização do espaço urbano é necessário não atribuir características excepcionais a estes propósitos, nos deparamos com outros elementos que ajudaram a compor a teia de conflitos que envolvera a remoção da feira da praça da Gentilândia.

A busca dos possíveis inscrevia ações diversas nas experiências dos feirantes: ida aos jornais, à Câmara Municipal, elaboração de memorial<sup>165</sup>, coleta de assinatura etc., em que entrava em cena a Associação dos trabalhadores feirantes. Convencer as autoridades do contrário, sem confronto, atuar na negociação, da conquista de aliados ou da construção de alianças são traços marcantes, nesta experiência e para interpretá-las e decifrar seus códigos é

---

<sup>164</sup> Tribuna do Ceará, 08 set. 1969.

necessário recorrer às trajetórias de vidas, refazer percursos e apreender o contexto simbólico em que estão e/ou foram inseridas. Encontrar brechas constituía traço marcante nas formas de atuação dos trabalhadores.

Multiplicação de possibilidades e locais apropriados são elementos que nos aproximam do universo dos conflitos, onde feira e feirantes estão inseridos, na medida em que as noções de locais apropriados divergem evidenciando o confronto de interesses. Nesse sentido, é necessário investigar os elementos que perpassam esta noção.

A transferência das feiras livres, no período, era anunciada como "uma tendência", ou seja, uma prática a ser estendida às várias feiras instaladas pela cidade:

Sabe-se, entretantes, que a tendência da municipalidade é estabelecer a transferência de quase todas as feiras posto que uma das determinações do regimento interno da Secretaria estabelece o deslocamento de todas as feiras que estejam localizadas num raio de, pelo menos, dois quilômetros de distância dos mercados públicos. **Sabe-se que a feira livre é uma desleal concorrente do mercado, uma vez que a primeira não paga imposto**, ao contrário do mercado que o faz obrigatoriamente.<sup>166</sup> (grifo nosso)

O não pagamento de impostos indica a dimensão econômica da questão, os conflitos com o comércio local enredado por certo ressentimento às "vantagens" desfrutadas pelo comércio dos feirantes, uma vez que, os mesmos não pagavam impostos. A impropriedade do lugar se insinua na medida em que vai se inscrevendo o fator concorrência e aí temos o divisor de água entre os que pagam e os que não pagam impostos. Nesse sentido, é interessante observar em que condições a feira se apresentava como "concorrente do mercado" e em que medida se inseria o potencial de vendas da feira livre no período. Teria a feira livre se tornado uma ameaça ao comércio local? Essas questões levam ao encontro de uma só: qual a inserção da feira livre no período? Por outro lado, é necessário pôr em relevo que o não pagamento de impostos fora propiciado pelo contexto de

---

<sup>165</sup> Em setembro de 1969 os feirantes publicaram um memorial contendo os seus reclames quanto à localização da feira da gentilândia que passara a funcionar em um outro local. Tribuna do Ceará, 09 set. 1969.

organização da feira livre e se manteve até o período, por força da organização dos trabalhadores.

É interessante examinar de perto a questão para que possamos perceber em que dimensão os propósitos urbanísticos estão inseridos na teia de conflitos da feira e feirantes.

Nesse sentido, uma matéria publicada em um dos jornais do período nos aproximou de uma pista bem interessante: a proibição do uso do dinheiro público, mais especificamente, do fundo de participação dos municípios, para o embelezamento da cidade:

A partir de agora é vedado o embelezamento de ruas e praças com uso de recursos financeiros, provenientes do Fundo de Participação dos Municípios. Isso consta na resolução 9/69, do Tribunal de Contas da União, dado a conhecer, aos Prefeitos cearenses, através da Delegacia Local daquela Corte de contas. São as seguintes as proibições determinadas pela resolução do Tribunal de Contas, nas praças e ruas de qualquer cidade brasileira: embelezamento urbanístico, instalação de fontes luminosas, compra de móveis (...)<sup>167</sup>

A restrição ao uso do dinheiro público, para embelezamento da cidade, indica os limites das reformas urbanas anunciadas, no período, ao mesmo tempo em que põe em evidência o caráter pontual das mesmas.

Por outro lado, as expectativas de alteração do espaço urbano se insinuavam mesmo diante dessas limitações e, nesse sentido, somente alguns pontos da cidade eram escolhidos e, de preferência, os situados em locais mais expostos, mais visíveis.

Nessa medida, é possível que, mesmo não sendo a reforma a intenção inicial que levava à retirada da feira da Praça da Gentilândia mas, por estar

---

<sup>166</sup> Jornal O Povo, 10 jan. 1969.

<sup>167</sup> Tribuna do Ceará, 02 maio 1969. Sobre a questão do Fundo de Participação dos Municípios é importante destacar o caráter centralizador do regime militar em relação a maneira como as cidades brasileiras deveriam ser geridas. Nesse sentido, a prefeitura passara a contar com a ajuda federal, após a consolidação do golpe militar de 1964, através do Fundo de Participação dos Municípios. Nesse sentido a subordinação às diretrizes traçadas pelo Poder Central, é uma característica que perpassara as administrações dos Prefeitos nomeados para o período. Quanto aos aspectos administrativos envolvendo tais questões. RIBEIRO, Francisco Moreira. De cidade a Metrópole (1945-1992). In: SOUZA, Simone et al. **Fortaleza a Gestão da Cidade**: uma história político-administrativa. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1995.

localizada em área movimentada da cidade, a mesma tinha sido incluída no roteiro de reformas. Uma vez "desobstruída", nada mais "sensato" do que inseri-la nas reformas que se faziam com as demais, em áreas centrais da cidade cuja fisionomia estava sendo alterada com a introdução dos equipamentos urbanos com uso do concreto, assumindo, assim, o padrão arquitetônico do período.

É possível propor que, na retirada da feira da Praça da Gentilândia, a reforma anunciada se tenha dado em dimensão estética, com a expectativa de proporcionar experiência visual diversa, ao tempo em que as possibilidades de retorno da feira estavam reduzidas, uma vez que a feira, com barracas e movimentação de pessoas, comprometeria a paisagem criada com os novos equipamentos.

A retirada da feira, assim, envolvia outras questões, além das econômicas. Ao sair da Gentilândia, os feirantes vivenciaram por mais de uma vez o dilema da transferência por conta das questões urbanísticas.

A remoção da feira da Gentilândia, para um outro local produziu deslocamentos vários, uma vez que os feirantes foram retirados consecutivamente para locais diferentes em virtude das intervenções urbanas do período:

A feira do Prado funcionava na Praça da Gentilândia mas os moradores das proximidades conseguiram sua mudança para a praça Paulo VI. Acontece que o **SAAGEC resolveu construir reservatório d' água no mencionado logradouro** e a feira passou para as proximidades do canal. Entretanto resolveram transferi-la para um terreno baldio nas proximidades da rua Samuel Uchoa (...) <sup>168</sup> (grifo nosso)

---

<sup>168</sup> Tribuna do Ceará, 29 ago. 1969. Em janeiro do mesmo ano o Jornal Gazeta de Notícias veiculava uma matéria sobre a questão do abastecimento d' água na cidade e da abertura de mais uma concorrência ligada as obras do projeto definitivo de abastecimento d' água de Fortaleza que contaria com o financiamento do Banco Internacional de Desenvolvimento no valor de 10 milhões de dólares : "(...) A nova concorrência diz respeito à construção de três reservatórios subterrâneos em três diferentes bairros de Fortaleza, com capacidade total para 71.500 metros cúbicos de água. Uma das caixas d'água será construída na Praça Clóvis Beviláqua , no local dos dois conjuntos ali existentes e pertencentes ao Departamento Nacional de Obras e Saneamento. O SAAGEC, pelo seu superintendente, João Sanford , salientou que os três reservatórios se destinam a distribuir água da adutora da Guaiuba, em construção, aos principais logradouros do centro de Fortaleza . O projeto definitivo, que é um dos maiores em execução na América latina , beneficiará mais de 200 mil fortalezenses". Gazeta de Notícias 10 jan. 1969.

No mesmo período a praça Clóvis Beviláqua, mais conhecida como Praça da Bandeira, situada em frente à Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, também passou por uma intervenção que culminou com a construção de um enorme reservatório d'água, no subsolo, cuja capacidade era de 42 milhões de litros.<sup>169</sup> Aos propósitos urbanísticos da época somava-se as expectativas de atribuir às referidas praças outra funcionalidade, ou seja, suporte de abastecimento d'água.

Esse quadro envolveu os trabalhadores em trajetos diversos, no sentido de reivindicar espaços. Deslocados pela segunda vez após serem removidos da feira da Gentilândia, os trabalhadores se sentiram prejudicados com as condições do terreno onde a feira passou a funcionar, e recorreram à Câmara Municipal de Fortaleza.

A questão ganhou espaço na imprensa local, onde os feirantes se pronunciavam com o intuito de ampliar as possibilidades de vitória. Os trabalhadores feirantes argumentavam, em sua defesa, a situação de insalubridade do terreno, jogando assim com o mesmo discurso de higienização dos poderes públicos para produzir uma imagem negativa de suas atividades junto à sociedade. É uma questão a ser discutida posteriormente, mas o que interessa aqui é o exame do universo desses conflitos. O jornal Tribuna do Ceará, em setembro de 1969, divulgava uma matéria em que a contrariedade dos feirantes, em relação à retirada da feira da Gentilândia, era posta em relevo:

Os feirantes de Fortaleza, através de sua entidade estão contrários à mudança da feira livre que funcionava na Gentilândia, para a Avenida dos Expedicionários. **A entidade que congrega os feirantes lançou memorial repudiando a determinação do Secretário** Municipal de abastecimento, o qual encontrou apoio na Câmara Municipal de Fortaleza.

Há dias o vereador Haroldo Jorge Vieira apresentou requerimento na Câmara solicitando a volta da mencionada feira livre. Na oportunidade, o Sr. Jorge Vieira afirmava que o local onde funciona a feira livre não oferece condições "pela situação de insalubridade ali existente pois serviu inclusive de depósito de lixo, a areia é fofa cheia de miasma e produz grande quantidade de poeira que afeta a saúde dos feirantes e dos compradores."<sup>170</sup> (grifo nosso)

---

<sup>169</sup> Tribuna do Ceará, 08 maio 1969.

<sup>170</sup> Tribuna do Ceará, 09 set. 1969.

Por outro lado, fica evidente que os apelos à Câmara Municipal surtiram efeitos, pois a questão ganhava repercussão. Em resposta à ação dos feirantes, que tentavam dar visibilidade à questão, o Secretário Municipal de Abastecimento alegava o seguinte:

O terreno em que se encontra localizada a feira livre que funcionava na Gentilândia, nunca foi rampa, nem depósito de animais e muito menos local insalubre. O terreno pertence ao G.O e que ali há condições para o funcionamento da feira livre'. Explicou que a referida feira, foi transferida das proximidades do canal devido à falta de segurança aos feirantes e aos próprios compradores. Esclareceu ainda que 'as feiras livres são criadas segundo critérios técnicos e não eleitoral e demagógico.<sup>171</sup>

Percebemos, no entanto, as noções de locais apropriados se chocarem, ao mesmo tempo em que os argumentos denotam certo cinismo quando se referem à preocupação com a segurança de vendedores e consumidores, uma vez que existiam interesses econômicos no remanejamento e retirada da feira-livre.

A questão da retirada da feira da Praça da Gentilândia, no primeiro momento, estava centrada na expectativa de frear a "desleal concorrência" da feira-livre que não pagava impostos, com o mercado. Esse quadro evidencia que estava em jogo favorecer o comércio local, em detrimento da feira livre. Nesse sentido, torna-se compreensível o descaso com as condições de funcionamento da feira livre, pois garantir condições favoráveis ao funcionamento da mesma não fazia parte dos horizontes dos gestores públicos, inclinados a favorecer os comerciantes locais.

A problemática da reforma da Praça do Ferreira, analisada anteriormente, é significativa esse sentido, uma vez que, por força da influência dos comerciantes daquela área, intermediados pela Associação Comercial, a proposta de transformação do piso da Praça num vasto calçadão foi rejeitada.

---

<sup>171</sup> Jornal Tribuna do Ceará, 03/09/1969

Retornando à questão da feira e às noções de impropriedade que entrecruzaram os conflitos, gostaríamos de enveredar pelos relatos e rastrear a partir das lembranças, o significado dessa experiência:

Tirarum nós daqui e butarum sabe pra onde? Pra dentro dum lamaçal bem aí. Onde nós tivemo outro dia, aí onde é a COBAL. Depois botaram nós mais lá adiante onde é aquela coisa do Exército, era péssimo, dento dos mato, era dento duns munturo." <sup>172</sup>

Senhor Vicente

(...) cum essa vez agora já são três veiz que nós sai po outro canto e volta de novo pra ela. Vão ser três veiz agora. Nós, tivemo aculá pra aquele lixo ali do Jardim América onde tinha a rádio, aquela antena de rádio irapuru onde é aquele conjunto do exército, **nós trabaieimo ali muito tempo dento dum lixo ali e de lá foi que nós viemo pa Gentilândia** e agora pra essa reforma jogaram nós ali naquele pedacim de terra... da COBAL né? <sup>173</sup> (grifo nosso)

A convivência com local inóspito, segundo nos contam os depoentes, se arrastou por bastante tempo e não encontramos na documentação nenhum indício de que os trabalhadores da feira tenham conseguido retornar à Praça da Gentilândia, no começo dos anos setenta que é a temporalidade em que se encerram os nossos estudos.

É possível perceber nesta última fala, um ressentimento com o poder público quando se enuncia a expressão "jogaram nós ali", tal expressão evoca uma ação recorrente envolvendo as práticas de intervenção na feira, que por sua vez tem atravessado as fronteiras do tempo e se mantido até os nossos dias. Em se tratando de temporalidade, é importante ressaltar que o tempo vivo da lembrança é acentuado por mais uma experiência de deslocamento, tendo em vista que nosso depoente vivenciara mais uma transferência da feira da Gentilândia, nos dias atuais.

O que está também por trás da questão é a noção de perda, perda de "um ponto bom", local propício à venda de produtos, experiência de consumo entrecortada por espaço e relação sacudida pela imposição devastadora "que butava" a feira "pa canto ruim":

---

<sup>172</sup> Entrevista realizada com o Sr. Vicente em 20 de junho de 2004 na feira da Gentilândia

<sup>173</sup> Entrevista realizada com o Sr. Francisco Faria em 17/03/2004 na feira do Bairro de Fátima

Houve um... administrador nosso, que eu num me lembro o nome dele era... major, coronel num sei quem lá... ele era tão contra nós(...) ele parece que num gostava da feira, só butava nós pra canto ruim e aquilo fazia mal a nós butar pra canto ruim. **O pessoal tava tudo acostumado** aqui quando da fé tirava nós daqui e butava pra outro bairro! Pronto, o pessoal aqui ficava desprovido do atendimento e **nós ía lá recomeçar de novo aí isso atrapalhava nós.**<sup>174</sup> (grifo nosso)

Provavelmente, o administrador era o Secretário de Fomento e Abastecimento da gestão do Prefeito José Walter Cavalcante, Coronel Weyne. Transferida a feira para as proximidades da Av. Expedicionário, os feirantes alegavam a insalubridade do local, ele se mostrara irredutível quanto à possibilidade funcionamento em outro local:

(...) Como Secretário de Fomento e Abastecimento, e como cidadão de formação militar, se o prefeito determinar a transferência da feira para qualquer local', cumprirá imediatamente. Mas, pondera: \_\_'Se, por bondade ou justiça, colocar o prefeito o assunto em minhas mãos, a quem por lei, compete a localização das feiras, direi não à transferência.<sup>175</sup>

Por outro lado, não podemos perder de vista as possibilidades de territorialização da feira nos lugares consagrados pelas experiências de aproximação com os consumidores, o que nos leva ao encontro dos possíveis, em que estar na feira podia significar tecer relações de proximidade e nesse sentido, os consumidores constituíam outro reconhecível. Pensar nessa direção, é pôr-se diante da possibilidade de enxergar o espaço invisível transitado pelo "pessoal acostumado" sendo que o "recomeçar de novo" se traduz no percurso que torna possível sua construção.

Vale ressaltar que a feira da Gentilândia apresentava potencial de vendas significativo no período e desfrutava de condições favoráveis de desenvolvimento:

(...) as feiras da Gentilândia nós tinha setenta e duas barracas de cereais, só cereais. Vendendo farinha, feijão, açúcar, arroz, só na Gentilândia ali.(...) Ali dia de Sábado, o estoque de mercadoria dava quazis cinco

---

<sup>174</sup> Entrevista realizada com o Sr. Vicente em 20 de junho de 2004 na feira da Gentilândia.

<sup>175</sup> Jornal O Povo, 09 set. 1969.

metro de altura, os cereais né? Coberto por lona. E quando era Domingo três hora da tarde, duas e meia que ia sair num tinha quase nada a mercadoria tinha vindido tudo (...)<sup>176</sup>

A feira da Gentilândia ocupava a praça, nos finais de semana e atraía pessoas abastadas para fazer suas compras. A inexistência de grandes supermercados significa a força atuante da feira livre e sua expressividade junto aos consumidores. A localização da praça da Gentilândia também é bastante significativa, nesse sentido, por estar situada nas proximidades de uma das Avenidas mais movimentadas de Fortaleza -13 de Maio.

A polêmica retirada da feira livre da Praça da Gentilândia chegou à Câmara Municipal de Fortaleza e ganhou espaço nos jornais da cidade. Em setembro de 1969, a Associação Beneficente dos Feirantes de Fortaleza trazia à tona o descontentamento da categoria com o local. Os argumentos tomavam forma de manifesto:

Do Presidente da Associação Beneficente dos Feirantes ao redator do Povo Reclama. A entidade que congrega os feirantes de Fortaleza, por seus diretores, infra-firmados, vem solicitar a adesão de V. s<sup>a</sup> à campanha encetada por vários setores da vida fortalezense, inclusive por esta entidade, e que contou com o integral apoio da Egrégia Câmara Municipal de Fortaleza, no sentido de fazer retornar a feira livre da Gentilândia ao local anteriormente determinado pela Secretaria Municipal de Fomento e Abastecimento. **O órgão legislativo do Município, tendo em vista requerimento do vereador Haroldo Jorge Vieira de n. 61869, aprovou por unanimidade, moção dirigida ao Sr. Prefeito Municipal e referente ao atendimento dos legítimos anseios, tanto dos habitantes de Gentilândia, quanto dos feirantes, face a absoluta falta de condições mínimas para o funcionamento de uma feira livre no local** onde atualmente se encontra instalada a aludida feira, pela situação de insalubridade ali existente (no local existia anteriormente, depósito de lixo, e areia fofa e cheia de miasma, produz quantidade de poeira que afeta a saúde de feirantes e compradores). A permanência da feira livre naquele local é insustentável, diante das razões forçosas acima apontadas, como reconhecerá a v.s. , que sempre tem demonstrado ser profundo conhecedor dos problemas desta cidade, pelo que, sentem os signatários do presente apelo ser indispensável o seu apoio nesta campanha por todos os títulos justa, para que o órgão próprio venha a reconhecer a necessidade imediata do atendimento da reivindicação pois,

---

<sup>176</sup> Entrevista realizada com o sr. Aloísio Barbosa Viana em 09 mar. 2004, em sua residência, no Henrique Jorge.

é das grandes personalidades reconhecer quando uma medida não pode ser levada avante e, deverá, então ser reformada face ao predomínio do interesse social. Persistir em uma medida que não vem dando bons resultados, pelos prejuízos que vêm causando, mormente de ordem sanitária, não é justo, nem lógico, nem é humano. O que nesta oportunidade será devidamente considerado pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal e pelo operoso Secretário de Fomento e Abastecimento, os quais incubem a solução do presente. Certos, os signatários de que contarão V. S ia entre os paladinos desta digna causa, subscrevem o presente memorial, Atenciosamente.<sup>177</sup> (grifo nosso)

A insistência quanto à impropriedade do lugar da feira pode assumir outro significado, do ponto de vista dos feirantes. Ao questionarem as condições higiênicas do local pela presença de miasmas e o comprometimento da saúde de vendedores e consumidores, procuravam tornar legítimas suas reivindicações. Sob a ótica da rejeição, estava operando - quem sabe - a esperança de recuperar o espaço que haviam conquistado em períodos anteriores.

Os "legítimos anseios" do manifesto estão circunscritos ao território das táticas, e, nesse sentido, os feirantes movimentavam as ações em direção aos que compartilhavam o espaço, como consumidores, e recorriam, portanto, aos moradores da localidade. Na sutilidade de algumas ações, ia-se forjando a multiplicação das possibilidades da permanência da feira no local desejado.

Melhor explicando, situemos o que ocorria pelos bastidores da sobrevivência. Em contato com as Atas da Câmara Municipal de Fortaleza do período, deparamo-nos com a presença dos trabalhadores feirantes, em comissão, a fim de que os vereadores os acompanhassem até o gabinete do prefeito para reivindicarem a permanência da Feira na Praça da Gentilândia<sup>178</sup>.

A leitura da documentação traz algumas pistas relevantes, para entendimento das ações dos feirantes. Primeiro, os feirantes presentes na Câmara Municipal, estavam munidos de assinaturas dos moradores do entorno da feira da Gentilândia, e segundo, entre os vereadores que os acompanharam estava o Sr.

---

<sup>177</sup> Tribuna do Ceará, 09 set. 1969.

<sup>178</sup> " O Sr. Haroldo Vieira comunica que se encontra na casa uma comissão de feirantes que vieram solicitar , por intermédio do orador, uma comissão de vereadores para acompanhá-los até o Gabinete do Sr. Prefeito para fazer a entrega de um abaixo assinado dos moradores da Gentilândia solicitando a não retirada dos sábados da feira livre da Praça da Gentilândia. O Sr. Presidente designa os Srs. Haroldo Vieira, Pinheiro de Almeida e Luís Ângelo." Atas da Sessão Ordinária da Câmara Municipal de fortaleza, 23/01/1969

Haroldo Vieira, citado no manifesto. Isso significa que meses antes de a questão se tornar pública, os feirantes já haviam empreendido algumas ações com o intuito de permanecerem na Gentilândia, o que significa que a opção pela revelação dos descontentamentos não resultara de prática imediata, estava inscrita na trajetória do "poder fazer", ou seja, apostar em todas as possibilidades de as autoridades local reverem decisões.

Nas lembranças do senhor Aloísio, a questão aparece com riqueza de detalhes. A partir de sua fala, é possível acompanhar o movimento que vai desde a coleta, no espaço da feira livre, à entrega das mesmas na Câmara Municipal:

Todo mundo tinha uma folha de papel ali. As pessoas chegava mandava pedir pra que ele assinasse né? Ele assinava né? "pra que é?" "É pra pedir pra feira num sair daqui" aí ele assinava né? Todo mundo... tinha gente que fazia questão de vir assinar né? "Rapaz, diz que tão fazendo um abaixo assinado para feira num sair daqui ?" "É" "Então me dê que eu assino também" pronto, aí assinava né?  
Chegando lá a gente procurava o líder ou alguma pessoa conhecida da gente né? Como nós tinha o Arodo, era vereador naquela época né? Tinha outras pessoas né? Que era vereador. A gente levava, entregava a ele lá e ele dava início né? Na discussão em pauta butava aquilo pra pedir o prefeito né? E sempre as vezes a gente era atendido né?<sup>179</sup>

O vereador Arodo aparece, em vários momentos, em relação ao mesmo episódio, o que talvez explique sua presença nas lembranças do Senhor Aloísio. Aparece, a princípio, quando estava em jogo a permanência da feira na Gentilândia e reaparece quando as reivindicações se davam em torno da localização pela segunda vez, após a transferência da feira da Praça da Gentilândia. Isso significa que, nas aproximações com autoridades locais, é possível que alguns tenham se tornado aliados da causa dos feirantes. A construção das relações dos feirantes com as autoridades locais é melhor entendida no contexto da formação da Associação.

Em se tratando do episódio do manifesto, é interessante observar a ressonância havida. O Jornal O Povo, ao publicar o manifesto dos feirantes,

---

<sup>179</sup> Entrevista realizada com o senhor Aloísio Barbosa Viana em 09 mar. 200, em sua residência

apresenta o pronunciamento do Secretário Municipal de Fomento e Abastecimento em matéria intitulada "Brigam Pela Feira Secretário, Feirantes e Três Vereadores". O secretário se mostrara incisivo quanto à manutenção da feira na Avenida Expedicionário, è que cumpria determinação do prefeito e, ao fazê-lo, estava agindo de acordo com os princípios de sua formação militar, ou seja, obedecendo à hierarquia. Em seguida, se contrapunha aos argumentos dos feirantes:

(...)E explica por que: 'Já passou o tempo em que as feiras eram localizadas de acordo com os interesses políticos, sem se olharem as condições técnicas. Afirmo que o local da atual feira, na avenida dos expedicionários, não é insalubre nem doentio, nunca foi feira de animais nem muito menos depósito de lixo'

O Secretário do Fomento terminou por se colocar à disposição da imprensa para provar que 'toda a agitação em torno do assunto é baseada num fato inverídico: a insalubridade do local'. Achou, por fim, que é um 'homem que merece mais respeito' pela dedicação integral ao cargo, inclusive arriscando a própria vida.<sup>180</sup>

Neste sentido, somos levados ao encontro da seguinte questão: Como a feira foi inserida no espaço urbano, em especial, a feira da Gentilândia? A indagação se justifica pelo fato de considerarmos que os trabalhadores feirantes desfrutavam de outros espaços, uma vez que, a cada dia da semana, percorriam locais distintos, instalando as feiras e vendendo os produtos. Referimo-nos aqui ao fato de a feira ser volante e circular por locais específicos da cidade, situação que se mantém até os nossos dias. È comum encontrar, nos jornais locais, os horários de funcionamento das feiras livres de Fortaleza nos respectivos dias da semana.

Insistindo novamente na presença da indagação, frisamos que o contexto por si só não determina o comportamento dos trabalhadores da feira, ou seja, as formas de atuação quando os espaços de trabalho estavam ameaçados. Para se desvendar essa questão, optamos por refazer trajetórias de vida, de inserção no espaço urbano, e perceber as experiências que levaram esses trabalhadores ao encontro da feira. Como se constituíra trajetória identitária em que as

---

<sup>180</sup> Jornal O Povo, 09 set. 1969.

heterogeneidades entrecortaram o mundo do trabalho, reunindo pluralidades humanas na condição de "ser feirante"? Como se dera à organização da categoria em torno da Associação, o contexto simbólico que tinha operado, na prática específica de reivindicar espaços? Indagar sobre a constituição do espaço significa pensar as ações dos sujeitos que sobreviviam a partir dele.

O diálogo com a documentação nos chamou a atenção em relação às forças que atuaram no contexto e possibilitaram a permanência da feira, a organização dos trabalhadores em torno da Associação, as condições específicas que a feira apresentava, no período, ou seja, o final dos anos sessenta e começo dos anos setenta.

Neste sentido, construímos trajetos de deslocamentos espaciais e temporais para desvendar as relações dos trabalhadores feirantes com os espaços públicos, as formas de inserção na cidade e o cotidiano de trabalho.

### **3.2- Tempos de feira**

A prática de intervenções urbanas em Fortaleza não é questão específica do período. As tentativas de alteração da fisionomia da cidade são regidas por particularidades. Já nos referimos, anteriormente às proibições do uso do dinheiro público para o embelezamento da cidade e ao caráter pontual das reformas. Este último reforçava o desejo de eliminar, de uma vez por todas, os vendedores ambulantes do centro da cidade, é que esses trabalhadores atuavam nos locais mais movimentados da cidade.

No caso das feiras, é interessante observar que no discurso do remanejamento do perímetro central, não há argumento em defesa de sua eliminação como ocorre com o chamado "comércio persa", expressão bastante utilizada para designar o comércio de rua dos trabalhadores ambulantes. A questão sinaliza a particularidade da feira livre e sua inserção na cidade, pelos motivos apontados.

Um artigo do jornal Correio do Ceará fornece pistas para entendimento da questão:

As senhoras que têm marido com automóvel gostam de ir à feira-livre, metidas em calças compridas. **Fazer compras assim, aos sábados ou Domingo, é agradável e, ao mesmo tempo, um exibicionismo.** Lenço amarrado na cabeça, nádegas apertadas no traje masculino, as mulheres mais arranjadas vão queimando o dinheiro despreocupadamente, sem atentar na desonestidade dos barraqueiros, quer no preço, quer no peso. Essas são as donas de casa ricas ou semi-ricas. Mas as feiras-livres não funcionam propriamente para as pessoas abastadas. Elas foram criadas, na melhor das intenções, para ajudar as classes menos favorecidas (os pobres e os quase pobres)(...) <sup>181</sup> (grifo nosso)

Fazer compras inscrevia outras práticas que remetem às relações dos consumidores com o espaço da feira. Indica, ainda, que as pretensões iniciais, em relação à feira-livre, foram extrapoladas <sup>182</sup> pelos usos desses espaços, ou seja, fazer compras também constituía, para as pessoas abastadas, momento de ostentação, de experimentar sensações que os espaços públicos, movimentados pela feira, pudesse propiciar. O contato com os produtos, a céu aberto, provavelmente, alimentava relações de outra ordem de experiências sensoriais:

(...) aquelas senhora iam todo sábado e Domingo fazer compra porque gostava de tá na feira olhando, **a mercadoria ela pegava com as mãos infergava né?** O arroz, o açúcar ou a farinha, milho né? Aí tinha uma boa venda por causa disso né? Que ele via o produto ali em cima do saco pra escolher do que ele quisesse né? <sup>183</sup> (grifo nosso)

Não só as camadas pobres, em princípio, público a que a feira-livre se destinava, mas os setores mais abastados da cidade, os turistas, também recorriam às feiras. Em alguns depoimentos, a questão aparece com o intuito de legitimar à feira-livre, no esforço de reafirmação do espaço e da importância para a sociedade:

---

<sup>181</sup> Correio do Ceará, 21 set. 1967

<sup>182</sup> Em períodos anteriores, a cidade de Fortaleza enfrentava muitos problemas em relação ao abastecimento ligado à escassez de produtos e excesso nos preços. A instalação da feira livre era acenada como uma alternativa para o problema: "O vereador Expedito Costa (UDN) solicitou a instalação de feiras livres para beneficiar a população pois, com a isenção de impostos, os produtos ficariam com preços mais acessíveis (...)". CARNEIRO, Francisca Cely Braga. **Feira livre: espaço de sociabilidade.** 2004. Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004. p.50.

Há não! A feira livre foi... preferida da classe... não só da classe média não! Do rico! Eu tô dizendo que o prefeito era freguês da feira livre, o Murilo Borges. O Murilo Borges foi freguês da nossa feira que foi o prefeito, Cordeiro Neto deixou de comprar na nossa feira livre, lá no Mercado dos Pinhões, agora porque ele morreu! Todas as feiras o Cordeiro Neto tava lá na feira fazendo compra! Num foi só pa classe pequena não. **A feira livre vêi pa servir todo mundo né?** Eu já tirei barba de pade aqui nessa feira! (...) Jornalista gente importante tudo fazia compra aqui. E nós tivemos muita gente importante que comanda... (...) fiscais, administrador, diretor e secretário(...) Tudo era gente que vivia aqui dentro da fe... tudo gente alta, tudo gente que da crasse alta, gente da alta né? gente da autoridade<sup>184</sup> (grifo nosso)

Sr. Farias

Vinha muita gente dos otros Estado né? Americano, americano vinha pa feira, compravam a gente, eles traziam uma pessoa pa falar em português, era... tinha muita gente (...) ói tinha tanto dos cereais! Muita banca de carne, muita banca de peixe, tinha só de tudo na feira. Agora não, aqui é só braço.<sup>185</sup>

Senhora Carmelita

É evidente que a matéria de jornal tem pretensão de construir, junto ao público, a imagem negativa dos feirantes. O que interessa é observar que os indícios apontam quanto a feira se caracteriza como "um lugar praticado". Mesmo posta a necessidade de consumo, exercida sobre "gente importante" e os pobres desta cidade, os trajetos da feira moviam relações que extrapolavam o ato de consumo. Um "cruzamento de móveis", ou seja, operações que punham em relação diferentes segmentos em multiplicidade de práticas. As heterogeneidades conviviam assim em espaço de tempo fugidio. Nesse sentido, é interessante considerar o conceito de espaço de Michel de Certeau:

Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidade de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto de movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais (...)<sup>186</sup>

---

<sup>183</sup> Entrevista com o Sr. Aloísio.

<sup>184</sup> Entrevista com o senhor Francisco Farias, 17 mar.2004, feira do Bairro de Fátima.

<sup>185</sup> Entrevista com a senhora Francisca Vieira da Silva, em 03 abr. 2004,. feira da Gentilândia, que funcionava, na ocasião, em frente ao antigo prédio da COBAL.

Sobre as operações de orientação dos espaços, como indica Certeau, é interessante rastrear os percursos da feira para compreender sua trajetória de inserção na cidade e as condições apresentadas no período.

Sob condições diversas, a feira-livre veio inscrevendo práticas de consumo desde períodos anteriores. No início do século XIX, quem adentrasse Fortaleza poderia encontrar "espaço aberto, com ângulos definidos por pedras que serviam para amarrar os 'jerricos'. Dentro do largo, havia assimetricamente espalhadas algumas mogumbeiras e castanholas -geralmente floridas. Era ali que acontecia a feira livre."<sup>187</sup> Era a chamada Feira Nova.

Havia vendedores de peixe, frutas, leguminosas, água, entre outros. Os produtos para venda eram procedentes de locais variados, como carne de Messejana e Porangaba e cajus de Aquiraz e Arronches<sup>188</sup>: era o mundo do trabalho informal em ebulição.

A feira inscrevia no espaço urbano, traços culturais de hábitos alimentares, não devendo ser desconsiderados os efeitos da presença física dos produtos:

Muitos destes produtos eram tão característicos para os fortalezenses que a simples presença de seu cheiro alertava os fregueses das novas mercadorias que chegavam na cidade. O caju, em sua época, exalava um perfume tão forte que impregnava na roupa e nos materiais de trabalho dos ambulantes, trazendo a lembrança para os moradores que acabaram as frutas sobre a mesa ou que é necessário fazer os refrescos para a merenda. Aguadeiros, peixeiros e açougueiros espalham pela cidade as suas marcas indeléveis.<sup>189</sup>

Para vendedores e para os poderes públicos do período, a feira nova exercia função fundamental, garantia de subsistência da cidade, como observa Correia:

---

<sup>186</sup> CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano 1: arte de fazer**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 202.

<sup>187</sup> CORREIA, Daniel Camurça. **Oí, Tá vendo: o cotidiano dos trabalhadores das ruas na cidade de Fortaleza (1877-1910)**. 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003. p.55.

<sup>188</sup> Idem, *Ibidem*. p.56.

<sup>189</sup> Idem, *Ibidem*. p.56.

Não se pode esquecer, neste momento, que está sendo analisado um espaço existente no período anterior à seca de 1877. Deste modo, os valores, os significados, as formas de vivenciar e organizar o espaço são outras. Quer se dizer com isto que o espaço da feira nova era legítimo para aquela sociedade- tanto para vendedores e consumidores, quanto para os poderes públicos - afinal de contas, não existia um lugar regulamentado pela municipalidade para gerenciar o comércio de subsistência da cidade. Assim, a população dependia do funcionamento da feira.<sup>190</sup>

Traçar o percurso da feira-livre, em Fortaleza, em períodos anteriores, nos faz concluir que a feira tem fortes ligações com a questão da subsistência dos moradores da cidade e, por conseguinte, do abastecimento local. A questão ajuda a entender os significados que emergem da expressão referente à feira como espaço que "servia a todo mundo".

Quando interpelados sobre a melhor fase da feira-livre, alguns depoentes contam que os anos sessenta e setenta foram os melhores:

Bom, a melhor fase que nós tivemos da feira livre foi nas eras de setenta, sessenta, setenta até os oitenta era boa a feira né? Pro que a feira livre, dessa época de oitenta pra cá pra noventa ela tem sido muito perseguida de mercantil, supermercado né? **Atrasou muito a feira pru quê quando ela era aquela parte boa do... daqueles tempo de setenta pa traz, só existia mercado** e mercearia num tinha mercantil né? E outra coisa tomém que... que desfasou muito cada grupo... porque só tinha um que era esse nosso, que é esse grupo grande. Esse aqui é a matriz que criou todos eles. Hoje toda parte da... da cidade tem feira livre. Todo baijo que tem uma casinha tem uma feira livre! Naquele tempo daquela praça que ela era uma feira grande e boa só tinha esse grupo né? Aí esse aqui é a matriz, ele é quem criou todo esses grupo que tem aí. Cê vê que adonde você andar tem feira livre né? Aí foi que houve a defasagem da... do comércio de uns pra outra porque tem muita concorrência né? porque adonde tem uma bodega só e aparece mais três aí mata a concorrência duma só né? e justamente foi o que aconteceu cum nós aqui.<sup>191</sup> (grifo nosso)

No universo de variedade de produtos, o nosso depoente inscrevia, na feira, prática singular, a de tirar a barba de freqüentadores. Mesmo não lidando com a venda de produtos, fica evidente que o trabalho de cada dia instaurava proximidades com toda a rede de funcionamento da feira-livre. O movimento

---

<sup>190</sup> Idem, Ibidem. p.56.

provavelmente reforça noções das operações que tornavam possível sua sobrevivência. É possível afirmar que os traços de sua identidade de feirante tenham se constituído a partir da noção de que as trajetórias heterogêneas se encontravam às voltas com destino compartilhado: a sobrevivência a partir da feira.

Como a maioria de nossos entrevistados, o Sr. Francisco se inseriu na feira em trajetória de migração. Natural de Ipu, cidade do interior do Ceará, iniciou as atividades de trabalho, no início da década de 50, e permanece até os nossos dias, na mesma atividade. Esse quadro revela a característica da feira-livre, alternativa de sobrevivência de sertanejos que vieram à capital, estabelecendo moradia, fincando novas raízes e acrescentando outros elementos à cultura urbana. No universo dos entrevistados, a questão é bastante significativa, é que os depoentes são sertanejos que migraram para a capital.

A condição de migrante é um aspecto relevante para o entendimento das práticas desses trabalhadores no espaço urbano, das relações constituídas a pela necessidade de assegurar a existência dos espaços de que retiram a sobrevivência. Esta é uma questão a ser explorada.

A partir da fala do senhor Farias vamos espiar por entre as "as partes boa daquele tempo de setenta pa trás" e desvendar as práticas de trabalho, as redes de forças que envolviam à feira, os feirantes e os gestores públicos do período.

Como alternativa, o período estudado parece ter propiciado boas oportunidades de ganho na lida diária pela sobrevivência:

Da feira a gente tem muita recordação. Aquele ano que a gente vive, no ambiente que a gente trabalha, no ambiente que a gente vive, no meio que a gente **ganha** o pão de cada dia a gente se lembra dela né? E aquelas feiras da Zé de Alencar, eram feiras excelentes, muito bonita! Debaixo daquela sombras, debaixo daqueles pé de pau. Na zé... na Praça da Estação, ali era umas feiras também muito bonita, umas feira boa, feira que deixou recordação, **feira que se ganhou muito dinheiro**. Quem usou o dinheiro direito, quem fez alguma coisa direito, hoje vive tudo bem, é dono de mercantil, cada um tem sua casa própria, cada um tem suas coisas, vive. Ninguém vive amendigando o pão, nem aperriado... aqueles que trabalharam naquela época né? **Porque as**

---

<sup>191</sup> Entrevista com o senhor Francisco Farias, 17 mar. 2004. feira do Bairro de Fátima.

**feiras tinham condições do sujeito sobreviver né?** São feiras boa. A feira da Zé de Alencar, feira da Gentilândia, as feiras da... da Praça da Estação, tudo são feiras boas que deixaram lembranças, recordações por causa do movimento, por causa das... (...) Hoje a gente olha pa feira sente tristeza. As feiras se acabando, sendo liquidado porque o feirante num tem condições nenhuma de sobreviver mais né? O transporte é caro, mercaduria são cara! E os mercantil tão aí pa acabar de atrapalhar o feirante né?<sup>192</sup>(grifo nosso)

O tempo do trabalho representado por estas lembranças, nos aproxima das experiências e expectativas do feirante quando se enuncia a expressão "quem fez alguma coisa", ou seja, a referência aos usos do dinheiro obtido com o trabalho, o proveito das vantagens encarnadas nas condições que a feira apresentava para o grupo de feirantes, nas décadas de sessenta e setenta do século XX.<sup>193</sup> Nessa dimensão, o ato de "ganhar o pão de cada dia" se fazia em situações aparentemente proveitosas, considerando as proporções de vendas. Não obstante, o ato de ganhar dinheiro, com esse comércio, era perpassado por outras questões dos "tempos bons da feira":

Mas antigamente, a feira era boa, a feira era boa e vendia-se muito, muito, muito mesmo. Quando dava no dia de hoje a barraca já tava quaz limpa uma hora dessa, tinha vindido quaz tudo, vindia era muito! Tinha dez tanto, ora dez tanto! tinha vinte tanto de mercaduria dessa, vindia tudo e **num sobrava assim muito lucro porque a gente ganhava muito pouco, a gente tinha muita despesa cum transporte e o pessoal robava também no transporte.** Qualquer atitude... **que a gente sempre tem um participante sem ser participante é.... oficial,** é um participante diabólico né? Que tira da gente sem a gente dá né? **Ficava tudo aqui no meio da rua, cuberto aqui uma, uma mercearia cum bem uns cinco mil, uns cinco a dez mil cruzeiro aqui no meio da rua, cuberto cuma a lona! Eles faziam o que quiriam aqui. Eles mesmo armavam a barraca , as vez desviavam as coisas.**<sup>194</sup> ( grifo nosso)

---

<sup>192</sup> Entrevista realizada com o sr. Aloísio Barbosa Viana em 09/03/2004 em sua residência no Henrique Jorge

<sup>193</sup> É importante situar a questão do grupo e sua forma de organização dentro da cidade, uma vez que a multiplicação de feiras livres no momento atual nos alerta para o risco da generalização. Neste sentido a divisão de grupos é uma particularidade a ser considerada, uma vez que está relacionada ao contexto de sua criação quando a mobilidade pelos cantos específicos de Fortaleza era operada em forma de grupo. Os feirantes que realizavam a feira da Gentilândia faziam parte do primeiro grupo (situar os locais da feira) Cartografia

Essa fala revela o que ocorria nos bastidores da feira, mais especificamente, nos espaços de pausa para descanso dos trabalhadores. Revela, ainda, que relações de outra ordem se davam na contramão do trabalho feirantes, oportunizando desvios de mercadoria, produzindo interferências na organização de espaço, com a montagem das barracas. sendo assim os "participantes diabólicos", que realizavam o transporte das mercadorias, instauravam golpes nas expectativas do trabalho autônomo desimpedido das relações de dependência de um "trabalhar pros outros".

A presença "desse pessoal" promovia, portanto, dependências de outra ordem e, mesmo acarretando prejuízos, os participantes desempenhavam atividade indispensável ao funcionamento da feira: o transporte de mercadorias. Esse quadro nos faz pensar sobre os golpes que se operavam nesse universo de trabalho, nos elementos que atuavam cerceando a liberdade dos trabalhadores, com restrições cotidianas nos afazeres de cada dia, acrescentando relatividade à autonomia dos trabalhadores.

Quando os depoentes se referem aos tempos bons da feira, a venda de cereais é sempre posta em relevo para indicar a fartura, a expressividade da feira nos tempos em que as pessoas não iam aos supermercados. No entanto, lidar com a venda de cereais significava correr riscos, uma vez que, todo o investimento dos cerealistas ficava a céu aberto. É importante sublinhar que esta fala partira de quem atuou nesta modalidade de comércio. Mais uma vez somos levados ao encontro da relatividade ao consideramos os percalços da obtenção dos lucros. Mas de que lucro se está tratando? Para dar conta da questão, é preciso recorrer à lógica própria da "maneira de ganhar" e, nesse sentido, tem-se a aproximação de perspectiva de lucro pautada mais no sustento de cada dia do que nos anseio da acumulação. Quando o depoente se refere à impossibilidade de gerir as mercadorias nos horários de não trabalho, esta questão se revela:

Num podia não. Só se a gente fosse ficar aqui pra acompanhar aí num dava, a gente tinha que ficar dia e noite aqui aí... a gente num podia nem

---

<sup>194</sup> Entrevista realizada com o Senhor Vicente Furtado Rocha em 20 de junho de 2004, na feira da Gentilândia

tá em casa... **que a gente quando é novo, a gente num pensa também num é? A gente nem se ligava nisso, dava pra gente ir se segurando pronto!** Tava tudo bom. Cê sabe que quando a gente é novo a gente num se liga em futuro, ninguém nem se lembra que existe nem futuro, **a gente só vive o presente.** Quando dava pra gente ir se segurando bem, pronto o resto deixa pra lá.<sup>195</sup>(grifo nosso)

As expectativas de futuro cediam espaço às condições de sobrevivência do presente enredada pelos "tempos bons da feira", e mesmo diante dos percalços de desvios de mercadoria, tais expectativas prevaleciam na dimensão em que possível prejuízo se "deixa pra lá". Em face do potencial de vendas, no período, principalmente em relação à feira da Gentilândia, os trabalhadores não imaginavam que, no futuro, os "tempos bons" da feira-livre seriam sacudidos pela força dos grandes supermercados, mas voltemos para os "tempos bons" para entendermos a inserção da feira-livre.

Esse quadro está situado na trajetória de inserção da feira-livre e na condição específica do grupo de que os feirantes da Gentilândia faziam parte. Mais uma vez, recorre-se a períodos anteriores para situar a questão.

Desde a década de 30, em decorrência da precariedade do abastecimento local, inúmeras tentativas partiram dos poderes públicos, com o intuito de possibilitar o funcionamento das feiras-livres, de forma mais estruturada. Em dezembro de 1930, em cerimônia na praça dos voluntários, eram inauguradas as feiras-livres. Na ocasião, também se rendiam homenagens à imprensa local "pelas insistências feitas neste sentido".<sup>196</sup> Todavia as feiras livres não tiveram continuidade e, posteriormente, nova tentativa se realizara, na gestão do prefeito Gentil Bezerra, pelo decreto Nº 204, de 02 de abril de 1935, que instituía e regulamentava as feiras-livres na capital.

Nos anos seguintes, sucederam várias tentativas sem resultados efetivos e, nas da década de 30, estava a preocupação com as camadas pobres que deviam ter acesso às feiras, nos próprios bairros a fim de que "se abastecessem a preços mais cômodos, para toda a semana"<sup>197</sup>

---

<sup>195</sup> Idem, Ibidem.

<sup>196</sup> CARNEIRO, Francisca Cely Braga. Op. Cit. p. 23-24

<sup>197</sup> Idem, Ibidem. p.24

Em período posterior, mais precisamente na década de 40, uma crise de abastecimento, enredada pelos altos preços dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, reinseria a questão da feira-livre. Houve solicitação de retorno das feiras por abaixo-assinados enviados à Câmara Municipal. Para Carneiro, o que estava em questão era quais locais deviam ser priorizados com a instalação de feiras:

Através de abaixo-assinados ou requerimentos de vereadores enviados à Câmara Municipal, vários bairros queriam ter prioridade, entre eles: Porangabussú, São João do Tauape, José Bonifácio e Centro (na Praça Coração de Jesus). Os vereadores defendiam o funcionamento durante toda a semana e um dia em cada bairro, para atingir uma maior parcela da população. Isso era fácil de realizar porque ' todos os bairros da cidade possuíam uma praça ou um largo onde elas podiam ser estabelecidas.<sup>198</sup>

No período o local escolhido pela Comissão da Câmara, foi a Avenida Duque de Caxias, mais precisamente nas praças das Igrejas Coração de Jesus e N. S. do Carmo, só posteriormente se devia pensar em outras localidades. Mesmo assim as feiras não perduraram:

Estas feiras livres foram transitórias apesar do comércio livre de gêneros alimentícios de origem agrícola ter sido instituído em 16/09/1948, durante a administração de Acrísio Moreira da Rocha. A lei estabelecia os limites de venda das mercadorias, os órgãos responsáveis pela administração e fiscalização e as atividades que acarretavam multas. Somente em 18 de março de 1951 o prefeito Paulo Cabral de Araújo instituiu novas feiras que se tornaram permanentes, ele 'fixou um ponto central na Praça José de Alencar e descentralizou o comércio livre por vários pontos da cidade'<sup>199</sup>(...)

No começo dos anos 50, a preocupação com o custo de vida levou o governo a tomar medidas efetivas em relação ao abastecimento da cidade: aumentar a produção pelo crédito fácil e rápido, garantir a proteção ao mercado interno, facilitar o crédito ao pequeno agricultor e combater a especulação e o

---

<sup>198</sup> Idem, Ibidem. p. 24.

<sup>199</sup> Idem, Ibidem. p. 25.

câmbio negro. No período, as feiras-livres foram implantadas com sucesso, como observa Carneiro:

As feiras livres são implementadas com sucesso nesse período devido o planejamento e a colaboração entre Estado e Município. Os prefeitos anteriores colocavam a idéia em prática apenas para não ir de encontro as sugestões e a insistência de setores da sociedade (...)<sup>200</sup>

Observa-se que a inscrição da feira, no espaço urbano, está em contexto de alternativa para o abastecimento da cidade e constituiu suporte para resolver os problemas da obtenção de alimentos a preços acessíveis.

Os anos cinqüenta constituíram, portanto, período decisivo para a feira e feirantes. Desencadeava-se assim, atmosfera favorável ao crescimento e expansão desse comércio. Daí tem-se a inserção da feira da Gentilândia como observa Carneiro:

Os feirantes da Gentilândia pertencem ao primeiro grupo, que originou posteriormente os outros. Eles participaram das primeiras feiras instaladas que tiveram sucesso, em 1951, levando em consideração as diversas tentativas que ocorreram desde a década de 30.<sup>201</sup>

À medida que a produção era estimulada e os limites de transporte vencidos, a feira-livre constituía espaço significativo ao suprir as necessidades de gêneros alimentícios. A feira exercia, portanto, expressiva atuação no abastecimento local.

O quadro faz indagar até que ponto os feirantes não jogaram com essa questão, nos momentos em que se sentiam prejudicados, como, por exemplo, nos anos posteriores.

Situando melhor a questão, o que queremos afirmar é que a necessidade da feira também interferiu decisivamente na construção de sua legitimidade e, por extensão, na categoria de trabalhadores que lidavam com esse espaço de vendas.

O fato é que esse quadro de criação da feira-livre também contribuiu, ao nosso ver, para aproximação dos feirantes e dos poderes públicos.

---

<sup>200</sup> Idem, Ibidem. p.70.

<sup>201</sup> Idem, Ibidem.

Jogando com essa questão, procuramos nos aproximar das formas de inserção da feira e dos feirantes, no espaço urbano, para entender toda a trama que envolveu esse universo no final dos anos sessenta e começo dos setenta, observada a rede de negociações e aproximações com os poderes públicos. As incursões pelas temporalidades da feira ajudam a situar as teias de relações que eram constantemente retomadas, inclusive quando da transferência da feira da Gentilândia, na gestão do prefeito José Walter Cavalcante.

Circular pelas esferas do poder e estabelecer negociações várias, quando interesses em torno da feira estavam em questão, constituiu força atuante na trajetória desses trabalhadores. Mas para entendimento da questão, é necessário considerar as experiências desses trabalhadores e o movimento que os inseriu nessa condição de “trabalhadores por conta própria”.

A atuação dos feirantes, nos espaços públicos da capital cearense tem longa trajetória. A luta pela sobrevivência acrescida de espaço e relações, expectativas e desafios inscreveu, sob linhas tortuosas, as experiências desses trabalhadores no espaço urbano e a feira é o suporte.

### **3.3 Trilhas e atalhos...**

Ao dialogar com as experiências dos trabalhadores feirantes, nos deparamos com as formas de inserção na cidade, sobretudo, na própria feira. Nesse sentido, o cotidiano de trabalho, a constituição de espaços de organização e a conjugação de interesses comuns, articulando categoria de trabalhadores, conflitos internos e redes de negociações, são questões que aparecerão no decorrer deste trabalho.

Seguindo as trilhas heterogêneas dos trabalhadores, nos defrontamos com as expectativas de trabalho e o percurso realizado em direção a feira-livre. Como um grupo específico de sujeitos se constituíram em trabalhadores por conta própria e adentraram as feiras- livres?

Na tentativa de encontrar portas e janelas para iluminar a questão, recorreremos aos arquivos da memória a fim de nos aproximarmos das trajetórias,

da diversidade do universo dessa categoria de trabalho informal. Nesse sentido, a fala dos trabalhadores toma a forma de fios condução aos clarões da percepção...

### 3.3.1 Da cachaça ao caldo de cana...

No início dos anos 50, mais um filho do sertão se deslocava em direção à capital alencarina. O Senhor Aloísio Viana partia de Aracati, para Fortaleza, a cidade impressionara o nosso depoente:

A cidade muito bonita, pequena mais muito elegante dava muita vontade da gente morar né? Porque era pequena, muito bonita tudo era fácil né? Os transportes eu alcancei tudo na praça do Ferrero debaixo do abrigo central, coisa linda o abrigo central, muito bonito. A gente chegava, se encontrava, todo encontro, tudo no mundo era debaixo do abrigo cê for lá tal hora lá debaixo do abrigo, tal hora agente tava debaixo do abrigo né? Ali tinha o ônibus, tinha o acesso pa pegar o ônibus pa qualquer canto da cidade né? Era muito lindo né?<sup>202</sup>

O Abrigo Central era um dos espaços mais freqüentados do centro da cidade, demolido juntamente com a Praça do Ferreira, na gestão do prefeito José Walter Cavalcante, no final dos anos 60. Em crônica de Fortaleza, o Abrigo central é apresentado de uma maneira bastante próxima daquela narrada pelo senhor Aloísio:

Os deputados largavam o palácio Senador Alencar, situado a poucos passos da Praça, e vinham tomar o seu cafezinho no **Abrigo Central**. (...) E, se em vez do cafezinho, pretendessem os deputados saborear um refresco, uma bananada, um pastel, uma abacatada, não faltaria onde encontrá-los. Porque bem perto achava-se o 'Pedão da Bananada' e, rodeado de garrafas de tudo quanto havia de refrescos, a comer gulosamente, o imenso Gabriel Lopes Jardim, professor e funcionário da Secretaria da Fazenda. Gabriel recomendaria de muito gosto as especialidades do 'Pedão': os refrescos de cajá, graviola, murici, caju, tamarindo, sem esquecer bananadas e abacatadas. Já para os notípagos havia o 'Tetêú', um frêge onde nunca faltavam as comidas e bebidas típicas do Ceará, as paneladas, mão-de-vaca, sarrabulho, caldos e pirões. E, para tirar o sêbo dos cozidos, uma boa cachaça velha. Contudo, não se pensasse fosse o Abrigo com seus cafés e merendeiras apenas uma casa de pastos. Não! **O principal naquele espaço destinado ao povo era o lazer, o entretenimento, o debate.** Era se poder conversar, debater livremente, sem qualquer separação de classe.

---

<sup>202</sup> Entrevista com o senhor Aloísio Barbosa Viana, 09 mar. 2004, em sua residência

O abrigo que o prefeito Acrísio mandara construir para os passageiros de ônibus, logo se transformara no local de encontros e debates preferidos de todos. Era freqüente ver-se deputados esquecidos de que se achavam no Abrigo e não no Palácio Senador Alencar, a se tratarem em suas parlengas por vossa excelência, enquanto ao lado, na roda que discutia futebol, os torcedores exclamando a cada instante um arre égua ou um pai-d'égua. (...) Com liberdade e igualdade. **O Abrigo aproximava as pessoas.** Cercado de populares e pancadinhas nas costas dos circunstantes podia ser visto o prefeito Acrísio Moreira da Rocha.<sup>203</sup> (grifo nosso)

Como podemos perceber a partir das narrativas, o Abrigo central conjugava, de forma significativa, os habitantes da cidade. Os relatos do lugar acenam na direção em que se evoca a expressão "todo encontro, tudo no mundo era debaixo do abrigo".

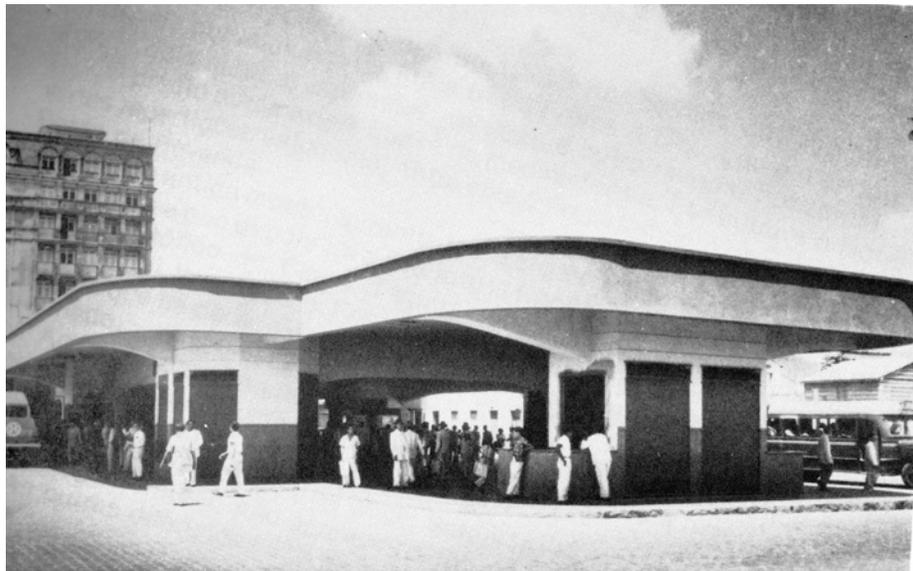


Fig. 9: Abrigo Central da Praça do Ferreira. Acervo do Museu da Imagem e do Som de Fortaleza – MIS.

O espaço acrescentara algo significativo às lembranças do senhor Aloísio, que, ao chegar à cidade estabelecera contatos com os espaços mais movimentados do período, por razões específicas.

Residindo, a princípio, próximo do centro da cidade, em casa de parente, na Av. Imperador, o depoente provavelmente tivera possibilidade de explorar os

---

<sup>203</sup> GALENO, Alberto S. **A Praça e o Povo**: homens e acontecimentos que fizeram história na

locais mais badalados do centro, como o abrigo central, e provavelmente a visão da cidade esteja entrecortada por essa questão pois, entre os depoentes, encontram-se opiniões divergentes em relação à cidade do período.

No entanto, é importante destacar que, para além da beleza e elegância da cidade, "que dava vontade da gente morar", existiam outras expectativas de relação do depoente com a cidade de Fortaleza:

(...) eu cheguei aqui em Fortaleza, **eu vim para procurar um sirviço né?** E andei, virei mixi e achei que a vida de empregado num era muito boa né? Que você tem aquela obrigação de acordar tal hora e chegar lá e o patrão nem todo dia tava cum bom (...) uma boa vontade, aí achava ruim o que você fizesse né? O que fizesse de bom, o que fizesse de ruim um dia ele ainda reclamava né? **Aí eu tive aqui, passei aqui o que? uns dois mês aí voltei, falei cum meu pai que quiria vender cachaça aqui em Fortaleza,** como nós podia fazer? "Você já pensou como vai fazer?" Não, num tenho menor idéia né? Ele disse: "Pense!" Eu digo vou levar cachaça daqui pa Fortaleza, lá engarrafo e vendo "Será que dá certo?" Só sabe se nós tentar né? Aí ele disse: "pois é, então eu dou a cachaça". Aí me deu, aí eu trouxe num caminhão né? Que naquele tempo só tinha caminhão pa se viajar de Aracati pra cá, aí eu trouxe no caminhão a cachaça e aqui eu comecei a engarrafar a cachaça e vender pela Castro Silva, Mercado São sebastião, pela a Aldeota, ali na Rui Barbosa, Vasconcelo, a João cordeiro por ali eu andava tudo naquelas budegazinha vendendo e coisa vinha aqui no Mercado São Sebastião que a freguesia do Mercado são Sebastião era melhor naquela época! E vindia muito e aí fui melhorando de situação né?<sup>204</sup> (grifo nosso)

A rejeição às formas de trabalho formal, assentado em relações assalariadas, é uma questão observada, de modo geral, na fala dos entrevistados. Para esses sujeitos, a opção pelo trabalho informal constituiu forma de resolver o impasse da sobrevivência, na cidade, recurso acompanhado de trajetórias heterogêneas, em que as experiências e os saberes adquiridos exercem decisivamente influência.

Ao fazer opção pela venda de cachaça, o senhor Aloísio não está lidando com escolha arbitrária. O contato com o produto, que, a princípio, se tornara "meio de vida" para o depoente, era constante no cotidiano, antes de vir morar em

Fortaleza. Conta-nos o mesmo que "andava muito em cima de animal" acompanhando o pai, vendedor de cachaça em sua terra natal:

Russas que eu conheci, Limoero, Quixeré, Morada Nova até Iguatu tudo era umas cidadizinha pequena que a gente andava nessas cidades tudim, meu pai era comboero vendia cachaça né? Era... chamava sinhosim meu pai nera? Era o home que vindia cachaça, era o maior cachaceiro do mundo foi meu pai né? Ele vindia mais nunca consumiu, nunca butou na boca uma gota aí ... mais **nós andava muito em cima de animal naquela época** e ali num tinha futuro nenhum para mim, eu achava que num tinha futuro né? Aí vim pra Fortaleza, pra casa dessa Fransquinha Conrado minha parenta, morava na Imperador e aqui eu cheguei me agradei da cidade, achei muito bonita e eu digo aqui eu faço alguma coisa na minha vida né?<sup>205</sup> (grifo nosso)

Expectativas de encontrar possibilidades de sobrevivência na grande capital, habitavam seu imaginário. Tais expectativas são alimentadas pela percepção do sertão, que aparece como motivador de estranhamento. Algumas noções entrecortam essa percepção. Primeiramente este outro sertão, vai mostrando suas facetas e revela ao depoente uma rede de limitações materializadas nas formas de vida no espaço, como se pode verificar em "ali num tinha futuro nenhum para mim".

No entanto, chegando em Fortaleza é a venda de cachaça que permite ao depoente estabelecer moradia, colocando-se diante de novo espaço, em ritmo de vida diferente:

Eu comecei a trabalhar com 22 ano que meu pai me criou sem eu fazer nada né? Era dezoito filho mais meu pai tinha condições no interior, e num butou nós pa trabalhar e também num tinha em que trabalhar naquela época né? Na minha cidade num tinha coisa nenhuma que se fizesse né? Por isso eu vim Fortaleza vê se eu aqui fazia alguma coisa né? Que lá a gente num tinha um emprego, num tinha comércio, num tinha coisa nenhuma né? O povo naquela época chegava na velhice, aí se num tivesse a família que desse de cumê morria de fome (...)<sup>206</sup>

Com o pai aprendera a lidar com a venda da cachaça, com idas e vindas pelo sertão cearense, percorrendo várias localidades, "em cima de animal". Trata-

---

<sup>205</sup> Idem, Ibidem.

<sup>206</sup> Idem, Ibidem.

se de situação dentro do que Thompson<sup>207</sup> chama de "práticas costumeiras de iniciação às artes de ofício", quer dizer, estamos diante do universo da aprendizagem que possibilita, aos indivíduos, inserção no mundo do trabalho a partir dos saberes compartilhados, pela força da necessidade quem sabe...

No sertão, é prática recorrente de os filhos aprenderem os ofícios dos pais. No caso, o trabalho familiar na agricultura é a porta de entrada para os mais novos no mundo do trabalho. Ainda na infância, muitos habitantes do sertão aprendem a lidar com a terra e manusear os equipamentos de trabalho. A experiência atua de forma decisiva na construção de valores sobretudo em relação ao trabalho como dever primeiro<sup>208</sup>. Na fala de um dos depoentes, observam-se traços dessa cultura:

Eu num tem estudo. Meu estudo só foi trabalhar, que eu assino o meu nome! Tomém o que meu pai me ensinou num foi... num me criei só no interior né? **E cê sabe o interior atrasado meu pai num tinha escola pa me dá né? Me ensinou a trabaia e isso eu sou satisfeito, foi mesmo que ele ter me dado uma escola** que eu té hoje inda trabalho né? E me dou bem cum isso aí né? Resolvo os meus negócio tudo direitim.<sup>209</sup> (grifo nosso)

Prosseguindo a interlocução, indagamos sobre a idade em que começou a trabalhar: "sete ano de idade. Meu pai me levava pro roçado e desse tempo pra cá num parei até hoje graças a Deus."<sup>210</sup>

Na fala da senhora Carmelita, a questão reaparece e ajuda a entender o espaço de prática do trabalho nas relações do universo sertanejo:

---

<sup>207</sup> THOMPSON, E. P. **As peculiaridades inglesas e outros artigos** . Campinas: São Paulo, Ed. Unicamp, 2001.

<sup>208</sup> Raymond Williams chama a atenção para os saberes adquiridos com a vivência familiar e nos significados que a experiência de convívio exercem em relação à construção de valores que alimentam visões de mundo: "vemos e aprendemos com base no modo como nossas famílias vivem e se sustentam; um mundo de trabalho e costumes locais, e de crenças tão profundamente dissolvidas nas ações cotidianas que de início nem sequer sabemos que são de fato crenças tão profundamente dissolvidas nas ações cotidianas que de início nem sequer sabemos que são de fato crenças, passíveis de mudanças e questionamentos" Esta questão por sua vez nos faz pensar sobre a valorização do trabalho e a sua incorporação a partir das experiências de trabalho compartilhada no âmbito familiar. WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade: na história e na literatura** . São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.271.

<sup>209</sup> Entrevista com o senhor Francisco Farias, 24 fev. 2004, feira do Rodolfo Teófilo.

Dez ano né? **No interior agente tem que trabaiair num é?** A gente tem que trabaiair porque a gente tinha que arranjar o pão de cada dia que todo mundo trabaiaiva e num era só eu não, eu tinha.. parece que nós era dez irmão, tudim trabaiaiva.

Todo mundo no interior trabalha né? Dez ano, mas era só... só mesmo pra interter na roça né? Porque trabalhar mermo de verdade eu comecei trabalhar tinha vinte ano.<sup>211</sup> (grifo nosso)

No entanto, o senhor Aloísio apresenta peculiaridade, em relação ao ofício aprendido como, por exemplo, a idade em que começou a trabalhar. Isso significa que suas experiências, na cidade, tiveram um ritmo de vida radicalmente novo em dimensão que a cultura urbana e os modos de vida do campo desenhavam trajetórias de deslocamento espacial e cultural.

Entretanto, a necessidade se movimenta, entre outras coisas, pelas relações sociais, o senhor Aloísio aponta outras facetas de sua experiência na cidade, ao falar de seu namoro como experiência decisiva na constituição da teia de relações que o levou para a feira livre:

Aí cunhici a minha esposa né? E comecei a namorar com ela aí quando eu cheguei (...) quando eu vim pidir ela em casamento, aí o velho meu sogro disse: "rapaz isso num é futuro não, essa cachaça que você vende o ganho é muito pouco. **Vamo trabalhar na feira livre!** na feira livre a gente tem condição de crescer melhor. Eu vivo cum caldo de cana, eu trabalho e vivo bem, tenho essa casa , tenho um terrenim ali e tem mais alguma coisa, tudo ganhado em caldo de cana". Aí eu pensei e digo: é mesmo! Vou trabalhar com ele né? **Aí vim trabalhar mais meu sogro né? Vender caldo de cana na feira livre.** É num me dei mal graças a Deus ganhei muito dinheiro, comecei a minha vida, construi casa, comprei carro pa nós trabaiair nas feira, tinha um caminhão grande que nós trabalhava levava as coisas dele e as minha e aí fiquemo trabalhando nós dois até 1972, quando eu tive um acidente e quebrei a perna, aí deixei de trabalhar na feira livre né? Mais meu sogro ainda continuou, trabalhou mais uns dez anos.<sup>212</sup> (grifo nosso)

Inicia outra trajetória no espaço urbano. Sua inserção na feira livre não só produziu intensa movimentação pelos mais variados pontos da cidade:

---

<sup>210</sup> Idem, Ibidem.

<sup>211</sup> Entrevista com a senhora Francisca Vieira da Silva, 20 jun. 2004, feira da Gentilândia.

<sup>212</sup> Entrevista com o senhor Aloísio Barbosa Viana, em 09 mar. 2004, m sua residência.

Quando eu comecei trabalhar na feira era em cima da Zé de Alencar, da feira da Zé de Alencar nós ía pra Praça da Estação, da Praça da Estação a gente ía pra Carlito Pamplona, de Carlito nós ía po Quilômetro Oito, do Quilômetro nós ía po Bairro de Jardim América Quarta feira, Quinta feira nós fazia ali Parangabussu , Sexta feira po mercado dos Pinhão ali no mercado dos Pinhão se dividia duas feira uma ía po Mucuripe ota ficava no Mercado dos Pinhão, aí Sexta feira a tarde nós vinha pa Gentilândia.<sup>213</sup>

Como também em extensa cadeia de relações pelo movimento de expansão da feira- livre e da organização dos trabalhadores, no momento em que se reafirmavam como categoria de trabalho, feirantes. Referimo-nos à criação da associação.

É curiosa a mudança de opção de venda de aguardente para a matéria-prima de produção. Questão de coincidência? Ironia do destino? Talvez. O fato é que indiretamente a experiência não o afastou completamente do saber adquirido do pai. Enfim, o movimento que o colocou em contato com a feira também produziu a migração de uma venda a outra: da cachaça ao caldo de cana...

### **3.3.2 Agricultura, comércio de Bodega e a tesoura...**

Coincidências à parte, continuemos o percurso... prosseguindo a incursão pelas narrativas dos trabalhadores, com introdução de mais um ator social.

O senhor Francisco Farias veio de Ipu. Sua fala apresenta os motivos do deslocamento:

É proquê eu... a gente num faz o que quer. A natureza é quem domina nosso caminho de vida, a vida da gente é uma estrada cê tem que acompanhar todas as voltas né? Eu vivia lá bem né? Eu tinha comércio, tinha agricultura até grande né? Mais houve um pobrema lá dum casamento que... tinha gente que chiava e eu aqui arrastei a minina pra cá e me casei foi aqui e aqui eu fiquei. Duma vez mermo nunca mais voltei, até que ela já morreu né?<sup>214</sup>

Em circunstância diversa da narrativa do senhor Aloísio, o senhor Francisco Farias migrou de Ipu para Fortaleza, no final dos anos 50 por questão familiar. No

---

<sup>213</sup> Idem, Ibidem.

<sup>214</sup> Entrevista com o senhor Francisco Farias, 24 fev. 2004, feira do Rodolfo Teófilo.

momento, estava em jogo o casamento, porque tinha "gente que chiava", ou seja, discordava da união com a "minina" que ele "arrastou" pra cá. A saída de Ipu provocara alterações significativas em sua vida.

O contato com o espaço diverge da percepção anterior do senhor Aloísio:

A cidade aqui? Era muito diferente do que cê vê hoje né? **Isso aqui tudo era pé no chão, isso aqui tudo era areia né? Ali a praça do Ferreira num tinha praça né? era umas coisinha véia, o maior comércio que tinha** ali era o abrigo central naquela época né? Fortaleza hoje ninguém... quem conheceu ela como eu conheci num sabe nem avaliar o tanto que ela aumentou né? Por exemplo **lá donde eu moro num tinha nem calçamento era areia né? Era umas veredas ali no Álvaro Weine né? Calçamentozim** que andava umas caminhoneta véia que era do, do Pacheco né? Aí a coisa foi se avoluindo hoje o Floresta é, é um bairro da Aldeota né? Todo na... no asfalto né? Transporte em cima do outro. O trem nessa época num era máquina a óleo era maria fumaça tocada a fogo né? Hoje tá muito diferente Fortaleza, Fortaleza hoje do tempo que eu conheci ela, ela tem noventa por cento de melhoria né? Noventa por cento.<sup>215</sup> (grifo nosso)

Habitando na periferia da cidade, no bairro Floresta, o Senhor Francisco Farias deparava com a precariedade do lugar que "num tinha calçamento" e as ruas constituíam umas "veredas"<sup>216</sup>. Os locais mais freqüentados do centro da cidade, como Praça do Ferreira e Abrigo central, aparecem como pouco expressivos para o depoente.

É verdade que, mesmo estando em jogo a relação afetiva, com atritos familiares, a opção pela cidade de Fortaleza alimentara expectativas no depoente.

---

<sup>215</sup> Entrevista com o senhor Francisco Farias, 24 fev. 2004, feira do Rodolfo Teófilo.

<sup>216</sup> Sobre o crescimento populacional de Fortaleza, as sucessivas migrações e seus desdobramentos para esta capital, Ribeiro nos ajuda a esclarecer as condições da periferia no período de chegada de nosso depoente, ou seja o início da década de 50: "Fortaleza experimentou um intenso crescimento populacional no intervalo de 1940 a 1950 (49,9%) e quase dobrou no período de 1950 a 1960, atingindo o percentual de 90,5%. Este crescimento desordenado, resultado de sucessivas migrações campo-cidade provocadas pelos seguidos anos de seca durante a década, gerou grandes distorções, tanto do ponto de vista de distribuição espacial, como das funções desempenhadas pelos poderes públicos e do nível de vida da população, e colocando em cheque os equipamentos urbanos postos à sua disposição. A expansão desordenada e acelerada da cidade deu início à formação de uma periferia constituída de vários núcleos populares, na sua grande maioria em péssimas condições de habitação" RIBEIRO, Francisco Moreira. De cidade a Metrópole (1945-1992). In: SOUZA, Simone et al. **Fortaleza a Gestão da Cidade**: uma história político-administrativa. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1995.

Na entrevista, ao referir-se à mudança para Fortaleza, apenas em poucos momentos o desejo de mudar de vida insinua-se. Isto se dá quando se refere às suas condições de vida no sertão: "vivi lá bem", "Eu tinha comércio, tinha agricultura até grande né?". Na capital, as condições se apresentaram bastante diversas, daí o estranhamento ao se deparar com a nova situação, materializada na casa e no bairro: "eu comprei uma casinha lá no Aváro Weyne, um casebrizim véi e deste casebrizim véi eu comecei vê a feira livre"<sup>217</sup>.

O espaço urbano trouxe-lhe desafios múltiplos. Na lida e superação desses desafios, fez-se trabalhador por conta própria:

Bom, eu quando cheguei aqui, no meu interior eu tinha duas... duas profissões e aliás três: era a agricultura, comércio de buodega e nas horas vagas trabaiava nisso aqui. Na tisoura né? tinha um salãozim na casa que eu tinha a buodega tinha uma reserva assim num salãozim que quando tava disocupado chegava um freguês eu despachava né? Mas aqui mesmo eu num... num.. eu num usei outra exercício só mesmo a... o cabelo né? Só barbearia. Nunca usei, nunca quis comércio aqui e... sempre era difícil pa gente arrumar um ponto pa comerciar... meu serviço toda vida aqui em Fortaleza só foi isso, cortar cabelo. Até hoje.<sup>218</sup>

Na cidade, antigos saberes deram origem a novas formas de sobrevivência. Assim, o trabalho na "tisoura" atuou decisivamente na sua inserção na feira livre.

Interpelado sobre a aprendizagem do ofício, ou seja, de barbeiro, diz: "Era meu pai que trabalhava no negócio e eu aprendi né? Por ele, por causo dele né? Pegava nos ferro dele aí me acostumei". O ofício de barbeiro está inscrito no universo de relações de partilha de saberes. No sertão, o depoente tinha situação de autonomia, pois, em sua casa, funcionava "budega" e um "salãozim" em que, nos momentos em que estava "disocupado", atendia aos fregueses.

Para falar das primeiras experiências de trabalho em Fortaleza, recorre a expressões do tipo: "num me dava bem", "eu trabaiava pros outros" como podemos observar:

---

<sup>217</sup> Entrevista com o Senhor Francisco Farias, 24 mar. 2004, feira do Rodolfo Teófilo.

<sup>218</sup> Idem, Ibidem.

Eu comecei num salão ali na Guilherme Rocha. Guilherme Rocha não. É... Guilherme Rocha. Na João Moreira! mais num me dava bem né? **Eu trabaivava pros outros**, quando era de tarde repartia aquele dinheiro aí eu... vi a feira livre que era ali na Praça da Estação, essa feira livre dia de sábado e Domingo que é essa que nós tamo lá na... na Gentilândia, era na Praça da estação ali naquela praça central. E eu nessa época tava morando num quartim ali de lado e vi a feira livre e vi os caras trabalhando. **Aí eu saí do salão e me coloquei na feira livre**. Aí eu num quis mais sair num quis mais salão. **Quê eu no salão eu trabaivava pros outros e aqui eu num trabaio pra ninguém. Trabaio pra mim.**<sup>219</sup> (grifo nosso)

Pela narrativa, percebe-se a resistência ao ritmo do novo trabalho e à relações estranhas ao seu antigo modo de vida, pois o depoente possuía um ofício e o exercia com autonomia. Sua fala também informa as circunstâncias que o levaram à feira-livre, cujo espaço parece ter aproximado o depoente da possibilidade de exercer o ofício com relativa autonomia, numa dimensão do trabalho realizado para si:

Tô cum dentro dos cinqüenta ano que eu trabaio aqui na feira livre meu exercício só tem sido isso, barbearia. Até hoje. **Eu injeitei até salão preu trabaiair mais eu num quis porque cê trabaia num salão é trabaiair pros outros né?** Pagar alugué e cadeira e num sei mais quê... trabaia pruma ficha e eu achei mior aqui que eu trabaio só pra mim né?<sup>220</sup> (grifo nosso)

O senhor Farias atua como barbeiro até os nossos dias, ofício incomum na feira-livre, um espaço que normalmente voltado para a venda de produtos. Como esse espaço foi conquistado?

A partir da observação da feira-livre e de outros barbeiros que lá trabalhavam na época, o senhor Farias aproximou-se daquele universo:

Devido eu ter visto ele trabalhando lá, achei que podia ter um barbeiro na feira né? Talvez se num tivesse ele... talvez que eu num tivesse nem continuado porque ele num ía nem perguntar se podia trabalhar né? Na feira né? Quer dizer que eu entrei por intermédio dele né? Porque vi ele trabaivando aí eu fui lá onde ele tava peguemo a conversar... você sabe

---

<sup>219</sup> Idem, Ibidem.

<sup>220</sup> Idem, Ibidem.

que barbeiro um cum outro pega a conversar se intende né? Aí eu fiquei mais ele. Aí cumeçou até hoje.<sup>221</sup>

Não obstante, ao adentrar na feira livre, seria mais um sujeito a acrescentar pluralidade ao universo do trabalho informal.

### **3.3.3 Do comércio de calçada à venda de ervas...**

Entre feirantes, havia mulheres atuando. A senhora Francisca Vieira, conhecida por Carmelita, narra a trajetória de chegada à cidade e ao mundo do trabalho.

Saiu de Capistrano de Abreu com a expectativa de mudanças de vida:

Eu cheguei aqui em 1938. Vim trabalhar que no interior num tinha imprego. Eu comecei em casa de família. Bem, daí pra lá né? Vim trabaiaar, trabaiei em fábrica, trabaiei em comércio, trabaiei em hospital, agora tô na feira.<sup>222</sup>

Havendo migrado muito cedo, as experiências da infância parecem ter tido influência no deslocamento. As lembranças do sertão evidenciam experiências dolorosas da grande seca de 1932:

Sim nós morava em Capistrano de Abreu aí em trinta e dois com a seca, com a seca, né? Aí a gente usava água numa cacimba na berada de um rio salgado que tinha. Meu pai fez uma cacimba com a escada lá em baixo e o resto era puxando com a corda e ... aí a gente tumava aquela água e o Getúlio Vargas mandava num trem num sabe? Aqueles vagão d'água, aí mas num era todo dia parece que era dia sim dia não. Aí todo mundo se achava com a água da cacimba, era salgada mas... num era salgada mermo, era saloba né? Mas tinha um pouco de sal. Quando havia inverno era muito bom! Aí a gente sofreu muito, em trinta e dois nós sofremo muito com fome, a sede, necessidade, tudo era difícil, foi uma seca terrível. Foi a pior seca que houve. No meu intendmento, que de lá pra cá já houve várias, mais como ela... eu me recordo tudo hoje! O povo escapava com as fruta da serra de Baturité. Eu morava depois de Capistrano de Abreu em Buquerão, aí a gente ía pa serra num bucado de

---

<sup>221</sup> Idem, Ibidem.

<sup>222</sup> Entrevista com a senhora Francisca Vieira da Silva, 03 abr. 2004, feira da Gentilândia, que funcionava, na ocasião, em frente ao antigo prédio da COBAL.

animal né? Trazia de tudo, trazia farinha, trazia batida, trazia alfinin, fruta de toda qualidade. É o que escapava o povo.<sup>223</sup>

A partir de sua narrativa, percebe-se os significados dessa experiência. O convívio com dificuldades enredadas pela "pior seca que houve" é marcado pela ênfase da expressão "eu me recordo tudo hoje!".

Mudar para a capital, deslocar-se do sertão onde a fome, a água salobra da cacimba davam contornos às condições de sobrevivência, constituíra, quem sabe, possibilidade de desprendimento destas redes de dificuldades.

O espaço urbano, a depoente defrontara situações distintas do sertão. A narrativa das experiências aproximam um pouco de sua movimentação pela cidade antes do ingresso na feira-livre:

Me lembra que na Praça da Lagoinha tinha uma retreta e ota lá nos bombeiro nós ía dia de Quarta feira e que a Praça da Bandeira era bonita!(...) me lembro até o tempo da guerra que a dispidida do povo da guerra foi ali perto daquela rua pra chegar no Zé Frota.<sup>224</sup>

Parece que a visão dos espaços e acontecimentos exercera certo fascínio na depoente, e tudo indica que as possibilidades se reduziram posteriormente, quando a senhora Francisca começou a trabalhar na feira, pelo de trabalho intenso, de domingo a domingo, e dias santos.

Na década de 50, depoente inicia as suas atividades nos espaços públicos da cidade, com comércio informal:

Quando eu comecei era na José de Alencar, praça José de Alencar. Depois nós passamo pa feira né? Que essa banca era fora da feira. Aí nós passamo pa feira em cinqüenta e oito, cinquenta e oito eu trabaiava no Zé Frota aí deixei o Zé Frota pa trabaiaar na feira. Comecei a trabaiaar na estação central. Aí eu acumpanhando.<sup>225</sup>

Antes de começar a vender na feira, era com o comércio de calçado, numa banca "fora da feira", que a senhora Francisca sobrevivia. Posteriormente,

---

<sup>223</sup> Entrevista com a senhora Francisca Vieira, 20 jun. 2004, feira da Gentilândia.

<sup>224</sup> Entrevista com a senhora Francisca Vieira, 03 abr. 2004. feira da Gentilândia, que funcionava, na ocasião, em frente ao antigo prédio da COBAL.

ainda nas redes do comércio informal, a senhora Francisca passara a exercer outra modalidade de venda, sendo que os calçados cederam espaço para as ervas, atividade que exerce até os nossos dias:

Só tinha uma banca de ervas na Zé de Alencar nesse... só nesse tempo... lá na Zé de Alencar, só tinha uma banca de raiz. Aí, esse senhor... nós fumo colocar uma banca lá, aí esse senhor foi e vendeu a banca dele pra nós né? E insinou como era que nós vindia todas erva aí nós fiquemo vendendo erva que vinha do Juazeiro, do Crato, que trazia do Pará, essa coisa assim né? Foi nos ano cinqüenta e cinco, cinqüenta e seis(...) aí fiquei negociano né? Aí cuns tempo, como foi o tempo que o Cordeiro Neto foi prefeito, aí tirou né? As bancas tudim, algumas que tinha e butou tudo na feira. Nesse tempo tinha a feira da Praça... lá da Praça central num sabe? Praça da Estação Central, nós trabaiemo... fumo trabaia lá e de lá saimo assim trabaiando em todas.<sup>226</sup>

A inserção da Senhora Francisca na feira-livre se deu num contexto de retirada da feira livre da Praça José de Alencar. Nesse ínterim, alguns trabalhadores ambulantes, além da depoente, tinham ingresso na feira livre.

A referência ao Prefeito Cordeiro Neto não se restringe às narrativas da senhora Francisca. Na fala dos entrevistados, as alusões ao prefeito vêm associadas à mobilidade da feira-livre, pois foi justamente em sua gestão que a feira passou a circular por vários locais da cidade:

Aí o Cordeiro Neto tomou conta da feira livre, tumou conta da prefeitura de Fortaleza, que isso aqui é por conta da prefeitura né? Aí ele disse: "Nós vamos tira a feira", porque lá a feira era parada, quase todo tempo lá né? Ela num rodava assim né? Ele andou por o Rio de Janeiro e viu o sistema de lá, que a feira era volante sirvindo de bairro em bairro. Aí ele distinou a feira livre pra ficar volante, andando pra qui pra culá.<sup>227</sup>

A mobilidade da feira tornou mais árdua a rotina de trabalho. Conta o senhor Farias que esta experiência atuou decisivamente no afastamento de muitos barbeiros da feira-livre:

---

<sup>225</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>226</sup> Entrevista com a senhora Francisca Vieira, 20 jun. 2004, feira da Gentilândia.

<sup>227</sup> Entrevista com o senhor Francisco Farias, 24 fev. 2004, feira do Rodolfo Teófilo.

Aí os outros barbeiro, gostava de mordomia né? Num quizero andar pra riba e pra baixo né? Ai saíram tudim. Só ficou eu porque o fiscal da feira gostava muito de mim, e ele disse: "você num vai deixar nós, você vai acompanhar a feira livre mais nós" mais seu Antoin isso num vai dar... "Não mais você faz uma experiência" E eu também num tinha outra opção né? Eu digo: eu vou experimentar. E dessa experiência ficou só eu. Os outro ninguém acompanhou. E eu fiquei até hoje.<sup>228</sup>

Andar "pra riba e pra baixo" significava empreender trajetos tortuosos pelas ruas. Para além de "mordomia", em relação ao grupo de barbeiros que deixaram a feira, tem-se a rejeição às condições impostas aos trabalhadores. Indagado sobre as principais dificuldades enfrentadas, os deslocamentos pela cidade aparecem como questão central:

Eu enfrentei muita dificuldade! Pra se localizar nos ponto que a feira se baixava né? E eu estranhava a mudança pra riba e pra baixo todo dia, cum chuva, cum sol e tinha que infrentar tudo. Foi muita dificuldade pra eu me fixar aqui. É tanto que os outro num tiverum a corage que eu tinha, que nenhum ficou. Que eu enfrentei mesmo pra ficar né? Pro quê eu num tinha outro apelo! Eu num tinha salão e nem quiria alugar né? E num dava certo pra mim!<sup>229</sup>

As andanças pela cidade eram pontilhadas de estranhamentos. Situar-se espacialmente, com movimentação ritmada "pra riba e pra baixo", acrescentara novos elementos à paisagem dos desafios.

A convivência com deslocamentos inscreveram novas formas de adaptação às condições impostas. Após enfrentar desafios de localização "nos pontos que a feira se baixava", a superação das dificuldades de se "fixar aqui" foram convertidas em resultados relativamente positivos para o senhor Farias, em relação à ampliação da freguesia:

(...) em todo bairro eu tenho a freguesia de muitos anos né? É a razão deu hoje ainda tá na feira livre é isso aí. Porque se eu for pro outro canto eu num tem a freguesia que eu tem na feira né? E alugar salão lá donde eu moro eu também num... nunca trabaiei em casa. Eu tinha até um ponto de trabalhar em casa mas eu nunca quis não, aqui é melhor! Que ocê trabaia em casa fica esperando só por um freguês daquele bairro

---

<sup>228</sup> Idem, Ibidem.

<sup>229</sup> Idem, Ibidem.

né? E, eu não. Eu tenho essa freguesia aqui Terça, tem Quarta, tem Quinta, tem Sexta, tem sabo e Domingo e tem Segunda né? E tem barbeiro aí que num tem, só é do povim dali né? E eu chego na feira já os freguês já tão me esperando. Eu num espero por o freguês, eles é quem tá esperando. E aquele pouco que ... costumado comigo quando eu chego ele tá no ponto né?<sup>230</sup>

Deslocados de um cotidiano sertanejo, homens e mulheres asseguravam a sobrevivência, de cada dia no espaço da feira-livre, e nessa medida a categoria de trabalho, na qual se inseriam, ia ganhando expressão espacial.

### **3.3.4 A gente matava lá o porco, o boi... a gente era dono de si...**

Morar em outra cidade por força de um convite, da solidariedade, que abre portas ou janelas, redesenhara horizontes de possibilidades de deslocamento, são artifícios da trajetória do senhor Vicente:

Eu tinha um... eu tinha duas cunhada que morava aqui e os maridos delas eram muito legal cumigo e me convidarum pra eu vim pra aqui. Eu vim até pra casa duma... da Dica que morava no Otávio Bonfim, eu fiquei na casa dela um bucado de dia enquanto eu equilibrava as coisas pra puder mandar buscar a mulher e as duas crianças. Ai Deus abençoou que deu tudo certo (...)<sup>231</sup>

O Sr. Vicente veio de Missão Velha por volta de 1953, e antes de migrar para Fortaleza trabalhara, trabalhara em mercearia e matança de animais:

Eu já fiz... eu já fui marchante em Missão Velha e fui comerciante numa mercearia lá na Missão Velha. Era, que é... tudo são profissão né? Eu chamo lá marchante, aqui chama talhador de carne. Mais lá a gente é marchante mermo porque lá a gente compra, compra o porco, o boi e tudo e manda a ... e tem a , e tinha a matança, num era a, num era é matadouro, era matança que a gente chamava até num era nada registrado naquela época era tudo era assim comumente, a gente matava e pagava na prefeit... na coleturia os direitos de pagamento, mais que num tinha nada registrado que nem hoje né? Que hoje pra pessoa fazer qualquer coisa precisa-se registrar, fazer um milheiro de coisa né? Nessa época num tinha disso a gente matava lá o porco, o boi e tudo... a

---

<sup>230</sup> Idem, Ibidem.

<sup>231</sup> Entrevista com o Sr. Vicente Furtado Rocha, 20 jun.2004, Feira da Gentilândia.

**gente era dono de si (risos) hoje a gente num se manda, quem manda é os outro na gente, né Filha? (risos)**<sup>232</sup> (grifo nosso)

As práticas de trabalho, no sertão, inseriram o nosso depoente numa trajetória do sobreviver autonomamente, uma vez que o mesmo ía adquirindo os traquejos que esta "gente que era dono de si" extraia das experiências de trabalho. Com os saberes adquiridos, o Sr. Vicente viera para feira-livre, influenciado pelos parentes que o acolheram em Fortaleza:

Tinha seu Nelson que era parente da gente também e a mulher dele, por sinal era tia da mulher, da minha mulher e ele vivia de feira e ele ... aí a Ideuzite que era minha cunhada dizia assim: "Vicente, vai pra feira, seu Nelso tá lá e vai dá certo, **você é muito esperto, você já tem tarimba de comércio, vai dá certo.**"<sup>233</sup>

A tarimba de comércio o levava para feira-livre para trabalhar com cereais e laticínios:

Vendia muita coisa aqui, rapadura por exemplo era coisa que nós vendíamos, nós num vendia ovos, num vendia essas coisa ali de mel de abelha , queijo essa coisas não num se vendia isso. Era laticínio, laticínio e cereais, café. Café, vendia café (...) tinha um cidadão que vendia a manteiga itacolomi, os armazéns vendia a gente fiado sem garantia sem nada, vendia duzentos trezentos mil a gente fiado só escrito no papel. A gente era pontual, se a gente num for pontual a vaca vai po brejo (risos) porque aí num tem quem queira vender, do meio pro fim tem propaganda contra a gente né? Então a gente era pontual. Nunca demo prejuízo a ninguém de nenhum centavo.<sup>234</sup>

Provavelmente a relação comercial de "fiados, sem garantia" constituiria-se na medida que a feira e feirante se efetivavam no espaço urbano. Para esses migrantes, esse quadro foi se dando ao passo em que as relações de proximidade proporcionavam familiaridades com a cidade. Conta-nos o Sr. Vicente que em suas idas e vindas se deslocara para o Rio de Janeiro, na década de setenta, mas a saudade experimentada já indicava os laços com Fortaleza:

---

<sup>232</sup> Idem, Ibidem.

<sup>233</sup> Idem, Ibidem.

Já fui para o Rio de Janeiro! Passei lá uns oito mês cum vontade de deixar aqui , aí num deu certo. No dia que eu sentia saudade, eu num senti saudade da minha terra , sentia saudade daqui hó! (risos) **já tava disprendido de lá da Missão Velha, já sentia saudade era daqui de Fortaleza.** Foi em 1972. Eu já tava cum muito tempo, setenta e dois eu já tava cum quaze vinte ano aqui, tava cum dezenove ano né filha?<sup>235</sup> (grifo nosso)

Arrastados pela correnteza da necessidade, inseridos num espaço plural, os trabalhadores da feira experimentavam o "cruzamento de móveis" alimentado pelo que Certeau considera "unidade polivalente de programas conflituais"<sup>236</sup>, ou seja, as diversidades de espaço.

Com as migrações, saberes e experiência atuaram decisivamente na vida dos sujeitos que adentraram o universo do trabalho informal: a feira-livre.

### 3.4 Cotidiano, trabalho e sobrevivência

A feira-livre movimentava-se intensamente pelos mais variados pontos da cidade, em virtude de ela ter se tornado volante.

A paisagem das barracas, produtos expostos à venda, para estímulo dos consumidores, são resultados de trajetos silenciosos, em constante vai-e-vem. Nesses trajetos, observa-se o que se esconde nos bastidores da sobrevivência desses trabalhadores e defronta-se com o seu cotidiano.

O cotidiano da feira livre inscrevia uma rotina árdua, envolvendo os feirantes num intenso ritmo de trabalho:

Nós chegava nas feiras quatro hora da manhã e trabalhava até uma e meia da tarde, daí de Sábado começava as quatro hora da manhã e ía até nove da noite intiriço sem ter parada nenhuma né? Direto. Agora Domingo não, no Domingo nós começava as quatro hora e terminava uma e meia duas hora da tarde.<sup>237</sup>

---

<sup>234</sup> Idem, Ibidem.

<sup>235</sup> Idem, Ibidem.

<sup>236</sup> CERTEAU, Michel de. Op. Cit. p.202.

<sup>237</sup> Idem, Ibidem.

De domingo a domingo, o trabalho movimentava a vida do senhor Aloísio, senhor Farias, senhora Carmelita, senhor Vicente e dos vários sujeitos sobreviventes nas atividades da feira-livre. Movimentação sem paradeiro, reafirmada na fala do senhor Farias: "Eu num tem paradeiro. Nós só temos um dia do ano que nós para a feira: Sexta feira da paixão mais nada".<sup>238</sup>

A mobilidade extrapolava os instantes da feira. Os trabalhadores movimentavam-se também para compra dos produtos, matéria prima da feira-livre. Como era a compra e o transporte dos mesmos, uma vez que a feira era itinerante?

Mais uma vez, recorre-se à narrativa dos trabalhadores:

(...) a gente chegava quatro horas da manhã nas feira e saía uma e meia. Quando saía, ía deixar a mercadoria no outro canto aonde ía funcionar a feira no outro dia, e daí a gente partia pa ir procurar a mercadoria que agente vendia né?"<sup>239</sup>

A procura por mercadoria exigia outros deslocamentos, além dos da rota preestabelecida para o funcionamento da feira na cidade. Nesse sentido, os feirantes percorriam por vários locais a fim de que suas barracas fossem abastecidas:

Nesse tempo num tinha a CEASA né? Nesse tempo era comprado nos mercados, nos armazéns, né? E já tinha os mercados de São Sebastião, o mercado antigo velho, né? Aquelas frutas vinham direto pa feira da serra né? Vinha aquelas coisas do sertão: galinha, porco, bode. Vinha nos caminhão, vinha direto pa feira né? E as otas mercadorias de cereal, essas coisa eles compravam nos armazéns. Tinha aqueles armazéns da Conde D' Eu, governador Sampaio, eles compravam lá né? Pa abastecer. E o resto vinha de fora".<sup>240</sup>

A mesma narrativa informa as práticas de abastecimento da feira-livre, portanto, da cidade, e também visualiza os hábitos de consumo dos habitantes. A feira atuava na mediação do sertão com a cidade, oferecendo aos moradores urbanos, o consumo de outros víveres. A questão remete aos hábitos alimentares

---

<sup>238</sup> Entrevista com o senhor Francisco Farias, 24 fev. 2004, na feira do Rodolfo Teófilo.

<sup>239</sup> Entrevista com o senhor Aloísio Barbosa Viana, em 09 mar. 2004, em sua residência

e sua dimensão cultural. Como nos adverte Maria Sulamita de Almeida, a feira possui um substrato que subverte a função econômica:

Embora possuindo como pano de fundo um objetivo eminentemente econômico, a feira preenche também uma função social, enquanto veículo de comunicação e expressão da cultura do povo.<sup>241</sup>

Nessa direção, é possível a identificação de aspectos invisíveis que movem a feira-livre, dos elementos de sustentação, no espaço urbano. Com essa reflexão, nos aproximamos, indiretamente, da sobrevivência dos habitantes da cidade, dos suportes de abastecimento e do substrato cultural.

A feira, como meio de abastecimento, tem uma historicidade e não constitui numa particularidade urbana. No período colonial, quando a pecuária era atividade, por excelência, da economia cearense, as feiras contribuíram decisivamente na subsistência da população interiorana. Por intermédio dos comerciantes da feira, os vaqueiros tinham acesso aos produtos de subsistência. Esse comércio também atuava no intercâmbio de mercadorias, é que, através da feira, os habitantes de diversas áreas do sertão cearense poderiam ter acesso aos produtos de localidades distintas. Neste caso, entrava em cena outra categoria de trabalhador: os passadores de gado, conhecidos, no Nordeste, como tangerinos. Esses trabalhadores se deslocavam de fazendas com gado e se dirigiam à feira para a venda, de volta traziam fazendas (tecidos) e objetos para serem vendidos<sup>242</sup>.

Além da multiplicidade de práticas, o território também é movido por percursos e desvios. Alguns trabalhadores da feira promoviam alterações na rotina árdua de trabalho subvertendo padrões e normas de comportamento. Na narrativa do senhor Aloísio aparece situação bastante emblemática:

Agora o que acontecia depois da feira, depois do meio dia, era o sujeito vender o resto de mercadoria puma pessoa né? **Pêle ficar trabalhando**

---

<sup>240</sup> Entrevista com o senhor Francisco Farias, 24 fev. 2004, feira do Rodolfo Teófilo

<sup>241</sup> VIEIRA, Maria Sulamita de Almeida. **Feira: espaço de liberdade ou de ilusões?** 1980. Dissertação (Mestrado em Sociologia do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1980. p.103.

<sup>242</sup> VIEIRA, Maria Sulamita de Almeida. Op. Cit. p.39.

**na banca dele as vezes...** aí quando acontecia de haver confusão né? Porque o sujeito ía trabalhar, ele comprava um resto de mercadoria de fruta ou comprava um resto de peixe ou um resto de carne, o sujeito já tinha ganhado o dinheiro dele já tinha trabalhado até mei dia aí **quiria ir pro futibol, quiria beber cachaça, quiria ganhar o mundo**, aí tinha aquele resto de mercadoria ele vindia para aquele camarada, aquele camarada que comprava as veiz ele vinha criar problema porque ele ía vender disonestamente, as veiz vindia faltando o peso, as veiz vindia faltando a mercadoria, as veiz tava já quaz hébrio, cumeçava cum palavrão, cum coisa dento da feira, cum apilido, aí esses trazia pobrema né? Mas aí a Associação entrava em atividade, o administrador, o fiscal prindia tirava ele da feira quer dizer, era o que as vezes acontecia isso, as vezes né?<sup>243</sup>(grifo nosso)

A "confusão" enuncia enredos de fuga da rotina de trabalho. Para alguns feirantes que empreendiam ações diversas das do trabalho de cada dia, mover-se em direção ao "futibol", "beber cachaça" e "ganhar o mundo", por fim, significava fazer negociações e, nessa medida, "vendia para aquele camarada" o "resto da mercadoria".

Por outro lado, o recurso instaurava os golpes no tempo do trabalho ritmado pela estrutura de funcionamento da feira livre e entrava em conflito com as noções de comportamento do feirante e suas responsabilidades. Esta última questão era mediada pela maneira de ser e estar no espaço. Nesse sentido, o que sobressai são os valores atribuídos à dignidade do trabalho honesto. No contexto deste estudo a honestidade dos feirantes fora posta em questão, com a polêmica dos pesos e medidas, quadro que, provavelmente, contribuiu para reafirmar as noções de dignidade do trabalho honesto.

Não obstante, o acesso às atividades, como "futibol", era possibilitado pela ocasião forjada na transgressão, isto é, "as leis internas do lugar", segundo que, ausentar-se sem motivos plausíveis acarretava desdobramentos, por exemplo, levar o caso às reuniões ordinárias da Associação para providências. Nessa direção, há outro episódio registrado na ata da Associação. Era o caso da retirada de barracas de cerealistas, sem justificativas prévias, sendo que tendo conhecimento, através da reunião, a diretoria garantia que o assunto seria "resolvido em outra oportunidade":

---

<sup>243</sup> Entrevista com o senhor Aloísio Barbosa Viana, 09 mar. 2004, em sua residência.

O sócio Valdemir Façanha falou a respeito dos cerealistas que estavam deixando de acompanhar as feiras recolhendo suas barracas sem nenhuma comunicação por parte dos mesmos. Idêntica observação foi feita pelo sócio Durval Façanha, ficando o assunto a ser resolvido em outra oportunidade e a respeito a esta comunicação o senhor Eber Lima, um dos feirantes a retirar sua barraca da feira, alegou o seu estado de saúde não permitir, no momento, a sua permanência na feira, tendo sido ouvido atentamente e foi aceito sua tese.<sup>244</sup>

É possível que contendas e intrigas pessoais tenham mediado a "comunicação" com a Associação. Infelizmente, superficialmente é que podemos acessar a questão através de fragmentos, vez que, ao serem registrados em atas, os detalhes foram suprimidos. No entanto, há pistas dos conflitos que entremeavam a vivência no trabalho de cada dia, na feira-livre, e fazem pensar o conteúdo simbólico circunscrito ao trabalhador e ao trabalho na feira.<sup>245</sup>

A ausência à feira, em ambos os casos, era tida como quebra dos princípios da responsabilidade, portanto, das obrigações cotidianas. A questão repercutia como contrariedade às noções que conferiam positividade ao trabalho, considerado o dever primeiro do um indivíduo. Estas noções, no entanto, são definidas a partir de experiências concretas de sujeitos que, de algum forma, experimentaram a submissão como tática de sobrevivência em que a valorização do trabalho era o principal ingrediente.

A questão levou às práticas discursivas de afirmação do valor do trabalho, no sertão, no final do século XIX. No diálogo com a literatura, Ivone Cordeiro apresenta os elementos encarnados no discurso literário articulados à necessidade do aumento da massa de trabalhadores camponeses na "expansão da atividade agrícola". Essa reflexão, aparentemente distante do nosso objeto de estudo, nos aproxima dos valores da ética de trabalho que percorreram as fronteiras

---

<sup>244</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 19 ago. 1964.

<sup>245</sup> Segundo Thompson, o exame de situações atípicas permite ao historiador adentrar no universo onde as normas estariam inseridas: "(...)Geralmente, um modo de descobrir normas surdas é examinar um episódio ou uma situação atípicos. Um motim ilumina as normas dos anos de tranqüilidade, e uma repentina quebra de deferência nos permite entender melhor os hábitos de consideração que foram quebrados. Isso pode valer tanto para a conduta pública e social quanto para atitudes mais íntimas e domésticas.(...)" THOMPSON, E. P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2001. p.235.

de tempo e espaço, dos processos de incorporação da dominação e submissão, como valores sociais, que passaram a atuar decisivamente no universo do trabalho e na configuração de identidades sociais. Segundo a autora, os literatos, no limiar do processo:

(...)foram construindo uma imagem não somente física do trabalhador, mas também deram certos indícios da instauração de uma nova 'ética' do trabalho, em que a liberdade como valor exaltado quando se referia à liberdade pastoril, abriu espaço para a ênfase de outros atributos do trabalho e do trabalhador.<sup>246</sup>

Nesse sentido, as vantagens do trabalho são evocadas sob as expressões "dever primeiro", "trabalho honrado", no contexto em que a rejeição ao trabalho disciplinado era força atuante, no sertão cearense, no final do século XIX. Nesse processo, foram se instituindo as práticas discursivas em torno da positividade do trabalho, que, por sua vez, incorporava o sentido bíblico, ao mesmo tempo em que se imbuía de novos conteúdos e significados, ao passo que o trabalhador camponês ganhava espaço na metáfora bíblica da sobrevivência humana, na dimensão em que o sustento era retirado do suor do rosto.

Nessa direção, observa Barbosa, o trabalho ganhava o lugar de predestinação aos pobres, redefinindo relações, em que a exploração do trabalhador se configurava como imperativo:

Por esses processos históricos é que foram se engendrando as novas formas de relação parceira entre proprietários e trabalhadores, principalmente nos seus conteúdos e significados. A parceria agrícola vai-se instituindo, enquanto experiência social, como relação de sujeição e como mecanismo de exploração do trabalhador e de apropriação, pelos fazendeiros, dos frutos do trabalho daquele.<sup>247</sup>

Não somente novas formas de relação se instituíram, nesse processo, mas, acrescentados novos conteúdos por intermédio das práticas discursivas de engrandecimento do trabalho, com atuação decisiva na construção do imaginário

---

<sup>246</sup> BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Sertão:um lugar-incomum**: o sertão do Ceará na literatura do século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2000. p.121

em que prevalece a satisfação diante da possibilidade de assegurar a sobrevivência.

Estes traços estão inseridos no mundo do trabalho e do trabalhador e circunscvem o universo mais amplo do que as práticas sociais do campo. Isso é possível pelos deslocamentos espaciais, com migrações dos sujeitos em ritmo dinâmico que ultrapassa limites geográficos, pondo em relação modos de vida distintos. A sobrevivência urbana é, portanto, entrecortada de tentativas de reajustamento diante do novo e o inesperado, sem que antigas posturas e aspirações sejam abandonadas.<sup>248</sup>

Não se perca de vista a condição de migrante de parcela significativa de trabalhadores feirantes, a positividade do trabalho se revela como algo primordial na dimensão em que é reafirmada em oposição ao ócio. Retomando a fala dos depoentes, verificam-se estes traços:

No interior a gente tem que trabaiair num é? A gente tem que trabaiair porque a gente tinha que arranjar o pão de cada dia que todo mundo trabaiaiva e num era só eu não, eu tinha. parece que nós era dez irmão, tudim trabaiaiva.<sup>249</sup>

---

<sup>247</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>248</sup> Raymond Williams nos adverte quanto as particularidades e inter-relações que envolvem o campo e a cidade. De acordo com este autor, trata-se de "uma experiência social concreta não apenas do campo e da cidade, em suas formas mais singulares, como também de muitos tipos de organizações sociais e físicas intermediárias e novas" Nesse sentido temos refletido em nosso trabalho sobre as experiências sociais destes sujeitos do sertão que se radicaram na cidade. E sem abandonar as questões levantadas por Raymond Williams temos atentado para as vivências na cidade enquanto uma experiência entrecortada por valores e costumes constituídos concretamente a partir das relações compartilhadas tanto no campo quanto na cidade. De acordo com Raymond Williams os trabalhadores do campo que migraram para a cidade em circunstâncias dramáticas, no caso a expulsão das terras, não aprenderam a "radicalizar-se" neste sentido "o que aprenderam, em circunstâncias mudadas, foi uma série de novas formas de organização, novas diretrizes, confirmando e ampliando uma velha postura de ressentimento, independência e aspirações." Esta reflexão é acentuada por uma questão extremamente relevante que é a de tentar compreender em que medida a experiência rural nas várias dimensões que havia envolvido a vida no campo teria atuado a favor ou contra esses trabalhadores "em sua luta para ajustar-se" Acorada nesta reflexão, o diálogo com as fontes tem nos confrontado com práticas sociais intermediadas pelas vivências no sertão. Entendemos que somente enveredando pelo viés cultural onde habita os valores, aspirações e visões de mundo é que as formas de atuação e de inserção na cidade se tornam compreensíveis. WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na História e na Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.364.

<sup>249</sup> Entrevista realizada com a senhora Francisca Vieira da Silva em 20/06/2004 na feira da Gentilândia

indagado sobre a idade em que começara a trabalhar, o senhor Farias é incisivo quanto à positividade dessa experiência de vida: "Sete ano. Sete ano de idade. Meu pai me levava pro roçado e desde esse tempo pra cá num parei té hoje, graças a Deus."<sup>250</sup>

O trabalho de domingo a domingo era intensa, como já mencionamos anteriormente, sendo que as possibilidades de interação com outros espaços, além mundo do trabalho, pareciam bastante restritas.

As reformas urbanas do final dos anos sessenta, impressões sobre a cidade e a rotina de trabalho são postas em relevo pelo senhor Aloísio:

Como nós, partia pra nós ir, ía buscar cana no sítio em Aquiraz, ali Pecém por ali nós ía procurar nossos produtos pa trazer, pa vender noutro dia né? Quando acabava. **Quer dizer, pouco a gente tinha interesse, pouco agente tinha aquele laço de andar dentro da cidade,** de procurar ver as coisas né? Num tinha porque a gente trabalhava de mais né? Num tinha tempo de olhar coisa nenhuma né?<sup>251</sup> (grifo nosso)

Estar na cidade era experiência entrecortada pelo trabalho de cada dia, a subtrair possibilidades de outras vivências no espaço urbano, e pelos significados do trabalho na construção de formas de sobrevivência. A "ausência de interesse", apresentada nesta narrativa, revela a força atuante das representações em torno do trabalho honrado.

É curioso como essas representações transpuseram as fronteiras espaciais e temporais, atuando decisivamente na construção do imaginário em torno do trabalhador sertanejo. Em crônica sobre Fortaleza, dos anos 40, Chabloz apresenta, com riqueza de detalhes, o cotidiano de trabalho dos sertanejos no centro da cidade:

Um após outro, os jumentinhos são libertados de seus grandes e pesados cestos, que são depositados no calçamento mesmo, ou na calçada. Aí se expõe, com cuidado, as mangas suculentas, verdes ou douradas; os mamões sumarentos e esses limõezinhos incrivelmente

---

<sup>250</sup> Entrevista com o senhor Francisco Farias, 24 fev. 2004, feira do Rodolfo Teófilo.

<sup>251</sup> Entrevista com o senhor Aloísio Barbosa Viana, 09 mar. 2004, em sua residência.

minúsculos, mas tão cheirosos; as pesadas espigas de milho, os tomates vermelhos e as batatas- doces, os tijolos de rapadura, a tradicional farinha de mandioca, os queijos brancos e esses maravilhosos caju nordestinos, dos quais os amarelos e os vermelhos esplêndidos lembram os pimentões brilhantes e que todo cearense que se preza gosta de chupar , degustando um trago de aguardente queimante. Uma página inteira me seria necessária, aqui, para enumerar e descrever todas as belas e boas coisas que, dia a dia, o Ceará caboclo vem oferecer ao Ceará urbano.<sup>252</sup>

Por intermédio do trabalhador camponês, o Ceará caboclo adentra a cidade:

Enquanto no horizonte, em leves manchas de um cinza- azulado, delicadamente leitoso, já se esboçam os primeiros clarões do alvorecer, no azul-anil noturno dançam, aqui e ali, pequenas e alegres chamas: são as lamparinas dos vendedores ambulantes de café com bulachinha e outros bolos. São humildes lâmpadas a gás, ou mesmo a óleo, às vezes, tais como deveriam ser, no tempo de Cristo, as da virgens da parábola. À medida que terminam de pôr em ordem seus produtos, um a um, os camponeses estendem sobre o solo uma coberta, um saco ou uma dessas encantadoras esteiras, tão lindamente tecidas com palhas de carnaúba. Depois se deitam e se abandonam a um semi-sono cheio de inocente fantasia. E é assim que, calmos e pacientes, esperam a chegada do dia que será também a vinda dos fregueses.<sup>253</sup>

O exame das atividades dos camponeses, no espaço urbano, no aspecto bucólico, permite apreender conteúdos e significados das expressões: "calmos", "paciente", pela proximidade com as utilizadas, em períodos anteriores, para atribuir positividade ao trabalho e extrair do trabalhador conduta de resignação, instituindo-se, por sua vez , os papéis normativos em que as relações de poder se estabelecem.

Prosseguindo a descrição das pessoas e espaços, ao se encerrarem as atividades de trabalho nas mediações do Mercado Central, o autor recorre a expressões como "sem pressa", "sem esmorecimento" reforçando, por sua vez, a condição de resignação dos trabalhadores camponeses:

---

<sup>252</sup> CHABLOZ, Jean-Pierre. **Revelação do Ceará**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1993. p.28.

<sup>253</sup> Idem, *Ibidem*.

(...) Na Rua Conde d' Eu , os camponeses da noite escoam, agora, seus produtos, **sem pressa**, mas **sem esmorecimento** , pois o Ceará não é uma Normandia e seus camponeses sabem demais com que dificuldades a terra lhes entrega seus tesouros.<sup>254</sup> (grifo nosso)

Essa reflexão nos aproximara, portanto, dos conteúdos simbólicos do imaginário dos feirantes em torno do trabalho e do trabalhador. Analisando as suas formas de atuação, é possível perceber em que dimensão esses valores foram incorporados e/ou reelaborados.

---

<sup>254</sup> Idem

## CAPÍTULO IV

### PESOS... MEDIDAS...

#### 4.1 Desafiando trajetórias: os impostos em questão

O trabalho dos feirantes era perpassado de outras experiências que instauravam encontros distintos dos da feira-livre, com barracas e movimentação de pessoas misturadas à polifonia.

O trabalho intenso tinha pausa, num domingo de cada mês, para dar lugar às reuniões da Associação dos Feirantes. Os encontros nesse espaço compreendiam a elaboração de muitas tramas que se desenrolavam em movimentações intensas pela cidade, organização de festejos, improvisações múltiplas mediadas por desejos e possibilidades.

No rastro dessas experiências, nos deparamos com questões significativas para compreendermos a dinâmica do universo dos feirantes e nessa direção fomos ao encontro das sessões ordinárias realizadas regularmente na associação, dos festejos comemorativos do dia do feirante e dos trajetos empreendidos a fim de extrair benefícios para a categoria. São experiências que põem em relevo valores e visões de mundo dos trabalhadores. Nada mais significativo do que as experiências para nos ajudar a rastrear pensamentos, como adverte Williams: "experiência encontra um material que corporifica os pensamentos".<sup>255</sup>

Nossa incursão inicia-se a partir de uma das sessões ordinárias da Associação dos Feirantes. Em outubro de 1967, os feirantes se achavam reunidos, na sede, para tratarem de assuntos de interesse da categoria. No primeiro momento, deparamos com uma atmosfera de contentamento com o

---

<sup>255</sup> WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade**: na história e na literatura. tradução Paulo Henrique Brito. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.15.

anuncio do recebimento de ofícios expedidos por autoridades locais congratulando-se pelos festejos que a entidade havia realizado no mês de agosto, em celebração ao dia do feirante.

Parece que passou despercebido que as congratulações das autoridades se davam com certo atraso. O certo é que somente dois meses depois as homenagens chegaram. Lapso das autoridades? Quem sabe... Talvez seja mais significativo considerarmos a receptividade dos trabalhadores diante da ação das autoridades, no envio de correspondência, em forma de ofício, à entidade. Quem sabe a repercussão seja de outra ordem? Materialização de um reconhecimento? Distinção, sobretudo? Olhar por este prisma parece relevante. Neste sentido, Bordieu nos abre um campo de possibilidade de interpretação, ao falar dos significados que entrecortam a experiência da percepção dos sujeitos no mundo, na dimensão que envolve o tornar-se visível para os outros, ou seja, "um ser que existe fundamentalmente pelo reconhecimento dos outros"<sup>256</sup>. É no reconhecimento que o mundo social se desenrola enquanto representação e vontade em que "existir socialmente é também ser percebido como distinto".<sup>257</sup>

A partir daí somos impelidos a indagar sobre a inscrição da vontade e da necessidade de distinção e sobre seus contornos na visão de mundo dos trabalhadores feirantes. Quais os significados do reconhecimento nas experiências desses trabalhadores?

Parte da questão pode ser desvendada no diálogo com as narrativas dos trabalhadores feirantes em que se depara com a problemática de reafirmação da feira, como espaço de conjugação de pessoas de poder aquisitivo elevado incluindo-se também os políticos locais. Os feirantes se referem à feira como espaço que "servia a todo mundo".

Qualificar a feira como espaço "que servia a todo mundo", ou seja, ponto de intercessão para os segmentos distintos da sociedade, constitui investida que implica conceber a feira como "lugar distinto", na cidade. Sob essa percepção, a freqüência dos consumidores é mediada, sobretudo, pelos atributos que diferem a feira de outros espaços, no sentido do que ela possibilita para os habitantes locais.

---

<sup>256</sup> BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.117.

A particularidade da qualificação remete à reflexão de Bordieu sobre as classificações e suas interconexões com o que ele chama de "funções práticas" que visam justamente à produção de um efeito. Neste sentido, os critérios para classificar são objetos de representações mentais, ou seja, atos de percepção, de apreciação, de conhecimento e reconhecimento em que os sujeitos investem interesses, de modo que encontram algum suporte, aqui o autor inclui emblemas, bandeiras insígnias ou atos, estratégias voltadas para uma manipulação simbólica, a fim de "determinar a representação mental que os outros podem ter destas propriedades e dos seus portadores".<sup>258</sup>

Se considerarmos as tensões envolvendo a imprensa e os discursos de desqualificação da feira-livre, bem como as arbitrariedades dos poderes públicos, no período que se insere os nossos estudos, podemos compreender os significados das narrativas dos trabalhadores feirantes quanto à preocupação incisiva com a reafirmação da feira como espaço dotado de qualidades especiais, sobretudo, pela freqüência dos mais variados segmentos da sociedade e, em especial os ricos da cidade.

Na medida que se examinam as práticas sociais desses trabalhadores, aproximamo-nos das formas de reconhecimento de si e de como almejam ser percebidos pelos políticos e pela sociedade. Nas suas experiências de trabalho, o ser percebido como distinto tinha um significado bastante peculiar.

Na sessão ordinária de outubro de 1967, observamos não só contentamentos, mas certa animosidade em virtude da leitura de matéria publicada no jornal Correio do Ceará, no dia 21 de setembro, intitulada "O Engodo da Feira-Livre". A leitura do jornal foi seguida da apresentação de nota "oficial da Associação dos Feirantes em defesa de todos aqueles que fazem as feiras livres de Fortaleza"<sup>259</sup>, em resposta ao conteúdo publicado no jornal. A indignação era

---

<sup>257</sup> Idem, *Ibidem*.. p118

<sup>258</sup> Idem, *Ibidem*.p112

<sup>259</sup> Os trechos que seguem estão reproduzidos na íntegra de acordo como foram registrados nas Atas da Associação. Em todos os momentos em que as Atas forem citadas, o procedimento é o mesmo. Neste sentido, a grafia está de acordo com os originais. Optamos por este procedimento por entender que a materialização da escrita é entrecortada por uma necessidade de reprodução dos princípios burocráticos incorporados a partir dos contatos com os políticos e com as instâncias burocráticas em que circulavam os trabalhadores feirantes. São visíveis, nos registros da

tal que alguns feirantes chegaram a cogitar a criação de um sindicato. Qual o conteúdo da referida matéria?

Apesar de a matéria do jornal ter sido citada no capítulo anterior, existem trechos por nós omitidos que valem a pena ser explorados neste momento a fim de que se possa compreender as questões que circulavam o universo do trabalho de cada dia dos feirantes e como a necessidade de distinção e reconhecimento se inscrevia entre esses trabalhadores.

Trata-se da mesma crônica que fazia menção às mulheres ricas que iam à feira-livre para "gastar" o dinheiro de forma indistinta, segundo Caio Cid. O fato é que o autor fazia uso de expressões como "imundos", "feios", "indecentes" e "ilícitos", com o intuito de desclassificar socialmente o trabalho e o trabalhador e, por extensão, a própria feira. O próprio título já é bastante elucidativo neste sentido: "O engodo da feira livre".

Engodo é expressão que remete ao ato de seduzir, enganar a outrem. É curioso como a noção de engodo é inserida na crônica ao utilizar a presença feminina na feira-livre, como argumento inicial que abre passagem para outros, com o intuito de desqualificar a feira-livre e os feirantes.

---

Associação, os substratos de uma cultura iletrada indicando um falar particularizado pelas vivências de quem habitou o sertão. "(...) O expediente constou à leitura de dois, 2 ofícios um dirigido pelo pres. Da Camara Municipal de Fort. E outro dirigido pelo 1º primeiro Secretario daquele poder legislativo municipal congratulando-si (sic) com aquele grande acontecimento que foi o 25 de agosto o dia do feirante de Fort.,(sic) ainda como espediente (sic) foi lido uma nota do sr. Caio Cid através do correio do Ceará do dia 21 de setembro cujo título era o engodo da feira livre em seguida foi lida uma nota oficial da associação dos Feirantes em defesa de todos aqueles que fazem as feiras livres de Fort. (sic) O pres. Pede a opinião dos Diret. Sob o assunto falou o sr. Nelson Firmino Rodrigues disendo (sic) não precisar mais incentivar esta campanha pois a nossa nota era suficiente o sr. Fcº Azevedo com a palavra disse da mesma maneira que estava bom a nossa resposta dada ao sr. Caio Cide e ao público de Fort. O Sr. Eder Lima dos Santos apela para Sindicato para os feirantes. Ficou certo uma reunião para o dia 17 do corrente para tratar do ass. Falou o Sr. Ataufo Leão tecendo considerações sob sindicato ouve troca de idéias entre o Sr. Ataufo Leão eo Sr. Eder Lima dos Santos . O Sr. Pres. Rdº N. Oliveira disse que tanto Ass. Como Sind. Estariam pendente a pagar tributo em seguida o Sr. pres. Comunicou aos presentes que já tomou posse o novo secretario da Fazenda convidando os diretores para irem em visita aquela autoridade que foi realizada no dia 12 do corrente com 8 diretores, designou uma comissão de 4 Diret. Para visitar o Secret. Do fomento e Abastecimento tratando de ass. De feira (...)” ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Atas da sessão ordinária de 05 out. 1967.

Inicialmente, o cronista se volta à movimentação, nos finais de semana, da feira da Gentilândia destacando a presença das senhoras, de poder aquisitivo elevado, que recorrem ao espaço para exibir suas vestes, qualificadas pelo cronista como masculinas pelo fato de as mulheres estarem usando calça comprida. O comportamento “reprovável” dessas mulheres é posto em relevo como indicativo da displicência e do descaso com o que ocorria com o preço dos produtos vendidos de forma ilícita pela “desonestidade dos barraqueiros”. Sob a ótica do cronista, é pelo desejo de exibicionismo das mulheres que se exclui a possibilidade de percepção da má conduta dos feirantes.

O autor prossegue recorrendo ao argumento de que a feira-livre havia sido criada como suporte de abastecimento dos pobres e quase pobres indicando, portanto, que as pretensões iniciais, quanto à criação das feiras-livres, haviam sido extrapoladas pelas práticas de apropriação do espaço por consumidores de condição social diversa. Mas os pobres e quase pobres, sob a visão do cronista, estavam adotando conduta bastante próxima à das mulheres abastadas quanto ao descaso com as irregularidades praticadas pelos feirantes, caso em que a desatenção dos pobres é associada à ignorância:

O que o povo ignora é apenas isto: a feira-livre não é lugar de barateamento do custo de vida. Eis o grande engano. Pelo contrário: é uma emboscada contra a bolsa do povo, uma ladroeira oficiosa, isto é: uma ladroeira despolicada e ainda por cima protegida pelos poderes públicos. Digo protegida porque a feira-livre não paga impostos, não paga aluguel pelo local que ocupa.<sup>260</sup>

A "ladroeira oficiosa" põe em evidência inquietação em relação à feira-livre que não é particularidade do período, refere-se ao não pagamento de impostos. O ressentimento dessa fala, quanto à isenção de impostos, é uma questão que precisa ser analisada, no sentido que se percebiam as condições de sua permanência no período.

O pagamento de impostos constituiu dilema dos trabalhadores da feira-livre, em períodos anteriores e posteriores à publicação da crônica, e no último

---

<sup>260</sup> Idem, *Ibidem*. p.4.

caso, esteve atrelado aos conflitos que mediaram a transferência da feira da Gentilândia para outro local. Esta questão emerge no discurso do cronista a fim de alimentar ressentimentos entre os que interferiam decisivamente na existência da feira-livre: os consumidores. Os apelos, neste sentido, recorriam ao aspecto mais frágil para os feirantes: o bolso dos consumidores. É nesta medida que a isenção de impostos é apropriada para acrescentar, à noção de engodo, o tom depreciativo à feira.

A relevância da isenção de impostos é perpassada por ocultamentos que vale a pena ser esmiuçados. Primeiramente, é importante considerá-la como parte integrante dos ganhos obtidos pelos trabalhadores feirantes no contexto de efetivação da feira (com a estrutura que ela apresentava nos anos sessenta), que também possibilitou a incorporação dos sujeitos "beneficiados" com a isenção e que fizeram parte da trajetória inicial e passaram a compor grupo específico de feirantes que se autodenominam "primeiro grupo", ou seja, os feirantes que seguiam itinerância que culminava na Praça da Gentilândia para compor a feira de mesmo nome. O Jornal reporta-se especificamente a esse grupo de trabalhadores que inscreviam teias de deslocamentos e despontavam as paisagens das barracas em zonas pontuais da cidade.<sup>261</sup>

Neste sentido, é necessário reiterar que as dificuldades de abastecimento local levaram os poderes públicos a tomar medidas para que a cidade de Fortaleza tivesse uma feira organizada; entre as de maior eficácia, estava a isenção de impostos. Não se esperava, no entanto, que a feira-livre alcançasse grandes proporções, como nos anos sessenta e setenta. A questão foi experimentada de forma bastante ambígua pelos feirantes. Dado o sucesso das vendas e a ampliação do papel da feira na cidade, enquanto significativo suporte de abastecimento, a isenção de impostos era vista de outra maneira pelo poder

---

<sup>261</sup> De acordo com os depoentes, a organização em torno do primeiro grupo se deu a partir do momento em que a feira passou a ser itinerante onde um grupo de feirantes percorria por locais específicos da cidade em determinados dias da semana sendo que no sábado e no domingo atuavam no Benfica, na Praça da Gentilândia. O grupo ainda persiste em nossos dias sendo que a multiplicidade de locais destinados as feiras livres ampliou significativamente o número de feirantes e a proporção é tal que o primeiro grupo analisado em nosso trabalho não mantém contato ou proximidade com os demais feirantes de Fortaleza e muito menos com a Associação Beneficente dos Feirantes de Fortaleza organizada com a participação deste grupo de feirantes.

público. A visibilidade da expansão levantava suspeita de ganhos desenfreados, e, neste caso, quantas barracas, quantas sacas de cereais e quantos homens e mulheres trabalhando serviam de parâmetro para o olho clínico dos poderes públicos.

Essa questão é realçada na lembrança de um dos nossos depoentes. Ao referir-se aos anos sessenta, o senhor Aloísio apresenta o crescimento da feira-livre pondo em relevo a polêmica da cobrança de impostos:

Aí cumeçou Assiz Bezerra, como secretário naquela época, antes de ser prefeito, ele queria cobrar o imposto, por cima de tudo. Que ali era um consumo de mercaduria grande né? E Virgílio não deixou porque disse: nós já pagava o imposto de mais cum transporte duma feira pa outra, trazer lá da Cond D'eu pa Gentilândia, trazer da Gentilândia pa Carlio, Kilômetro Oito. E aí, nós ia transportando pa cada feira né? Quer dizer, aí a despeza era grande no carro né? Pa transportar já era pago o imposto né? E graças a Deus enquanto o Virgílio foi governador ninguém nunca pagou, e até hoje ninguém nunca pagou, imposto de mercaduria né? A esposa, mulher de Virgílio Távora, Dona Luíza Távora, ela disse que quiria ser a madrinha da feira livre para que enquanto ela fosse viva, fosse autoridade, a primeira dama, ninguém pagaria um centavo de feira livre. E graças a Deus, até hoje, ninguém nunca pagou um centavo né?<sup>262</sup> (grifo nosso)

Houve tentativas de cobrança de impostos, nos anos que antecederam a publicação da Crônica, sendo significativo considerar que, até este momento, a mesma não havia sido efetuada. Displicência das autoridades? Desonestidade dos trabalhadores? Ou conquista dos mesmos? Mais significativo ainda é considerar que a questão é recobrada em contexto de carestia, em que a alta de preços, na feira, é anunciada como prática desenfreada, resultante de condutas indesejáveis dos feirantes, nas vendas, de modo que os preços elevados eram injustificáveis por conta da isenção.

O não pagamento de impostos era motivo de tensão para os trabalhadores da feira, dificilmente experimentada com comodidade, como o jornal pretende insinuar. Nos anos sessenta, o fato foi intensamente debatido nas reuniões da Associação, pois era de interesse das autoridades implementar a

---

<sup>262</sup> Entrevista com o senhor Aloísio Barbosa Viana, 09 mar. 2004, em sua residência.

cobrança de impostos. Em julho de 1964, em sessão ordinária, encontram-se em pauta do dia, a problemática dos impostos:

O senhor presidente voltado para o problema em que se acha os feirantes, **ameaçados de pagar todos os tributos cobrados pela secretaria do Estado**, resolveu de comum acordo com os presentes apelar para os poderes públicos no sentido de um melhor entendimento, visando uma melhor fórmula na aplicação destes tributos. Assim sendo, o senhor presidente designou duas comissões para procurar o Secretário de Fomento e Produção para convidar o deputado Temístocles de Castro e Silva para fazerem um convite ao Vereador Aluizio Correia. Todos estes convites para uma reunião na próxima Quinta-feira dia 23/07/64 na sua sede provisória.<sup>263</sup> (grifo nosso)

Percorrer vias institucionais e estabelecer mediações é a alternativa vislumbrada pelos feirantes. Apelar aos poderes públicos tem dimensão bastante complexa, na prática social dos trabalhadores, é que se traduz em expectativa de proteção, investida que, entre outras coisas, veio fazendo parte da trajetória de luta. Por isso, percebe-se mais que uma aspiração instantânea, fugidia, efêmera, portanto. Talvez se possa falar de seus valores a partir de suas práticas.

O apelo sugerido implicava, entre outras coisas, atrair aliados, protetores da causa, e eleger possíveis protagonistas que atuariam nas esferas dos "melhores entendimentos". Trata-se de prática eventual ou de uma modalidade de ação? Todos os indícios têm levado à percepção de que se trata da segunda opção.

A mediação dos poderes públicos é percebida pelos trabalhadores como algo decisivo e, não só no episódio dos impostos a questão ganha visibilidade, mas em situações várias como: a obtenção de um terreno para a sede própria da Associação, a aquisição de materiais para a construção do prédio da sede etc.

As mediações são entrecortadas por relações de dependências pelo modo como a dominação é percebida e vivenciada. Esses traços observados nas práticas sociais dos trabalhadores feirantes só podem ser compreendidos nas esferas de seus valores. Talvez seja mais coerente levar-se em conta a condição

---

<sup>263</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 19 ago. 1964.

de migrante dos trabalhadores e, neste sentido, a experiência de deslocamento é significativa para pôr em relevo os substratos de suas visões de mundo.

Nesta direção, somos levados a concordar com a afirmação de Williams sobre a incorporação de valores adquiridos, sobretudo na vivência familiar: "vemos e aprendemos com base no modo como nossas famílias vivem e se sustentam"<sup>264</sup>. Viver e se sustentar, na experiência social do sertão, implica, entre outras coisas, lidar com potentados. Nesta medida, César Barreira observa que o sertão se configura como um espaço onde os proprietários rurais atuam como "o único elo de ligação entre os camponeses e o 'mundo político', entre os camponeses e o 'mundo econômico' ou entre os camponeses e o 'mundo das leis'"<sup>265</sup>. É por esse caminho que a dominação dos proprietários se reproduz e põe em relevo a dependência que, segundo o autor, é travestida de valores como respeito, gratidão, proteção, ou mesmo, configuração de relações paternas no sentido familiar pai/filho. Trata-se de traços que marcam decisivamente a ordem social dominante. De acordo com Barreira, os elementos de dominação se inserem no campo através do mundo do trabalho:

É o 'fornecerem migalhas' e o 'morar de favor' que projetam a instituição da dependência que se forma no sertão. A dependência, pilar da dominação tradicional no campo, tem sua base no direito de trabalhar e morar em uma terra que não lhe pertence e receber fornecimento ou adiantamento para cultivar e manter sua família.<sup>266</sup>

O direito de trabalhar inscreve sobrevivência e assume espaço significativo nas experiências dos habitantes do sertão. É nesta instância que ocorre o que Williams chama de um "aprender a conhecer e a dar valor à vida tradicional e a sentir as tensões por ela impostas"<sup>267</sup>. As formas de sustento de cada dia estão imersas nesta cadeia. Das múltiplas relações, os indivíduos tiram saberes e constroem suas visões de mundo.

---

<sup>264</sup> WILLIAMS, Raymond. Op. Cit. p.271.

<sup>265</sup> BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder**: conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.,1992. p.18.

<sup>266</sup> Idem, Ibidem. p.22-23.

<sup>267</sup> Idem, Ibidem.

Os valores adquiridos, nessas relações, não se perdem nas experiências de deslocamentos, mas se revelam significativos na forma como a cidade é vivenciada. Talvez possamos falar sobre velhas posturas que se reafirmam ou se ampliam. Para quem migra, viver na cidade é uma experiência de reelaboração e ou reafirmação de noções adquiridas nas vivências que antecederam os deslocamentos. Sob várias circunstâncias, o espaço urbano é experimentado pelas relações estabelecidas e interconexões com o sertão – a dependência é uma delas.

As interconexões se revelam com os hábitos de consumos de gêneros alimentícios, vindos do sertão, mediações estabelecidas com os poderes públicos e políticos locais. São situações que evidenciam encontros, no caso, encontro de referências pessoais.<sup>268</sup>

Quanto o grupo de trabalhadores feirantes, é significativo considerar como se configurou a experiência de efetivação da feira como instrumento que possibilitou os indivíduos viver e permanecer na cidade. O fato de a feira ter se efetivado com a interferência dos poderes públicos, quando estava em jogo assegurar o abastecimento da cidade, com expectativas de notoriedade da, parece ter repercutido entre os feirantes sob outra ótica, ou seja, como concessão de direito ao trabalho. Neste sentido, é possível verificar uma constante expectativa de retorno, de modo que outros "benefícios" pudessem ser extraídos. Torna-se compreensível a receptividade das congratulações dos políticos em relação aos festejos do dia do feirante. A questão é bastante elucidativa no sentido de se pensar as representações dos feirantes em relação aos políticos.

Retome-se o dilema da cobrança de impostos. Pelas Atas da Associação, pode-se observar que, no ano posterior, o impasse permaneceu. Na sessão ordinária de janeiro de 1965, os feirantes recebiam, na Associação, o Deputado que, junto ao governo, fazia as possíveis interferências em favor dos feirantes quanto à taxaço de impostos:

---

<sup>268</sup> Arantes, Antônio Augusto. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Rio de Janeiro, IPHAN, n.23, 1994.

(...) o porta voz das pretensões dos feirantes ao governador foi confiado na pessoa do ilustre Deputado Abelardo Costa Lima o mesmo representante sugeriu (sic) que poderia apresentar um projeto lei isentando o feirante de impostos, no caso do feirante se mobilizar, então tomará vulto no estado no caso a lei sancionada pelo governo.(...)<sup>269</sup>

O problema da cobrança de impostos é perpassado por constante busca de possíveis aliados. Percorrer as vias institucionais constituiu modalidade de ação recorrente, no sentido de fazer com que os poderes públicos recuassem e a isenção de impostos permanecesse.

Sugere-se que a continuidade da isenção de impostos envolveu ações várias, uma vez, que na órbita dos conflitos, estava o desejo de exercer controle sobre a circulação de mercadorias, na feira-livre. Nos informes da conversa com o secretário da Fazenda, o Deputado Abelardo prossegue apresentando os procedimentos que deviam ser adotados com este intuito:

Falou o Deputado Abelardo abordando todos os pontos da entrevista com o secretário da Fazenda, o Secretário tem na compreensão de que existe o falso feirante, receberá a inscrição com apresentação de identidade e ofício da A. B. F. F. e acompanhado do livro de compras dentro do prazo de 45 dias de lançamento a secretaria irá passar o visto para poder aplicar a taxa, ressalta o Deputado. **O feirante não pode se igualar com o comerciante estabelecido, o que devemos é trabalhar com honestidade para merecer a confiança da Fazenda e do Governo.** Disse o general: não se enganem vocês irão ser vigiados, fiscalizados a todos os momentos. A Diretoria da A . B. F. F. frizou ao general que deposita toda a confiança no senhor secretário o quanto voz confiais em nós, terminou as suas palavras.<sup>270</sup> (grifo nosso)

Dar confiança aos poderes públicos com "trabalho honesto" é antes de tudo um princípio de distinção. É provável que, com essas expectativas, estivesse em jogo a obtenção do máximo de efeito com o mínimo de conflito, no sentido de que a diferenciação entre feirantes e comerciantes, estabelecidas em períodos anteriores, por conta da isenção de impostos, fosse mantida. Recorrer à confiança dos poderes públicos significa agir dentro da ordem estabelecida em que o

---

<sup>269</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 13 jan. 1965.

<sup>270</sup> Idem, Ibidem.

trabalho honesto pode ser convertido em positividade, na medida que o resultado final se traduz na obtenção de merecimentos.

A fala do deputado Abelardo remete às práticas de "relação de comunicação" analisada por Bourdieu<sup>271</sup>. Segundo ele, as relações de comunicação estão de modo inseparável das relações de poder, sendo que são os conteúdos simbólicos que encerram a eficácia dos discursos. Deste modo às relações de comunicação cumprem "uma função política" ao se constituírem em instrumentos de imposição ou de legitimação da dominação. Isso significa que, por meio de relação determinada dos que exercem poder e dos que lhes estão sujeitos, é na crença do que é proferido que a eficácia da comunicação se manifesta.

Por isso, é possível entender a permanência dos enunciados do trabalho honesto, em dimensões variadas, tanto quanto se trata de feirantes como dos poderes públicos. Daí que o conteúdo simbólico da palavra tem muito a nos dizer sobre o modo como os feirantes lidam com seus próprios valores. A honestidade se configurou como elemento decisivo na construção da auto-imagem do grupo. Isso não significa que, ao se reconhecerem neste discurso, os feirantes o tenham automaticamente reproduzido, mas que existem códigos de valores.

Com este discurso, tentamos decifrar os significados que encerram a conduta do trabalho honesto. De acordo com Barreira, a honestidade é um dos elementos que compõem a identidade dos habitantes do sertão:

A identidade do camponês do sertão foi construída com referência a valores morais: honestidade, lealdade, gratidão e respeito à propriedade do outro. É a partir da percepção dessa identidade que pode ser entendida a 'prática política' dos camponeses e os obstáculos que os movimentos camponeses do sertão enfrentam na busca da superação da dominação<sup>272</sup>

Os valores morais, segundo Barreira, nos levam à importância da honestidade, no universo cultural dos feirantes, sobretudo quando a auto-imagem do grupo podia ser alterada, lembrando que a mesma questão está posta na

---

<sup>271</sup> BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. p.11-12.

<sup>272</sup> BARREIRA, César. Op. Cit. p.19.

crônica do Correio do Ceará para desqualificar a feira e os feirantes. Este é um ingrediente que se torna imprescindível na construção da legitimidade do grupo.

No caso das experiências dos trabalhadores feirantes, a honestidade se revela de forma bastante próxima da sublinhada por Barreira, convertida em investimento e perspectiva de retorno.

A cobrança de impostos se interpôs como possibilidade de alteração nas condições de trabalho instaurando um clima de insegurança e instabilidades para os trabalhadores feirantes. Em meio aos pronunciamentos sobre cobrança de impostos, a fala de um dos feirantes sócios é bastante significativa quanto às expectativas de proteção dos poderes públicos:

Em seguida usou da palavra o senhor Nelson Rodrigues dizendo que **os feirantes são gente do governo e dos deputados, são gente pobre de subúrbio**, estas mesmas autoridades não dando a dispensa dos impostos como poderíamos viver, terminou as suas palavras.<sup>273</sup> (grifo nosso)

A ênfase na pobreza e na proximidade dos poderes públicos, acentuadas pelas expressões “gente do governo” e “pobre de subúrbio” revela conteúdos simbólicos das representações de poder e subordinação subscritas no universo desses trabalhadores.

As expectativas de merecimento junto aos poderes públicos colocavam em jogo a preocupação crescente com a “boa conduta” do feirante. No entanto, o não comprometimento da credibilidade era experimentado com certo desafio. A partir de algumas ações, é possível perceber que alguns trabalhadores instauravam golpes na expectativa de honestidade. Isso revela as tensões em face das arbitrariedades dos poderes públicos quando os trabalhadores se recusavam a pagar os impostos, para construíam alternativas para assegurar seus interesses.

Subverter as normas a partir de dentro foi a opção de alguns feirantes. Em sessão ordinária da Associação, em abril de 1965, poucos meses após a

---

<sup>273</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 13 jan. 1965.

sessão da problemática da cobrança de impostos, era observada a oscilação nas notas fiscais:

(...) Foi facultada a palavra ao senhor Severo que falou sobre as compras do feirante no comércio dizendo que estava havendo uma oscilação nas notas fiscais, pois as contas de vários feirantes tinham uma grande diferença.<sup>274</sup>

Parece que a advertência de que os feirantes seriam intensamente vigiados, serviu de estímulo para improvisar meios de burlar números a fim de que os órgãos públicos não tivessem acesso ao montante de mercadorias comercializadas, podendo, desta forma, gerar outras margens nos impostos quando fossem cobrados. Vale ressaltar que, mesmo ano, a cobrança de impostos estava em aberto, uma vez que, nos festejos do dia do feirante, um dos sócios se dirigia às autoridades presentes solicitando o prolongamento da mesma:

(...) seguiu-lhe com a palavra o consocio Francisco Rodrigues Freire que dessertou (sic) em nome dos feirantes sobre a vida cotidiana e fez algumas reivindicações, solicitando que seja perdurado por mais tempo a exoneração (sic) do imposto. (...) Finalmente usou da palavra o general Francisco de Assiz Bezerra que inalteceu (sic) a pessoa do presidente Raimundo Nonato de Oliveira e disse que **o caso dos feirantes ainda se achava em pauta e ainda não tinha uma solução para o caso e que envidaria todo esforço para que fosse resolvido satisfatoriamente para o Estado e os feirantes** e logo encerrou a sessão.<sup>275</sup> (grifo nosso)

A partir daí, podemos inferir que alguns feirantes procuravam se antecipar à perspectiva de serem incluídos na órbita dos pagadores de impostos, e não dar mostra dos números reais correspondentes à compra e venda de mercadorias, o que era num artifício de redução, no sentido de que o mínimo possível dos lucros fosse parar nos cofres da Secretaria da Fazenda.

---

<sup>274</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 04 abr. 1965.

<sup>275</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 26 ago. 1965.

O ocultamento de dados, por sua vez, faz pensar os caminhos que tornavam possível a alteração de informações. É nas relações com os comerciantes locais que se encontram pistas para percepção esta questão. Como estariam inseridos os fornecedores de mercadorias, uma vez que forneciam as notas das compras efetuadas? Na narrativa do senhor Vicente, é interessante ressaltar que trabalhava na feira livre com a venda de cereais, na década de sessenta e setenta, esta questão se insinua quando o mesmo é indagado sobre o tipo de produto comercializado por ele atualmente e em períodos anteriores:

Vendia muita coisa aqui. Rapadura, por exemplo, era coisa que nós vendíamos. Nós num vendia ovos, num vendia num vendia essas coisa ali de mel de abelha, queijo, essa coisas não, num se vendia isso. Era laticínio, laticínio e cereais, café.(...) **tinha um cidadão que vendia mantega itacolomi sem nada, vendia duzentos, trezentos mil a gente fiado, só escrito no papel. A gente era pontual, se a gente num for pontual a vaca vai pó brejo** (risos) porque aí num tem quem queira vender, do meio pro fim tem propaganda contra a gente né?<sup>276</sup> (grifo nosso)

Supõe-se que a credibilidade adquirida no comércio local abrisse caminhos para que a pontualidade de pagamento resultasse em reciprocidade com os fornecedores, onde, para além do vender fiado, estaria colocado a “oscilação” nas notas.

A cobrança de impostos é entremeada de questões complexas, envolvendo mais coisas do que se possa imaginar. Quanto à não efetivação, não foi possível perceber, na documentação, como especificamente se havia dado. Mas é certo que a Associação dos feirantes interferiu decisivamente na questão, com tessitura de relações.

#### 4.2 Infração e inflação...

A feira-livre, na crônica de Caio Cid era também denominada de "negócio indecente" e os feirantes de "barraqueiros". A presença de vendedores e

---

<sup>276</sup> Entrevista como o senhor Vicente Furtado Rocha, 20 jun. 2004, feira da Gentilândia, no Benfica.

mercadorias recebem atributos de desclassificação social, com o emprego de expressões pejorativas do tipo "negócio indecente", para designar o comércio da feira como prática ilícita e "barraqueiros" ou "malandros" para designar os trabalhadores.

Há mais: os barraqueiros não têm despesas se não com o transporte de seu material de um arrabalde para outro, gasto que eles tiram com facilidade no lucro ilícito. Usam a balança como querem e a tabela de preços é por eles próprios regulada. Tenham-se ainda em conta que os feirantes utilizam empregados modestos, a quem pagam sem a obrigação do salário mínimo e sem contribuir para institutos. Para encurtar a história, afirmamos que na capital não existe negócio mais indecente que o da feira livre. Enquanto os comerciantes legalizados, com suas casas registradas (mercearias e super mercados) pagam tributo ao Município, ao Estado e a União, os malandros das feiras –livres estão ‘soltos na buraqueira’, no assalto a população, sem falar no atentado que praticam contra a saúde pública.<sup>277</sup>

As expressões são bastante agressivas, com o intuito de instigar a percepção dos leitores quanto aos delitos dos trabalhadores feirantes. Em que medida a questão procede?

A leitura a contrapelo da crônica, evidencia outros espectros da venda de produtos na feira-livre. Percorrendo os contornos, depara-se com a flutuação de preços, escassez de produtos, principalmente, carne vermelha e inflação. Esses elementos revelam a fragilidade da política econômica do regime autoritário.

O certo é que estas questões se materializavam nas compras, na feira. As tensões eram encarnadas nas experiências de consumo quando, entre uma compra e outra, os habitantes da cidade iam se deparando com a flutuação de preços. Considerando que a feira-livre era suporte para abastecimento significativo, no período, era nesse espaço que as tensões se acumulavam. Os feirantes experimentavam clima bastante apreensivo diante das constantes incursões dos fiscais da prefeitura.

Alguns dias após a publicação da crônica de Caio Cid, o Correio do Ceará publicou matéria sobre a investida dos fiscais nas feiras e mercados a fim de detectar as irregularidades dos pesos:

Turmas do Departamento Municipal de Pesos e Medidas voltarão a exercer hoje **severa vigilância nas feiras livres e mercados** de Fortaleza, inspecionando se o sistema metrológico vem sendo obedecido por feirantes e merceeiros. A providência foi determinada pelo titular do órgão(...) <sup>278</sup> (grifo nosso)

De acordo com o jornal, a investida resultou na apreensão de vários pesos irregulares e balanças descalibradas. A operação, no entanto, se dava em proporções maiores chegando à fiscalização aos comerciantes varejistas dos bairros afastados e, inclusive ao interior do Estado, através do serviço da unidade volante:

(..) igualmente, o Diretor do DMPM Departamento do Instituto Nacional de Pesos e Medidas, determinou que por toda esta semana novas diligências se processassem no interior onde os fiscais também atuam presentemente. <sup>279</sup>

Defender o bolso do povo era o que preconizava o Jornal Tribuna do Ceará para celebrar as medidas de combate ao aumento abusivo dos preços poucos dias após a publicação da matéria. O vespertino se referia à fiscalização como uma espécie de corretivo ao mau comportamento de vendedores desonestos:

(...) Está obtendo sucesso, pois em cada batida que dão são apreendidas várias medidas de pesos que se encontram ilegais. Realmente estava na hora de os fiscais adotarem essa fiscalização, pois **o povo já está bastante sacrificado, e não pode mais ser assaltado por negociantes inescrupulosos** sem que as autoridades tomassem providências nesse sentido. <sup>280</sup>

O sacrifício do povo estava atrelado, entre outras coisas, ao aumento abusivo dos preços, e, em especial, ao da carne vermelha:

(...) Com o preço da carne liberado diariamente o povo reclamava a desonestidade de alguns talhadores que vendiam 800 gramas por um

---

<sup>277</sup> Correio do Ceará, 21 set. 1967. p 4.

<sup>278</sup> Correio do Ceará, 02 out. 1967. p.13.

<sup>279</sup> Idem, Ibidem. p.13.

<sup>280</sup> Tribuna do Ceará, 31 out. 1967. p.5.

quilo, afora a roubalheira no pesamento dos gêneros de 1ª necessidade. Com essa decisão adotada pela fiscalização municipal só temos a fazer um registro todos especial, porque tal medida veio em benefício do povo.<sup>281</sup>

Diante da liberação da tabela de preços, a alternativa apontada pelo mesmo jornal era a substituição da carne vermelha por víveres mais baratos, o que significava alterar os hábitos alimentares:

**A população de Fortaleza deve se habituar a comer peixe e galinha** que estão custando mais barato que o quilo da carne. Só assim poderemos evitar a não elevação do preço da carne que está sendo imposta. \_\_\_ Foi o que disse o sr. Danilo Arruda Gomes, Superintendente da SUNAB, no Ceará, reportando-se a falada elevação no preço do kilo de carne para 3 mil e 200 cruzeiros velhos.<sup>282</sup> (grifo nosso)

A alternativa do jornal, por outro lado, indica a fragilidade dos poderes públicos diante da inflação, uma vez que a escassez da carne, no período, também revela a inexistência de políticas públicas em relação ao abastecimento local:

Adianta a direção da SUNAB que **não dispendo de câmaras frigoríficas para reservar a safra do gado na época da oferta ou a compra de carne no Sul** para garantir o consumo de entressafra todos os anos, neste período verifica-se a elevação do preço do gado.(...) <sup>283</sup>(grifo nosso)

A impossibilidade de armazenar a carne para abastecimento, em períodos em que a produção era baixa, revela as fragilidades dos poderes públicos, e a proposição de medidas paliativas sinaliza que efetivamente o problema estava longe de ser resolvido.

Em outubro de 1967, o Jornal O Povo anunciava a ida de equipe de trabalho da SUNAB, ao interior do Estado, a fim de estudar o custo operacional do gado nas primeiras fases de comercialização, com o intuito de verificar até que ponto se justificava o aumento constante de preço, e somente com dados era

---

<sup>281</sup> Idem, Ibidem. p.5.

<sup>282</sup> Idem, Ibidem.

<sup>283</sup> Idem, Ibidem.

sugerido o “tabelamento do produto à administração central da Superintendência”<sup>284</sup>

As explicações do não tabelamento dão mostras dos desdobramentos da política centralizadora do regime militar na esfera local, uma vez que era apontado como resultado das medidas adotadas no âmbito do poder central:

No momento, não apenas a SUNAB local não pode impedir qualquer aumento no preço da carne de vez que o produto está liberado em todo território nacional, como ainda nem mesmo pode tabelá-lo, **o que é competência exclusiva da Administração central do órgão, e integrante do esquema econômico governamental**. Com efeito, a SUNAB, no caso específico da carne, compete apenas a fiscalização da composição e embalagem do produto, de vez que até o peso está liberado.<sup>285</sup> (grifo nosso)

Nesse sentido, tome-se novamente a crônica sobre o "engodo da feira-livre" para análise de como o cronista trata a questão. Diante das expectativas de produzir imagem negativa da feira e dos feirantes, o cronista apresenta ressentimentos quanto à ausência de fiscalização intensa nas feiras, tidas pelo mesmo como "arapuca" e "local de furto aberto":

Até hoje, nós que andamos pelos subúrbios, nunca vimos um posto de fiscalização da Prefeitura instalado numa dessas vastas arapucas. Jamais as autoridades municipais se lembraram de colocar nesses locais de furto aberto um seu representante fardado (para fazer guerra) de nervos contra os ladrões), com dois guardas a seu dispor e sobretudo, uma balança legalmente aferida para que nela os consumidores pudessem cotejar as suas compras e assim tornar possível punir os falsificadores do sistema métrico, a lei universal dos pesos e medidas.<sup>286</sup>

A expectativa de fiscalização intensa é posta em relevo para indicar o caminho mais eficaz para evitar fraude dos pesos. Também se insinua que a má conduta dos feirantes se insere no problema da elevação de preços. Nesta medida os feirantes são culpabilizados:

Em resumo se as feiras-livres fossem extintas de uma vez, os moradores de Fortaleza suspirariam aliviados e deixariam de ser explorados e os

---

<sup>284</sup> Jornal O Povo, 11 out. 1967. p.5.

<sup>285</sup> Jornal O Povo, 11 out. 1967.p.5.

<sup>286</sup> Correio do Ceará, 21 set. 1967.p.4.

barraqueiros safados iriam ganhar dinheiro desonesto no inferno, levando debaixo do braço as suas balanças filizolas, máquinas de fácil manejo, bonitinhas e 'reguláveis' á vontade. (...) <sup>287</sup>

Não queremos negar que essas práticas tenham ocorrido, mas é importante ressaltar que a carestia, no período, foi desencadeada, sobretudo, pela inflação. Isso significa que a feira-livre punha em relação à população, os produtos e os feirantes sendo que no cotidiano da subsistência a feira-livre se constituía num espaço intermediário onde a população decisivamente se defrontava com a problemática do custo de vida que se materializava nos preços dos produtos. Como suporte significativo de abastecimento da população local, a feira era experimentada de forma bastante tensa na medida em que os preços e pesos eram alterados.

Os problemas relativos ao consumo e à sobrevivência eram sentidos de maneira direta quando se obtinham os gêneros alimentícios por compra. A imprensa não estava se apropriando das infrações de alguns feirantes para desviar os olhos da população das medidas econômicas adotadas pelo regime militar? A questão é significativa para se pensar em que medida a feira-livre se inscrevia nos conflitos de sobrevivência da população e das tensões desencadeadas pela elevação de preços.

Quanto aos feirantes chamados pelo cronista de "barraqueiros safados", talvez se possa incluí-los entre vendedores de carne e algum outro gênero de primeira necessidade, que julgaram oportuno o contexto inflacionário para ampliar os lucros. O certo é que essa questão contribuiu decisivamente para inserir uma teia de conflitos envolvendo a feira, abastecimento local e consumidores.

Em março de 1968, a polêmica da elevação dos preços persistia, e, no jornal Unitário, era anunciada campanha em defesa da economia popular, sendo que os aumentos eram tidos como "forjados" e constituíam uma "total oposição aos princípios norteadores do Governo da União":

União, que "A fim de que a economia popular seja efetivamente defendida da ganância e dos aumentos forjados por interesses altistas, portanto artificiais e em total oposição aos princípios norteadores do

---

<sup>287</sup> Idem, *Ibidem*.

Governo da estabeleceu uma rígida política econômica com o fito de deter a inflação e assim alcançar a estabilidade.<sup>288</sup>

Afirmava-se que os conselheiros da Campanha de Defesa da Economia Popular não debateriam o problema da carne, por considerar que a tendência era o produto baixar de preço, devido à proximidade do inverno. A expectativa era de que ocorresse o mesmo com outros produtos:

O General Rocha Lima disse que nestes dias começarão a chegar legumes de inverno ao mercado de Fortaleza e acredita que muitos produtos vão baixar de preços.<sup>289</sup>

Em contrapartida, os reclames das irregularidades da feira apareciam logo em seguida. De acordo com a matéria, os moradores de alguns bairros reivindicavam a construção de mercado a fim de que a problemática dos preços excessivos na feira fosse resolvida. As reivindicações também incluíam intensa fiscalização nas feiras:

Por outro lado, vários conselhos de bairro estão reivindicando uma intensiva fiscalização nas feiras, tanto sob o ponto de vista sanitário, como de abuso de preços. O sr. Vicente Teixeira de Souza do conselho de Lagoa Redonda, acha que é preciso 'uma conjugação de esforços para beneficiar a comunidade, presentemente prejudicada por exploradores e cuja saúde corre perigo pela falta de uma fiscalização mais eficiente.'<sup>290</sup>

Conjugar esforços para beneficiar a comunidade consistia também, entre outras coisas, em pôr fim à fraude nos pesos eliminando as possibilidades de os infratores usarem artimanhas contra "a bolsa do povo":

Diz que além dos preços caros, **alguns feirantes ainda se dão ao luxo de fraudarem peso, usando as mais variadas artimanhas**. Apelos foram formulados para que a bolsa do povo seja defendida e geralmente há providências que por serem passageiras são conhecidas dos infratores que posteriormente voltam a carga contra os consumidores. O povo quer tranqüilidade, afirmou o sr. Vicente Teixeira de Souza, ter um local onde possa efetuar as suas compras, sem ser expoliado e

---

<sup>288</sup> Jornal Unitário, 17 mar. 1968. p.2.

<sup>289</sup> Idem, lbdem. p.2.

<sup>290</sup> Idem, lbidem.

enganado por comerciantes desonestos' e os Conselhos de Bairro apenas solicitam o que é justo e de interesse coletivo.<sup>291</sup> (grifo nosso)

Anteriormente, à análise da problemática da cobrança dos impostos, deparamos com a preocupação dos feirantes com a auto-imagem do grupo e da feira, tanto em relação à população e aos poderes públicos. No percurso defronta-se com significados que os princípios de honestidade e dos valores adquiridos, na cidade. A questão pode ser novamente retomada a fim de se identificar como as constantes denúncias de alteração de preços e pesos repercutiam entre os feirantes. Tem-se novamente, na sessão ordinária, um atalho para desvendar a questão. Desta vez a investida é na sessão ordinária do mês de março de 1968:

(...) espediente constou a leitura de um artigo do jornal Unitário contendo críticas as feiras livres cujo jornal tinha data de 17 de março de 1968 em torno do artigo lido ouve grandes debates avaliando estes assuntos no tocante a administração como sejam o caso da carne vendida nas feiras e mais como é vendida em meio as maiores irregularidades na venda deste produto.<sup>292</sup>

Os feirantes se reuniram para discutir o conteúdo da matéria publicada no Jornal Unitário. Isso significa que os feirantes estavam atentos à forma como a imprensa local se reportava à feira-livre e às suas práticas de trabalho. Também tomou parte nas discussões de irregularidades, com a presença de um dos feirantes que fez referência ao "caso de um café que estava sendo vendido a 250 o pacote e não prestava o produto, preço desigual nos cereais"<sup>293</sup> Essas práticas punham em risco as possibilidades de mediação com os poderes públicos além de comprometer a imagem dos feirantes perante a sociedade. Como reverter o quadro?

Primeiramente, ficou definido um encontro com o prefeito José Walter Cavalcante para tratar de assuntos relacionados à feira. Alguns meses após as discussões, os feirantes organizaram uma comissão para discutir as possíveis medidas a serem adotadas para pôr fim às irregularidades.

---

<sup>291</sup> Idem, Ibidem.

<sup>292</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da sessão ordinária de 17 mar. 1968.

A questão aparece na sessão ordinária, de julho de 1968, da Associação, quando era comentada matéria do jornal O Povo, que divulgava a visita de comissão de feirantes ao secretário municipal de fomento e abastecimento:

(...) o espediente constou a leitura de um artigo do jornal O Povo datado de 21 de junho do mês próximo passado, cujo título disia assim feirantes foram pedir maior fiscalização para a carne por se julgarem prejudicados com a situação de talhadores desonestos, oito feirantes de Fortaleza inclusive o pres. Da Associação Beneficente da classe se dirigiram a tarde do dia 20 de junho próximo passado ao secretário Municipal de Fomento e abastecimento pedindo maior rigor na fiscalização do peso da carne comercializada nas feiras livres de Fortaleza. Na oportunidade o titular daquela pasta e a comissão discutiram quais as penalidades a serem impostas aos flagrados em fraude no peso examinando-se as possibilidades de multa ou até suspensão de início. Porém ficou acertado que o Departamento Municipal de Pesos e medidas instalará imediatamente balanças provas junto aos qualhos onde for vendida carne, maiores detalhes porém serão acertados posteriormente ficando certo que a secretaria desenvolverá intensa campanha contra a fraude no peso da carne, sobretudo quando os próprios feirantes assim o pedem(...)<sup>294</sup>

Os feirantes mais uma vez recorriam aos poderes públicos para resolver problemas relativos à feira e uma vez que a Associação tomava frente de todos os problemas, fica a indagação sobre a não interferência direta da mesma junto aos fraudadores de pesos. Recorrer aos poderes públicos, neste caso, pode ter sido a possibilidade de reafirmar laços de proximidade, investimento – quem sabe – na medida em que ir ao encontro das autoridades dava mostra da disposição para por fim às irregularidades. Talvez julgassem a ocasião oportuna para serem percebidos enquanto "gente do governo".

A introdução de balança e fiscais, na feira-livre, é acentuada nas lembranças em alusão ao tempo de feira organizada, indicando que o equipamento para impedir fraudes em período de inflação intensa, simbolizava também a visibilidade da feira em relação aos poderes públicos, que se importavam com a estrutura de funcionamento:

---

<sup>293</sup> Idem, *Ibidem*.

<sup>294</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da sessão ordinária de 14 jul. 1968.

(...) nos tinha uma balança fiscal que quando ela saí daqui já tava esperando lá noutra local. Ce pegava um peso ali, mal feito, você se sentia que num tava o certo você ia lá, lá na balança. Colocava lá o fiscal se faltasse uma grama ele ia suspenso da banca né? Prendia aquela carne que ele tinha vindo robando no peso, ainda suspendia o barraqueiro. E hoje num tem mais isso, eles tão fazendo o que querem.<sup>295</sup>

Interpelado o depoente, se presenciara muitas apreensões, ele é bastante incisivo nas afirmações indicando a eficácia dos instrumentos coercitivos:

Vi. Vi muitas, o camarada ser suspenso dez dia, quinze dia e se cometesse esse erro três vez ele ia era pra fora da feira, demitido da feira.<sup>296</sup>

A fala do senhor Aloísio também sinaliza nesta direção. Ao se referir à de balança e fiscais é para destaque da organização da feira:

As barraca era tudo organizada. Tudo direitim, num era padronizada, era organizada, as feira né? E nós tinha um administrador dentro da feira livre, cinco ou seis fiscais pra organizar as feira né? **Nós tinha uma balança de peso e medida dentro da feira livre, para pesar a mercadoria do freguês né?** Aquele que achasse que tava sendo lesado ele ia lá e tinha a barraca da fiscalização pa pesar. Tinha dois fiscais lá pa pesar, altuava na hora, se fosse necessário ele prendia a mercadoria, prendia o feirante, suspendia, quer dizer o feirante pagava as conseqüências logo imediatamente né? Hoje nós temos feira que num tem fiscal num tem coisa nenhuma.<sup>297</sup> (grifo nosso)

Da fala dos depoentes, é possível inferir que os instrumentos de controle não puseram fim às práticas de adulteração dos pesos, uma vez que a referência aos mesmos inclui a experiência dos gestos arbitrários dos "camaradas". A referência à questão em jornal local, em setembro de 1969, é bastante significativa, apesar de se considerar que algumas ressalvas devem ser feitas em relação ao contexto:

---

<sup>295</sup> Entrevista com o senhor Francisco Farias, 17 mar. 2004, feira do Bairro de Fátima.

<sup>296</sup> Idem, Ibidem.

<sup>297</sup> Entrevista com o senhor Aloísio Barbosa Viana, 09 mar. 2004, em sua residência no Henrique Jorge.

De cinqüenta artigos levantados pela Secretaria Municipal de Fomento e Abastecimento, somente doze apresentam, nas feiras-livres, preços inferiores aos praticados nos mercados públicos, particulares e supermercados atingidos.

A notícia partida do titular do Abastecimento coronel Ednardo Weyne salienta que **a diferença para menos daqueles produtos é compensada pela fraude no peso**, cuja incidência atinge de 30 a 40% nas feiras ad capital.<sup>298</sup>(grifo nosso)

Quanto às ressalvas, é importante considerar o período em que a alta dos preços é anunciada, em particular, na feira livre. Alguns dias antes, os feirantes haviam divulgado manifesto contra a localização da feira-livre na Avenida dos Expedicionários, devido às condições de insalubridade. A ênfase na alta de preços da feira-livre constitui legitimidade para o não atendimento às reivindicações dos feirantes:

(...)Com base nestes números, o Secretário de Abastecimento argumenta que **as feiras não compensam, a menos que se localizem na periferia** e dispensem o pagamento de transporte. A outra importância é servir como fonte de abastecimento para uma cidade carente de centros distritais abastecedores onde o povo não está ainda acostumado a recorrer aos mercados.<sup>299</sup> (grifo nosso)

O secretário prossegue afirmando ser fictícia a diferença de preços, já que as feiras apresentavam preços iguais ou superiores aos dos mercados. A feira da Avenida dos Expedicionários apresentava índices alarmantes para a perplexidade do fiscalizador:

(...) Somente na feira da Avenida dos expedicionários, no último sábado, o Departamento de Pesos e Medidas, da Secretaria de Fomento, apreendeu 23 pesos fraudados. Na feira de ontem 28 foram apreendidos num índice alarmante, para o próprio órgão fiscalizador.<sup>300</sup>

Outra questão é o período da fiscalização. O mês de setembro está situado entre os meses de baixa produção, o que sugere aumento de preços; daí as fiscalizações reincidirem, no período do ano, o que parece ter contribuído para

---

<sup>298</sup> Jornal O Povo, 25 set. 1969.

<sup>299</sup> Idem, Ibidem.

<sup>300</sup> Idem, Ibidem.

ampliar o conflito de localização da feira da Gentilândia, na Avenida dos Expedicionários acrescentando outro ingrediente: espaço.

### 4.3 A associação...

Anteriormente, para compreender as opções de luta desses trabalhadores, enveredamos por caminhos que levam aos valores culturalmente inscritos no universo dos feirantes, daí a especial atenção à condição de migrante dos trabalhadores. A questão se revela no veio institucional da categoria: Associação Beneficente dos Feirantes de Fortaleza.

A forma de organização da Associação Beneficente dos Feirantes de Fortaleza diz muito das escolhas dos que estiveram à sua frente, no que se refere às articulações com políticos locais:

Fortaleza, 26 de Agosto de 1962. 1ª Ata da Associação Beneficente dos feirantes de Fortaleza A.B. F. F.

No dia 19 de Agosto de 1962, reuniu-se todos os feirantes na sede da A. C. I. para fim de criar a Associação dos Feirantes, **projetamos com o Vice Prefeito de Fortaleza Dr. Aécio de Borba os detalhes dos Estatutos que o mesmo se encarregou de organizar e datilografar.**

No dia 26 de Agosto, foi lido os estatutos, perante todos os feirantes e foi aprovado, no momento foi posto em votação a escolha dos membros da diretoria (...) <sup>301</sup>(grifo nosso)

Na sede da Associação Cearense de Imprensa, os trabalhadores feirantes se reuniam com autoridades locais para criar sua entidade. Na ocasião, foi feita a leitura do estatuto, a escolha da diretoria e estipulada a cobrança de mensalidades dos sócios a fim de que a recém criada entidade pudesse desenvolver suas atividades. No mês seguinte, os feirantes se reuniram "num luxuoso coquetel" oferecido pelos políticos para comemorar a criação da Associação:

Em setembro o presidente do Conselho deliberativo Dr. Aécio de Borba, nos honra com um luxuoso coquetel no restaurante localizado na Praça

---

<sup>301</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 26 ago. 1962.

do Párcio Público, no qual esteve presente o **Coronel Murilo Borges, Dr. Luís Campos** , o senhor **Moizes Pimentel, o jornalista Francisco Alves** juntou toda a Diretoria da A . B . F . F . e um grande número de associados que prestaram a omenagem ao nosso Ilustre Prezidente pela gratidão apresso."<sup>302</sup> (grifo nosso)

Os nomes dos políticos, acima citados, também aparecem nas fontes orais para indicar o incentivo dos mesmos na criação da Associação:

A Associação foi criada em sessenta e dois porque **Aécio de Borba e Luís Campo**, que era o vice presidente naquela época, achou que nós tinha que construir uma Associação pra puder defender os interesses do feirante, praquê o feirante tava em ao leo né? E o prefeito tava jogando a gente pra todo canto. Butando em cantos que num tinha condições de funcionar uma feira livre né? Num tinha calçamento, num tinha estrada, num tinha coisa nenhuma. Pegava e jogava nós lá, num canto lá né? Aí Aécio de Borba e Luís campo que era o vice prefeito naquela época disse pra nós se reunir e fazer uma associação. Porque com a Associação tinha força , com a associação nós podia fazer nossos pidido né? E aí nós formamo a Associação, e a associação teve muita força, teve muitos prestígio né?<sup>303</sup> (grifo nosso)

Não podemos perder de vista os interesses que mediavam as relações dos feirantes com os políticos. Indagar das motivações que levaram estes últimos a empenharem-se na elaboração do estatuto e, ainda por cima, na organização de coquetel comemorativo, permite-nos enveredar pelos caminhos de expectativas de obtenção de benefícios. Em sessão solene, no final do mesmo ano de criação da Associação, temos a resposta para a indagação. De acordo com a Ata do dia 19 de dezembro de 1962, os feirantes ofereceram um coquetel às mesmas autoridades que participaram do ato inaugural da Associação para concessão de título de sócios beneméritos:

As 20 horas foi aberta a seção solene na cede da A . C . I . presidida pelo nosso prezidente Moacir Moreira. Nesta mesma noite memorável oferecemos um coktel aos Imos senhores, Diretor da mesma Dr. Aécio de Borba, presidentes de onra Francisco Alves , jornalista, Coronel Murilo Borges, Dr. Luís Campos e o comerciante e bancário Moizes Pimentel, o

---

<sup>302</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 26 ago. 1962.

<sup>303</sup> Entrevista com o senhor Aloísio Barbosa Viana, 09 mar. 2004, em sua residência no Henrique Jorge.

qual estas latas personalidades receberam nesta mesma noite na cede da A . C. I . o título de sócios beneméritos. O Presidente Moacir Moreira saldou todos os convidados e falou no cotel que as mesmas autoridades nos tinha oferecido um cotel no Páccio Público **antes das eleições**, este é em lovor da eleição ganha (...) <sup>304</sup> (grifo nosso)

A Associação fora criada em ano eleitoral, e os políticos que participaram da fundação pleitearam cargos com apoio dos feirantes, senão como se justifica a organização de evento deste porte em "lovor da eleição ganha"? O fato é que, a partir daí, iniciara uma teia de relações com o envolvimento da Associação e das autoridades locais. Refazer a trajetória dessas relações é verificar quais caminhos foram se inscrevendo ou reinscrevendo o imaginário da proteção em que os feirantes se autodenominariam "gente do governo". Nesse sentido, são bastante significativas as apreciações do prefeito de Fortaleza sobre os feirantes e a feira-livre, por ocasião de coquetel após as eleições:

O Ilmo senhor Coronel Murilo Borges Prefeito eleito saldou os Diretores da A . B . F . F. e os seus companheiros o ilustre orador **espos o seu plano de administração sobre as feiras livres frizou bem que iria nos ajudar da melhor maneira possível** com a colaboração do seu Vice Prefeito Dr. Luís Campos(...) <sup>305</sup> (grifo nosso)

A ajuda anunciada certamente constituía retorno ao apoio que os mesmos haviam recebido dos feirantes:

(...) Pedio a palavra o Dr. Luiz Campos, de início elogiou o senhor Moizeis Pimentel e **agradecendo o apoio desta sociedade pela sua vitória nas eleições para Vice Prefeito**, em seguida elogiou o Coronel Murilo Borges recentemente eleito a Prefeito da Capital(...) O digníssimo orador esclareceu em voz alta as mesmas palavras que tinha pronunciado no cotel do Páccio Público, em benefício as feiras, na ampliação para o bem estar do povo de Fortaleza, o mesmo declarou que lutarão para combater todas as irregularidades de mal estar. **O orador declarou que na sua administração reunirá a diretoria da A . B . F . F. para debater os problemas das feiras** para fins de boas organizações,

---

<sup>304</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 19 dez. 1962.

<sup>305</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 19 de. 1962.

terminando suas palavras com o agradecimento pelo título que a A . B. F. F. lhe confirió.<sup>306</sup> (grifo nosso)

A fala de Luís Campos é na mesma direção, ao dizer-se "bastante satisfeito em ter recebido o apoio desta entidade para sua vitória nas urnas para deputado federal"<sup>307</sup>. As expectativas de apoio às feiras tiveram algumas contrariedades. Nos primeiros anos da gestão do prefeito Murilo Borges, os feirantes se viram diante da problemática da cobrança de impostos indicando que os propósitos de "benefício às feiras" eram bastante escorregadios. A questão movimentou os feirantes em direção às autoridades para reversão do quadro. Tudo indica que o volume de mercadorias vendidas, nas feiras, suscitara indagações sobre o comércio, não só por parte dos órgãos administrativos, mas da imprensa local. Em julho de 1963, em sessão ordinária, os feirantes mencionavam as críticas "publicadas em jornal de nossa capital depondo as nossas atitudes"<sup>308</sup>, o que gerava comentários sobre a possível extinção da feira-livre. Na ocasião, apostava-se novamente nas possibilidades de reaver os contatos com os políticos organizando-se uma "comissão para falar com o senhor prefeito, Landim e Chico Alves"<sup>309</sup>. No mês seguinte, a questão era novamente discutida em reunião ordinária da Associação:

(...) foi facultada a palavra ao senhor Moacir Moreira, declarou que nunca tínhamos recebido acochos por parte da Recibiduria, Rádio, jornais e até comerciantes contrabandistas(...) **Rádio Dragão do Mar comentou que feira deveria vender apenas gêneros alimentícios**, por que atacam? pois na gestão anterior do senhor general Cordeiro Neto retirou os comerciantes das calçadas e botaram na feira. Então o que querem fazer agora é perseguir para acabar.<sup>310</sup> (grifo nosso)

---

<sup>306</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 19 dez. 1962.

<sup>307</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 19 dez. 1962.

<sup>308</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 21 jul. 1963.

<sup>309</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 21 jul. 1963.

<sup>310</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 14 ago.1963.

Em referência aos comentários da Rádio Dragão do mar, o senhor Moacir fornece pistas sobre como as proporções alcançadas pelo comércio da feira repercutiam constituindo preocupação para os comerciantes de Fortaleza, o que colocava em tela a cobrança de impostos. Ao referir-se o mesmo aos comentários do chefe da fiscalização do estado, a questão fica mais evidente:

O presidente convidou uma comissão para ir ao senhor Eliezer chefe da fiscalização do Estado. **O mesmo funcionário nos condenou recentemente pelo grande volume de compras para as feiras, disse que nós estávamos abusando**, então entramos em planos de defesa, esclarecendo como era feita as nossas compras. O digno funcionário terminou dizendo que o general faz questão que as feiras continue, porém quer acabar com os tubarões que estão explorando as feiras(...) <sup>311</sup> (grifo nosso)

Diante do quadro, os trabalhadores feirantes optaram por recorrer aos políticos. É provável que a criação da associação tenha propiciado aos trabalhadores maior proximidades com os veios institucionais e contatos diretos com políticos locais, mesmo diante das contrariedades com o prefeito "que nada fez pelo feirante como prometera nas campanhas políticas"<sup>312</sup>, as alianças com os políticos locais permaneciam em expectativas.

Nesse sentido, dirigir-se aos políticos ligados às várias instâncias do poder institucionalizado era uma possibilidade de fazer ou refazer alianças e, desta forma, conseguir tirar benefícios vários, como a publicação de matérias nos jornais, para que os mesmos pudessem se defender das críticas<sup>313</sup>, tornar a Associação órgão de utilidade pública<sup>314</sup>. As ações, no sentido de garantir a continuidade do não pagamento de impostos, se davam nesta direção:

---

<sup>311</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 14 ago. 1963.

<sup>312</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 03 nov. 1963.

<sup>313</sup> "(...) a comissão falou com Chico Alves no palácio, o mesmo como jornalista e se encontrando em posição de destaque pediu ao presidente Moacir Moreira a permissão para publicar em todos os jornais de Fortaleza as nossas defesas e como também ofereceu para publicar os nossos estatutos no diário oficial gratuitamente(...)" ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 04 ago. 1963.

<sup>314</sup> "(...) Facultada a palavra o senhor orador fez ciência a presidência dos resultados do entendimento com o vereador Aluizio Correia tendo como resultado os dados originais do Jornal Diário do Município de 9/12/63 nº 2921 , lei nº 2517 de 2/12/63 que considera de utilidade pública

Moacir Moreira esclareceu que um dos nossos sócios tinha conversado com um deputado a respeito dos impostos e das inscrições , o digno deputado disse que estava solidário conosco, que podia levar a câmara os nossos direitos.<sup>315</sup>

A questão dos impostos, já bastante explorada é retomada para reflexão sobre as relações da Associação dos feirantes com os políticos locais, que se reafirmaram ao longo dos anos e que, decisivamente, interferiram na continuidade da isenção dos mesmos. No entanto, é necessário analisar como essas reafirmações ocorreram por intermédio da Associação, desencadeando, embaraçada teia de protegidos e protetores.

Nas relações, com os políticos, criaram-se vários artifícios para ampliação das possibilidades de obtenção de benefícios. Isso incluía visitas às autoridades locais, em aniversários<sup>316</sup>, envio de correspondências de congratulação pelo aniversário da administração<sup>317</sup>. As mensagens indicam a ressonância das ações, que não ficavam sem respostas:

(...) em seguida passou a ler o expediente que constou do seguinte: Leitura do ofício do Exm<sup>o</sup> sr. Governador do Estado, acusando o recebimento do ofício enviado pela A . B. F.F. se congratulando pela passagem do 2º aniversário de seu governo(...)<sup>318</sup>

Em alguns momentos, realizar visitas de contatos convertia-se em oportunidade de desviar percurso em direção a outro político que se fizesse presente, para obtenção de recursos para a entidade:

---

a Associação Beneficente dos Feirantes de Fortaleza. **Esta lei foi de autoria do vereador Aluizio Correia.**<sup>314</sup> (grifo nosso) ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 19 jul. 1963.

<sup>315</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 04 ago. 1963.

<sup>316</sup> "o senhor presidente fez uma comunicação a respeito a comissão que foi prestar as congratulações ao coronel Virgílio Távora , atual governador , pela passagem do seu aniversário. Esta comissão foi constituída: Moacir Moreira, Raimundo N. Oliveira, Francisco Freire e Francisco Mesquita." ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 04 out. 1964.

<sup>317</sup> "(...)Foi lido a cópia do memorial dirigido ao senhor governador e o senhor prefeito de Fortaleza pela passagem dos 2 anos de administração de ambos.(...)" ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 04 abr. 1965.

<sup>318</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 04 jul. 1965.

(...) O senhor Raimundo foi ao palácio cumprimentar ao senhor governador pela passagem de um ano novo em nome da Associação no momento o senhor Prefeito lhe perguntou se já estávamos construindo, a resposta foi não. **O senhor Raimundo Nonato foi ao Dr. Ernesto o mesmo lhe deu um cartão para levar ao engenheiro da prefeitura para fornecer a planta gratuita** porém ouviu alegativas da parte do mesmo pois não conseguimos assim tudo resumindo o senhor Nonato terminou as suas palavras(...) <sup>319</sup> (grifo nosso)

Nessa visita, em fevereiro de 1966, os feirantes envidaram esforços para construção da sede própria da associação, em terreno doado pela prefeitura. Em período anterior, os trabalhadores se articulavam com este objetivo e, em setembro de 1964, o presidente da Associação se mostrava bastante otimista quanto à resolução dos problemas da classe anunciando contatos feitos com o governador, deputados e vereadores objetivando a doação de terreno para a sede própria. <sup>320</sup> No ano posterior, os feirantes reforçavam as expectativas e haviam solicitado ao prefeito de Fortaleza, por ofício, a doação de um terreno:

(...) O senhor Severo falou que fez um requerimento para o senhor prefeito pedindo a doação de um terreno para a sede da A . B. F. F. O referido documento ser acinado pelos feirantes (...) <sup>321</sup>

O fato revela o poder de barganha junto aos políticos. A reciprocidade dos contatos podia ser percebida pela presença dos políticos, em sessões ordinárias da Associação para tratar de assuntos de interesse da classe, quando em questão a obtenção do terreno:

---

<sup>319</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 02 jan. 1966.

<sup>320</sup> "(...) Depois de fazer severas críticas aos faltosos mostrou-se otimista nas soluções dos problemas da classe, tendo realizado contactos com o governador do Estado com a cooperação do Deputado Aécio de Borba , tendo ainda anunciado um possível contacto com vereador Aluizio Correia e Secretário Municipal Dr. Elder Cortez e Francisco de Oliveira , estes será feita uma reivindicação da Associação na aquisição de um terreno para construção da sede própria da mesma(...)" ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 20 set. 1964.

<sup>321</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 07 fev. 1965.

(...) Neste íterim tivemos a visita dos Srs Drs. Ernesto Gurgel do Amaral e José Maria Cruz Nogueira os quais foram saudados pelos srs. Dr. Francisco Tarcizio Leite e Raimundo Nonato de Oliveira, os ambos oradores justificaram o número pequeno dos feirantes a reunião e terminaram agradecendo a visita a nossa sessão.(...) Falou em seguida o Dr. Ernesto Gurgel do Amaral tecendo a omenagem aos feirantes considerando a feira um apêndice da prefeitura e considerando-a de grande realce e se comprometeu dedicar todo seu esforço no sentido de ser entregue o terreno da sede A . B. F. F. <sup>322</sup>

Essa passagem revela princípios de discurso incorporado pelos trabalhadores, ao enunciar a feira como "apêndice da prefeitura" e traz, nos contornos, traços familiarizados pelas práticas sociais dos feirantes, no que se refere às expectativas de proteção. Recorrer aos órgãos públicos constituiu traço marcante nas formas de ação da categoria <sup>323</sup>. A questão introduz, significados a partir da concepção de trabalhadores como "gente do governo", e informa sobre as "imagens de poder e autoridade"<sup>324</sup>, bem como as mentalidades de subordinação circunscrita a esse universo. Estas noções são reproduzidas entre os feirantes, em relação à entidade que os representava quanto às expectativas de benefícios. São percepções que dão forte indicativo da questão:

(...) Era bom porque **a gente num tinha preocupação. Ela resolvia tudo com facilidade.** Juntar, como se diz... os poderes estaduais, municipais, tudo. A associação tinha muito prestígio viu? E ainda hoje mesmo morta como ela tá ainda tem prestígio. Nós viemo pra aqui mais por causa da associação se não nós num tinha vindo pra aqui (...) ce sabe que nós saimo daqui pra indireitarem a praça né? (...) a Associação é quem traz nós praqui de volta. A Associação tá morrendo... oi que um sindicato é muito importante, a gente ta morrendo , como se diz, esperneando pa morrer, mas ainda é vivo ó! Ainda tem valor ó! É muito importante a sociedade. <sup>325</sup> (grifo nosso)  
Senhor Vicente

---

<sup>322</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de <sup>323</sup> "(...) O Prezidente foi a presença do Dr. Ernesto e pedio que lhe arranjasse algum material para início da construção , o qual lhe espois que estava pagando aluguel de prédio para as nossas reuniões e como também paga vigia do terreno que nos foi doado , a qual estavamos custando muito cara as despesas , pois queríamos evitar a mesma. A resposta do Dr. Ernesto foi prometer que na próxima semana daria alguma cousa(...)" ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 03 abr. 1966.

<sup>324</sup> De acordo com Thompson, é pelo viés cultural que as formas de controle podem ser analisada no sentido de por em evidência as imagens de poder e autoridade e as mentalidades populares de subordinação.

<sup>325</sup> Entrevista com o Sr. Vicente Furtado Rocha, em 20 jun. 2004, feira da Gentilândia.

A Associação é assim: se a senhora... o Aloísio é diretor né? Se a senhora precisar de qualquer coisa ele vai onde é necessário e arranja."<sup>326</sup>

Senhora Carmelita

(...) a gente num tinha a quem socorrer quando tinha uma coisa que num tava certa, e tava irregular né? Nós num tinha a quem se queixar. Hoje quando nós precisa duma coisa nós fala, o presidente, ele vai o prefeito ou vai o secretário(...) E é isso! Vei beneficiar a gente e a Associação tem um préstimo dentro da prefeitura né? Em nome da associação muita gente atende o pedido, uma coisa né?<sup>327</sup>

Senhor Farias

A expectativa de que tudo podia ser resolvido pela Associação leva a pensar sobre os significado da entidade, nas experiências dos trabalhadores. Quando é posto em evidência prestígio, possibilidade de benefícios, as noções de proteção se fazem presentes.

Se a Associação atuou decisivamente na defesa de interesses dos feirantes, é possível que os benefícios obtidos tenham acrescentado outros elementos às percepções das formas de atuação da entidade. Concebê-la como espaço que “resolvia tudo” indica perspectivas de retorno.

Nas sessões ordinárias, observa-se que dificilmente havia presença massiva de feirantes, salvo quando discutidos assuntos de extremo interesse<sup>328</sup> da categoria, como é o caso da discussão da polêmica da cobrança de impostos que contou com 31 sócios. O trabalho árduo possivelmente interferia nas ausências, por outro lado indica forma de lidar com problemas deixados para serem resolvidos pela a Associação.

Se recorrer aos políticos configurou-se uma prática hegemônica, quando estava em jogo resolver os problemas relativos à feira e aos feirantes, por extensão, têm-se essas relações quanto aos feirantes e à Associação. No

---

<sup>326</sup> Entrevista com a senhora Francisca Vieira da Silva, 03 abr. 2004, feira da Gentilândia.

<sup>327</sup> Entrevista com o senhor. Francisco Farias, 17 mar. 2004, Feira do Bairro de Fátima.

<sup>328</sup> "(...) Usou da palavra o senhor Moacir Moreira congratulando-se com o grande número de presença de associado nesta reunião(...)o senhor orador oficial fez vários esclarecimentos a respeito dos entendimentos que essa associação tem participado através de comissões de diretores e anunciou as possíveis providências a serem tomadas a respeito da solução das justas pretensões dos feirantes(...)" ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 10 jan. 1965.

entanto, por a questão nesses termos é simplificar demais, é necessário analisar como essas relações foram constituindo.

Para além das mediações com os poderes públicos em defesa dos interesses da categoria, a Associação prestava assistência aos sócios. Uma prática observada desde a criação da Associação era a do pecúlio que consistia na "doação de dinheiro" aos sócios necessitados em face de enfermidades que impossibilitassem as atividades:

(...) Compareceu nesta reunião o sócio José Leandro de Oliveira, que achando-se impossibilitado ao trabalho recorria a esta associação pedindo que lhe fosse dado um auxílio. Tendo sido atendido na importância de cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) por parte da Associação e seria feita uma bolsa aos demais sócios.<sup>329</sup>

A doação podia ser mais de uma vez a uma mesma pessoa e tanto a Associação como os sócios participavam, fazendo quotas ente si:

(...) nesta dita sessão o sócio Francisco Rodrigues de Mesquita informou que o sócio Nicácio estava muito doente e que mais uma vez estava precisando da ajuda da associação, sendo atendido imediatamente a solicitação e feito na oportunidade uma arrecadação entre os presentes que deu uma importância de cr\$ 8.030,00 e o senhor presidente autorizou uma ajuda por parte da Associação na importância de cr\$ 3.000,00 e foi autorizado o senhor Francisco Rodrigues Mesquita a fazer a entrega do benefício ao citado sócio.<sup>330</sup>

Em julho de 1966, duas mulheres associadas recorriam à Associação para pedir auxílio para uma outra feirante, a senhora Francireuda Gomes, que ia fazer "uma operação", e recebera, da Associação e dos sócios, o auxílio esperado<sup>331</sup>.

A assistência não se resumia à ajuda material, também incluía visitar o feirante:

---

<sup>329</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 01 mar. 1964.

<sup>330</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 02 ago. 1964.

<sup>331</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 03 jul. 1966.

(...) em seguida o sr. Fc<sup>o</sup> Rodrigues Freire pede ao sr. pres. Para tirar uma comissão para visitar a Sra. Fc<sup>a</sup> Gomes da Silva que estava doente. O Sr. pres. Submeteu a aprovação e foi aprovado encontro do referido concurso as 5 horas da tarde do dia 9 de 5 de 67 na Praça José de Alencar <sup>332</sup>

Também eram feitas visitas a sócio preso:

(...) o presidente concedeu a palavra ao senhor Moacir Moreira, o mesmo falou que no dia 1<sup>o</sup> foi preso o associado Raimundo Paulo o mesmo orador sugeriu que o presidente designasse uma comissão para fazer uma visita ao mesmo associado , o presidente imediatamente designou a comissão." <sup>333</sup>

Assim, a Associação adquiria prestígio. Dentre as atividades da entidade, havia a assistência médica,<sup>334</sup> e, com a sede própria, a Associação atingiu um nível de organização impressionante chegando a organizar escola para os filhos dos sócios e para a comunidade. Na fala dos depoentes, essas ações são bastante sublinhadas indicando o quanto as mesmas se convertera em notoriedade:

Criaram uma escola lá, teve dentista, tinha um bocado de benefício(...) pra qualquer coisa médica, qualquer ação média eles resolviam.  
Senhor Vicente

A Associação, ela desenvolvia primeiro os interesse do feirante né? Para defender ele onde fosse necessário né? Aí ela ofiricia também dentista, médico, advogado, pecúlio de enterro, quer dizer isso era a vantagem que o feirante tinha com a associação né? Lá funcionou banco de leite, lá a gente dava leite as criança né? Dado pelo gunverno, pelo prefeito, lá os médico iam, faziam consulta. Nós tinha o consultório dentista, lá né? Depois o prefeito disativaram tudo. Hoje continua só o prédio né?"  
Senhor Aloísio

As atividade que ela fazia: tinha festa, tinha o dia do feirante, tudo era de festa né? Quando chegava o dia do feirante. E toda semana o pridente

---

<sup>332</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 07 maio 1967.

<sup>333</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 04 abr. 1965.

<sup>334</sup> Na sessão realizada em 04 de abril de 1964, era dado os esclarecimentos quanto a assistência médica que seria prestada aos sócios: "(...) na mesma reunião esteve presente um epresentante do Pronto Médico que veio fazer uma expuzição dos itens que dão direito ao associado"

vivia lá, permanente ali dentro, esperando feirante, uma reclamação, uma coisa. Até escola teve né? Até escola teve (voz susurrada)"  
Senhor Faria

Ao lembrar a escola, recordava a existência da escola, o senhor Farias se emocionara e, indagado se os filhos haviam freqüentado a mesma, nos afirmara que, em virtude da distância do bairro. não puderam freqüentá-la:

Não. Meu não, porque nessa época, por exemplo, eu morava distante dali né? Eu moro no Álvaro Weyne, mesmo que tivesse um filho lá ele num deixava de estudar porque ali ficava mais longe. Mas, aquele pessoal, ali da vizinhança, tudo freqüentava né? ficava mais perto.<sup>335</sup>

É possível que na sua condição de analfabeto - a única instrução que o pai pudera oferecer-lhe fora a dos saberes da profissão de barbeiro- a criação da escola pela entidade tenha adquirido significado especial.

A escola era denominada Ginásio 26 de Agosto, em reverência ao dia da criação oficial da Associação Beneficente dos Feirantes de Fortaleza. O estatuto da escola data do dia 04 de Setembro de 1969 e é possível que tenha entrado em atividade anteriormente, embora nas fontes consultadas não se encontre indícios precisos. A instituição mantida pela Associação teria por finalidade:

(...)instruir jovens de ambos os sexos, nos turnos da manhã, tarde e noite, de conformidade com os princípios da metodologia moderna e de acordo com os programas e instruções oriundos dos órgãos competentes.<sup>336</sup>

As conquistas informam o nível de organização da entidade, nas lembranças dos depoentes, indicam como repercutiram internamente. Se a intenção consistia na busca de prestígio e notoriedade entre os sócios, parece que os resultados foram positivos, tidos como esforços da entidade em nome da categoria. Há que considerar que as ações não se restringiam às perspectivas de benefícios dos poderes públicos.

---

<sup>335</sup> Entrevista com o senhor Francisco Farias, 17 mar. 2004, na Feira do Bairro de Fátima.

<sup>336</sup> Estatuto do Ginásio, 26 ago. art. 1º

Com objetivo de construir a sede própria, em terreno doado pela prefeitura, outras atividades eram organizadas pela Associação. Em sessão ordinária os feirantes articulavam sorteio de eletrodomésticos para arrecadação de dinheiro:

Ainda com a palavra o senhor presidente fez uma exposição de um possível custeio de um televisor marca Invictor e uma máquina de lavar roupa marca Alva. O sorteio será em benefício da sede própria da Associação Beneficente dos Feirantes de Fortaleza e seria organizado da seguinte forma: o valor dos dois prêmios custariam a Associação o valor de cr\$ 320.000,00 e seriam comprimidos 1000 cartões e vendidos a cr\$ 1.000,00 (um mil cruzeiros) cada cartão e a data do sorteio será no dia 24 de junho de 1964 pela extração da Loteria Estadual do Ceará.<sup>337</sup>

Os feirantes fizeram várias atividades para construir a sede própria. A contribuiu para a entidade ganhar expressão espacial pelas atividades desenvolvidas.

Em matéria publicada, em fevereiro de 1969, sobre o carnaval, na Tribuna do Ceará, a Associação dos Feirantes aparece como indicativo de que as festas carnavalescas, na sede dos feirantes, estavam entre as mais badaladas da cidade:

A sociedade Beneficente dos Feirantes não conseguiu brilhar neste carnaval recém passado, quando ali aconteceram quatro festas. Não houve aquela vibração do ano passado sendo que somente na terça-feira é que aconteceu um pouco mais de alegria. Entretanto, muita gente julgava que os feirantes não promovessem festa tendo em vista a construção da coberta da quadra de dança da citada agremiação, porém o carnaval naquela entidade não foi dos mais fracos da cidade.<sup>338</sup>

Com os eventos da Associação, os feirantes eram notícia na imprensa local, conforme matéria intitulada "Feirantes elegem hoje sua miss: 'Associação Beneficente dos Feirantes' escolherá sua representante ao concurso Miss Suburbana de Fortaleza"<sup>339</sup> A sede dos feirantes era espaço bastante

---

<sup>337</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 01 mar. 1964.

<sup>338</sup> Tribuna do Ceará, coluna "Pelos Clubes", 21 fev. 1969.

<sup>339</sup> Correio do Ceará, 05 nov. 1968. p.7.

movimentado cujas atividades acrescentavam visibilidade à entidade e, por extensão, aos trabalhadores.

#### **4.4 Dias bonitos, festa na Associação...**

Uma movimentação bastante singular pode ser acompanhada em períodos específicos do ano entre os trabalhadores feirantes quando se aproximava o mês de agosto. A movimentação era para por em evidência uma data bastante significativa para estes trabalhadores, recebida sobretudo com muito festejo. Trata-se do dia 26 de Agosto, dia do feirante. A partir de agora iremos percorrer pelas experiências que acrescentam uma pausa ao cotidiano de trabalho onde homens e mulheres conjugavam se num mesmo espaço não com o intento de vender mercadorias, mas de comemorar. É curioso que mesmo nos festejos as reivindicações aos políticos também se enunciam. A questão sugere um olhar mais atento aos valores atribuídos a estes eventos.

Acompanhando as sessões que antecedem a data comemorativa é possível perceber como os feirantes se organizavam para que o evento ocorresse com toda a pompa. A festa que seria realizada em agosto de 1965 foi precedida de discussões onde os mínimos detalhes da festa eram colocados em pauta a fim de abrilhantar o evento. Detalhe, naquela ocasião os feirantes estavam pleiteando a entrega do terreno doado pela prefeitura para a construção da sede própria:

(...) Passando para ordem do dia foi discutido o caso das flâmulas as autoridades, ficando acertado que a A . B. F. F. mandaria colar franjas nas orlas das flâmulas. Seguindo com a palavra Aloísio severo Peixoto que sugeriu fazer uma comissão de senhoras e senhoritas para acompanhar a comissão da A . B. F. F. ; discutindo o assunto ficou acertado que não deviam convidar as senhoras e senhoritas sinão depois de um entendimento com as autoridades municipais se entregavam ou não o terreno até o dia 26/8(...) <sup>340</sup>

---

<sup>340</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 11 ago. 1965.

A entrega do terreno acrescenta outros atributos ao ritual da festa. Em comissão, visitavam-se os representantes de bebidas e refrigerantes "a fim de solicitar que no dia 26 fosse oferecido um coquetel"

Dias após a sessão, os feirantes se reuniam para encaminhar a programação da festa:

(...) Na reunião foi traçado o programa da festa do dia 26 e o itinerário a percorrer a comissão de propaganda em visita as autoridades, Rádio, e Jornais. O presidente comunicou que o Exm<sup>o</sup> Sr. Prefeito mandara um ofício a SOMOVE, autorizando o pagamento e a demolição das casas no terreno a ser construído a sede da Associação. A presidência autorizou a secretaria oficial aos Exm<sup>os</sup> Srs. Governador e Prefeito convidando para as solenidades do dia 26-8. Foi nomeada a comissão de senhoras e senhoritas para recepção nos momentos de festejos(...) <sup>341</sup>

A comissão de senhoras e senhoritas era formada por um grupo de seis mulheres, dentre elas a senhora Francisca Vieira da Silva, nossa depoente. Além da recepção, discutiu-se a aquisição da bandeira da Associação da brasileira que a Associação mandaria confeccionar. Essas medidas indicam o desejo de causar boa impressão aos convidados. No momento da festa, alguns feirantes aproveitavam a oportunidade para falar das suas condições e de como se portava a administração:

(...) Após usou da palavra a senhorita Mirian de Abreu Peixoto que em nome ad família do feirante dissertou sobre a alegria e tristeza da família nas administrações passada e atual tecendo elogios ao Governo e o Secretário da Fazenda Estadual, sendo vivamente aplaudida.(...) <sup>342</sup>

Aos festejos, várias autoridades compareceram, bem como representantes da imprensa local <sup>343</sup>. Para os feirantes, o momento constituiu boa

---

<sup>341</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Extraordinária de 15 ago. 1965.

<sup>342</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Solene de 22 ago. 1965.

<sup>343</sup> "As desesseis horas (16) horas do dia, mez e ano acima mencionado, sob a presidência do consocio Raimundo Nonato de Oliveira, perante os Srs. General Francisco de Assiz Bezerra, Secretário da Fazenda Estadual; Professor Ernesto Gurgel do Amaral, secretário de Administração Municipal representando o Excelentíssimo Prefeito Municipal; representantes do Jornal 'Tribuna do Ceará'; Representantes da Secretaria de Fomento e Produção Municipal; Representantes da

oportunidade para fazer pressão aos convidados quanto à isenção dos impostos e, neste sentido, o consócio Francisco Rodrigues Freire ao falar, em nome dos feirantes, "fez algumas reivindicações, solicitando que seja perdurado por mais tempo a isenção do imposto" <sup>344</sup>

Não há registro, na Ata da solenidade, de doação do terreno. No entanto, nas discussões em reunião posterior aos festejos de aniversário, fica evidente que a doação do terreno não se havia se dado:

(...) Em seguida falou o orador oficial elogiando os nossos trabalhos e que devemos continuar na batalha de adquirir o nosso terreno e como também procurarmos fazer a nossa sede para que demonstramos que ainda nós existimos. Devemos acordar nas nossas soluções para um melhor progresso(...) <sup>345</sup>

Em 1966, os feirantes puderam incluir, nos festejos, a aquisição do terreno e, na programação da festa de aniversário da Associação, outras atividades pela inauguração do primeiro pavimento. Houve coquetel, celebração de missa, festival dançante, no Clube Recreativo do Tiro e Linha, animados pelo conjunto contratado pela Associação:

Iniciado os trabalhos na seguinte ordem: 1º Programa, pela manhã as 8 horas uma missa que será celebrada na Igreja do Patrocínio em comemoração ao dia do Feirante , após essa solenidade religiosa terar vários programas de rádio em diversas emissoras e jornais, **os oradores que irão pregar nossas palavras e ações são os seguintes:** Francisco Rodrigues Freire e Atualpa Oliveira Leão(...) <sup>346</sup> (grifo nosso)

A festa de aniversário da Associação é apropriada pelos trabalhadores como espaço de ritualização de práticas, comumente, do cotidiano político, como

---

Rádio Dragão do Mar; e ad firma Monteiro & Irmão LTDA e elevado número de associados , teve início a sessão". ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Solene de 22 ago. 1965.

<sup>344</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Solene de 22 ago. 1965.

<sup>345</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Ordinária de 09 nov. 1965.

<sup>346</sup> ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão Extraordinária de 01 ago. 1966.

discursos, pronunciamento público, coquetel, a reverência ao hino nacional.<sup>347</sup> Esses procedimentos se dão em dia de festa de feirante. Tudo indica que estas práticas foram apreendidas com a proximidade dos políticos e veios institucionais.

Nas narrativas dos depoentes as festas da associação, bem como a data comemorativa do dia do feirante são bastante acentuadas:

(...) viemo ter reunião depois que criemo a Associação né? Aí se unimo. Aquilo ali já foi muito animado, aquilo ali já teve festa! Tinha o dia do feirante, dia quinze de agosto né? Tinha o dia do feirante. Depois foi que a coisa foi piorando, o presidente atual morreu né? (...) <sup>348</sup>  
Sr. Farias

Era festa familiar né? Só dos feirantes. (...) eles ajudavam, esses home grande, esse governo que lutava cum nós da Associação, eles ajudava, davam as coisa pó dia da festa né? <sup>349</sup>  
Sra. Carmelita

(...) Nós tivemos já dias bunitos né? Na Associação. No dia 26 de agosto é dia do feirante! É feriado! É dado o Diário Oficial! Num é o feirante só que... foi dado o Diário Oficial! É publicado no diário Oficial dia 26 de Agosto dia do feirante, é feriado, pode parar as feira. Tudim nesse dia num tinha feira né? Mais aí a situação do feirante era tão ruim, tão pouca que o negócio foi ficando tão... pecuário, bem ruim, bem amargo po feirante que aí ninguém quis mais que fosse feriado no dia 26 de agosto, que a veiz caísse dia de Domingo era um dia que ele podia melhorar de situação, dia de Sábado! Aí nós deixamo pra lá, ninguém mais pediu pra que fosse fechado as feira livre né? Aí continuou 26 de Agosto. Hoje tem feirante que num sabe que o dia 26 de Agosto é o dia dele né? <sup>350</sup>  
Sr. Aloísio

Os dias bonitos, aludidos pelo senhor Aloísio, denotam a expressividade dos festejos na vida dos feirantes. Em outro momento da entrevista, ele se remete

---

<sup>347</sup> Na festa de agosto de 1967 a programação fora a seguinte: "(...) Os festejos do 5º aniversário constituiu-se do seguinte programa: as 5 horas alvorada com os alencarinos, as 9 horas prece solene celebrada na sede própria da Associação pelo sr. Revdmo. Padre Estelito da Igreja do patrocínio, as 10 dez horas benção das bandeiras nacional e da Associação (...) em seguida foi cantado o Hino Nacional pelos presentes, as 10:30 foi servido o lanche as crianças e seus familiares, as 12:15 solenidade com a presença de autoridades convidadas, as 13:30 feijoada prolongando-se até as 17 horas, as 20 horas mais de festa dançante que se prolongou até as primeiras horas do dia 26 de agosto de 1967, dia consagrado ao feirante". ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Ata da Sessão ordinária de 25 ago. 1967.

<sup>348</sup> Entrevista com o senhor Francisco Farias, 17 mar. 2004, na feira do Bairro de Fátima.

<sup>349</sup> Entrevista com a senhora Francisca Vieira da Silva, 03 abr. 2004, na Feira da Gentilândia.

<sup>350</sup> Entrevista com o senhor Aloísio Barbosa Viana, 09 mar. 2004, em sua residência no Henrique Jorge.

a essa experiência, com riqueza de detalhes, possibilitado pelas vivências na Associação:

(...)Começava a festa seis hora da manhã e ía até uma da madrugada duas hora né? Tinha festa, tinha forró, tinha samba, tinha almoço, tinha café de manhã. A fábrica Fortaleza naquele tempo nós éramos grande freguês da fábrica Fortaleza a ... o café Falcão que existia nessa época ele nos ajudava muito, ele mandava café, mandava bulacha mais a vontade... que a gente butava uma mesa dentro daquela sede lá, espaiava a bulacha em cima da mesa, bulacha Fortaleza, o café falcão que vinha e outras casas que vinha né? Nós butava lá e todo mundo, feirante e quem passasse comia bulacha e bebia café lá com leite a vontade, dia 26 de Agosto dia do feirante. Tinha missas, o padre da igreja do Patrocínio ía celebrar missa lá de manhã cedo e as pessoas que era evangélico também o pastor ia pra celebrar também pra eles, dá uma palestra lá dentro. Depois aí começava uma festa, o churrasco, aí começava o almoço, também pra todo mundo a vontade, aí se deslocavam as vez pra beira da praia tomar banhe na praia, depois voltava e vinha almoçar todo mundo na sede né? Todo o feirante, tanto feirante como quem passasse que num fosse convidado né? E a noite tinha a festa, aí quando era cinco hora ou sete hora dependendo, de acordo com o dia, a gente, as vezes até nove hora da noite, fazia o coquetel para oferecer as autoridades né? E as autoridades, toda autoridade competente né? Aí, ía vereador, vice prefeito, prefeito, governador vice governador, todas autoridades e aquelas pessoas que a gente divia também favores né? Aqueles que colaboraram cum a gente também né? M Dias Branco, a Café falcão, o FRIFORT, o FRIFORT mandava dezessete dezoito banda de boi pra fazer churrasco lá **de graça**, ninguém pagava nada só porque a gente era freguês de lá, a feira livre comprava o gado no FRIFORT né? Eles mandavam. Peixe, carne vinham do Mercado Sebastião, **a vontade. Era uma festona, era o dia todim de festa a coisa mais linda do mundo né? Com o tempo foi se acabando, se acabando até que hoje... hoje só tem a lembrança.**<sup>351</sup>

Essas festas proporcionaram aos trabalhadores práticas de sociabilidade, limitadas pelo cotidiano árduo nas feiras. A cada ano outros atrativos se acrescentavam na programação, mas o coquetel, as autoridades e a missa se mantiveram, ano a ano. Quanto ao coquetel talvez devêssemos considerar que esta prática se inscreveu inicialmente nas experiências destes trabalhadores por contato com políticos, em comemoração à criação da Associação dos feirantes.

---

<sup>351</sup> Entrevista com o senhor Aloísio Barbosa Viana, 09 mar. 2004, em sua residência no Henrique Jorge.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Análise das experiências dos trabalhadores informais nos permitiu compreender a complexidade de suas vivências, na cidade e neste sentido nos defrontamos com aspirações, valores e formas de inserção na cidade.

Num contexto de intervenções urbanas, em locais específicos da cidade, de fechamento político em virtude do regime militar, de inflação crescente enredada pela política econômica do período, os trabalhadores informais, em dimensões variadas, experimentavam tensões: perseguição da polícia, tentativas de eliminação das práticas de vendas, no centro da cidade, no caso, dos vendedores ambulantes; remanejamento de pontos de venda, tentativas de cobrança de impostos, controle e vigilância de pesos, em se tratando dos trabalhadores feirantes.

Nessas circunstâncias, este estudo identifica as fragilidades do regime autoritário quanto às formas de gerir a diversidade urbana. Percebemos no subemprego encarnado nas atividades de venda na feira livre ou nas vias públicas, uma dimensão da diversidade, uma vez que estes trabalhadores compreendiam uma parcela da população urbana que sobrevivia nas fímbrias do comércio informal. Isso significa que vivenciavam a cidade de forma peculiar, na medida em que transformavam os espaços públicos em suporte de trabalho. Assim, inúmeros conflitos foram se desenrolando, principalmente quando entravam em cena as expectativas de embelezamento da cidade.

A sobrevivência de cada dia era mediada por espaço e relação, no sentido do que Certeau chama de "práticas espacializantes"<sup>352</sup>. Essas práticas, no entanto, seguiam trilhas distintas e acrescentavam particularidades ao mundo do trabalho informal que não pode ser percebido de forma generalizada. Duas categorias são postas em relevo nestes estudos: os vendedores ambulantes e feirantes.

---

<sup>352</sup> CERTEAU, Michel de. **Invenção do Cotidiano 1**: artes de fazer. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 201

Este aspecto também contribuiu para definir um percurso e neste caso optamos por localizar social e espacialmente, estes trabalhadores. Quando nos detivemos às condições de sobrevivência dos vendedores ambulantes, nos deparamos com ruas específicas do centro da cidade, principalmente, aquelas que se localizavam nas adjacências da Praça do Ferreira. Neste caso a presença física de vendedores e mercadorias pontilhavam as ruas ao passo que os contornos formavam a cartografia da violência. Os nomes das ruas indicavam percursos de sobrevivência onde os deslocamentos poderiam se dar em direções distintas: vender produtos ou fugir da polícia.

Para esses trabalhadores, a violência física era a possibilidade concreta, mesmo assim, os riscos eram enfrentados, o que indica que a sobrevivência se tornava um imperativo. No período, esta categoria de trabalhadores lidava cotidianamente com a tensão uma vez que, a qualquer momento, a violência podia ocorrer.

Nesses conflitos, forjavam-se as possibilidades de sobreviver à violência física e à apreensão de mercadorias, o que incluía procura de esconderijos, serem avisados da chegada da polícia pelos transeuntes ou outros vendedores ambulantes. O fato é que esses trabalhadores não constituíam grupo organizado, em entidade que os representassem, como associação ou sindicato, ao contrário dos feirantes que possuíam uma Associação com certa estrutura, ou seja, a organização se fazia por outros meios – quem sabe? – pelos laços de solidariedade ou relações compartilhadas, em face das dificuldades em que a necessidade de sobrevivência constituía experiência em comum. Vale ressaltar que o comércio ambulante era uma espécie de atividade à margem, na medida que não era regulamentada.<sup>353</sup>

As ações dos trabalhadores nem sempre se davam em enfrentamentos diretos com a polícia, a mais recorrente. Entre outras ações, são incluídas as tentativas de sensibilizar as autoridades e a imprensa local.

---

<sup>353</sup> Esta modalidade de comércio foi regulamentada em período bastante recente no município de Fortaleza. A regulamentação se deu em 09/07/1993 por intermédio do Decreto Nº 9143 publicado no Diário Oficial do Município de Fortaleza de 29/07/1993.

Pelos jornais, foi possível verificar que os conflitos com a polícia constituíam prática de resistência quando outras possibilidades se esvaeciam. Essa prática indica que as possibilidades de mediação com os poderes públicos eram bastante restritas para essa categoria de trabalhadores. Os confrontos com a polícia, nos espaços públicos, eram convertidos em ocasião de outros ganhos, como a visibilidade das perseguições constantes. De acordo com Certeau, "a ocasião não é isolável de uma conjuntura nem de uma operação."<sup>354</sup> Conforme a ocasião, o enfrentamento se torna inteligível do ponto de vista de apropriação da violência, uma vez que era presenciada pela população e, nesta medida, comprometia a imagem dos poderes públicos.

Quanto ao trabalho na feira livre- e às condições de vida dos feirantes, às situações são bastante distintas. Esse período é acentuado pela expansão da feira- livre, tida como suporte de abastecimento significativo. Os trabalhadores feirantes experimentavam um contexto bastante favorável as suas atividades. Isso não quer dizer, porém que a sobrevivência de cada dia fosse subtraída de dificuldades, pelo contrário. Esse comércio era posto em prática, em ritmo constante de deslocamento pela cidade, sendo as localizações perpassadas de conflitos. É o caso da transferência de um dos pontos de venda mais significativos para os feirantes: o da Praça da Gentilândia situada no Benfica.

Ao contrário dos vendedores ambulantes, os feirantes não entravam em confronto direto com os poderes públicos, mas prosseguiram estabelecendo proximidades com os mesmos. Refazer trajetórias de vida- apreendendo o percurso de inserção na feira livre- nos permitiu desvendar seus valores a partir de suas práticas. Em dimensões variadas, esses trabalhadores lidavam com instabilidades enredadas pelas arbitrariedades dos poderes públicos como: transferência da feira, tentativa de cobrar impostos etc, em mediações com os poderes públicos. Neste sentido, é significativo considerar a condição de migrante desses trabalhadores para então se entender os conteúdos simbólicos destas relações.

---

<sup>354</sup> CERTEAU, Michel de. **Invenção do Cotidiano 1**: artes de fazer. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 159.

Quanto à insegurança, Raymond Williams adverte da subjetividade das escolhas e possibilidade de percurso moldado por valores. Quando os sujeitos se encontram em espaço distinto da infância e das experiências de convívio com as raízes, segundo ele, a busca de segurança pode levá-los ao recuo numa "subjetividade profunda" ou, por outro lado, à procura, no meio em que estão inseridas, de "imagens sociais, signos sociais, mensagens sociais"<sup>355</sup> com as quais se identificam.

Diante de constantes incertezas contornadas pelas interferências dos poderes públicos, em atividades de trabalho, os feirantes foram se inserindo na teia de relações, ao mesmo tempo em que se instituíram laços de dependência. As redes de proximidades são sustentadas, sobretudo, pelas expectativas de que as atividades de trabalho fossem exercidas com o mínimo de conflito. Este território é habitado pelas familiaridades das práticas sociais vivenciadas em contexto específico de relações, em experiências que antecederam as vivências no espaço urbano.

Essas práticas eram entrecortadas por noções como a de trabalho honesto em que a preocupação com a auto-imagem também constituía investimento à espera de retorno, no sentido de que ser percebido pelos poderes públicos sob este signo era a possibilidade de extrair benefícios. No período em que as autoridades queriam extinguir a isenção dos impostos, a questão é bastante evidenciada.

Pelas ruas, da cidade os trabalhadores não param de elaborar práticas de sobrevivência, tornado-as campo de renovadas possibilidades de exploração. Esperamos que essas reflexões venham contribuir para um repensar das práticas urbanas em sua diversidade.

---

<sup>355</sup> WILLIAMS, Raymond. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

## FONTES

FORTALEZA. Câmara Municipal. **Atas.**

**27, 29 mar. 1968.**

- Abaixo assinado dos moradores do bairro Jardim Iracema.
- Apelo pra realização de palestra sobre o problema habitacional de Fortaleza.

**19, 24, 30 abr. 1968.**

- Solicitação ao secretário de polícia providências contra uma gafeira e proibição da freqüência de menores nesses locais.
- Pedido de iluminação pública, construção de aterro, pavimentação.
- Policiamento em praça e logradouros públicos.
- Concerto de buracos.
- Instalação de parques infantis nos bairros da capital.
- Construção de calçamentos e de praças no Parque São José.

**02, 08, 14, 15, 16 maio 1968.**

- Iluminação de ruas, posto policial, instalação de lâmpadas, iluminação de ruas, limpeza de praça, limpeza pública.
- Pedido para que as forças armadas, governo federal e casas legislativa se empenhe na luta pelo “nacionalismo tão sufocado e massacrado pelos grupos estrangeiros”.
- Solicitação para apurar irregularidades no Mercado Paula Pessoa.
- Apreciação do projeto de Lei do prefeito municipal fixando largura de rua e criação do departamento de vigilância extinguindo a guarda municipal.

**20, 26 jun. 1968.**

- Restauração de calçamento, envio de abaixo- assinado, fiscalização de horário de ônibus, abertura de ruas, colocação de lâmpadas.
- Vereadores reportam-se ao mau comportamento dos policiais contra os estudantes de Fortaleza na praça José de Alencar.

**01, 14, 19, 20, 22, 27, 28 ago. 1968.**

- Solicitação para que a casa se dirija a SUMOV para acelerar as obras de serviço da nova praça do Ferreira.
- Apelo ao prefeito com relação as medidas tomadas contra os camelôs.
- Apelo ao Secretário da Fazenda para que seja permitido aos baleiros venderem suas mercadorias nas ruas centrais da cidade.
- Apreciação de projeto de lei que estabelece normas para a construção de prédios.
- Instalação e iluminação pública, instalação de sanitário no mercado Paula Pessoa.
- Concerto e construção de calçamento, limpeza de ruas, substituição de lâmpadas queimadas.
- Denúncia da tribuna da casa de que a SUMOV ao desapropriar casebres encravados na via pública cobrava uma taxa de seus proprietários.
- Encaminhamento de abaixo-assinados a SUMOV dos moradores da rua Machado de Assis, Rodolfo Silva e Travessa Sônia Maria.

**03, 04, 09, 10, 13, 16, 23, 25, 26, 27, 30 set. 1968.**

- Considerações sobre o problema do vendedor ambulante.
- Desapropriação de imóveis, alinhamento e calçamento de ruas e reformas de praças.
- Vereador faz referência ao ritmo acelerado nos trabalhos de reforma da praça do Ferreira e as obras empreendidas pelo prefeito na periferia de Fortaleza.
- Apelo ao Departamento de limpeza pública para uma varrição completa na Av. Beira Mar.
- Vereador se reporta à agressão da guarda municipal contra um vendedor ambulante em uma situação por ele presenciada.
- Vereador faz apelo para que as mercadorias de vendedores ambulantes apreendidas sejam devolvidas.

-Vereador faz críticas ao comportamento “de alguns elementos da guarda municipal” pela forma como tratam os vendedores ambulantes.

-Vereadores aprovam requerimento que solicita do prefeito à suspensão da apreensão de mercadoria dos vendedores ambulantes com o aditivo de que seja tirada uma comissão para “se entender com o sr. Prefeito Municipal” para que este autorize a devolução de mercadorias.

-Vereador se refere a necessidade de informações, por parte do Secretário Municipal de serviços urbanos, quanto as providências adotadas no caso dos vendedores ambulantes.

-Comunicado sobre o lançamento de uma linha de ônibus circular, “com a finalidade de atender a população mais distante do centro da cidade”.

-Vereador protesta em relação a atitude tomada pelo comandante da Guarda Municipal por ter rasgado um cartão enviado pelo mesmo pedindo a liberação de mercadoria apreendida.

#### **01, 02, 03, 10, 14, 16 out. 1968.**

-A comissão designada para tratar do problema dos vendedores ambulantes presta contas do trabalho realizado junto ao Prefeito com relação ao problema dos vendedores ambulantes: “no momento afirmou que o chefe da edilidade prometera fazer a entrega de todas as mercadorias apreendidas aos seus legítimos donos. Pediu ainda, que a comissão estivesse presente ao ato da entrega das mercadorias”.

-Requerimentos apelando ao prefeito Municipal, sobre continuidade de construção de praça, retirada de lixo e construção de calçamento.

-Vereador comenta uma situação de atrito entre guardas da municipalidade e um amigo seu, também vereador, quando este “procurava libertar da violência dos guardas, um menino vendedor ambulante” o narrador pede providências a mesa diretora.

-Vereadores fazem apelo ao sr. Prefeito e SUMOV “a respeito de envio de abaixo-assinados pedindo reivindicações para diversos bairros, construção e concertos

de calçamentos, pedindo que seja conseguido do urbanista Hélio Modesto uma exposição nesta casa sobre o Plano diretor da cidade”

**04, 06, 07, 08, 11, 19, 21, 22, 25, 26, 27, 28, 29 nov. 1968.**

-Requerimento apelando ao sr. Prefeito a retirada de uma favela que estava se formando a Rua Monsenhor Quinderé, antiga rua Franco Rabelo.

-Vereadores tecem considerações para que “a casa se dirija ao Emo. Sr. Governador do Estado , para que o mesmo através da Secretaria de polícia e Segurança Pública proporcione aos estudantes, professores, bancários e operários um tratamento mais democrático e humano, quando os mesmos necessitam de vir as ruas reivindicar melhores condições de vida”.

-Recebimento de ofício do Centro Social São José do Bom Jardim solicitando “que a casa junto ao Sr. Prefeito, expresse o pensamento da comunidade de Bom Jardim, na urgência de diversas reivindicações solicitadas no presente ofício”.

-Requerimento solicitando do prefeito a criação de um convênio entre Departamento de Paisagismo e Casa de detenção “afim de que possa os detentos construir as gradis que a cidade necessita para o desenvolvimento das novas árvores que estão sendo plantadas em nossas ruas”.

- Vereador apela ao Sr. Delegado do 4º Distrito Policial providências contra quebra de lâmpadas do bairro Joaquim Távora por quadrilha de malfeitores.

- Requerimento ao prefeito sobre aplainamento de ruas, construção de calçamentos, retirada de casebres, abertura de rua.

- Projeto de Lei que autoriza a criação da Companhia de habitação de Fortaleza (COHAB-Fortaleza).

-Vereador solicita que seja incluído em requerimento a solicitação para que “o órgão competente, faça uma fiscalização no perímetro urbano de acordo com o código de postura para que sejam retiradas todas as vacarias que se encontram irregular”

-Requerimento de vereadores dirigindo apelo ao sr. Prefeito Municipal “ sobre impedimento de construção de barracos na Praça 15 de agosto e iluminação a vapor de mercúrio na Avenida Heráclito Graça”.

**23 jan. 1969.**

-uma comissão de feirantes solicitaram “uma comissão de vereadores para acompanhá-los até o gabinete do sr. Prefeito para fazer a entrega de um abaixo-assinado dos moradores da Gentilândia solicitando a não retirada dos sábados da feira livre da Praça da Gentilândia”

**ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE DOS FEIRANTES DE FORTALEZA. Atas.**

Janeiro à setembro de 1968

FORTALEZA. Prefeitura Municipal.

**Diário Oficial do Município.** Mar. 1964.

FORTALEZA. Secretaria do Planejamento e Coordenação.

**Diretrizes para a consolidação da região metropolitana de Fortaleza.** versão preliminar.

**JORNAL TRIBUNA DO CEARÁ**

coluna de Dom Camilo

“A fala do presidente” (03/01/1969)

“COHAB –fortaleza foi instalada ontem: autoridades presentes” 03/01/1969

coluna de Dom Camilo

“Mais praça ali ?” 03/02/1969

o povo reclama

“Pracinha em completo abandono” 08/02/1969

“Pelos clubes” 1/02/1969

“Reforma do José de Alencar custará 150 milhões antigos” 21/02/1969

“Revisão necessária” coluna Dom Camilo 22/02/69

“Disciplinamento e regulamentação do comércio ambulante de frutas” 25/02/69

“Vai começar o combate ao vendedor ambulante no centro” 26/02/69

“Concluídos os trabalhos de reforma de quatro praças” 26/02/69

“Falta de luz provoca cenas desagradáveis” O Povo Reclama 27/02/69

“Praça em completo abandono” O Povo Reclama 28/02/69

“Bairros alagados e ruas centrais intragáveis” 01, 02,03/69

“Com vistas a secretaria dos transportes” O Povo Reclama 06/03/69

“Com violência não” Dom Camilo 07/03/69

“Polícia declarou guerra ao comércio ambulante” 07//03/69

“Várias inaugurações assinalarão segundo ano da gestão Zé Walter” 08-09/03/69

“Namorados quebram lâmpadas” O Povo Reclama 12/03/69

“Divulgação das realizações” 14/03/69

“Praça do Ferreira” 22,23,03/69

“A nova Fortaleza” 27/03/69

“ Dois anos revolucionários” 01/04/69

“Abuso de autoridade” 01/04/69

“Um verdadeiro antro” O Povo reclama 03/04/69

“Macumba na Vila Manoel Sátiro” O Povo Reclama 07/04/69

“Cidade menina” 12,13/04/69

“Disciplinada a aplicação do fundo de participação” 14/04/69

“E as grades do passeio?” Dom camilo 15/04/69

“Ordem com humanização” 18/04/69

“Serviços urbanos melhora o aspecto do Mercado Central” 22/04/69

“Esquina do pecado’ na Imperador” 22/04/69

“TCU faz proibições aos municípios: Fundo” 02/05/69

“Fase primeira do PLANDIF será conclusa este mês” 05/05/69

“Vamos corrigir o regulamento” Dom Camilo 05/05/69

“O elogio do povo” O Povo Reclama 08/05/69

“Centro de abastecimento” 10,11/05/69

“Excessos da fiscalização no mercado central” 12/05/69

“Cidade infernal” 02/06/69

“Dr. Zewalter tenha pena dos pobres” O Povo Reclama 23/05/69

“Bolos provocam congestionamento” O Povo Reclama 31/05 e 01/06/69

“ Prefeito Municipal retorna de Belém” 19/08/69

"Mercado de peixe" 19/08/69  
"Ozório o injustiçado" O Povo Reclama 22/08/69  
"Feira Livre" O Povo Reclama 29/08/69  
"Feira livre imprópria" 02/09/1969  
"Secretário dá explicações" 03/09/1969  
"Limpar a cidade" 03/09/1969  
"Camelôs serão retirados do centro até dia 10" 04/09/1969  
"Cidade limpa" 05/09/1969  
"Vendedores ambulantes vão instalar feira regional" 08/09/1969  
"Feiras livres vão para a periferia da cidade" 08/09/1969  
"Memorial dos feirantes contra local da feira" 09/09/1969  
"Feira regional" 09/09/1969  
"Manifesto dos feirantes" 09/09/1969  
"Câmara na guerra da feira livre" 17/09/1969  
"Limpeza Urbana" 02/10/1969  
"Imprensa edita palestra sobre desenvolvimento" 07/10/1969  
"Guarda municipal em cartaz" 14/10/1969  
"Relógio da praça José de Alencar não funciona bem" 28/10/1969  
"Sêbo, onde livros e discos terminam nas calçadas" 04/11/1969  
"Secretaria de serviços urbanos promoverá a semana do gari" 06/11/1969  
"Decoração da cidade custará 140 milhões" 06/11/1969  
"Ordem e trabalho" 07/11/1969  
"Prefeito reuniu-se com vendedores ambulantes" 07/08/1970  
"Jogando baralho" 13/08/1970  
"Departamento de limpeza pública adquire mais varredoras e carros" 20/11/1970  
"Carros de limpeza causam engarrafamento de trânsito" 23/11/1970  
"Coisas erradas, o prometido é devido" 21/12/1970  
"Tomando peixe" 21/12/1970  
"Novas últimas dos guardas do rapa" 03/03/1971  
"Perversidade" 23/03/1971  
"Moralizar a cidade" 30/03/1971

"SMSU vai criar área no centro para os camelôs" 31/03/1971

"Dom Camilo" 31/03/1971

"Desocupados dificultam o trânsito" 20/04/1971

"Rapa continua agindo" 15/04/1971

### **JORNAL CORREIO DO CEARÀ**

"Feirantes elegem hoje sua miss" 05/ 11/1968

"Avenidas e parques estão fazendo de fortaleza uma cidade jardim" 08/12/68

"O mundo do rapa" 08/03/1968

"Nova investida para remover ambulantes" 01/09/1968

"Prazo para ambulantes saírem" 02/09/1969

"Prazo para ambulantes saírem" 02/09/1969

"Lei protege saída de ambulantes" 06/09/1969

"Iniciativa particular é em fortaleza expressiva"08/09/1969

"Prefeito amplia prazo para retirada dos ambulantes" 10/09/1969

"Cabarés e boites não ficarão a 200 metros de quartéis e bancos"19/09/1969

### **JORNAL GAZETA DE NOTÍCIAS**

"Ambulantes têm mais dez dias" 02/09/1969

"Ambulantes não terão solução da prefeitura" 04/09/1969

"Fundação IBGE lança uma pesquisa para delimitar área metropolitana" 04/09/69

"Ambulantes com um novo prazo" 11/09/69

"Concluído projeto regulamentando casas de diversão" 19/09/69

"Lazer" 21/12/69

"Monumento ao mau gosto" 27/10/69

### **FONTES ORAIS**

Aloísio Barbosa Viana. 75 anos de idade. Natural de Aracati. Residente no Henrique Jorge. Trabalhou 20 anos na feira como vendedor de caldo de cana e está afastado desde os anos 70. entrevistado em 09/03/2004 na sua residência.

Francisco Fernandes de Farias. 82 anos de idade. Natural de Ipu. Residente no Álvaro Weyne. Feirante a 52 anos. Trabalha como barbeiro. Entrevistado em 24/02/2004 na Feira do Rodolfo Teófilo; 17/03/2004 na Feira do Bairro de Fátima.

Francisca Vieira da Silva. 81 anos de idade. Natural de Baturité. Residente no Maracanaú. Feirante a 52 anos. Vendedora de ervas. Entrevistada em 03/04/2004 na Feira realizada no Bairro Jardim América em decorrência da reforma na Praça Gentilândia.

Vicente Furtado Rocha. 74 anos de idade. Natural de Missão Velha. Feirante a 51 anos. Residente no Álvaro Weyne. Vendedor de queijo, feijão verde, castanhas e doces. Entrevistado em 20/06/2004 na Feira da Gentilândia.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Antônio Augusto. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. **Revista do Patrimônio Histórico e artístico nacional**, Rio de Janeiro, IPHAN, n.23,1994.

BARBOSA, Francisco Carlos Jacinto. **A força do hábito**: condutas transgressoras na Fortaleza remodelada (1900-1930). Dissertação (Mestrado em ) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1997.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. **Sertão: um lugar-incomum**: o sertão do Ceará na literatura do século XIX. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado, 2000.

BARBOSA, Marta Emísia Jacinto. **Cidade na contramão**: Fortaleza nas primeiras décadas do século XX. 1996. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1996.

\_\_\_\_\_. Entre casas de palha e jardins: Fortaleza nas primeiras décadas do século XIX. In: FENELON, Déa Ribeiro (org.). **Pesquisa em História**: cidades 1. . São Paulo: PUC / Olho d'Água, 1999.

BARREIRA, César. **Trilhas e atalhos do poder**: conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed., 1992

BORDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CARDOSO, Tereza Fachada Levy. Imprensa e sociedade: o cotidiano carioca de 1808 a 1821, Através da Gazeta do Rio de Janeiro. In: SIMPÓSIO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROFESSORES DE HISTÓRIA, 14, 1991, Rio de Janeiro. **Historia em debate**: problemas, temas e perspectivas: anais..., Rio de Janeiro: AMPUH, 1991.

CARLOS,A. F. A. **O lugar no/do Mundo**. São Paulo: Hucitec,1996.

CARNEIRO, Francisca Cely Braga. **Feira livre**: espaço e sociabilidade. 2004. Monografia (Graduação em História) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

CASTRO, Liberal de. A praça do Ferreira de 1968. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, Fortaleza, v.105, 1991.

CATTANI, A. D. **Trabalho e autonomia**. Petrópolis: Vozes, 1996.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e Resistência**: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CHOAY, F. A. História e o Método em Urbanismo. In: BRESCIANI, S. (org). **Imagens da cidade**. São Paulo: Marco Zero, 1993.

CERTEAU, Michel. **Cultura no plural**. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

\_\_\_\_\_. **Invenção do cotidiano 1**: artes de fazer. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHABOLZ, Jean- Pierre. **Revelação do Ceará**. Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto, 1993.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril**: cortiços e epidemias na corte imperial São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

CORREIA, Daniel Camurça. **Oi, ta vendo**: o cotidiano dos trabalhadores das ruas na cidade de Fortaleza (1877-1910). 2003. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2003.

CORREA, Lobato. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1991.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_. Hermenêutica do Cotidiano na historiografia contemporânea. **Projeto História**, São Paulo, v.17, 1998.

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. **Arquitetura e estrutura**: o uso do concreto armado em Fortaleza. 2001. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2001.

FENELON, D. R. O Historiador e a Cultura Popular: história de classe ou história do povo? **História & perspectiva**, Uberlândia, 1992.

\_\_\_\_\_. Trabalho, cultura e História Social: perspectiva de investigação. **Revista Projeto História**, n.4, São Paulo, 1985.

ELMIR, Cláudio Pereira. Jacques Julliard e a história do tempo presente: o ensaísmo no limite entre o jornalismo e a história. **História-Unisinos**, n 3, p.259-273, jan./jun. 2001.

ESPIG, Márcia Janet. O uso da fonte jornalística no trabalho historiográfico. **Estudos Ibero-Americanos**, n.2, p.269-289, dez. 1998.

GALENO, Alberto S. **A Praça e o Povo**: homens e acontecimentos que fizeram história na praça do Ferreira: Stylus Comunicações, 1991.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. **Olhos de madeira**: nove reflexões sobre a distância. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GONÇALVES, Williams da Silva; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira: 1964-1984. **Estudos históricos**, v.6, n.12, Rio de Janeiro, 1993.

HOLANDA, Tarcísio. Sobre o papel do jornalismo político. **Revista de Comunicação Social**, Fortaleza, n.13/14, jan./dez. 1983/1984.

JUCÀ, Gizafran Nazareno Mota. **Verso e reverso do perfil urbano de fortaleza (1945-1960)**. São Paulo: Annablume; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto do Estado do Ceará, 2000.

MAIA JÚNIOR, Edmilson Alves. **Memórias de Luta**: ritos políticos do movimento estudantil universitário (Fortaleza, 1962-1969). 2002. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2002.

JUNIOR, Norval Baitello. O trabalho entre a vida e a morte. **Projeto História**, n.16, fev. 1997.

LEITÃO, Juarez. **A Praça do Ferreira**: república do Ceará-Moleque. Fortaleza: Livro Técnico, 2002.

LINHARES, Paulo. **Cidade de água e sal**: por uma antropologia do Litoral Nordeste sem cana e sem açúcar. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1992.

MACEDO, Antônio Luís. Um espaço em disputa: norma e desvio nas calçadas de Fortaleza. In: \_\_\_\_\_. **Fortaleza**: história e cotidiano. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2002.

MESQUITA, Vianney. Para a história da grande imprensa no Ceará. **Revista de Comunicação Social**, Fortaleza, N. 13/14, jan./dez. 1983/1984.

MORALES, Lúcia Arrais. A feira de São Sebastião: O Nordeste é aqui?. **Revista Ângulo**: do Centro Cultural Tereza D'Ávila, São Paulo, n.87, 2001.

NASCIMENTO, Vilma Maria do. **Trabalho árduo e liberdade**: O cotidiano dos vendedores ambulantes em Salvador (1968-1990). 1999. Dissertação (Mestrado em ) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1999.

NETO, Eneas de Araújo Arrais. **A arquitetura do Poder e o Poder da Arquitetura**: uma análise ideológica de edificações. 1999. Dissertação (Mestrado em sociologia do desenvolvimento) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1999.

NEVES, Margrida de Souza. O povo na rua, um conto de duas cidades. In: PECHMAN, Robert Moses (org). **Olhares sobre a cidade**. Rio de Janeiro: EUFRJ, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. A pedra e o sonho: os caminhos do imaginário urbano. In: \_\_\_\_\_. **O imaginário das cidades**: visões literárias do urbano. Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1999.

PONTES, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Demócrito Rocha / Multigraf, 1993.

PONTES, Albertina Mirtes De Freitas. **A cidade dos clubes**: modernidade e glamour na Fortaleza de 1950-1970. 2003. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **O verbo encantado**: a construção do padre Cícero no imaginário dos devotos. Ijuí, SP: Ed. UNIJUI, 1998.

RIBEIRO, Herval Pina. Meio e violência do trabalho no capitalismo: dimensões e complexidades. **Projeto História**, n.23,nov. 2001.

RIBEIRO, Francisco Moreira. De cidade a metrópole. In: SOUSA, Simone (org). **A gestão da cidade**: uma história política administrativa. Fortaleza: UFC/NUDOC, 1994.

SANT'ANNA, Denize Bernuzze. Propaganda e história: antigos problemas, novas questões. **Projeto História**, São Paulo: n.14, 1997.

SENNET, Richard. **Carne e Pedra**. Rio de Janeiro: Record,1997

\_\_\_\_\_. **O declínio do homem público**: as tiranias da intimidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SILVA, José Borzacchiello. **Movimentos sociais em Fortaleza**: uma abordagem geográfica. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo/ FFLCH, São Paulo, 1996.

SILVA, Marco. O trabalho da linguagem. In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, ANPUH, v.6, n.11, 1985/1986.

SOUSA, Eusébio de. **A imprensa do Ceará dos seus primeiros dias aos atuais**. Fortaleza: Tipografia Gadelha, 1933.

SOUZA, Simone de; NEVES, Frederico de Castro de. (Org.). **Comportamentos**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

\_\_\_\_\_. et al. **Fortaleza a Gestão da Cidade**: uma história político-administrativa. Fortaleza: Fundação Cultural de Fortaleza, 1995.

STUDART, Guilherme Barão de. **Para a história do jornalismo cearense**. Tomo 47. Fortaleza: R.I.C. p.143-159. 1933.

THOMPSON, E. P. **As peculiaridades inglesas e outros artigos**. NEGRO, Antônio Luigi, SILVA, Sérgio. (org). Campinas: Ed. Unicamp, 2001.

VASCONCELOS, Augusto. **O concreto no Brasil**: recordes, realizações, história. São Paulo: Pini, 1992.

VIEIRA, Maria Sulamita de Almeida. **Feira**: espaço de liberdade ou de ilusões? Dissertação (Mestrado Sociologia do Desenvolvimento) - Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 1980.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

\_\_\_\_\_. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

# **ANEXOS**

# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)